



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ**  
**INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**  
**MESTRADO ACADÊMICO EM EDUCAÇÃO**

**GLEZ RODRIGUES FREITAS BENTES**

**MOVIMENTO SOCIAL E POLÍTICA DE EDUCAÇÃO DO**  
**CAMPO:**  
**A PRÁTICA DA CASA FAMILIAR RURAL DE SANTARÉM - PARÁ**

**Santarém/PA**  
**2016**



**GLEZ RODRIGUES FREITAS BENTES**

**MOVIMENTO SOCIAL E POLÍTICA DE EDUCAÇÃO DO  
CAMPO:  
A PRÁTICA DA CASA FAMILIAR RURAL DE SANTARÉM - PARÁ**

Dissertação de Mestrado submetida à apreciação da Banca Examinadora com vista à obtenção do título de Mestre em Educação, junto ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação da Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa).

**Orientador:** Prof. Dr. Anselmo Alencar Colares  
**Linha de Pesquisa:** História, Políticas e Gestão Educacional na Amazônia.

**Santarém/PA  
2016**

**Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)**  
**Sistema Integrado de Bibliotecas – SIGI/Ufopa**

---

B475m

Bentes, Glez Rodrigues Freitas

Movimento social e política de educação do campo: a prática da Casa Familiar Rural de Santarém - Pará / Glez Rodrigues Freitas Bentes. - Santarém, 2016.

205 fls.: il.

Inclui bibliografias.

Orientador Anselmo Alencar Colares

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Oeste do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2016.

1. Movimento Social. 2. Casa Familiar Rural. 3. Política Educacional do Campo. I. Colares, Anselmo Alencar, *orient.* II. Título.

CDD: 23 ed. 370.1

---

**Bibliotecário - Documentalista: Eliete Sousa – CRB/2 1101**

**GLEZ RODRIGUES FREITAS BENTES**

**MOVIMENTO SOCIAL E POLÍTICA DE EDUCAÇÃO DO  
CAMPO:  
A PRÁTICA DA CASA FAMILIAR RURAL DE SANTARÉM - PARÁ**

Dissertação de Mestrado submetida à apreciação da Banca Examinadora com vista à obtenção do título de Mestre em Educação, junto ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação da Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa).

**Orientador:** Prof. Dr. Anselmo Alencar Colares

**Linha de Pesquisa:** História, Políticas e Gestão Educacional na Amazônia.

Defesa em Santarém (PA) 11/02/2016

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Anselmo Alencar Colares  
Orientador – Ufopa/ICED

---

Prof. Dr. Luiz Bezerra Neto  
Examinador externo – UFBA/UFSCar

---

Profa. Dra. Solange Helena Ximenes Rocha  
Examinadora interna – Ufopa/ICED

---

Profa. Dra. Maria Lília Imbiriba Souza Colares  
Suplente – Ufopa/ICED



Aos meus familiares, pela compreensão e apoio em todos os momentos  
compartilhados de desafios e de confiança na superação.

Ao meu esposo Antonio José que me inspira e me incentiva na caminhada da vida em  
comum, de crescimento pessoal e profissional.

Aos sujeitos coletivos que personificam o movimento de educação do campo em  
Santarém e Baixo Amazonas Paraense.



## **AGRADECIMENTOS**

A Deus, antes de tudo, pela infinita bondade, por me permitir vivenciar junto com minha família, a fé e a esperança, diante das graças alcançadas frente às adversidades de nossa vida terrena.

Aos meus pais, Adão Alves Freitas e Francisca Rodrigues Freitas, pelo incentivo, amor, sem medida em todos os momentos da minha vida. Em especial à minha querida mãe, sempre pronta a ajudar e motivar sem colocar dificuldades.

Ao meu esposo, amigo e companheiro Antonio José Mota Bentes, meu maior incentivador e minha principal fonte de informações, por contribuir em vários momentos da minha pesquisa, e por dividir comigo quinze anos de admiração, amor, alegrias, dificuldades, na certeza que somos o porto seguro um do outro na travessia da vida.

Aos meus amados filhos, Yara Paulina, Dara Lis e Antônio Nonai, presentes de Deus, que me foram concedidos, que com alegria infantil e amor incondicional, diariamente me ensinam, me estimulam e me revigoram na desafiadora satisfação de ser mãe.

Aos meus queridos irmãos: Marcos e Robson por sempre torcerem pelo meu sucesso a cada conquista. Em especial à minha irmã Keila, sempre parceira e disposta a ajudar em algumas das minhas “tarefas cotidianas”, me possibilitando um tempo livre para os estudos.

A Kelly Lima, que com sua paciência e carinho, foi a tranquilidade que precisei no cuidado com meus filhos, nas minhas ausências necessárias.

Ao Grupo de Defesa da Amazônia, instituição que foi fundamental para a constituição de minha trajetória de aperfeiçoamento profissional e humano, na qual me descobri ambientalista, pesquisadora, e onde fiz amizades para toda a vida, dentre as quais destaco Valéria Bentes e Jacilene Sampaio.

Às direções das Escolas Estaduais Frei Ambrósio e Plácido de Castro e a todos os colegas professores/as da Educação Básica, que me apoiaram e a Seduc pela minha liberação para o estudo.

À Fernanda Ferreira por sua valiosa colaboração na revisão do meu projeto de pesquisa inicial, submetido à seleção deste Mestrado.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e, posteriormente, à Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas do Pará (Fapespa) pelo incentivo à realização desta pesquisa e ao Programa de Pós-Graduação da Ufopa pelo apoio dispensado.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Anselmo Alencar Colares, primeiro por ter me aceito como orientanda, e por suas valiosas orientações disponibilizadas com tranquilidade e segurança mesmo diante da infinidade de outras atribuições que possui. E principalmente, pelo exemplo de pessoa humana e de profissional comprometido com a educação de qualidade e com a construção de uma sociedade mais justa e digna.

A todos os professores do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa), que marcaram com suas contribuições a minha formação acadêmica, em especial à Profa. Dra. Lília Colares, por tão gentilmente se colocar à disposição, como “coorientadora por afinidade familiar”.

Ao Grupo de Estudos e Pesquisas: História, Sociedade e Educação no Brasil (HISTEDBR) da Ufopa, pelo incentivo ao aperfeiçoamento acadêmico-intelectual e socialização de experiências.

Aos colegas do curso de mestrado em Educação 2014 por compartilharem momentos de discussões, diálogos, debates, companheirismo que colaboraram fundamentalmente com nosso crescimento intelectual. Em especial, às minhas amigas: Eliane Gracy e Rosana Ramos, que nos fizeram criar vínculos de amizade em todos os momentos difíceis e felizes de produção acadêmica para toda a vida.

A Semed e às instituições e lideranças do movimento social que, com suas memórias e vivências, colaboraram sem restrições com esta pesquisa, concedendo entrevistas e o acesso à documentos, em especial, a Associação da Casa Familiar Rural de Santarém, permitindo participar de suas experiências e momentos formativos, meus profundos agradecimentos.

E por fim, meus agradecimentos aos professores doutores membros da minha banca de qualificação e posteriormente de defesa, que com suas cuidadosas análises, contribuíram fundamentalmente para o aprimoramento acadêmico de nosso trabalho.

“A Educação do Campo não existe sem a agricultura camponesa, porque foi criada pelos sujeitos que a executam.”

Fernandes; Molina (2004)



## RESUMO

Nossa pesquisa tratou da Casa Familiar Rural de Santarém (CFR-STM), baseada na proposta pedagógico-filosófica do movimento social do campo, como alternativa aos filhos de produtores familiares, de acesso à educação e de resistência ao modelo urbanocêntrico excludente. Inspirada nas experiências pioneiras de Pedagogia da Alternância, da França (1935); Itália (1960) e Brasil/Espírito Santo (1969), a Casa Familiar Rural alterna educação e trabalho em diferentes tempos formativos integrados de teoria e prática, visando a formação teórica, o aperfeiçoamento prático produtivo no campo e a formação integral dos jovens. Partimos da compreensão histórica e global da experiência local, no contexto de sua criação no seio do movimento social, até a construção do processo territorial de diálogos e negociação com o Estado, no debate sobre a política educacional e desenvolvimento do/no campo. Destacamos os interesses antagônicos e contraditórios entre Estado e movimento social, diante das lutas para a emancipação dos seus sujeitos e constituição do poder local. A pesquisa surgiu da necessidade de analisar, como uma iniciativa privada, ligada ao movimento social do campo, se relaciona com o poder estatal em busca da efetivação da política educacional do campo, prezando por seus princípios metodológicos e filosóficos originários. A escolha por uma abordagem que abarque o princípio da totalidade e da historicidade nos apoiou transversalmente em nossa análise. Utilizamos a pesquisa bibliográfica e documental, entrevistas orientadas por roteiro, fichas com questões abertas, e depoimentos junto às lideranças do movimento social do campo, diretoria da CFR-STM, monitores, pais, jovens ex-alunos e atuais; bem como gestores municipais e regionais, antigos e atuais. Concluímos que esta experiência representa uma alternativa de resistência ao projeto de educação urbanocêntrico hegemônico, utilizando estrategicamente espaços públicos de articulação e de fortalecimento territorial para a intervenção efetiva ao atendimento às necessidades, sobretudo da educação do campo. Reconhece o papel do Estado, ao exigir dele a execução destas políticas. Mas a trajetória de diálogos entre Estado e Sociedade Civil é marcada por contradições que refletem uma tensão constante e paradoxal. Pois, o movimento social do campo apesar de defender a pedagogia da alternância como política pública, possui dificuldades nesta aproximação e vai buscar alternativas de sustentabilidade. Apesar das limitações, a CFR-STM interfere no desenvolvimento da região ao contribuir na formação de jovens críticos e conscientes, capazes de intervir e transformar sua prática com vistas à emancipação humana coletiva.

**Palavras-chave:** Movimento Social. Casa Familiar Rural. Política educacional do campo.



## ABSTRACT

This study analyzed the developed experience in the Rural Family House of Santarem (CFR-STM), pedagogical and philosophical model created by the social movement of the rural, as an alternative to the children of family farms, access to education that meets to their reality as a form of resistance to the excluding urban centric model of education. It is inspired by the pioneering experiences of Alternation Pedagogy, in France (1935); Italy (1960) and Brazil/Espírito Santo (1969), alternating education and work in different integrated formative days of theory and practice, aiming to theoretical training, practical production improvement in the rural and the integral formation of young people. Our goal is to analyze this local experience, from the historical and global understanding of the context of its creation, within the social movement, until the construction of the strategic territorial process of dialogue mobilization and negotiation with the State, in favor of the effectiveness of the educational policy and development of / in the rural. The antagonist relationship and the contradictions between State and social movement were noted, in face of the resistant struggles for the emancipation of his subjects and for the constitution of local government. This research arose from the need to address as a non-state private sector, linked to the social rural movement, relates to the state government seeking the execution of the educational rural policy, unpretentiously its methodological and philosophical principles originate. The choice of a dialectic materialist approach, that embraces the principles of totality and historicity, has supported us throughout this dissertation, transversely to build our analysis. The techniques and data collection instruments used were bibliographical and documentary research, script-oriented interviews, opened questions files and interviews with the people from the field (social movement leaders, CFR-STM Association members, monitors, former and current youth students of this House and their parents, as well as municipal and regional public officials, currents and formers ones. As a result of this research, is concluded that the CFR-STM, integrated into Ceffa represents an alternative of resistance for the rural movement against the hegemonic and urban centric education project. Thus, the public space of territorial articulation is used as strengthening strategy of the social movement of the rural, for an effective intervention to meet the needs, especially for rural education. So, the state's ownership is not being sought, as they require, is recognized the state's role as executor of policies. But its history is marked by contradictions that reflect the constant class struggle between State and Society because, while defending the pedagogy of alternation as public policy, a gap with the state is created, and shrinking, go in search of other alternatives of sustainability; reinforcing the idea of counterpoint between State and social movement. But despite its limitations, the development of the region is interfered with it; to contribute to the training of critics and aware young people, who are able to intervene and transform their practice to their human emancipation.

**Keywords:** Social Movement. Rural Family House. Educational Rural Policy.



## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Mapa de localização do Território Baixo Amazonas – Oeste Paraense .....	50
Figura 2 - Entrada do Centro de Formação e Treinamento Agrícola Francisco Roque .....	77
Figura 3 - Pavilhão 1 e 2 do Centro de Formação e Treinamento Agrícola Francisco Roque.	78
Figura 4 - Dormitórios masculino e feminino do Centro de Formação e Treinamento Agrícola Francisco Roque .....	78
Figura 5 - Cartaz de divisão de tarefas em equipe.....	79
Figura 6 - Auditório (Turma 1º. Ano) .....	79
Figura 7 - Malocas .....	80
Figura 8 - Área da comunidade de Santa Maria – Projeto Estufa em parceria com Ufopa ....	81
Figura 9 - Organograma sobre os Quatro Pilares da Pedagogia da Alternância nas Ceffa .....	87
Figura 10 - Mapa das grandes regiões do Estado do Pará.....	110



## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Quadro de sistematização das propostas encaminhadas (Área Pastoral 04) .....	43
Tabela 2 - Quantitativo de alunos da CFR-STM Curso Técnico em Agropecuária - Ensino Médio - Ano 2014. ....	93
Tabela 3 - Quantitativo de alunos da CFR-STM Curso Técnico em Agropecuária - Ensino Médio - Ano 2015. ....	94
Tabela 4 - Instituições Parceiras e articulações da CFR-STM (Eixo Forte) .....	96
Tabela 5 - Propostas do PTDRS (2011) Eixo - Programa de Promoção da Educação do Campo.....	132
Tabela 6 - Motivação e Pretensão dos alunos da CFR-STM.....	134
Tabela 7 - Estrutura Curricular: Disciplinas do Núcleo Comum .....	193
Tabela 8 - Estrutura Curricular: Disciplinas do Núcleo Técnico .....	193
Tabela 9 - Relação de entrevistas .....	196



## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Acosper	Associação Comunitária de Pescadores Rurais
Ameifor	Associação de Moradores e Comunidades do Eixo Forte
AMTBAM	Associação de Mulheres Trabalhadoras do Baixo Amazonas
Aprusan	Associação de Produtores Rurais de Santarém
Arcafar	Associação Regional das Casas Familiares Rurais
Arqmo	Associação de Remanescente dos Quilombos do Município de Oriximiná
Arqmob	Associação de Remanescente dos Quilombos do Município de Óbidos
BAM	Território do Baixo Amazonas Paraense
Ceapac	Centro de Apoio aos Projetos de Ação Comunitária
CEBs	Comunidades Eclesiais de Base
Ceffa	Centro Familiar de Formação por Alternância
CEFT-BAM	Centro de Formação dos Trabalhadores do Baixo Amazonas
Centralago	Central de Comercialização de Produtos Agrossilvipastoris da região do Lago Grande do Curuai
CFR	Casa Familiar Rural
CIAT	Comissão de Instalação das Ações Territoriais
CIRAD	Centre de Coopération Internationale em Recherche Agronomique pour le Développement
CITA	Conselho Indígena Tapajós e Arapiuns
CMDR	Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural
Codeter-BAM	Colegiado de Desenvolvimento Territorial do Baixo Amazonas
Conab	Companhia Nacional de Abastecimento do Brasil (Mapa)
Concrab	Confederação das Cooperativas da Reforma Agrária do Brasil
Contag	Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura do (Brasil)
CPT	Comissão Pastoral da Terra
Crea	Conselho Regional de Engenharia e Agronomia
EAD	Educação a Distância
Ecrama	Escola para Jovens Agricultores de Comunidades Rurais Amazônicas
EFA	Escola Familiar Agrícola
EJA	Educação de Jovens e Adultos
Emater	Empresa de Assistência Técnica e de Extensão Rural
Embrapa	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
Enera	Encontro Nacional de Educadores e Educadoras da Reforma Agrária
Famceef	Federação das Associações de Moradores e Comunidades Extrativistas do Eixo Forte
Famcos	Federação das Associações de Moradores e Organizações Comunitárias de Santarém
Fapesp-PA	Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas do Pará
Fepam	Feira da Produção Familiar da Amazônia
Fetagri	Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado do Pará
Fetraf	Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FIT	Faculdades Integradas do Tapajós

FME	Fórum Municipal de Educação
FNO	Fundo Constitucional do Norte
FOQS	Federação das Organizações Quilombolas de Santarém
FPFRS	Fórum da Produção Familiar Rural de Santarém
Fundeb	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
GCI	Grupo Consciência Indígena
GDA	Grupo de Defesa da Amazônia
HISTEDBR	Grupo de Estudos e Pesquisas: História, Sociedade e Educação no Brasil.
Ibama	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
Ideb	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
Ideflor	Instituto de Desenvolvimento de Florestas
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano
IES	Instituições de Ensino Superior
IFPa	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará.
Incra	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
Inep	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
Ipam	Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia
Ipes	Instituições Públicas de Ensino Superior
LDBN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
Mapa	Ministério da Agricultura, Pecuária e Pesca.
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MEPES	Movimento Educacional Promocional do Espírito Santo
MMA	Ministério do Meio Ambiente
Mopebam	Movimento de Pescadores e Pescadoras do Baixo Amazonas
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
ONG	Organização Não-Governamental
PA	Pará
PDE	Plano de Desenvolvimento da Educação
PDSTR	Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais
PE	Plano de Estudo
PIB	Produto Interno Bruto
PME	Plano Municipal de Educação
PPP	Projeto Político Pedagógico
Procampo	Programa de Apoio às Licenciaturas em Educação do Campo
Proinf	Programa de Apoio a Projetos de Infraestrutura e Serviços em Territórios Rurais
Pronaf	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
Pronat	Programa Nacional de Apoio aos Territórios Rurais
Pronera	Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
PSA	Projeto Saúde e Alegria
Resex	Reserva Extrativista
Sagri	Secretaria da Agricultura do Estado do Pará

SDT	Secretaria de Desenvolvimento Territorial
Secadi	Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão.
Seduc	Secretaria de Educação do Estado do Pará
Seir	Secretaria de Integração Regional do Estado do Pará
Sema	Secretaria Municipal de Meio Ambiente
Semab	Secretaria Municipal de Abastecimento de Santarém
Semed	Secretaria Municipal de Educação
Setrans	Secretaria Municipal de Transportes
SFB	Serviço Florestal Brasileiro
STR	Sindicato dos Trabalhadores Rurais
STM	Trigrama que identifica o município de Santarém, estado do Pará.
STTR	Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais
Ufopa	Universidade Federal do Oeste do Pará
UFPA	Universidade Federal do Pará
Ufra	Universidade Federal Rural da Amazônia
Ulbra	Universidade Luterana do Brasil
Unefab	União Nacional das Escolas Famílias Agrícolas no Brasil
VABP	Valor Anual Bruto da Produção
VBP	Valor Bruto da Produção
Z20	Colônia de Pescadores do Município de Santarém



## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>27</b>
1.1	Considerações Iniciais .....	27
1.2	Justificativa de pesquisa.....	29
1.3	Algumas questões (conceituais- legais) sobre a Educação do Campo .....	30
1.3.1	<i>Educação e Trabalho na alternância do tempo-escola e tempo-comunidade .....</i>	<i>32</i>
1.3.2	<i>Os marcos legais da Política de Educação do Campo como acúmulo de luta social .....</i>	<i>33</i>
1.4	Tema e objeto de pesquisa .....	34
1.5	Objetivos: Geral e específicos .....	35
1.6	Categorias de análise, instrumentos de coleta e os sujeitos da pesquisa .....	35
1.7	Instrumentos de coleta e os sujeitos da pesquisa .....	37
1.8	Estruturação e organização da dissertação.....	38
<b>2</b>	<b>ANTECEDENTES DO MOVIMENTO SOCIAL DO CAMPO E A CRIAÇÃO DA CASA FAMILIAR RURAL EM SANTARÉM – CFR-STM.....</b>	<b>39</b>
2.1	Do movimento social à criação do Fórum da Produção Familiar em Santarém.....	39
2.2	O surgimento da Casa Familiar Rural de Santarém.....	46
2.2.1	<i>O Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR) e a CFR/Santarém.....</i>	<i>46</i>
2.3	O Fórum da Produção Familiar Rural e as CFRs como estratégia de articulação territorial.....	48
2.3.1	<i>O conceito de Território: espaço concreto e “campo de forças” .....</i>	<i>51</i>
2.3.2	<i>A política pública fortalecendo o movimento social do campo: “Territórios da Cidadania” .....</i>	<i>54</i>
<b>3</b>	<b>A CASA FAMILIAR RURAL DE SANTARÉM (CFR-STM): DO MOVIMENTO SOCIAL À POLÍTICA DE EDUCAÇÃO DO CAMPO.....</b>	<b>59</b>
3.1	A conjuntura socioeconômica e política nacional/ local.....	60
3.1.1	<i>Reflexos das políticas neoliberais na realidade do campo em Santarém .....</i>	<i>62</i>
3.2	A Casa Familiar Rural de Santarém: breve caracterização.....	66
3.2.1	<i>Fundação e estrutura organizacional: A associação da CFR-STM .....</i>	<i>68</i>
3.2.2	<i>O caráter público não estatal e a caracterização oficial da CFR .....</i>	<i>71</i>
3.2.3	<i>Localização e sede: Espaços itinerantes .....</i>	<i>76</i>
3.2.4	<i>A Pedagogia da Alternância na CFR-STM: marco de origem, princípios e instrumentos pedagógicos .....</i>	<i>82</i>
3.2.5	<i>O perfil dos jovens da CFR-STM e a composição das turmas.....</i>	<i>92</i>

3.2.6	<i>Estratégias de sustentabilidade, dificuldades e possibilidades.</i>	95
<b>4</b>	<b>A ARTICULAÇÃO NA CFR-STM: LIMITES E/OU CONQUISTAS À EMANCIPAÇÃO DOS SUJEITOS.</b>	<b>105</b>
4.1	A pedagogia da alternância na CFR-STM: proposta original e a perspectiva atual	106
4.1.1	<i>Concepção de sujeito do campo.</i>	107
4.2	A CFR-STM e as estratégias de Articulação do Movimento da Educação do campo..	112
4.2.1	<i>O Codeter e a Câmara Técnica de Educação do Campo</i>	114
4.2.2	<i>A CFR-STM e articulação regional da Arcafar.</i>	117
4.3A	política de educação do campo em Santarém: o Órgão Gestor Municipal e a CFR-STM	121
4.2.3	<i>O Novo Plano Municipal de Educação e a Política de educação do campo</i>	122
4.3	A perspectiva de desenvolvimento regional e a educação do campo: visão de futuro na CFR-STM	131
4.3.1	<i>Motivação e visão de futuro dos alunos da CFR-STM</i>	133
4.4	Marchas e contramarchas da Educação do campo em Santarém	139
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>147</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>153</b>
	<b>APÊNDICES</b>	<b>159</b>
	APÊNDICE A – Roteiro de entrevista – Lideranças do Movimento Social do Campo.....	159
	APÊNDICE B – Roteiro- de entrevistas – Sujeitos da CFR-STM.....	165
	APÊNDICE C – Roteiro de Entrevista – Poder Público Estatal (Secretaria Municipal de Educação – Semed/Coordenação de Educação do Campo) .....	171
	APÊNDICE D – Modelo de Termo de Consentimento do Responsável pela Instituição ..	172
	APÊNDICE E – Modelo de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido .....	173
	<b>ANEXOS</b>	<b>175</b>
	ANEXO A – CADERNO 1. BENTES, Antonio José M. Notas de reuniões da Área Pastoral n.04, 12 de Dezembro de 1994, snt. ....	175
	ANEXO B – CADERNO 2. BENTES, Antonio José M. Notas de Encontro de Lideranças Comunitárias do Centro de Apoio aos Projetos de Ação Comunitária (Ceapac) , 03 A 06 de Janeiro de 1995, snt. ....	180
	ANEXO C – Estrutura Curricular: Disciplinas do núcleo comum e disciplinas do Núcleo Técnico .....	193
	ANEXO D – Levantamento prévio, formulário de entrevista às famílias.....	194
	ANEXO E – Relação de entrevistas .....	196
	ANEXO F – CEBs. Área Pastoral n. 04. Diocese de Santarém. Comissão de Agricultura. ....	197
	ANEXO G – Ata de Constituição da Associação da Casa Familiar Rural de Santarém....	198
	ANEXO H – Artigo A Pedagogia da Alternância em Santarém .....	199

ANEXO I – Trajetória dos movimentos sociais do campo na Região do Baixo Amazonas ....	
.....	202



# 1 INTRODUÇÃO

## 1.1 Considerações Iniciais

Tendo em vista os problemas educacionais, políticos e econômicos que ocorrem no campo, faz-se necessário analisarmos a educação do campo, a partir de uma realidade complexa. Isto inclui o aumento dos conflitos sociais em função da luta por condições de desenvolvimento de uma vida digna, entre outros temas.

Para efeito deste trabalho, o campo é entendido como o espaço geográfico politicamente determinado, marcado por aspectos comunitários de organização, da solução de conflitos da religiosidade, expressões culturais e contato com a natureza, além de relações de parentesco e vizinhança muito peculiar ao mundo do campo. Distingue-se profundamente das culturas urbanas e suas variadas formas de expressão. (COSTA e CARVALHO, 2012).

No que se refere ao termo “Educação do Campo”, é um conceito em construção, que surge no âmbito das lutas dos movimentos sociais e sindicais do campo articulados<sup>1</sup>, a partir da década de 1990 contra a problemática da exploração provocada pelo sistema capitalista à população do campo no Brasil, compreendendo suas especificidades e contribuições ao processo mais amplo de educação na perspectiva do mundo globalizado.

A educação do campo passa por momentos de mudança de rumo, todavia ainda se discute pouco as mudanças que o campo está vivendo. E a compreensão do significado da Educação do Campo está em oposição ao de educação rural que nega as lutas sociais e tem a escola como um espaço de reprodução da lógica capitalista que sustenta o latifúndio e a exploração dos bens materiais e mão de obra dos trabalhadores rurais. Neste aspecto, Caldart (2012), afirma que a discussão do conceito de Educação do campo tem sua base concreta na raiz da sua materialidade de origem e do momento histórico da realidade ao qual se refere.

Segundo Munarim (2011), a educação do campo deve ser compreendida como um direito que historicamente vem sendo negligenciado no conjunto das políticas públicas da educação brasileira, e como tal, merece culminar em ações refletidas e efetivamente concretas para que, as populações do campo possam ter melhores condições de estudar, se manter na

---

<sup>1</sup> Pelo Movimento da Articulação Nacional por uma Educação do Campo Com a participação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), da Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) e da Associação Regional das Casas Familiares Rurais (ARCAFAR).

terra, a partir do investimento na qualidade da educação, além da saúde, infraestrutura, etc., as quais são outras políticas públicas necessárias a esta realidade.

Deste modo, cabe como esclarecimento inicial que partimos da compreensão atual do conceito de política pública (educacional), para seguirmos com a reflexão sobre a educação do campo e todas as suas implicações conceituais e de contexto histórico, político, sociais e ideológicos. Sérgio de Azevedo (2003) construiu um conceito didático para uma melhor compreensão a respeito de política (pública): tudo aquilo que um governo faz ou deixa de fazer, bem como os impactos de sua ação ou omissão. Assim, até quando um governo se omite em ações, isso também é uma política pública, pois envolveu uma decisão.

Saviani (2008) entende que:

A política educacional diz respeito às decisões que o Poder Público, isto é, o Estado, toma em relação à educação. Tratar, pois, dos limites e perspectivas da política educacional brasileira implica examinar o alcance das medidas educacionais tomadas pelo Estado brasileiro (p.7).

A reivindicação da escola como lugar de ensino para todos os grupos sociais, garantida em suas condições mínimas de existência pelo Estado, reprodutora (ou que deveria ser) da cultura universal acumulada pela experiência humana e disseminada em todos os países do planeta, não possui mais do que 150 anos. Trata-se de uma experiência educacional do final do século XIX, momento em que as relações capitalistas de produção, amadurecidas pelo ritmo da industrialização e visando a *mais-valia*, demandavam, por um lado, conhecimento técnico padronizado da mão-de-obra e, por outro, controle ideológico das massas de trabalhadores, fazendo surgir a escola moderna, a partir de uma contradição: ser ao mesmo tempo espaço de superação, de criação, de práxis e, também, espaço de reprodução e controle ideológicos.

É com essa característica contraditória, dialética, dual que a escola se desenvolveu nos últimos 150 anos, tempo em que a cultura humana passou por profundas transformações. Nesse sentido, Saviani (1982) analisando a lição trazida pela concepção crítico produtivista, reconhece que a escola é determinada socialmente e sofre a determinação do conflito de interesses que caracteriza a sociedade. E os setores da classe dominante podem até dar a impressão de que não querem a transformação na escola. No entanto, não é bem assim: é que as transformações são distintas. A classe dominante quer muito a transformação da escola, talvez do nosso ponto de vista, para pior. Mas quer sempre a transformação conveniente a seus interesses. Não no mesmo sentido que estamos falando aqui da emancipação do sujeito,

sobretudo o do campo. O Movimento Social e Políticas Públicas de Educação do Campo são os temas centrais de nossas pesquisas que tem como objeto: a Casa Familiar Rural de Santarém. Nossa dissertação está vinculada à linha de pesquisa em História, Política e Gestão Educacional, do Programa de Pós-Graduação em Educação do Instituto de Ciências da Educação da Universidade Federal do Oeste do Pará.

A temática do movimento social, e especificamente a educação do campo fez parte da minha experiência profissional e política, bem como minha formação sociológica, marcada pelo meu envolvimento com o movimento social. Durante o período de 1998 a 2005, fiz parte da equipe de trabalho da organização não governamental de educação ambiental Grupo de Defesa da Amazônia - GDA<sup>2</sup>, atuando em projeto de formação de educadores ambientais comunitários nas regiões dos rios Tapajós e Arapiuns, atualmente Reserva Extrativista em seguida, integrei a coordenação desta instituição.

A referida instituição ambiental, a partir da década de 1990, já institucionalizada como organização de assessoria, passou a integrar fóruns interinstitucionais que debatiam a melhoria das condições de vida no campo, especialmente em relação à produção agrícola familiar, à organização social e educacional do campo, constituindo-se na experiência local de criação do Fórum da Produção Familiar Rural de Santarém, a partir de 1995, o qual em um momento posterior veio a se tornar um Fórum regional.

Vale ressaltar que a experiência pessoal de participação no movimento social, através de assessoria em uma organização ambiental não governamental com atuação no campo neste município, foi um fator que nos facilitou a identificação e contatos com lideranças e organizações que participaram dos espaços de discussão e criação da Casa Familiar Rural de Santarém (CFR-STM).

## **1.2 Justificativa de pesquisa**

Nossa pesquisa surgiu da relevância da CFR-STM, que sendo a primeira no contexto regional do Baixo Amazonas, Oeste paraense, nasceu em 26 de abril de 1999, de um Fórum de articulação e debates do movimento social representativo de populações rurais que demandaram o acesso à educação para jovens das comunidades rurais tendo em vista sua

---

<sup>2</sup> Organização santarena surgida em 1978, dentro do contexto nacional da resistência ao período de ditadura, constituído por grupo de jovens ligados aos movimentos católicos em Santarém com a proposta de discutir e defender a temática ambiental na região. Este grupo, instituído formalmente desde 1990, se mantém até hoje na relação com o movimento social local e regional e assessoria às comunidades rurais.

emancipação política e melhoria na produção familiar rural, ampliando esta articulação para âmbito regional e à criação de outras CFRs.

Neste ponto se destaca o modelo pioneiro de alternância no Brasil, desenvolvida pelo Movimento Educacional Promocional do Espírito Santo – MEPES, a partir de 1969, estudado por Paolo Nosella (2014), o qual influenciou a criação de outras experiências de alternância no Brasil país, inclusive o caso de Santarém, como veremos adiante em nosso trabalho. Esclarecemos que se trata de uma concepção filosófico-metodológica que se organiza pela alternância de tempos pedagógicos em que teoria e prática caminham juntas no sentido de compreender a realidade e de intervir nela em busca de transformação social na qual o sujeito do campo se insere.

Diante desse contexto regional/local e tendo por base o processo histórico do Movimento de Educação do Campo no Brasil e sua influência na constituição das políticas públicas nessa área, vimos a necessidade de analisar como o movimento social do campo se relaciona com o poder estatal, ao longo da implantação e efetivação da CFR de Santarém,

Isso nos motivou a estudar a educação do campo no contexto regional, acreditando que a educação dos sujeitos do campo se constitui em estratégia política e econômica na construção de melhorias nas condições de vida das pessoas do campo e de desenvolvimento local. É nesta perspectiva, que desenvolvemos este estudo acerca da experiência da Casa Familiar Rural de Santarém, e analisamos esta experiência, uma vez que ela tem sido apontada no conjunto dos debates acadêmicos e dos movimentos sociais como uma alternativa educacional na formação dos sujeitos do campo. O presente trabalho visa somar-se a outros estudos que abordam essa temática a fim de contribuir para afirmar a educação do campo como um direito e também como parte do processo de emancipação humana, social e política integrada ao contexto educacional global.

### **1.3 Algumas questões (conceituais- legais) sobre a Educação do Campo**

A educação do campo segundo Nosella (2014, p.259) “nomeia um fenômeno da realidade brasileira atual, protagonizado pelos trabalhadores do campo e suas organizações, que visa incidir sobre a política da educação desde os interesses sociais das comunidades camponesas”. A exploração provocada pelo sistema capitalista atinge a população do campo, que por sua vez, articula-se com os diferentes processos de luta social, desenvolvida pelos movimentos sociais e sindicais, buscando enfrentá-la.

No que se refere ao conceito de “educação rural” ou “educação para o meio rural”, este termo recebia rejeição segundo Caldart (2004, p. 20-21) ao ser considerado como “objeto e instrumento executor de políticas e de modelos de agricultura pensados em outros lugares para atender a outros interesses”; trazendo a classificação de três referências prioritárias nas teorias da Educação do Campo:

O Pensamento Pedagógico Socialista, focando a dimensão pedagógica do trabalho e da organização coletiva; a Pedagogia do Oprimido e as experiências da Educação Popular, tendo em Paulo Freire seu grande expoente; e, enfim, a pedagogia chamada do Movimento, a partir das experiências educativas dos próprios movimentos sociais visando a produzir uma tradição pedagógica que tenha como referências o campo e as lutas sociais.

Com base nas concepções das três vertentes acima (pensamento pedagógico socialista, pedagogia do oprimido e a pedagogia do movimento), entendemos que a educação do campo se baseia numa compreensão que integra de modo complementar estes modelos.

Molina (2004) ao estudar as escolas do campo como espaço de formação permanente compreende a escola como um território em disputa, onde é possível a construção de espaços contra hegemônicos de contribuição à emancipação das classes trabalhadoras do campo.

A compreensão do significado da Educação do Campo é objeto de discussão nas diferentes publicações da “Coleção por uma Educação do Campo”, produzidas pelo movimento da Articulação Nacional por uma Educação do Campo. Ideia que nasceu em julho de 1997, durante o Encontro Nacional de Educadores e Educadoras da Reforma Agrária (Enera), quando, a partir de então, as diferentes experiências foram construídas com a participação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST, da Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), da União Nacional das Escolas Famílias Agrícolas no Brasil (Unefab) e da Associação Regional das Casas Familiares Rurais (Arcafar).

Tal articulação conduziu ações governamentais, como o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – Pronera, resultado da expressiva mobilização junto à Coordenadoria de Educação do Campo na Secadi/MEC na criação de uma política pública de educação de formação de professores que atenda ao campo brasileiro.

Existem diferentes modos de interpretação e crítica dos processos e análises desenvolvidos por diversos intelectuais que estudam a educação do campo, no que tange às suas premissas, seus métodos, suas questões teórico-epistemológicas que, a depender do foco de sua análise, são apontadas como contraditórias. Pesquisadores como Molina, Arroyo,

Arruda, Caldart e Bezerra Neto dentre outros, contribuem com as suas críticas e estimulam uma reflexão sobre alguns elementos que necessitam ser repensados na pesquisa em educação e, mais especialmente, na educação do campo.

### *1.3.1 Educação e Trabalho na alternância do tempo-escola e tempo-comunidade*

A sociedade industrial se fundamenta na divisão do trabalho, e a educação, nesse contexto, acontece de forma fragmentada, elitista classificando o saber científico e o saber prático, na perspectiva da competição e competência. Já a práxis histórica pressupõe a articulação entre saber científico e prático.

Neste aspecto, cabe evocar para uma breve aproximação, a concepção de educação e trabalho em Pistrak (2000), que influenciado por pressupostos epistemológicos marxianos, elaborou uma nova concepção de educação voltada para a formação do homem integral.

Deste modo, os conteúdos de ensino oferecidos às novas gerações teriam o papel de instrumentalizá-los para a construção de uma “nova ordem, com novos conhecimentos e concepções sobre a sociedade”, segundo Lucena et. al (2011, p.274). Na defesa de uma concepção de processos educativos que potencializassem a percepção de revolução sobre nova base (socialista) Pistrak (2000) confere à educação a atribuição de desenvolver todas as aptidões do ser humano por meio de métodos pedagógicos baseados na atividade e na investigação do aluno, articulando o trabalho e a educação como condição fundamental à formação humana.

Com base na compreensão da relação dialética entre a teoria e prática proposta por Marx, Pistrak e Gramsci (escola e trabalho), na percepção do trabalho de forma científica e como princípio educativo concebido do ponto de vista social, estes pressupostos são entendidos como pilares para a formação integral do ser humano. Partimos do conceito do pensar e do agir integrados como condições prévias para levar os homens a se apropriarem da sua condição de exclusão a atuarem no intuito da transformação de sua condição existencial. Apoiando-nos ainda em Molina e Jesus (2004), entendemos que a educação do campo, do mesmo modo, deve permitir uma compreensão da totalidade da realidade vivida para a superação da visão utilitarista da escola pelos sujeitos, vinculando o trabalho, não apenas como necessidade, mas como liberdade de expressão, espaço de criatividade, de realização e reflexão sobre a participação dos sujeitos na sociedade.

Essa compreensão da relação teoria e prática em Marx e Engels, Pistrak e Gramsci, cada um na sua maneira, servirá de base teórica para educação do campo, através de seus

fundamentos. Segundo Lombardi (2011), para Marx e Engels, a articulação entre trabalho e educação, tratada em *A Ideologia Alemã*, se fundamenta na concepção de trabalho como um modo de ser do homem, de produzir sua própria existência, distinguindo-se dos outros seres pelo modo de produção dos seus meios de vida; agindo sobre a natureza, transformando-a e adequando-as em função de suas necessidades. Concordamos com este autor quanto a “junção entre educação e trabalho na perspectiva da superação da exploração capitalista” e “como um poderoso instrumento para a formação desalienada e revolucionária dos filhos da classe trabalhadora”. (LOMBARDI, 2011). Devendo esta educação “incluir formação geral e a científica, necessária à compreensão de todo o processo de produção” (idem, 2011, p.105), com maior articulação entre o saber e o agir. De acordo com a teoria gramsciana, o trabalho é a forma do ser humano participar ativamente na vida da natureza, transformando-a e socializando-a, na qual a “escola única, de cultura geral e humanística”, seja capaz de formar pessoas com capacidade de trabalho manual (técnica, industrial) e de potencializar o trabalho intelectual.

O sentido da alternância, entre tempo-escola e tempo-comunidade, norteia a educação no campo, especificamente na modalidade das CFRs, a partir da não separação entre o pensar e o fazer, com base na auto-organização dos estudantes, na construção de comunidades discursivas.

### *1.3.2 Os marcos legais da Política de Educação do Campo como acúmulo de luta social*

No debate sobre as políticas públicas educacionais no país, é ainda perceptível a distância entre legislação e realidade das lutas sociais, sobretudo do campo. Ainda assim, o movimento social do campo teve importantes conquistas que materializam suas lutas na adoção de reivindicações sociais do campo como políticas públicas. E que apesar de serem insuficientes e apresentarem dificuldades de execução, um conjunto de Programas— como Pronera<sup>3</sup>, Programa Saberes da Terra e o Procampo<sup>4</sup>— correspondem a acúmulos de lutas do Movimento da Educação do Campo.

Tal articulação reuniu conquistas de práticas concretas de políticas, baseada na concepção da Educação do Campo de reconhecimento das condições necessárias à universalidade do direito à educação e das especificidades dos sujeitos do campo, conforme

---

<sup>3</sup>Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária

<sup>4</sup> Programa de Apoio às Licenciaturas em Educação do Campo

Molina e Freitas (2011). Destacaremos alguns instrumentos legais, os quais fundamentam e reconhecem a Pedagogia da Alternância:

- Diretrizes Operacionais para a Educação Básica das Escolas do Campo: Resolução CNE/CEB nº 1/2002 e Resolução CNE/CEB nº 2/2008 (definição normativa de Educação do Campo);
- Parecer CNE/CEB nº 1/2006 – O presente parecer dispõe especificamente sobre a rede dos Centros Familiares de Formação por Alternância (Ceffa), que se organiza em três associações – Unefab, Arcafar-SUL e Arcafar-NORTE-NORDESTE – congrega as EFA's, CFRs e ECOR, somando 217 escolas que adotam a Pedagogia da Alternância. Assim como estabelece os dias letivos para essa modalidade de ensino por Alternância.
- Decreto nº 7.352 /2010<sup>5</sup>, que alçou a Educação do Campo à política de Estado, garantindo permanência e continuidade, instituindo o Pronera e o reconhecimento das especificidades sociais, culturais, ambientais, políticas e econômicas, a partir da definição de populações do campo.

#### **1.4 Tema e objeto de pesquisa**

Uma pesquisa pressupõe a formulação de um problema, que geralmente se desdobra em questões ligadas a objetivos cuja concretização depende de um conjunto de procedimentos de natureza prática alimentadas por uma fundamentação teórica e metodológica. Tais aspectos são apresentados a seguir, em linhas gerais, e seus desdobramentos estarão presentes ao longo do texto. Da proposta inicialmente apresentada quando da seleção no mestrado, a partir das leituras e orientações, elaboramos a seguinte pergunta de pesquisa: Como as relações de interesses e contradições entre Movimento social do campo e Estado, na implantação da política educacional da CFR de Santarém, são conduzidas para o fortalecimento das lutas de resistência e emancipação dos sujeitos do campo?

De forma complementar, buscam-se ainda respostas para as questões seguintes:

O que é a CFR de Santarém e como se organiza e se articula com o Movimento de Educação do Campo para a construção de um projeto novo de sociedade?

---

<sup>5</sup>Este Decreto, em especial caracteriza o que é uma escola do campo, levando ao questionamento se as escolas de campo teriam uma identidade de campo. A partir da análise desta lei, o que se perde é a compreensão de escola do campo, sendo também aquela escola localizada na cidade que atende majoritariamente uma população residente no meio rural. Deste modo, se o currículo tem que estar vinculado ao trabalho, à terra, à identidade do sujeito, muito provavelmente uma escola da cidade teria dificuldade em contemplar tais questões. Consideramos esta visão desconectada de escola do campo, fora do campo, ser um retrocesso das conquistas alcançadas pelo movimento do campo, ao conceber a educação do campo como política pública, a partir da luta dos diferentes movimentos sociais. Esta questão será melhor explorada na seção 2.

A CFR de Santarém atua de acordo com os princípios formativos da educação do campo? Quais seus principais desafios?

Como se dá o envolvimento das instituições governamentais na gestão da CFR de Santarém? A implantação da política educacional representa limites para a emancipação dos sujeitos?

### **1.5 Objetivos: Geral e específicos**

Nesse sentido, o objetivo geral da nossa dissertação consiste em analisar a experiência da CFR de Santarém, enquanto consolidação da política educacional do campo, identificando como ocorrem as relações de interesses e contradições entre Estado e movimento social diante das lutas de resistência e emancipação dos sujeitos do campo na constituição do poder local.

Os questionamentos propostos neste estudo buscam alcançar os seguintes objetivos específicos:

- a) Compreender o processo histórico de mobilização social para a criação da Casa Familiar Rural de Santarém até a sua efetivação como política educacional do campo.
- b) Identificar a proposta político-pedagógica desenvolvida na CFR de Santarém relacionando-a com os princípios formativos da educação do campo, a fim de identificar concordâncias ou distanciamentos, bem como desafios e estratégias à demanda de emancipação e resistência dos sujeitos do Movimento de Educação do Campo contra o projeto dominante de desenvolvimento capitalista.
- c) Analisar a forma de envolvimento das instituições governamentais na gestão da CFR de Santarém, identificando prováveis limites e conquistas para a emancipação dos sujeitos, durante a implantação desta política educacional.
- d) Compreender, por meio da proposta político-pedagógica da CFR de Santarém, a contribuição para a luta de resistência e emancipação dos sujeitos do campo demandada pelo Movimento social desde a sua criação.

### **1.6 Categorias de análise, instrumentos de coleta e os sujeitos da pesquisa**

A pesquisa foi embasada na realidade concreta, obedecendo aos princípios científicos de descrição, classificação, análise e síntese tendo em vista:

1. Questionar a visão estática da realidade e não perder de vista o percurso histórico, estabelecendo ligações com a realidade concreta mais ampla, a fim de observar como

a CFR de Santarém aparecerá historicamente, como demanda social do movimento do campo até a implantação de política educacional do campo;

2. Desvendar o conflito de interesses que possivelmente exista entre a execução das políticas educacionais e a gestão da CFR de Santarém, considerando as singularidades da educação do campo e a universalidade da educação para podermos apreender nosso objeto em uma totalidade.
3. Identificar as alternativas de resistência e articulação às lutas nacionais do Movimento da Educação do Campo contra o modelo de desenvolvimento capitalista opressor.

A escolha por uma abordagem que abarque o princípio da totalidade e da historicidade nos apoiou transversalmente em nossa análise, por meio das seguintes categorias: i) Totalidade – na observação da política nacional na experiência local; ii) Contradição – na unidade de contrários entre Movimento social e Estado; iii) Ideologia – do que trata a política educacional e o que defendem os sujeitos com a proposta da alternância; iv) Educação e Trabalho, na perspectiva marxista da educação como instrumento de luta contra a alienação do e pelo trabalho; e Trabalho, como princípio educativo e condição material de existência e consciência humana, visando a emancipação e transformação social dos sujeitos e sua história. Estamos nos apoiando nas ideias de autores como Saviani, Meszáros, Lombardi etc., que acreditam que é possível fazer mudanças na sociedade (capitalista) por “dentro da escola”.

As categorias abordadas referendam em nossa pesquisa a potencialidade da combinação entre o método dialético e a utilização da abordagem, sobretudo qualitativa, sem, no entanto deixar de lado, a análise quantitativa dos dados. A dialética, nesta perspectiva, enseja a dissolução das dicotomias entre quantitativo e qualitativo, assumindo, portanto que “a qualidade dos fatos e das relações sociais é sua propriedade inerente e que quantidade e qualidade são inseparáveis e interdependentes” (MINAYO, 2010, p.25).

A alternância como proposta filosófica metodológica desenvolvida nas Ceffa, e aqui no caso específico, das CFRs, em particular a CFR de Santarém, analisada neste trabalho, carregam na sua essência proximidade metodológica com o enfoque dialético da síntese crítica e histórica conforme demonstrado nos aspectos a seguir.

A alternância integrativa pressupõe um Plano de Formação baseado na lógica temática e não disciplinar. Os Temas Geradores e os Planos de Estudo possibilitam um itinerário metodológico que parte da realidade, passa pelo

aprofundamento teórico e retorna à realidade numa perspectiva de intervenção, experimentação e transformação. (BEGNAMI e BURGHGRAVE in NOSELLA, 2014, p.266).

Buscamos ao longo da dissertação, explicitar a escolha por uma abordagem que abarque e justifique as necessidades do campo, considerando o princípio da totalidade e da historicidade.

### **1.7 Instrumentos de coleta e os sujeitos da pesquisa**

Para a interpretação dos dados em nosso trabalho, utilizamos como técnica principal, a análise de entrevistas<sup>6</sup>, buscando interpretar a fala dos sujeitos e identificar as forças antagônicas entre o poder local do movimento social do campo e o poder estatal e, a partir da perspectiva metodológica de reconhecer as possíveis contradições presentes nestas relações sociais. E para compreendermos a motivação dos alunos para integrar a Casa, bem como sua percepção de futuro, aplicamos fichas com questões, correspondendo a uma amostra de 17% (dezessete por cento) do total, sistematizadas para análise (Tabela 6 - Motivação e Pretensão dos alunos da CFR-STM).

Foram utilizados os seguintes instrumentos de coleta: referencial bibliográfico e documental (relatório, registros informais), roteiro de entrevistas e depoimentos junto a lideranças do movimento social, como presidente do STTR de Santarém na época de criação da CFR, e membros das CEB's, precursores do movimento social do campo em Santarém, dos quais alguns destes vieram a ocupar cargos públicos. Entrevistamos também membros da Associação da CFR (atuais e antigos) e representantes que integraram o então Fórum de debate de políticas voltadas à agricultura familiar e a educação do campo, até a criação da CFR em Santarém. Além de ouvir liderança sindical, participante da experiência de formação da Escola Família Agrícola em Espírito Santo, marco da Pedagogia da Alternância no Brasil, o qual ajudou a trazer a proposta em nosso município.

Vale esclarecer que o acesso a alguns dos documentos usados como fontes em nossa pesquisa foram conseguidos com as próprias lideranças, que guardavam cópias digitalizadas ou impressas em suas residências. A esse respeito, o fato da CFR não possuir sede própria, conforme comentaremos adiante, segundo relato dos entrevistados, levou a dispersão ou perda de documentos desta CFR. Outras fontes de pesquisa foram os documentos oficiais de

---

<sup>6</sup> Foram entrevistados 10 (dez) representantes do movimento social do campo, dentre membros das associações e outros fóruns de discussão, 01 (uma) aluna da CFR e 01 (ex-aluna) e 03 gestores municipais de educação. (Ver Anexo D)

instituições públicas envolvidas na implantação, para observarmos o contraponto com a situação atual de seu funcionamento.

### **1.8 Estruturação e organização da dissertação**

A **primeira seção** da nossa dissertação enfoca o desenvolvimento histórico de estruturação do Movimento social em Santarém, descreve e analisa sua articulação interinstitucional como estratégia de poder local e regional. Constituindo os antecedentes da criação da CFR/Santarém, bem como seu processo de transformação na relação com o poder estatal e na construção das políticas públicas que afetam a população rural, sobretudo a educação no campo.

Na **segunda seção** tratamos da apresentação de nosso objeto de estudo: a Casa Familiar Rural de Santarém, a partir de sua institucionalização, descrevendo seu funcionamento, orientação pedagógico-metodológica, dificuldades, articulações e sustentabilidade.

Pontuamos também, a partir do registro dos sujeitos, um resgate da realidade local e regional, (socioeconômica e agrícola) no contexto de criação desta CFR. Fazendo um panorama atual destas condições, com a finalidade de situarmos nosso objeto historicamente no tempo e no espaço. Sem, no entanto, deixar de fazer referência aos modelos implantados como o marco teórico brasileiro do MEPES ou o do modelo francês das *Maison Familiale Rurale* e 1935, ambos presentes no estudo de Nosella (2014).

A **terceira seção** apresenta e discute as formas como o poder local se articula com a CFR de Santarém no contexto das discussões do movimento social do campo, a partir da estratégia de articulação regional de organização das instituições envolvidas. Utilizaremos com finalidade de comparação com a Casa Familiar Rural de Santarém, o estudo da CFR de Gurupá realizado por Benedita Magalhaes (2009), por discutir nesta Casa, a relação entre a sociedade civil e o Estado na construção de políticas públicas. Ou seja, esta autora tem em seu trabalho, a mesma perspectiva que desenvolvemos como ponto de apoio em nossa dissertação.

Nas **considerações finais** pontuamos os resultados e conclusões de nosso trabalho, observando os objetivos propostos e as questões norteadoras no sentido de identificar os elementos constitutivos deste processo presente na relação entre movimento social e Estado no desenvolvimento da proposta de alternância da CFR-STM.

## **2 ANTECEDENTES DO MOVIMENTO SOCIAL DO CAMPO E A CRIAÇÃO DA CASA FAMILIAR RURAL EM SANTARÉM – CFR-STM**

Na tentativa de fazer um breve resgate do movimento social do campo em Santarém, na percepção dos seus sujeitos, construímos a seguir possíveis caracterizações, identificando seus principais atores sociais e suas instituições componentes, bem como as principais demandas que mobilizaram e ainda mobilizam essa articulação. Destacamos algumas transformações ocorridas durante o percurso, a fim de situarmos melhor o processo que culminou na criação e implantação da CFR/Santarém; lembrando que esta experiência educacional do campo teve sua origem diretamente ligada ao movimento social local da época.

No fim da década de 1980 e meados da década seguinte, as comunidades eclesiais de base (CEB's), coordenadas pela Diocese de Santarém por meio de suas áreas pastorais nas regiões do Lago Grande, Arapixuna, Arapiuns e Tapajós, mobilizaram um processo de discussão pela melhoria do preço da farinha, motivando a criação de um Fórum de instituições não governamentais, incentivado pelo trabalho de Organizações não Governamentais, com destaque para o Grupo de Defesa da Amazônia (GDA) e o Centro de Apoio aos Projetos de Ação Comunitária (Ceapac) e pela atuação de instituições representativas dos trabalhadores do campo, como o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR) e Pastorais Sociais. Este Fórum conduziu ações que levaram à discussão da educação de jovens rurais e à criação da primeira Casa Familiar Rural de Santarém - CFR-STM. (BENTES, 2015, snt<sup>7</sup>).

Desse modo, as primeiras discussões sobre o enfoque da pedagogia da alternância em Santarém surgiram por volta de 1994, no contexto das organizações dos produtores familiares na região dos rios Tapajós e Arapiuns.

### **2.1 Do movimento social à criação do Fórum da Produção Familiar em Santarém**

As informações históricas contidas neste tópico remontam as primeiras discussões para a articulação e criação do Fórum da Produção Familiar em Santarém. Foram conseguidas por meio de caderno de notas de reuniões de Área Pastoral (Ver Anexo A), datado de dezembro de 1994 a fevereiro de 1995, feitas por Antonio José Mota Bentes, liderança do movimento social local e regional, membro e articulador deste Fórum, que se tornou, quatorze anos depois, gestor público, como falaremos adiante. Para maior fidedignidade das

---

<sup>7</sup>Sem notas tipográficas.

informações deste registro da época (dezembro de 1994 e meados de 1995), procuramos preservar a escrita ao longo da descrição dos fatos, debates e reflexões.

A existência de um “Fórum da Agricultura”, como foi inicialmente concebido em 1994, teve origem com a articulação de um conjunto de instituições não governamentais de assessoria e entidades representativas de trabalhadores rurais em Santarém, além de grupos de pastorais sociais ligados à Igreja Católica<sup>8</sup>, que se reuniram para alcançar objetivos ligados à agricultura familiar.

Este Fórum de caráter interinstitucional e informal, isto é, sem personalidade jurídica atuou no período de 1994 até o ano de 2000. Segundo registros informais das lideranças da época, pudemos constatar que esta mobilização em Santarém foi inicialmente incentivada por um movimento que ficou conhecido como “Movimento pelo preço da farinha” ocorrido em meados de 1994 e, como já dito anteriormente, liderado por Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) vinculadas à Igreja Católica, em diversas áreas rurais do município de Santarém: Lago Grande, Várzea, Arapiuns e Planalto. Tais antecedentes foram resgatados recentemente com detalhes por Antonio José Bentes em Encontro com lideranças das CFRs do Baixo Amazonas promovido pelo Conselho de Desenvolvimento Territorial do Baixo Amazonas (Codeter-BAM):

A origem da discussão sobre a política do campo está em Santarém, no início da década de 1990. O debate surgiu no contexto de discussões dos agricultores familiares das entidades que atuavam na região naquela época, mas dentro de um trabalho que a Diocese de Santarém ou Prelazia de Santarém (...) promoveu em várias regiões Pastorais (...). Nesse debate essa problemática que todos nós conhecemos: o problema da produção, o problema da capacitação, o problema da assistência técnica, já estava pautado de forma muito forte, e ganhou muita força nessa época que foi a discussão pra se lutar pela valorização da produção, principalmente da farinha. Aqui na região de Santarém foi feito várias assembleias nessas regiões pastorais: no Arapiuns, Lago Grande, e essa ideia de uma formação de caráter formal (...) nasceu a partir desses debates. (Codeter-BAM. In Seminário de Educação do Campo, 25.04.2015).

O registro acima revela que, desde as primeiras mobilizações<sup>9</sup>, houve um intenso processo de articulação e debates, diante da insatisfação com a situação de abandono dos trabalhadores da pequena agricultura no município de Santarém.

Percebemos que, assim como ocorreu na história que precedeu a criação da CFR do município de Gurupá, mesorregião do Marajó, Belém (Pará), estudado por Benedita

---

<sup>8</sup>Sobretudo grupos das áreas quatro e oito composta pelos bairros urbanos Mapiri e Liberdade e pela área pastoral das regiões ribeirinhas Arapiuns e Lago Grande do Curuai.

<sup>9</sup>Datadas de seis e doze de dezembro de 1994, referentes aos encontros de áreas pastorais (sobretudo áreas quatro e oito) realizada no auditório das instituições GDA e Ceapac.

Magalhaes (2009); em Santarém, ocorreu também forte presença da Igreja Católica através das CEBs com sua prática da Educação Popular. Neste aspecto, Brandão (2002, p.86) considera esta educação popular “como uma forma de educação política cuja definição é qualificada por uma clara conotação classista que a diferencia de outras formas de educação não formal”. Tal prática revelou-se também nesta região aqui mencionada, importante ação mobilizadora e incentivadora da identidade cultural de uma população rural específica, capaz de motivar o seu potencial de articulação, como sujeitos determinantes de transformação social.

Desse modo, foram decisivos os processos iniciais de mobilização, considerados precedentes à constituição do Fórum da Produção Familiar Rural de Santarém, pois com base ainda em registros informais, aqueles momentos de reunião levaram a um contato maior com as entidades, sobretudo do meio governamental. O que, segundo registros, “viria a facilitar ainda mais o trabalho que estavam pensando”. (CADERNO 1, 1994, fl.01, snt).

A perspectiva deste movimento era a questão da produção e mercado da agricultura familiar. A esse respeito, o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais em Santarém, na época<sup>10</sup>, ao relembrar as principais bandeiras de luta deste movimento, disse que a principal discussão se dava em torno de três temáticas: produção, beneficiamento e comercialização da produção. Conforme podemos constatar no depoimento a seguir.

Resultou num debate muito forte dentro do Fórum, esses três eixos: a produção que teria que ter uma assistência técnica pra melhorar (...) a questão produtiva, os conhecimentos técnicos por meio de cursos, o acesso às estradas e aos ramais. Na comercialização eram as feiras, pois as feiras resultando nas feiras que existem hoje em Santarém como a Aprusan<sup>11</sup>; os eventos de exposição de produtos. E o beneficiamento que trata da questão do mercado, do melhor preço. (Presidente do STTR/STM na época de criação da CFR-STM, entrevistado em 22.04.2015).

Percebemos ainda a respeito do resgate sobre esta mobilização, segundo ainda o então presidente do STTR/STM, que havia uma denominação inicial de “Fórum da Agricultura”, confirmada pelos registros informais escritos, justificando que esta denominação foi alterada para Fórum da Produção Familiar, por caracterizar melhor as atividades dos trabalhadores familiares, conforme esclarece:

(...) começou como Fórum da Agricultura e não era da produção familiar, mas como se percebeu que aqui a atividade rural não era só agrícola, então,

---

<sup>10</sup> Durante o período de 1997 a 1999. Ver Anexo D - Relação de entrevistas

<sup>11</sup> Associação de Produtores Rurais de Santarém (Aprusan)

tem a pesca, o extrativismo, foi mudando em um determinado momento para Fórum da Produção Familiar.

Acreditavam os primeiros participantes desse movimento, que as entidades teriam a responsabilidade de municiar os trabalhadores com informações necessárias sobre as grandes questões que as envolviam. Nesse sentido, tinham a definição de que aquele fórum das entidades deveria ser organizado na perspectiva dos trabalhadores, pois não aceitavam, em nenhuma hipótese que fosse criado mais um espaço de reuniões e não se buscasse solução para os problemas enfrentados pelos trabalhadores.

Ainda a respeito das demandas de criação do Fórum da Produção Familiar Rural de Santarém, o então presidente do STTR-Santarém informou que:

Esse fórum tem sua origem em meados dos anos 1990 (...) e foi uma necessidade das instituições representativas e as instituições de assessoria sempre estarem se relacionando. Acontece que naquele momento era de encarar os desafios de se juntar numa articulação de uma forma, e denominar isso aí para que a gente possa tá discutindo as nossas estratégias, e onde cada organização desenvolva o seu papel dentro da sua área de atuação.

Tal depoimento reforça a intenção de articulação e a necessidade de ação integrada entre as instituições representativas dos trabalhadores e as instituições de assessoria, como eram denominadas as organizações não governamentais que atuavam na região culminando na criação do Fórum da Produção Familiar Rural de Santarém.

Segundo ainda registros informais de 1994 da referida reunião de área pastoral, acreditavam as lideranças da época que para que aquele Fórum fosse criado na perspectiva dos trabalhadores, era necessário “ter clareza do que a gente quer e para onde queremos levar essa discussão”. Aquele movimento entendia que os trabalhadores não podiam mais relacionar-se com o governo de maneira individual, sendo preciso articular as ações dos trabalhadores visando organizar o relacionamento com as instâncias governamentais. (CADERNO 1, 12/12/1994, fl.02, snt)

Avaliavam que o trabalhador devia superar a sua condição de espectador e passar à condição de interlocutor, pois não admitiam mais ir para espaços de discussão, apenas para ver o “bonde passar”, sendo necessário “intervir na realidade e formatá-la a partir de seus interesses, na perspectiva de pequenos agricultores”. Refletia-se sobre como estabelecer uma relação com o poder público de maneira que “não fossem meros respaldadores das ações do governo, mas ocupando o papel de proponente das ações governamentais” (Idem, fl.04).

Como alternativa para a solução dos problemas enfrentados pelos trabalhadores na formulação de políticas públicas voltadas aos interesses do pequeno agricultor daquela época, conforme ainda este registro histórico de reunião, concluíram que, sem perder a autonomia, deviam buscar: a) “maior articulação entre as entidades de apoio (assessoria não governamental) e entidades de trabalhadores” (associações e sindicatos); b) “ampliar a base de apoio a fim de respaldar a ação reivindicatória do movimento dos trabalhadores” e; c) “manter os trabalhadores informados sobre as grandes questões relacionadas aos problemas enfrentados no cotidiano do agricultor familiar (questão fundiária, assessoria técnica, projetos, etc.)” (Ibidem, fl.04).

Aquele grupo de participantes então refletiu sobre qual era o projeto que tinham como pretendiam viabilizá-lo e a quem dirigi-lo. Neste aspecto, foi encaminhada como planejamento, a realização de um Seminário Regional de debate sobre a produção e comercialização e sobre o papel das ONGs e do Estado neste processo. A sistematização das propostas foi organizada do seguinte modo:

**Tabela 1 - Quadro de sistematização das propostas encaminhadas (Área Pastoral 04)**

<b>Ações mais amplas</b>	<b>Ações Imediatas</b>
1. Seminário sobre produção e comercialização	1. Melhoria dos ramais
2. Congresso de Pequenos agricultores do Baixo Amazonas sobre Produção e comercialização.	2. Legalização das terras
	3. Assessoria técnica
	4. Poços para abastecimento d'água (verificar em quais comunidades)
	5. Levantamento socioeconômico

**Fonte:** Elaborado por participantes conforme registro de reunião de 12/12/1994.

Para os problemas imediatos, os participantes planejaram naquela ocasião, buscar parcerias, como por exemplo, o então campus da Universidade Federal do Pará (UFPA), em Santarém. O propósito era discutir temáticas como a água, tendo em vista tratar questões sobre agricultura. E com a Embrapa, Sagri e Emater planejar ações diretamente voltadas às atividades agrícolas. Decidiram também, enviar ao Incra um requerimento solicitando esclarecimentos sobre o processo de titulação de terras, sendo convidados a participar em próxima reunião. O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santarém deveria então ser convidado a participar e a informar sobre a situação das terras legalizadas e as que estariam faltando. Este momento foi previsto para 21 de dezembro de 1994, a ser realizado no auditório do GDA e Ceapac.

O Seminário sobre produção e comercialização, foi previsto para o período de 27 a 30 de abril de 1995 em Emaús ou no Seminário São Pio X (ambos espaços cedidos pela Igreja católica) na perspectiva de ter presente todos os representantes de organizações que

trabalhassem com a agricultura, representantes de comunidades ou de área para discussão e busca de mercado para a agricultura familiar no município de Santarém<sup>12</sup>.

O referido “Congresso de Pequenos Agricultores do Baixo Amazonas sobre Produção e Comercialização” buscou alcançar os seguintes objetivos:

- Discutir a realidade da agricultura na região, buscando conhecer os trâmites do mercado consumidor, a organização da produção, armazenamento e venda.
- Conhecer as tendências do mercado consumidor, apontando alternativas de venda por melhores preços da produção regional do pequeno agricultor.
- Discutir a pequena produção no relacionamento com a grande produção na busca de melhores preços, qualificando a produção familiar e o estímulo ao homem do campo.
- Discutir mercado e produção na perspectiva do pequeno agricultor, levando em consideração a melhoria da qualidade de vida do trabalhador rural.
- Discutir ações conjuntas de processos organizados de pequena produção, tendo em vista o melhoramento da produção, abertura de mercado e busca de melhores preços.
- Discutir projetos alternativos na perspectiva da produção familiar, aumento da produção, assessoramento técnico, busca de mercado consumidor e valorização da produção.

(CADERNO 1, 12/12/1994, fls. 08-09, snt)

Percebemos com a descrição dos objetivos acima, que a característica da forte relação com os interesses econômicos voltados ao contexto das atividades agrícolas do homem do campo, norteou a demanda de criação e funcionamento daquele Fórum interinstitucional, influenciando também as demandas dos trabalhadores do campo dessa região. Neste aspecto, afirma Hofling (2001) que em uma sociedade dividida em classes, a primeira política que o Estado privilegia é a econômica, e não, as sociais, sendo tais políticas, orientadas por um modo de produção (capitalista); instalando-se o Estado, dentro destas características de responder primeiro pelas questões econômicas.

---

<sup>12</sup>Três anos depois, no período de 24 a 26/08/1998 em Emaús, foi realizado, também com a promoção deste Fórum, o II Seminário da Produção Familiar de Santarém como ação de continuidade e definição de novas ações com objetivos pautados em três temáticas: 1. Produção e organização sobre a comercialização; 2. Aspectos legais do processo de comercialização, e; 3. “Estratégias de capacitação e formação na Produção Familiar”. Houve a participação de 88 pessoas representando órgãos governamentais (Inkra, Emater, SEMED, SemaB, Sema e Ibama), Universidades (UFPA, Ulbra e FIT), entidades representativas e organizações não governamentais e instituições ligadas à igreja católica (STR, Ceapac, GDA, PSA, Z-20, CPT, Pastoral Social, Pastoral dos Pescadores, Projeto Várzea, CEFTBAM, AOMTBAM, Fetagri, FAMCOS, ARCAFAR/Altamira. Além da representação de associações de Produtores das regiões do Rio Tapajós (09), do Rio Arapiuns (04), Rio Amazonas (05). Lago Grande (03) e região do Planalto santareno (05). (Relatório do II Seminário da Produção Familiar de Santarém).

Ainda a respeito dos antecedentes do movimento do campo em Santarém, identificamos que para dar prosseguimento aos encaminhamentos deste momento de debates, uma comissão de agricultura foi escolhida<sup>13</sup>, com a finalidade de articular as demais instituições ainda não envolvidas para que viessem participar das ações mais amplas que foram planejadas, como o Seminário e o Congresso de agricultura, bem como informadas sobre os resultados das últimas discussões, naquela ocasião. Para tanto, esta comissão decidiu elaborar e enviar uma carta às entidades<sup>14</sup>, para solicitar que estas enviassem seu plano de trabalho com objetivo de ser incorporado em um planejamento geral.

Entendemos, até aqui, que os vários encontros propostos foram a culminância para a articulação e criação de um Fórum que seria composto por diversas instituições de assessoria não governamentais, bem como por órgãos públicos. Registra-se neste momento, o nascimento do que consistiu o Fórum da Produção Familiar em Santarém<sup>15</sup>.

Com base nas informações contidas nestes registros, pudemos constatar que havia já neste período (fim do ano de 1994 e início de 1995) um interesse por parte das instituições de base comunitária e de assessoria e apoio às comunidades que constituíram esta mobilização para a criação deste Fórum, como espaço de articulação interinstitucional entre sociedade civil organizada e instituições governamentais, representativas do Estado. Pois havia o entendimento, por parte destas, que as suas reivindicações e lutas pela defesa do trabalhador do campo, não se concretizariam se continuassem isolados ou desarticulados de um processo de diálogos mais ampliado. Materializando-se desse modo, a constituição informal e interinstitucional do Fórum da Produção Familiar de Santarém.

---

<sup>13</sup> Essa comissão foi composta por Norberto Pinto (já falecido), então coordenador comunitário de área pastoral de várzea, Pedro Soares, coordenador de área pastoral da região de Planalto e Antonio José Bentes, assessor de projetos comunitários do Ceapac. Esta Comissão possivelmente conduziu a criação do “Fórum da Agricultura”, antecedendo a criação do Fórum da Produção Familiar de Santarém.

<sup>14</sup> Ver Anexo E “Carta às entidades”, in Reunião de Comissão de Agricultura, Dezembro, 1994.

<sup>15</sup> As instituições que aos poucos foram integrando este Fórum foram: instituições representativas da igreja católica (Área pastoral regiões 04 e 08, CPT), instituições não governamentais de assessoria (GDA, Ceapac, PSA, Projeto Iara), associações comunitárias (APRUSAN, AMEIFOR, SATAB, ACOSPER, ASPROMEL, ASPAC, ASSAMPRU Km 135, Associação dos Pequenos produtores da Santarém-Jabutí, AISMOC, ASLAGO), as instituições representativas comunitárias (Z20, STR/Santarém), CUT e governamentais (Sagri, Emater, Incra).

## 2.2 O surgimento da Casa Familiar Rural de Santarém

O Fórum da Produção Familiar de Santarém (FPFRS) foi o primeiro espaço coletivo de discussão no território do Baixo Amazonas<sup>16</sup>. Neste território, a educação de jovens moradores das áreas rurais por meio da pedagogia da alternância, surge apoiada nas ações de organização comunitária desenvolvidas de modo articulado inicialmente por este Fórum, o qual propiciou o debate a respeito desta proposta pedagógica própria à realidade do campo. De modo que, em 26 de abril de 1999 através da articulação deste Fórum, é criada a Associação da Casa Familiar Rural de Santarém - Arcafar/ STM, iniciando, a primeira experiência de educação do campo nos princípios da alternância nesta região. (ANEXO G – Ata de Constituição da Associação da Casa Familiar Rural de Santarém).

Destacamos também, ainda no que se refere à implantação da proposta de educação por alternância em Santarém, a iniciativa do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Santarém (STTR), por ser a instituição representativa dos trabalhadores do campo, e por desenvolver na sua essência, uma ação política de defesa dos trabalhadores rurais no direito à terra e à educação.

Deste modo o STTR de Santarém, foi uma das instituições precursoras, ainda que isolada de articulação com a experiência pioneira no Brasil de formação por alternância. Aqui nos referimos à Escola Família Agrícola – EFA do Espírito Santo, modelo pioneiro no Brasil criado em 1968, estudado por Paolo Nosella (2014). Assim, antes desta experiência ser conduzida por este Fórum de articulação do movimento social, o STTR/Santarém foi o precursor desse debate e posterior à efetivação deste Fórum, presidiu suas ações, conforme apresentaremos a seguir.

### 2.2.1 *O Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR) e a CFR/Santarém*<sup>17</sup>

No ano de 1991, em Santarém, o movimento sindical mudou sua estratégia de ação e reivindicações para investir na organização das comunidades rurais através da criação de associações de produtores como instrumento legal do agricultor. No entanto, sem abandonar o movimento de luta pela melhoria na questão agrária e agrícola. Pois, de acordo com a opinião

---

<sup>16</sup> A denominação “Baixo Amazonas” se refere a uma divisão territorial localizada no oeste paraense que abrange os seguintes municípios: Alenquer, Almeirim, Aveiro, Curuá, Faro, Itaituba, Juruti, Monte Alegre, Oriximiná, Óbidos, Prainha, Santarém e Terra Santa.

<sup>17</sup> Com o intuito de investigar a ligação do Sindicato com a proposta da CFR/Santarém, apoiamos-nos na memória de Livaldo Sarmento, devido sua experiência na direção deste Sindicato, como vice (1995 e 1996) e em seguida presidente por dois mandatos no período de 1997 à 2000, quando foi candidato e eleito vereador e teve que renunciar ao cargo. Outras informações foram complementadas por dados da cartilha deste Sindicato intitulada “Nossa história, nós é que fazemos”, 2000.

do então presidente, “o Sindicato foi o criador de todas essas lutas que já ocorreram sobre a defesa da terra”, tais como as políticas fundiárias, como a implantação dos assentamentos, a luta em defesa dos créditos, e muitas outras conquistas, a exemplo, da luta do Sindicato junto com outras instituições pela criação de Resex<sup>18</sup>. Afirmando ainda que além da defesa da terra, a criação da CFR, foi uma importante conquista, sobretudo no avanço na educação do campo e qualificação profissional do agricultor. Reconhecendo que este Sindicato teve uma relação histórica muito expressiva em Santarém por todas as suas intervenções políticas representando o trabalhador do campo.

Segundo ainda este depoimento, o Sindicato foi a primeira instituição, que iniciou o debate sobre a educação no campo em Santarém, quando viu a necessidade de uma formação para o jovem do campo. Conforme declarado a seguir pelo presidente do STTR/Santarém na época:

*No início o Sindicato tomou sozinho a decisão, em função de ter tomado conhecimento de uma experiência das Casas Familiares Rurais e das Escolas Famílias Agrícolas no Espírito Santo. Mas não lembro como foi a forma como se articularam na época, mas em 1992 e meados de 1993, que o Sindicato tomou conhecimento dessa experiência e decidiu então escolher dois jovens para se capacitarem: o Jorge Oliveira e o João Batista, que hoje atua em Altamira e o Jorge, que atua em Santarém, mas já foi Secretário de Agricultura em Belterra. (Livaldo Sarmiento, ex-presidente do STTR/STM).*

Desse modo, este Sindicato assumiu a ida de dois jovens para a formação na Escola Família Agrícola - EFA do Espírito Santo, durante o tempo previsto de três anos, continuando a participar e atuar no movimento social do Fórum da Produção Familiar, buscando sempre como metas: a produção, o beneficiamento e a comercialização dos produtos. Com o retorno dos jovens, foi criada uma expectativa pela entidade de que “seria possível a implantação da Casa Familiar Rural em Santarém, não foi atendida”, pois “eles (os jovens) não tiveram uma atuação significativa, porque vieram mais preparados para atuar como técnicos e não para coordenar um processo”. (ENTREVISTA, Livaldo Sarmiento).

Percebe-se nesse momento, que a ida dos jovens, pensada como estratégia de implantação de uma experiência educacional de alternância no campo, no entanto, não correspondeu à expectativa política e aos objetivos daquele Sindicato naquele momento. Tanto que a experiência da formação técnica adquirida por aqueles jovens não foi inserida como estratégia do trabalho sindical.

---

<sup>18</sup> O entrevistado referiu-se à Reserva Extrativista Tapajós/Arapiuns, já citada anteriormente.

Neste sentido, o Sindicato, já integrando e presidindo o Fórum, percebeu que aquela articulação do movimento social, seria um importante espaço político para assumir essa frente de discussões. Reconhecendo, portanto, que as conquistas que vieram beneficiar o trabalhador da área rural no município foram resultados da luta sindical em conjunto com as demais instituições que compunham e compõem o movimento social por meio do Fórum da Produção Familiar em Santarém.

Neste aspecto destacamos a noção de cidadania vinculada aos movimentos sociais, como estratégia enfatizada por seus “interesses concretos e práticas concretas de luta e pela sua contínua transformação”, respondendo “à dinâmica demandada pelos conflitos reais vividos pela sociedade num determinado momento histórico” (DAGNINO, 2002, p.107).

A pedagogia da alternância, portanto, surgiu como resultado da busca de alternativas, não somente como contraponto ao êxodo rural latente na região, sobretudo da juventude, mas como perspectiva de formação do jovem rural neste município, com base na estratégia da produção familiar face à precariedade da formação escolar no campo e da falta de alternativa para o jovem permanecer na propriedade da família, com qualidade de vida e dignidade (BENTES, 2015, snt).

### **2.3 O Fórum da Produção Familiar Rural e as CFRs como estratégia de articulação territorial**

A articulação do Fórum da Produção Familiar Rural de Santarém e sua efetiva atuação consistiram em um importante espaço de debates e conquistas de políticas públicas para a região na década de 1990 até a primeira década do ano 2000. Conforme relatos de lideranças da época, relevantes discussões surgiram dentro deste Fórum, além da criação da Associação da s em 1999. Tais como o processo de criação da Reserva Extrativista Tapajós/Arapiuns<sup>19</sup> e as mobilizações reivindicatórias como a ocupação do Inera, resultando em negociação de recursos vultosos para investimento nos assentamentos rurais do Ituqui, Tapera-Velha e Bueru, também em 1999, foram conquistas atribuídas a este Fórum.

Percebemos nesta dinâmica territorial da região do Baixo Amazonas – BAM, expressivas interações entre os movimentos sociais e as políticas públicas em torno da agricultura familiar e do desenvolvimento rural.

---

<sup>19</sup>Refere-se à Unidade de Conservação de uso sustentável do município de Santarém, área de 677.513, 24 hectares, abrangendo mais de 60 comunidades das regiões dos rios Tapajós e Arapiuns, criada pelo Decreto s/nº de 06 de novembro de 1998 e fruto da mobilização de instituições comunitárias e não governamentais atuantes na região e apoio de órgãos federais, como CNPT/Ibama.

A partir das intervenções retratadas anteriormente, com a participação efetiva do movimento social em Santarém, entendemos que as políticas são conduzidas pelo Estado, mas ocorrem, sobretudo, estimuladas pela mobilização da sociedade civil. No entanto, as políticas públicas, entendidas como “Estado em ação”, representam o Estado implantando um projeto de governo, sendo responsabilidade do Estado, ainda que tenha sido construída com a sociedade civil (HOFLING, 2001).

Desse modo, o Fórum da Produção Familiar de Santarém, como ficou denominado o conjunto de instituições articuladas em defesa da agricultura familiar, tornou-se atuante em diversas frentes conjunturais daquele momento, como por exemplo, a criação de um Grupo de Trabalho, proposto nas discussões do Fórum para coordenar e executar um processo de sensibilização e de criação da Reserva Extrativista Tapajós Arapiuns, já citada anteriormente.

Este Grupo de trabalho envolveu praticamente as mesmas instituições integrantes do Fórum da Produção Familiar. No entanto, estes diversos acontecimentos, apesar de importantes, conduziram objetivos bem específicos e provavelmente foram fatores que, na opinião do entrevistado Livaldo Sarmiento, fizeram com que este Fórum parasse de funcionar de um modo mais ampliado, devido a formação de novas articulações. Isso ocorreu, segundo ele, no ano de 2000, pois como lembrou Livaldo, em seguida à criação da Organização das Associações da Reserva Extrativista Tapajós e Arapiuns. Esta instituição recebe o nome fantasia de TAPAJOARA e trata de uma organização legalmente constituída de abrangência intercomunitária e representativa dos moradores da Resex Tapajós/Arapiuns (MMA/ICMBio, 2014).

O Grupo de Trabalho Resex Tapajós Arapiuns se transformou em um grupo de Apoio, já que segundo Livaldo Sarmiento, “esta Reserva já tinha a sua organização e já ia caminhar com suas próprias pernas”. A partir de então, no ano de 2000, as discussões no Fórum foram diminuindo sua regularidade, pois continua ele, “de lá pra cá, as instituições se reúnem sempre, mas não existe mais esse colegiado (grupo mobilizado de instituições), denominado Fórum”.

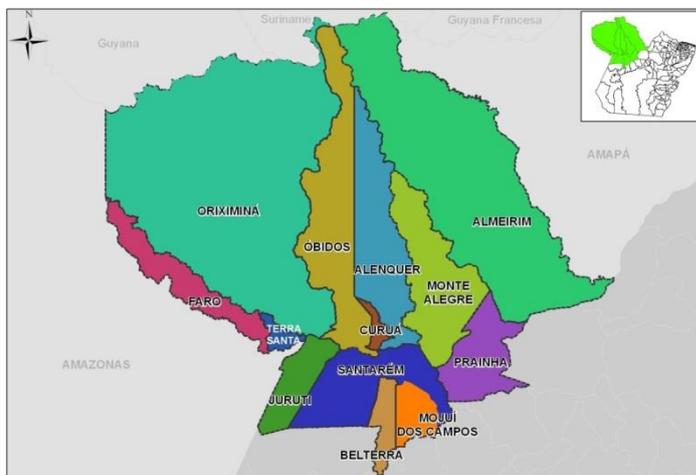
Destacamos ainda, que a ampliação na abrangência ocorreu a partir da condução do processo de articulação pela instituição não governamental CEFTBAM<sup>20</sup>, que passou, naquele momento, a presidir as ações do Fórum da produção Familiar. Na reestruturação, passou então

---

<sup>20</sup> Esta instituição tem atuação nos municípios do Baixo Amazonas e desenvolve ações de capacitação e assessoria às instituições representativas dos trabalhadores do campo.

a ser intitulado “Fórum da Produção Familiar do Baixo Amazonas Paraense”, contemplando, portanto, nova área de abrangência, conforme ilustrado na Figura 1:

**Figura 1 - Mapa de localização do Território Baixo Amazonas – Oeste Paraense**



**Fonte:** Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável - PTDRS-BAM, Ipam, 2011.

No final da década de 1990, o CEFTBAM, conduzindo as ações do Fórum-BAM, “assume um compromisso institucional de articulação para a implantação das Casas Familiares Rurais” nesta região do Baixo Amazonas, conforme informado em monografia de M. J. Alves (2013, p.15-16). Informa ainda a autora que em 2003, esta instituição elaborou um “Programa de Formação Alternativa Integral para Jovens do Baixo Amazonas” desenvolvendo um “Projeto de Acompanhamento Pedagógico das CFRs” nesta região, com ações de articulação e mobilização para a criação das Associações das Famílias em (10) dez municípios<sup>21</sup>, sendo criadas comissões de articulação destas CFRs em outros (04) quatro<sup>22</sup>. Naquele ano, os municípios de Santarém, Alenquer e Curuçá já possuíam turmas em funcionamento (ALVES, 2013, p.15-16).

O trabalho desenvolvido pelo CEFTBAM encontrou dificuldades financeiras para dar continuidade às suas ações, segundo a autora citada, e com esta finalidade, propôs e coordenou um processo de construção coletiva constituído por diversas instituições<sup>23</sup> envolvendo municípios do Baixo Amazonas<sup>24</sup>, para a elaboração de um “Planejamento Estratégico de Desenvolvimento para o Território do Baixo Amazonas/Oeste do Pará” denominado “Projeto Tucumã”, No referido Projeto, esta instituição propôs como

<sup>21</sup> Almeirim, Aveiro, Curuçá, Itaituba, Juruti, Monte Alegre, Oriximiná, Óbidos, Prainha e Terra Santa.

<sup>22</sup> Faro, Trairão, Jacareacanga e Belterra.

<sup>23</sup> CEFTBAM, Ceapac, GDA, AOMTBAM, Fetagri, CFR, Mopebam, Pastoral Social, STTR, Associações de Mulheres e Associações comunitárias.

<sup>24</sup> Alenquer, Almeirim, Aveiro, Curuçá, Faro, Itaituba, Juruti, Monte Alegre, Oriximiná, Óbidos, Prainha, Santarém e Terra Santa.

estratégia audaciosa a criação de setenta e cinco (75) CFRs de Ensino Fundamental e dezessete (17) de Ensino Médio, além de uma (01) de Ensino Superior. No entanto, por questões de organização interna na referida instituição, tal Plano não foi concluído.

Na questão acima, observamos uma lacuna no trabalho desta autora, ao dar pouco destaque à dinâmica existente no Fórum da Produção Familiar - BAM como espaço de articulação interinstitucional e de reivindicação propositiva às políticas públicas do movimento social dos trabalhadores do campo. No entanto, reconhecemos a importante contribuição do CEFTBAM na mobilização regional para a construção de um processo regional de discussão sobre a criação das CFRs no Baixo Amazonas. O trabalho desta autora reconhece também que este processo teve continuidade pelo Fórum da Produção Familiar, independente do “Projeto Tucumã”, sendo criadas neste esforço, um total de cinco CFRs nos seguintes municípios: Alenquer (01), Óbidos (01), Santarém<sup>25</sup> (02) e Juruti (01).

Podemos concluir que, somados aos fatos já relatados sobre a articulação à criação e consolidação da Resex Tapajós/Arapiuns, outro provável elemento explicativo, foi a incorporação das ações deste Fórum às ações de uma única instituição como estratégia regional, ainda que a instituição coordenadora tivesse a mesma abrangência em sua área de atuação. Deste modo, acreditamos que involuntariamente, ocorreu um certo distanciamento entre as demais instituições componentes daquele Fórum, diante da integração de ações institucionais específicas, o que supostamente contribuiu para a desarticulação do Fórum da Produção Familiar do Baixo Amazonas.

### *2.3.1 O conceito de Território: espaço concreto e “campo de forças”*

Para melhor compreensão dos temas que abordaremos a seguir, achamos necessária uma breve definição do conceito de território, com apoio nos estudos da Geografia, entendendo que este é um conceito que interessa a muitas ciências. E no caso específico desta pesquisa, a noção de território ajuda no entendimento da implantação da Casa Familiar Rural de Santarém, a partir da delimitação do espaço de poder no debate das políticas de educação do campo no Baixo Amazonas.

---

<sup>25</sup> Explicaremos adiante na segunda seção que em Santarém, além da CFR do Eixo Forte, houve a criação de mais uma CFR, localizada desta vez, na região Lago Grande, por decisão de um grupo desta área que participava desta ARCAFAR. Desta forma, em 2010 é criada a Associação das Famílias da CFR/Lago Grande e em 2011, iniciam as atividades desta CFR enquanto escola. (SIQUEIRA, Danilo. As CFRs no Baixo Amazonas: Breve histórico e a realidade atual in: Seminário de Educação do Campo, 25/04/2015)

O Território é um dos principais e mais utilizados termos da Geografia, pois está diretamente relacionado aos processos de construção e transformação do espaço geográfico. A Geografia Política tradicional definiu o território como o espaço concreto em si, apropriado por um determinado agente ou grupo social. A noção de apropriação empregada neste conceito ilustra a existência de uma relação de poder construída pelo homem sobre um espaço delimitado.

Um dos pioneiros na elaboração e sistematização do conceito de território foi o geógrafo alemão Friedrich Ratzel (1844-1904), fundador da geografia política, disciplina da ciência geográfica. Em sua análise, a apropriação duradoura, perene do território, relacionada ao poder e domínio exercido pelo Estado nacional, é capaz de construir vínculos e identidades, de forma que um povo que nele vive não possa mais ser compreendido, sem seu território, sua expressão territorial; pois tais identidades estariam ligadas aos atributos do espaço ocupado. (SOUZA, 2003)

Outro que discutiu esse conceito foi o geógrafo suíço Claude Raffestin (1936-1971), que ressaltava o fato do espaço ser anterior ao território. Este autor entende o território como manifestação do poder, expressa em todos os níveis das relações sociais no espaço, ocupado pelos distintos grupos humanos. Não se limitando ao território do Estado-Nação, como apresentado na concepção clássica de Friedrich Ratzel (RAFFESTIN, 1993).

A renovação crítica do pensamento geográfico propôs uma interpretação do conceito de território mais ampla que a da geografia clássica. Atualmente, diferentemente das concepções anteriores, o território pode se manifestar em múltiplas escalas, possuindo não necessariamente um caráter político, mas como um espaço delimitado pelo uso de fronteiras – nem sempre visíveis – consolidado a partir de uma expressão e imposição de poder.

A partir da concepção acima, o geógrafo Marcelo Lopes de Souza (2003), diz que o processo de formação territorial nem sempre ocorre por meio de expressões concretas sobre o espaço. Explica sua proposta de conceituação do território como “*campos de forças*” com exemplos de territorialidade urbana, como os territórios da prostituição, do comércio ambulante e das máfias do narcotráfico no Rio de Janeiro. Segundo ainda este autor, os territórios podem possuir um caráter cíclico (que varia com o tempo: comércio ambulante/diurno e prostituição/noturno), móvel (que se desloca nos mais diferentes espaços) e que se organiza a partir de redes que se interligam pelo fluxo de informações ou contatos (tráfico de drogas).

Para Marcos Aurélio Saquet (2007, p. 68) “o território designa uma porção do espaço geográfico sob a jurisdição de certos povos, (...) a partir de comportamentos geopolíticos e psicológicos”. Este autor também concebe o território como produto das relações humanas em sociedade, sendo a territorialidade humana o conjunto de estratégias adotadas pelos indivíduos no processo de apropriação e constituição dos territórios.

Deste modo, diferente da proposta clássica, a constituição dos territórios não depende de um longo enraizamento para a construção de identidades e relações de poder. O território na acepção contemporânea de Souza (2003), por exemplo, não é apenas o espaço concreto em si, mas pode ser construído e dissolvido rapidamente, ou seja, tendem a ser mais instável do que estável; ter uma existência regular e periódica.

Fica evidente que o conceito de território possui múltiplas acepções. Destacamos também a concepção polissêmica de território proposta por Haesbaert da Costa (2006), a partir da abordagem “materialismo-idealismo”. Este autor qualifica como perspectiva materialista: a política, a econômica e a natural. i) A Política, onde o território é visto como espaço delimitado onde se exerce uma relação de poder; ii) A Econômica, onde a dimensão espacial das relações econômicas é enfatizada e, iii) Naturalista, onde o território é visto a partir da relação do comportamento “natural” dos homens em relação ao meio físico. Quanto à perspectiva idealista, é qualificada como a perspectiva cultural ou simbólica do território, interpretado como fruto da apropriação ou valorização simbólica do espaço vivido por um grupo social.

Podemos compreender que o território possui vários níveis, do local ao global. Além disso, ele pode se expressar através de relações naturais ou biológicas, culturais, políticas, sociais, econômicas, militares, entre outras. Mas a conceituação mais comumente adotada o relaciona ao espaço apropriado e delimitado a partir de uma relação de poder como vimos nas diversas concepções de território em Raffestin (1993), Souza (2003), Saquet (2007) e Haesbaert da Costa (2006).

Neste trabalho partilhamos da concepção teórica de territorialidade humana estratégica de Saquet (2007), conjugada com a visão integradora de território, enunciada por Haesbaert Costa (2006), por concordarmos que no caso da proposta de gestão territorial do Baixo Amazonas, construído pelo movimento social junto à proposta do governo federal “Território da Cidadania”, abarca de um lado, a perspectiva materialista (política, econômica e natural), e de outro, a perspectiva idealista (cultural ou simbólica) do território. Deste modo, esta

conceituação atende questões que integram tanto a dimensão material quanto a dimensão simbólica como partes inseparáveis deste conceito, presente nos acontecimentos analisados a seguir.

### 2.3.2 *A política pública fortalecendo o movimento social do campo: “Territórios da Cidadania”*

Feita esta breve incursão para explorar o termo território, nos reportamos à conceituação territorial como política de educação do campo, inserida como dinâmica de uma política de desenvolvimento denominada “Territórios da Cidadania”, programa específico do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), sendo criado ainda em 2003, no Governo Lula, por meio de uma Comissão de Instalação das Ações Territoriais (CIAT).

Esta Comissão, criada por este Ministério através da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), teve objetivo de preparar os caminhos e consolidar os territórios rurais das regiões do nosso país. Percebemos nas falas das lideranças da época que esta política, inicialmente não tinha identificação com o movimento social regional, que por sua vez, já se encontrava fragilizado com a desarticulação de seus membros.

A partir de 2008, é implantado pelo governo federal no Programa “Territórios da Cidadania”, o Codeter como Política de controle social das políticas implantada pelo governo federal, dentro das ações do MDA. Para tanto foram mobilizados 19 Ministérios e outros Órgãos do Governo Federal para a criação no Brasil de 60 (sessenta) Territórios da Cidadania em 2008, sendo 13 (treze) destes, na região norte. (MDA, “Programa Territórios da Cidadania, 2008).

Este colegiado foi, portanto, definido como:

(...) um espaço de articulação, discussão, cooperação, planejamento, e deliberação de ações do território do Baixo Amazonas relativas ao sistema de produção familiar, a infraestrutura, a educação, a cultura, a saúde aos direitos humanos, garantindo, desta forma, o desenvolvimento sustentável das atuais e futuras gerações. (Artigo 1. Regimento interno do Codeter, 2014).

Desde que foi criado e formalizado no ano de 2008, sua trajetória prévia, dentre outras perspectivas, o envolvimento dos órgãos governamentais e maior participação da sociedade civil na concepção de ser um “espaço de articulação, discussão, cooperação, planejamento, e deliberação de ações para o territorial sustentável”. (Codeter, Relatório em 12.03.2015).

Este Colegiado Territorial, segundo recomendações oficiais do governo federal da época (2008), teria que ter a composição de representantes das três esferas de governo e da

sociedade em cada território, com a indicação deste Programa de que a sua composição devesse ser ampliada em relação ao que eram os colegiados de então, além de ter uma coordenação executiva, bem como a paridade na sua composição<sup>26</sup>. (MDA, “Programa Território da Cidadania”, 2008).

Pudemos constatar que o Movimento Social do Campo em Santarém foi gradativamente se rearticulando com a implantação deste colegiado interinstitucional denominado Conselho de Desenvolvimento do Território do Baixo Amazonas (Codeter/BAM) ainda que na sua origem tenha se instituído por iniciativa governamental. Configurando-se atualmente no único espaço ampliado de debates sobre o desenvolvimento da região do Baixo Amazonas. Enquanto que a discussão sobre as Casas Familiares Rurais do Baixo Amazonas passou a partir de então, a ser pauta nas discussões de políticas públicas dentro deste espaço de articulação regional.

O Codeter, apesar de ter sido criado partindo de uma concepção oficial de “territórios rurais”, agrupando municípios unidos pelo mesmo perfil econômico e ambiental, com identidade, coesão social e cultural semelhantes; no entanto ao reconhecer a existência anterior nos territórios de uma organização interna própria (fóruns de debate, colegiados), que já vinham trabalhando num Plano de Desenvolvimento, ao propor que os territórios rurais se transformariam nos “Territórios da Cidadania”, foi adotado pelo movimento social, como possibilidade de fazer o debate das políticas públicas do campo no Baixo Amazonas.

Percebemos então, a partir de alguns depoimentos, que houve uma transição entre a execução e posterior enfraquecimento de uma política pública para gradativamente, ressurgir a construção de um espaço de articulação da sociedade civil. Conforme identificamos na entrevista de Antonio José Mota Bentes, gerente da Sagri em Santarém, no período de 2007 a 2010, que disse:

Quando termina o governo Lula, o Codeter vem a se transformar mais em um espaço da sociedade civil, do movimento social do que propriamente um

---

<sup>26</sup>São membros atuais do Codeter/BAM, as organizações que estão na área de abrangência deste Território, que oficialmente encaminharam os nomes para compor o colegiado, sendo elas: Incra, Sagri, Secretarias Municipais de Agricultura (13), STTR (13), DFA, Adepará, Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável, Colônia de Pescadores (13), Embrapa, Emater, Associação de Remanescente dos Quilombos do Município de Oriximiná (Arqmo), Ufopa, CEFT-BAM, Prefeituras Municipais (13), CITA, Caixa Econômica Federal, Sepaq, Câmara de Vereadores (13), Banco do Brasil, Uepa, Fetagri, Banco da Amazônia, GDA, Ceplac, Ipam, Ibama, AOMT-BAM, MDA, Ceapac, Sebrae, GCI, Senar, FIT, Iespes, FOQS, Arqmob (Óbidos), Mopebam, Ulbra, STICMOF, ASFEBEL, CFR, Serviço Florestal Brasileiro (SFB), IFPa, ICMBio, PSA, Funai, Ideflor, Sema. (Artigo 2. Regimento interno do Codeter/BAM, 2014).

espaço conduzido pelo governo, pois o Território da Cidadania vem ficar “à deriva” como Programa dentro do Governo Dilma. Tanto que em 2013, o Codeter (Baixo Amazonas) ficou praticamente sem atividade, porque o governo perdeu o rumo, deixando estes Colegiados sem rumo. (...) Não que ele comande, mas que a relação com o governo estava amarrada com recursos do Território da Cidadania, onde o Codeter era o controle social deste Programa. (ENTREVISTA, em 28.05.2015)

Na citação acima, pudemos observar que o movimento social do campo, inicialmente, se fez desconectado nesta política, deixando visível a falta de aproximação ou identificação com o povo. Outro elemento que destacamos no posicionamento deste entrevistado, é que apesar de ser de um gestor público na época da implantação deste Programa, no entanto, revela o acúmulo da experiência e vivência de uma liderança histórica do movimento social do campo na região.

Relembrou ainda este entrevistado que o governo federal encaminhava informações sobre todas as políticas nas diversas áreas<sup>27</sup> de saúde, educação, etc., voltados ou não para o meio rural para o Codeter fazer o controle social; ou seja, verificar se tinham sido implantadas. No entanto, segundo ainda Antonio José, este Colegiado não discutia o recurso destas políticas, exceto a política do Proinf – Programa de Apoio à Projetos de Infraestrutura e Serviços em Territórios Rurais, a qual o Codeter tinha poder de discutir, decidir e executar o recurso do projeto que poderia ser apoiado.

Neste Programa de infraestrutura rural, este Conselho Territorial, poderia decidir por elaborar uma proposta na forma de projeto como forma de acessar o recurso. Estes recursos do MDA para o Codeter ainda existem, segundo Antonio José, os quais incluem projetos aprovados que foram implantados no Baixo Amazonas (no ano de 2007<sup>28</sup>), no qual beneficiou as CFRs com a aquisição de equipamentos. (Conforme veremos com mais detalhe na seção dois).

Feita esta breve incursão, ainda é necessário explorar mais este tema, a fim de melhor entendermos este processo de participação do movimento social e os fatores que antecederam

---

<sup>27</sup> Segundo dados oficiais do Programa Território da Cidadania, as ações com previsão orçamentária foram distribuídas nos seguintes eixos: 1. Organização Sustentável da Produção; 2. Direitos e Desenvolvimento Social; 3. Saúde, Saneamento e Acesso à Água; 4. Educação e Cultura; 5. Infraestrutura; 6. Apoio à Gestão Territorial, e; 7. Ações Fundiárias. Observamos aqui que as ações com maior aporte orçamentário disponibilizado foi a ação 2 com 4, 7 bilhões de reais, correspondendo à mais de 40% do valor total do recurso federal para tais ações (11, 3 bilhões de reais). Sendo que o Norte, a região com o segundo maior número de territórios, também é a segunda colocada quanto aos recursos disponibilizados por região. (TERRITÓRIO DA CIDADANIA, 2014).

<sup>28</sup> Sagri. Projeto 1334 – Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (PRONAT) Apoio a Projetos de Infraestrutura e Serviços de Infraestrutura, com objetivo de “fortalecer a Agricultura Familiar no Território do Baixo Amazonas através da estruturação de Casas Familiares Rurais e implantação de unidades de produção de fruticultura de Várzea e Terra Firme”. (Agosto a Dezembro de 2007)

e motivaram a criação deste Colegiado como política federal. Pois foram “várias tentativas de espaços para articulação, políticas públicas insuficientes, modelos de desenvolvimento excludentes, poucos resultados de projetos e a decadência e falta de “sentido” no rural” (Relatório da Plenária do Codeter- BAM, 12.03.2015). Ressaltamos que essa questão deverá ser retomada na seção três de nosso trabalho ao tratarmos sobre o atual processo de articulação do movimento social do campo.

No entanto, há posições que entendem que este espaço passa atualmente por um período de esvaziamento quanto à participação institucional, e que vê na presença e condução do poder público municipal, por um determinado momento, como uma dificuldade de liderança e de articulação com o movimento social; o qual também, não conseguia, segundo este posicionamento, exercer seu papel de mobilização como havia enquanto Fórum da Produção Familiar, por ter sido “sufocado” pela existência de outros espaços de articulação. Conforme acrescenta Livaldo Sarmiento:

Aí se mistura muito: tem esse conselho de desenvolvimento, o Codeter, tem o Conselho Deliberativo da Resex, tem, só pra dar exemplo que em todos esses conselhos tá lá o movimento social, mas o governo também tá lá.

(...) Foi criado institucionalmente o Conselho Municipal de Desenvolvimento que pode reunir diversas instituições, mas não acontece mais como ocorria no Fórum.

(ENTREVISTA Livaldo Sarmiento, ex-presidente do STTR, em 25.04.2015).

Percebemos aqui certo saudosismo e incredulidade sobre a configuração atual do espaço de articulação interinstitucional, em algumas visões de que o movimento social do campo, representado no passado pelo Fórum, e assumido atualmente pelo Codeter/BAM. No entanto há visões de que um espaço exclusivo do movimento social seja uma necessidade para o seu fortalecimento. Pois, segundo tais relatos, as lutas do movimento social, apesar de todas as suas conquistas, sobretudo de protagonismo social de gestão compartilhada pelas associações comunitárias, de regularização fundiária e proteção ambiental, representada pela criação da Resex Tapajós Arapiuns; no entanto, a mobilização entre as representações sociais de base comunitária vinha se fragilizando em suas articulações, pois “as instituições vão seguindo o seu rumo, a sua visão, o seu objetivo praticamente sozinhas”, conforme argumentou Livaldo Sarmiento.

Ainda que o movimento social relacionado à articulação deste Codeter, consista de uma atuação, há de se reconhecer nesta atuação recente um potencial participativo do debate das políticas públicas do campo, incentivadas pelo caráter mobilizador existente nesta articulação. Pois conforme anunciado em seus objetivos “o fortalecimento das redes sociais de cooperação” é um dos seus desafios metodológicos, registrados na plenária composta pelas instituições integrantes deste Colegiado. Além de ser um dos seus desafios organizacionais a “integração das CFRs na reflexão territorial”, apresentada como tarefa de “reforçar as articulações institucionais através de seus espaços de discussão locais, desta forma possui em sua concepção incentivando a participação de mais entidades”. (Codeter-BAM – Relatório de 12.03.2015).

Deste modo, mesmo considerando as questões colocadas anteriormente, este espaço, do ponto de vista das organizações, conforme identificado em relatório do Ipam (2009)<sup>29</sup> revelou-se gradativamente, ser de caráter participativo e dinâmico integrando: associações, sindicatos de trabalhadores e trabalhadoras rurais, colônia de pescadores, federações, entidades de assistência técnica, de fomento e de pesquisa, centrais sindicais, organizações governamentais e não governamentais (ONGs) que se identificaram neste colegiado de articulação de desenvolvimento regional. Buscando a constituição de espaços que traduziram e traduzem uma vontade de promover a participação na decisão pública, conforme identificado nos processos de construção das políticas públicas nestes últimos anos.

Consideramos, portanto com base no exposto nesta seção, que a história do movimento social do campo em Santarém, bem como no Baixo Amazonas, é marcada por contradições de um movimento dialético, presente no seu processo de articulação-desarticulação-rearticulação associando elementos da conjuntura política atual, na qual a relação entre a sociedade civil e o Estado, também se transforma. Deste modo, no início da mobilização social, as instituições buscam uma aproximação, em uma fase intermediária, se afasta e se isola e se desarticula, para em seguida se articular, em um momento inverso (da política pública para o movimento social), no qual o Estado, por meio dos “Territórios da Cidadania” propõem um Colegiado, abrindo caminho e possibilidades, com a “desordem” de sua proposta, para novamente o movimento social se reorganizar.

---

<sup>29</sup> Relatório “Espaços e instrumentos de desenvolvimento territorial no Território Baixo Amazonas – PA, 8 a 21 de fevereiro de 2009, snt.

### **3 A CASA FAMILIAR RURAL DE SANTARÉM (CFR-STM): DO MOVIMENTO SOCIAL À POLÍTICA DE EDUCAÇÃO DO CAMPO**

Nesta seção apresentamos a caracterização do objeto de nossa análise, a Casa Familiar Rural de Santarém. Os dados coletados para este propósito foram originários de fontes documentais, de entrevistas com membros antigos e atuais da Associação da Casa Familiar Rural de Santarém, jovens alunos e ex-alunos, além de entrevistas com monitores e colaboradores voluntários da Casa. Trataremos também de seu processo de constituição, funcionamento e sustentabilidade, como resultado da articulação e mobilização social no Fórum, descrevendo sua estrutura organizacional, enquanto entidade jurídico-administrativa já constituída.

Para relacionarmos o objeto com os aspectos globais, ao longo da nossa descrição analítica, serão pontuados e contextualizados alguns elementos conjunturais sociopolíticos, ambientais e econômicos, destacados em registros orais e documentais, dentre outras fontes; as quais possivelmente interferiram na realidade local na época da implantação da CFR-STM.

Como base comparativa, será utilizado principalmente o trabalho desenvolvido por Paolo Nosella (2014); no qual faz a análise dos marcos teóricos da experiência de alternância internacional (o modelo marco teórico francês das *Maisons Familiales Rurales* de 1935) e o nacional – a Escola Família Agrícola (EFA) do modelo pioneiro brasileiro do Movimento Educacional e Promocional do Espírito Santo (MEPES) de 1968. Desta forma, objetivamos identificar e/ou comparar o sentido da alternância nos Ceffa com o da CFR-STM e em que sentido se aproximam ou se distanciam.

Contemplamos também nesta parte de nosso trabalho, uma breve descrição dos elementos constitutivos da alternância como método político-pedagógico e filosófico, isto é, os princípios formativos metodológicos que a regem, bem como as estratégias e instrumentos pedagógicos próprios da formação por alternância.

Aqui nossa intenção é identificar possíveis semelhanças e/ou contradições sobre esta concepção pedagógica na CFR de Santarém. Isto é, se é mantida a essência da alternância na aplicação em sua realidade prática. Tanto no que se refere às condições internas de implantação quanto às relações com o currículo oficial e a política educacional, na sua relação com as organizações estatais. Assim estaremos delineando pistas que serão tratadas, de modo mais aprofundado na seção três.

Vimos no capítulo anterior, que no período de 1994 a 1998, as discussões sobre a educação do campo em Santarém ocorreram no contexto dos debates para o fortalecimento da agricultura familiar. Primeiramente nas organizações comunitárias de pequenos produtores rurais, com apoio do Sindicato dos Trabalhadores/as Rurais e posteriormente, com apoio das Comunidades Eclesiais de Base (CEB's), por meio das paróquias da Diocese de Santarém.

Tal mobilização se deu com a realização de Assembleias em áreas pastorais da Prelazia de Santarém (Arapiums, Arapixuna, Tapajós, Lago Grande e Planalto). E em seguida, foram assumidas pelo Fórum da Produção Familiar de Santarém, criado a partir dessas discussões, dando sequência a encaminhamentos, que iam desde a educação do campo até apoio para a agricultura familiar, com destaque aos processos de comercialização, valorização da produção, assistência técnica e organização dos produtores familiares.

No intuito de oferecer maior e melhor subsídio ao leitor, a caracterização da CFR-STM será mesclada com apontamentos históricos/conjunturais/conceituais e trechos das falas dos entrevistados, cujas memórias possibilitaram o registro escrito de particularidades importantes e às vezes decisivas para a compreensão dos acontecimentos. Em alguns casos, trata-se de falas que revelam os “bastidores”, os “conflitos de interesse” ou meras curiosidades.

### **3.1 A conjuntura socioeconômica e política nacional/ local**

O contexto socioeconômico e político, no âmbito das políticas neoliberais, sobretudo na década de 1990, quando de acordo com Frigotto (2004), passam a dominar o ideário neoliberal da globalização, influenciou o movimento social do campo. Deste modo, se faz necessário traçarmos um breve panorama do contexto da implantação e consolidação do projeto neoliberal em nosso país, a partir da década de 1980, com o então presidente Fernando Collor, prosseguindo com o governo Itamar, tendo o ápice no governo de Fernando Henrique Cardoso, que se tornou o principal representante desta proposta política.

No esforço intelectual de sintetizar brevemente a política de FHC, Alentejano (2004) destacou como características centrais de sua política neoliberal: i) o aumento da dependência externa; ii) a privatização realizada à custa do Estado; iii) a prioridade dada ao sistema financeiro; iv) o aumento das desigualdades sociais, resultante do aumento dos lucros das empresas e da queda da renda dos trabalhadores e; v) a explosão do desemprego.

No que se referem à área rural, estes aspectos centrais que deu à política de FHC um caráter antipopular, definido como neoliberal, provocou um verdadeiro desmonte resultando

na redução de recursos públicos destinados à agricultura, sobretudo ao crédito rural e na perda de espaço político-econômico dos setores da burguesia agrária.

No entanto, as políticas neoliberais e a política agrícola do governo de FHC, não feriram apenas os interesses econômicos da burguesia agrária. Também foram incompatíveis com a pequena produção agrícola, chegando mesmo a desprezar a pequena produção familiar.

Como consequência, foram acentuadas as condições para a concentração fundiária. O modelo da grande produção passava a receber os recursos públicos de financiamento agrícola, enquanto que os preços dos produtos produzidos pelos agricultores familiares apresentavam queda vertiginosa. Desse modo, um projeto de natureza tão divergente aos interesses das classes trabalhadoras, sobretudo, as do campo, não podia ter entre seus elementos uma política de reforma agrária. (COLETTI, 2006; ALENTEJANO, 2004).

O crescimento em nosso país da luta pela terra ocorreu, sobretudo, a partir de meados da década de 1990, durante o governo Fernando Henrique Cardoso. Relacionado diretamente a esse fato, está o crescimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que se transformou na maior expressão política da luta pela terra e pela reforma agrária e no mais importante movimento social de oposição ao projeto neoliberal no Brasil. Com sua ideologia anticapitalista, este movimento permitiu a resistência à hegemonia neoliberal naquela década, indicando que a luta econômica pela terra estava diretamente ligada à luta política pela reforma agrária e, sobretudo à luta contra as políticas neoliberais.

Nesse interim, o governo FHC mudou sua tática de enfrentamento e de criminalização das ações do MST e demais movimentos de luta pela terra, numa clara tentativa de reverter o quadro politicamente desfavorável do ponto de vista da questão agrária, em que foi posto em seu primeiro mandato. Resultado da combinação da contra ofensiva dos movimentos sociais rurais - especialmente o MST, mas também a Contag e seu “Grito da Terra” e da crescente pressão internacional, diante do episódio do “Massacre de Eldorado dos Carajás”<sup>30</sup>, símbolo da violência do campo e da ausência de política de reforma agrária no Brasil

---

<sup>30</sup> Este fato ocorrido em 17 de abril de 1996 no município de Eldorado dos Carajás, no sul do Pará, resultou na morte de dezenove Trabalhadores do Movimento Sem-Terra pela Polícia Militar do Estado do Pará, na gestão do então governador Almir Gabriel. Em confronto com 1.500 sem-terra em marcha de protesto ao longo da rodovia BR-155, que liga a capital Belém, ao sul do Estado, contra a demora da desapropriação de terras. A ordem para esta ação policial partiu do Secretário de Segurança do Pará, Paulo Sette Câmara. Em 19 de abril, o então presidente Fernando Henrique Cardoso determinou o deslocamento de tropas do exército para a região para conter a escalada de violência, pedindo a prisão imediata dos responsáveis pelo massacre. Uma semana depois

Este Governo neoliberal escolheu outros campos de disputa, resultando num efetivo reposicionamento do debate acerca do tema no país, mas cujo pano de fundo foi sempre a reafirmação do domínio do campo brasileiro pelo capital.

### *3.1.1 Reflexos das políticas neoliberais na realidade do campo em Santarém*<sup>31</sup>

A análise de conjuntura, pelas lideranças comunitárias em 1995, trazia a percepção de que o mundo está interligado por acontecimentos que, mesmo bem distantes, afetam a vida das pessoas em geral, em qualquer lugar que estejam. Ou seja, havia a compreensão das lideranças de que o que acontecia na comunidade não dizia respeito somente ao contexto local, pois estava interligado à situação regional, nacional e mundial. E que decisões tomadas pelo poder público, e por organismos internacionais, atingiam diretamente a vida do trabalhador. Daí era importante conhecer não somente os efeitos dessas decisões, mas conhecer os responsáveis, as causas e as formas de enfrentamento.

O contexto político e econômico nacional foi relacionado com a realidade da conjuntura política e econômica do campo local na década de 1990 – época em que o movimento do campo se articulava para a criação da CFR-STM. Fizeram o exercício de relacionar acontecimentos das comunidades aos reflexos da política econômica no âmbito federal no período de 1992 a 1994, governo do então presidente Itamar Franco, que teve Fernando Henrique Cardoso (FHC), como Ministro da Fazenda, o qual criou e implantou no ano de 1994, o Plano Real. Este Plano se propôs a combater a inflação, tendo como base, conforme registros escritos das lideranças, mudanças da moeda (de cruzeiro real para real); reservas cambiais (para permitir o equilíbrio da moeda através da compra dos dólares que entravam no país); taxa de juros altos; valorização cambial (14% do real sobre o dólar); abertura do mercado para importação (forçando a caída de preços da mercadoria produzida internamente) e privatizações para arrecadação financeira.

---

do massacre, foi confirmada a criação do Ministério da Reforma Agrária. Fonte: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Massacre de Eldorado dos Carajás](https://pt.wikipedia.org/wiki/Massacre_de_Eldorado_dos_Carajás). Acesso em 03.03.2016.

<sup>31</sup> Texto elaborado com apoio dos registros em caderno de notas do “Encontro de Coordenadores de projetos comunitários”, coordenado pela organização não governamental de assessoria Ceapac \_ Centro de Apoio a Projetos de Ação Comunitária. Este encontro ocorreu no período de 03 a 06 de janeiro de 1995. Participaram 22 lideranças comunitárias de doze comunidades de regiões distintas do planalto (Eixo Forte e Moju), várzea (Lago Grande) e ribeirinha do Tapajós e Arapiuns.

A política neoliberal, comandada pelo Plano Real, levou a população à economia informal em uma situação de desespero e pânico. Para aquele grupo de lideranças do campo em Santarém, o plano Real não passava de uma “falácia da não inflação, que serviu para “hipotecar” e impulsionar a candidatura de FHC à Presidência da República, para elegê-lo no primeiro turno das eleições daquele ano”. (CADERNO 2, fl. 07, 1995, snt).

Transferindo essa questão de ordem política nacional (Plano Real), bem como as políticas neoliberais de modo geral, para a realidade econômica local das comunidades, constatamos que os trabalhadores percebiam como falsa impressão de melhoria na vida, pois inicialmente havia o anúncio do equilíbrio da inflação, mas, no entanto, camuflava uma dificuldade no cálculo do valor de seus produtos, devido à troca da moeda. Sentiam que o seu poder de compra havia diminuído, embora a moeda nacional estivesse forte. Todavia, “o plano real (...) não melhorou a vida do trabalhador”. E o trabalhador resistia com poucos recursos, valorizando o preço da farinha, principal produto comercializado. (Idem, fl.13)

Outra consequência da política do então presidente FHC, na avaliação destas lideranças comunitárias, foi o corte de recurso na saúde e na educação pública, atingindo diretamente a classe trabalhadora. Demonstrando na prática por ações (políticas) voltadas aos interesses da classe média/alta. Além de aceitar as doutrinas ditadas pelo Fundo Monetário Internacional – FMI e a privatização de empresas estatais como exigência do fundo monetário, FHC revelou, na opinião daquelas lideranças, que “todas as vezes que tiver que tomar posição, seria sempre da classe dominante”. (Ibidem, fl.15).

As lideranças comunitárias identificaram ainda outros fatos marcantes nas diversas regiões do município, que nos ajudam a compreender a realidade daquela época. Com a aplicação de metodologia de divisão de grupos, foram convidadas a pensar sua realidade por regiões de origem: Arapiuns e Lago Grande, Tapajós e Planalto (Eixo Forte e Moju).

Na região ribeirinha do Arapiuns e Lago Grande foi destacada a “chegada” do Plano Real, como elemento que surpreendeu as pessoas, devido falta de compreensão a respeito. Nesta região, foi identificada também, segundo lideranças locais da época, a implantação do ensino de 1º grau e de posto de saúde, além da existência de delegacia sindical como sinal de presença do Sindicato dos Trabalhadores Rurais; sendo também forte neste período, a discussão em torno do processo de legalização das terras e a organização de associação em torno de projetos econômicos alternativos.

Na região ribeirinha do Tapajós, os fatos mais destacados foram o significado do projeto de implantação de transportes comunitários<sup>32</sup> na vida dos moradores das comunidades na época. Deste modo, os registros demonstraram que apesar das dificuldades de administração, este projeto representava a construção de qualidade de vida no campo, por ter possibilitado a libertação dos moradores ao servir como “amenizadores aos preços de passagens”, sobretudo em relação aos proprietários de embarcações.

No entanto, aquele grupo de coordenadores reconhecia que havia ainda “imaturidade na condução do processo”, pois esta experiência segundo eles, ainda não tinha possibilitado uma visão ampla do processo. Outro fato relatado foi o “aparecimento” de pessoas de outros Estados interessados na exploração madeireira, levando a instalação da “firma” Santa Isabel, empresa madeireira que invadiu a região do Tapajós.

Avaliaram também naquela ocasião, que as comunidades não estavam reagindo diante do saque da madeira na região e para tanto, foi planejado uma Assembleia naquela comunidade para discussão do problema das terras na região Tapajós. Além disso, constataram que as eleições de 1994 representaram um “fracasso para as organizações populares”, devido à derrota do Partido que as representava.

Nas regiões do planalto santareno (terra-firme) do Eixo Forte e do Moju, por sua vez, os fatos destacados que retratavam a realidade da época foram, sobretudo, a invasão de moradores da cidade para apropriação das margens de igarapés para balneários. No que se referem à produção, os moradores do Moju, relataram que o preço da farinha estava desvalorizado e que não havia transporte terrestre para trazer a produção até a área urbana de Santarém, onde se encontrava (e ainda se encontra), o maior centro de compra do produto.

Outro reflexo da realidade vivenciada no início da década de 1990 foi o enfraquecimento do movimento jovem, devido sua atuação isolada de outros grupos locais, assim como o próprio Sindicato dos Trabalhadores Rurais. A possibilidade de um “trabalho novo”, segundo moradores dessa região, estava voltada na expectativa de organização dos moradores em associações intercomunitárias que representassem as suas necessidades.

As falas descritas até aqui, revelam o cenário das principais atividades do campo, desenvolvidas em Santarém pelos diversos grupos locais nas diferentes realidades

---

<sup>32</sup> Este projeto era composto por uma linha de apoio de financiamento comunitário para aquisição de barco coletivo administrado pela associação em parceria com a instituição Ceapac, desenvolvido até o ano de 1999, na região Tapajós e Lago Grande em Santarém.

socioculturais daquele território e naquele espaço temporal da década de 1990, a partir dos tipos de ocupação agrícola.

Nosella (2014, p.270), em relação à diversificação de atividades produtivas e de geração de renda, afirma que “frente ao processo de desenvolvimento e modernização da sociedade brasileira”, são criadas novas atividades rurais não agrícolas, chamadas de “pluriatividade”. Conforme ainda este autor, tal característica é produzida pela combinação de múltiplas ocupações agrícolas e não agrícolas, assumidas pelos membros de uma mesma unidade familiar.” Conforme destacado na entrevista de Livaldo Sarmiento, presidente do STTR na época de criação da CFR/Santarém:

Em Santarém, eu vejo que dentro da realidade rural há uma diversidade, pois como temos regiões distintas que é a várzea e os ribeirinhos. Na várzea, também se inclui os ribeirinhos, mas tem uma realidade diferente: a região dos rios e a região de planalto. Sendo que as atividades se diferem. Por exemplo, aqui no eixo do planalto tem mais um volume da produção agrícola, uma vez que o cultivo até pela influência de culturas de pessoas vindas de outro Estado e talvez até pelo transporte, não sei, mas vejo que as frutas, os cultivos permanentes na área do planalto, a própria farinha da mandioca, antes voltada pro Tapajós e a Várzea seria mais a produtora do peixe, a produtora da melancia, enfim os cultivos, mais temporários. Então e vejo, a situação naquele momento era essa, mas viviam numa insegurança, pois o anseio deles era a garantia da terra. Então eles não tinham a garantia da terra. Eles queriam um financiamento, uma boa assistência técnica. O que nunca teve uma boa assistência técnica para os nossos agricultores familiares. (ENTREVISTA, 22.04.2015)

Considerando que o Fórum de discussão da agricultura familiar inseria a discussão da criação da Casa Familiar como uma de suas estratégias de desenvolvimento do campo, nos questionamos então: Quais seriam as condições locais ideais para garantir a reprodução do modelo de cultivo familiar em Santarém?

O representante de trabalhadores/as rurais na época considerou em entrevista, que são necessidades para garantir a reprodução do modelo de cultivo familiar em Santarém, não apenas a assistência técnica, concebida pelos sujeitos do campo, como a orientação para o cultivo, mas também a inovação tecnológica, ou seja, infraestrutura rural– acesso aos ramais, o saneamento básico e abastecimento de água nas comunidades. (ENTREVISTA, Livaldo Sarmiento, 22.04.15).

No contexto das realidades do campo retratadas, notamos características de pluriatividade, presentes nas alternativas econômicas e sociais desenvolvidas por aqueles sujeitos coletivos. Isso revela a capacidade destes de se reinventarem e um potencial de organização para buscar alternativas e superar as deficiências de autogestão. Demonstrando

que anseiam por uma vida de qualidade no campo e por emancipação econômica. Reações que são reflexo da dinâmica das políticas do país naquele tempo.

O Sindicato dos Trabalhadores/as Rurais de Santarém (STTR-STM) em contato com estes sujeitos, já fazia o debate sobre o desenvolvimento social e econômico do campo. Levantando como principal demanda a falta de assistência técnica para atender as necessidades locais. A ideia de suprir essa carência foi crescendo e discutida no movimento social até chegar à estratégia de formação de jovens, na perspectiva das necessidades vivenciadas pelos trabalhadores do campo, com a proposta de criação da CFR-STM.

### **3.2 A Casa Familiar Rural de Santarém<sup>33</sup>: breve caracterização**

Vimos na seção anterior que o STTR- STM, a partir de 1990, já iniciava discussão em sua diretoria, expressa nos termos e objetivos, segundo o presidente Livaldo Sarmiento “pra superar uma dificuldade de ter um corpo técnico que pudesse contribuir com os agricultores associados (...) e oferecer a possibilidade de terem acompanhamento técnico, que seja voltado pra nossa realidade, a partir do próprio Sindicato” (Entrevista em 22.04.2015).

A direção do Sindicato tomou conhecimento da experiência da Pedagogia da Alternância do Espírito Santo<sup>34</sup>, e depois de um processo de debates aprovou em assembleia o envio em 1993 de dois jovens, Jorge Oliveira e João Batista, oriundos do campo e associados ao Sindicato, para a formação durante três anos na EFA de Olivânia/Espirito Santo. A intenção era, após a formação, que retornassem para trabalhar pelo Sindicato prestando serviços de assistência técnica agrícola às comunidades. (Jorge Oliveira<sup>35</sup>, um dos jovens do Sindicato formados pela EFA/Olivânia – Entrevista em 21.09.2015).

O objetivo do Sindicato na época, segundo Jorge Oliveira, ex-aluno da EFA e atual assessor do STTR, não era de formação, mas que seus associados tivessem uma assistência técnica para o trabalho no campo que não fosse “tradicional, comercial, onde o rapaz ou o jovem se forma e vai embora trabalhar em uma instituição e esquece aquele compromisso anterior que teria com os trabalhadores na base do Sindicato”. Conforme declara:

---

<sup>33</sup>A CFR que tratamos como objeto de nossa pesquisa, se refere à primeira experiência surgida em Santarém, àquela localizada na Região do Eixo Forte. Adotando a mesma denominação utilizada pelo movimento social, em distinção à CFR do Lago Grande, também de Santarém, desmembrada da primeira experiência, como veremos adiante.

<sup>34</sup>Marco da Pedagogia da Alternância no Brasil, conforme Nosella (2014).

<sup>35</sup>Jorge Oliveira veio a se tornar anos mais tarde, membro da coordenação da Casa e também monitor. E atualmente é assessor do Sindicato.

Depois que nós nos formamos (Olivânia/ES) nós chegamos aqui no início de 1997 qual era a nossa missão? Trabalhar pelo sindicato! E nós fomos. Só que eu e o João vimos que não deveria ser só isso (...) que tem que fazer, e a gente ficava o tempo todo brigando eu e ele. Não é só da assistência técnica que nós queremos, não podemos ficar só nisso, nós fizemos uma formação da pedagogia da alternância que nós não podemos ficar só pra nós dois. Vamos conversar com a diretoria do sindicato, eles nos enviaram, eles têm como contribuir conosco, e aí nós começamos a trazer a chamar outro diretor pra conversar. O sindicato tem uma estrutura boa, tem essa sede, tem centro de formação, qual é o destino daquele centro de formação? É dar formação para o agricultor. Então nós temos uma proposta que nós queremos conversar com vocês, nós queremos aplicar aqui a pedagogia da alternância, porque nós estudamos nisso e temos como falar disso e contribuir. (Jorge Oliveira, sindicalista, ex-aluno EFA Olivânia, assessor Sindicato).

Percebemos nos relatos descritos anteriormente e revelado sobretudo na fala de Jorge Oliveira, que inicialmente não havia pelo STTR a pretensão de criar uma CFR, mas simplesmente atender uma demanda de assistência técnica, voltada às necessidades dos trabalhadores rurais.

Aqui cabe um esclarecimento sobre a nomenclatura Escola Família Agrícola (EFA) e Casa Familiar Rural (CFR). Ou seja, entre o modelo italiano e o modelo teórico francês das *Maisons Familiales* de 1935. Jorge Oliveira, técnico do STTR, nos esclarece em entrevista<sup>36</sup> que a diferença se dá quanto à origem de fundação, pois a EFA teve origem na Itália e a CFR na França. Mas em ambas, a essência da pedagogia da alternância é a mesma. Conforme destacaremos no item 3.2.4 (p.71).

Segundo ainda este informante, não havia distinção entre a pedagogia da alternância presente na formação recebida na Escola Família Agrícola do Sudeste, daquela, que se aplica nas CFRs do Norte e Nordeste.

É a mesma Pedagogia da alternância; tanto que nós eu e o João nós tivemos essa facilidade de discussão por causa disso. Não tem esse problema de vocês serem EFA, não tem isso, o pessoal nem lembra disso, porque a formação é a mesma, é só uma nomenclatura diferente. O objetivo era fazer com que o jovem do meio rural conheça novas tecnologias e se preparassem com um pouco mais de condição de absorver esses conhecimentos tecnológicos novos pra aplicar na sua propriedade. Não é pra ele ir embora de lá da propriedade. Mas pra ele voltar e ter condições de justificar que aquela propriedade vale apenas ele permanecer lá, com conhecimento tecnologia sabendo onde tem acesso disso daquilo pra ele buscar pra dentro da propriedade, essa que é a pedagogia da alternância, a finalidade das duas é essa, então não tem essa diferença.

Houve uma identificação destes jovens formados pela EFA/Espírito Santo com a pedagogia da alternância. Percebendo a importância em disseminar esta proposta pedagógica

---

<sup>36</sup> Entrevista realizada em 21.09.15

para esta região. Então, o Sindicato discute no Fórum da Produção Familiar a ideia pela criação da CFR-STM, sendo a primeira no Baixo Amazonas.

### *3.2.1 Fundação e estrutura organizacional: A associação da CFR-STM*

A existência concreta da CFR-STM, ou seja, o início de sua vida organizacional e jurídico-administrativa; percorreu por aspectos peculiares que revelam semelhanças, assim como distanciamentos, em relação aos modelos teóricos francês e nacional, até a construção de sua própria identidade.

A efetivação da CFR de Santarém foi resultado do processo realizado pelo movimento social do campo de Santarém, que culminou com a realização da Assembleia de Constituição de sua Associação da Casa Familiar Rural, conforme registrado em Ata no dia 26 de abril de 1999. A Assembleia Geral foi realizada na sede da Colônia de Pescadores Z20, uma das instituições representativas integrantes dessa articulação e presidida pelo então presidente do STTR, Livaldo Sarmiento, na qual “estiveram reunidas setenta e três pessoas, representando treze associações de pequenos produtores rurais, nove entidades não governamentais de assessoria, um órgão do governo e três representantes de comunidades”, instituições que integravam o Fórum da Produção Familiar, na época<sup>37</sup>.

A aprovação do estatuto, eleição e posse da primeira Diretoria de sua Associação, marcaram oficialmente a criação desta CFR. A Diretoria, segundo ata de constituição, que teve a seguinte estrutura administrativa organizacional: Presidente, vice-presidente; primeira secretária; segunda secretária; primeiro tesoureiro; segundo tesoureiro. A estrutura administrativa incluía ainda um Conselho Fiscal composto por três comunitários eleitos também naquela ocasião, responsáveis por encaminhar as atividades do cronograma elaborado e aprovado naquela assembleia. Os eleitos foram, respectivamente, para os cargos mencionados: Maria do Rosário Sousa, Elizeth Pimentel Campos, Ideíses Pereira, Maria Everalda P. Pereira, José dos Anjos e Aureliano Branches de Sousa.

Ainda segundo o documento de fundação da CFR-STM, identificamos que aquele coletivo de instituições já se articulava com o movimento de educação do campo a nível estadual, indicado pela presença e participação do presidente da Associação das Casas Familiares Rurais (Arcafar/Norte), Luiz Gonzaga P. da Silva convidado a “fazer uma exposição sobre a experiência das Casas Familiares Rurais”.

---

<sup>37</sup> Ver Anexo F - Ata de constituição da Associação da Casa familiar Rural de Santarém.

O movimento social também participava de eventos nacionais anuais, como o já citado “Grito da Terra Brasil”, que incluía em sua pauta de reivindicação, a educação do campo, “uma vez que seria uma metodologia diferente: de alternância”. Segundo ainda, o presidente do STTR na época.

Identificamos a partir de relatórios que, desde a criação da CFR/Santarém, houve cinco administrações, presidida por: Maria do Rosário Sousa, Manuel Moura, Aureliano Branches de Sousa (que ficou por dois mandatos durante o período de 2008 a 2013) e atual presidente Marilene Rodrigues Rocha (com mandato de três anos a partir da sua posse em 28.02.2014).

A atual diretoria, conforme sua ata de eleição de 10/02/2014, está assim composta: Presidente: Marilene Rodrigues Rocha; vice-presidente: Maria Odila Duarte Godinho; Secretário: Magno Costa de Sousa; Vice-Secretário: Francisco dos Santos Capucho; Tesoureira: Alessandra Mara de Sousa Pedroso; vice tesoureira: Estevina Melo. Conselho Fiscal: Celso Correa Batista; Maria Alba Pinto de Sousa e Luzanira Pereira Santos. A diretoria da CFR-STM compõe o Conselho de Administração que, conforme estatuto, administra a sua associação.

Todos os membros da atual diretoria se reconhecem como agricultores/as conforme registrado em estatuto; e possuem alguma ligação anterior com a CFR-STM, por exemplo, são ex-aluno/a, ou pais de aluno. A aproximação de membros da diretoria da Associação da CFR, com o STTR/Santarém também é percebida. Tal fato ajuda a compreensão da recente retomada do apoio do Sindicato à CFR-STM.

No dia a dia, a presidente e a tesoureira assumem as ações administrativas e políticas de gestão da CFR-STM. Os demais membros acompanham principalmente os debates e assembleias, quando convocados. Entendemos que a distância geográfica e a questão financeira para o deslocamento das comunidades, dificultam o acompanhamento mais intensivo.

De acordo com a percepção dos sujeitos envolvidos, a associação da CFR representa o espaço de participação. E o significado de participação na CFR, segundo a presidente atual, Marilene Rodrigues, se dá pela integração entre o jovem e sua família por meio do trabalho no campo, pois segundo ela “é uma associação que abraça os jovens do campo com uma responsabilidade de educar o jovem pra ele trabalhar no convívio da família dele e “tocar” uma vida melhor com a tradição de uma escola diferenciada porque vem da realidade”. Aqui a

informante compreende que a CFR é uma proposta distinta da educação convencional, por considerar, primeiro as necessidades do jovem e sua família em sua vida no campo, e segundo, por relacionar a teoria com a prática, associando educação e trabalho.

Ainda nesta perspectiva da compreensão, o monitor Edivaldo acredita que a Casa Família Rural é um misto de movimento social com política. Ou seja, deve ser movimento e ter relação com outros movimentos, como o sindical, movimento comunitário, com o movimento ambiental, trazendo também a essência da agroecologia.

Para melhor compreensão, trazemos o significado de Escola do campo de Kolling et al (2002):

Aquela que trabalha desde os interesses, a política, a cultura, a economia dos diversos grupos de trabalhadores e trabalhadoras do campo, nas suas diversas formas de trabalho e organização, na sua dimensão de permanente produzindo, valores, conhecimentos e tecnologias a perspectiva do desenvolvimento social e econômico igualitário da população. A identificação política e a inserção geográfica na própria realidade cultural do campo são condições fundamentais de sua implantação.

A partir de Kolling et al (2002), percebemos que na definição de Escola do campo, estão envolvidos aspectos políticos, culturais voltados ao trabalho e interesses dos sujeitos do campo, os quais estão também presentes na CFR-STM.

Os objetivos da Associação da CFR de Santarém, de acordo com seu Estatuto social, consistem em fornecer às famílias que dela são membros, possibilidade de:

I- Instituir manter a Casa Familiar Rural; II- Exercer seus direitos e assumir suas responsabilidades, principalmente no que diz respeito à educação, formação profissional geral, moral e social dos jovens que frequentam a Casa Familiar Rural, bem como a educação religiosa correspondente às opções de cada família; III- Realizar a criação, a gestão e a responsabilidade legal, moral e financeira de uma ou várias Casas Familiares Rurais; IV- Assegurar a realização de atividades que tem caráter educativo, social e familiar. (ESTATUTO SOCIAL, Cap. II- Dos Objetivos e Meios de Ação, 1999).

Observamos que a concepção associativa presente nos objetivos da Associação da CFR-STM permanece válida, pois se relacionam com a realidade concreta dos sujeitos que compõem o movimento de Educação do Campo.

Percebemos que, apesar das semelhanças na constituição legal e funcionamento da CFR-STM, com as demais Casas, e no seu propósito de consolidação de uma proposta de educação voltada ao campo; no entanto, são também identificadas peculiaridades em seu desenvolvimento, reveladas quando mergulhamos na história do processo de sua efetivação.

### 3.2.2 *O caráter público não estatal e a caracterização oficial da CFR*

Do ponto de vista de sua estrutura organizacional- jurídico-administrativa, vejamos o significado do caráter público não estatal desta CFR (aprofundado na seção quatro deste trabalho, quando trataremos especificamente sobre as redes de parceria e articulações da Casa, como sociedade civil, com as demais instituições do movimento social e com o Estado).

A CFR-STM tem como base de fundamentação legal, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBN nº 9394/1996 que diz no artigo 28 da referida lei, é especificado as adaptações necessárias para a oferta da educação básica à população do campo, por meio de:

- I. Conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;
- II. Organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;
- III. Adequação à natureza do trabalho na zona rural.

Outros fundamentos legais do reconhecimento da Pedagogia da Alternância no Brasil são: o Parecer CNE/CEB nº 01/2006 e o Parecer nº 605/2008-CEE/PA. O primeiro Parecer refere-se à rede dos Centros Familiares de Formação por Alternância (Ceffa), que se organiza nas associações – Unefab, Arcafar–SUL e Arcafar-NORTE-NORDESTE – e estabelece os dias letivos. Somam 217 (duzentos e dezessete) dentre as EFA's<sup>38</sup>, CFRs<sup>39</sup> e Ecrama's<sup>40</sup> que adotam a Pedagogia da Alternância.

O Parecer nº 605/2008-CEE/PA, reconhece a Pedagogia da Alternância e afirma que cada Centro Familiar de Formação por Alternância-Ceffa (EFA, CFRs) deverá organizar sua proposta político pedagógica nos termos da LDB, submetendo-a ao Sistema Estadual de Ensino do Estado do Pará.

A partir da caracterização atual das escolas municipais, a CFRs é reconhecida pelo poder público municipal, como uma “Escola Comunitária”, privada localizada na zona rural. Dentre as escolas localizadas na zona rural, a CFRs de Santarém e do Lago Grande do

---

<sup>38</sup> Escola Família Agrícola

<sup>39</sup> Casa Familiar Rural

<sup>40</sup> Escola para Jovens Agricultores de Comunidades Rurais Amazônicas-ECRAMA

Curuai<sup>41</sup> são consideradas de iniciativa privada, existindo apenas uma escola estadual (EEF São José na região de Planalto). Vale esclarecer que para o nosso trabalho consideramos como nosso objeto de estudo, a primeira CFR, localizada no Eixo Forte, conhecida por CFR de Santarém.

Em relação à natureza pública não estatal das CFRs. Magalhães (p.62-63, 2009), faz uma distinção destas, com outras organizações de cunho privatista, destacando:

- a) A sua origem vinculada às organizações da sociedade civil e suas demandas;
- b) A sua inserção na comunidade local, dialogando e interagindo com os diversos atores na construção do desenvolvimento local e regional;
- c) Sua vinculação à Agricultura Familiar e ao Campesinato;
- d) Não têm fins lucrativos;
- e) A sua forma de gestão é participativa e democrática envolvendo em suas instâncias deliberativas os alunos, os pais, monitores, sindicato dos trabalhadores rurais e diretoria.
- f) A diretoria da CFR é eleita democraticamente em Assembleia Geral dos membros da Associação de Agricultores;
- g) A forma jurídica da mantenedora é de Associação de Agricultores;
- h) A gestão financeira e administrativa é controlada pela Associação.

(MAGALHÃES, p.62-63, 2009)

Os elementos destacados acima concordam totalmente com as características identificadas nos documentos legalmente reconhecidos da Casa Familiar Rural de Santarém, demonstrando que esta experiência, segue um padrão próprio que a distingue de outras experiências privadas.

No debate entre o público e o privado há um tensionamento na dinâmica da relação entre sociedade civil e Estado na condução da Casa Familiar Rural, que indica resistência de mão dupla desses segmentos com interesses dialeticamente antagônicos. Percebida no depoimento a seguir:

Aqui nós estamos formando um ser humano candidato a ser cidadão. O cidadão ele se nunca vai ficar refém de governo (...). E como instituição pública, o

---

<sup>41</sup> A CFR de Lago Grande foi criada, devido à necessidade de atender à grande demanda de jovens daquela localidade que buscavam esta modalidade de ensino. Desmembrou-se em 08 de agosto de 2010 da Associação do Eixo Forte, originalmente conhecida como CFR/Santarém.

Estado, sempre vai querer o ser humano manso. Aqui (na Casa) não pode ter essa visão, porque a educação não é só pra formar, mas também pra mudar a relação social que existe na sociedade. (Edivaldo – monitor voluntário, Entrevista em 04.09.2015).

Visão de resistência da CFR à sociedade capitalista que pode ser identificada também em seu PPP (2009, p.11) quando este diz que a “Casa Familiar Rural de Santarém, (...) pensa a formação de um coletivo de sujeitos (...) em contraponto aos ideais de individualismo, competitividade e privatização da natureza e dos saberes socialmente construídos”.

A tensão do movimento social com o Estado revelada nas falas anteriores vem das divergências ideológicas sobre a compreensão de público e privado. Como ilustração citamos a fala da secretária Paula Ramos, sobre a falta de acesso à carteira de meia passagem pelo aluno da Casa. A Secretaria Municipal de Transporte entende que a CFR sendo oficialmente reconhecida como escola privada, é impedida de ter tal direito, inviabilizando o apoio público governamental. Isso traz implicações financeiras, porque o apoio de deslocamento dos jovens, atualmente é assumido totalmente pelas famílias.

Segundo o monitor Edivaldo, as atividades da CFR-STM, no princípio ocorriam na informalidade, isto é, a partir “da experiência prática de alguém que tomava a iniciativa em socializar com os demais”. A certificação dos alunos da Casa foi uma necessidade que surgiu no decorrer do seu funcionamento, diante da demanda de continuidade de formação acadêmica pelos jovens. A aproximação com o governo “até certo ponto foi boa, mas acabou atrofiando o desenvolvimento da pedagogia da alternância, exigindo algumas alterações”. Aqui o entrevistado se refere à formação técnica comprovada dos monitores, exigida pelo Estado. Racionalidade que não contempla a experiência acumulada pela vivência, conforme exemplifica em seu relato:

(...) eu não tenho formação técnica, não sou engenheiro agrônomo, porém eu tenho uma série de informações de experiências que fui adquirindo, acompanhando alguns cursos técnicos, na convivência com alguns engenheiros com alguns técnicos que a gente tem aqui, tem outros, e pesquisas, ai eu adquiri essa habilidade pra trabalhar. (ENTREVISTA, Edivaldo – monitor voluntário, em 04.09.2015).

Identificamos na fala acima, no que diz respeito ao campo educacional que a exigência de uma racionalidade técnica, se distancia da percepção do conhecimento baseado na experiência prática, mais próxima dos fundamentos da Pedagogia da Alternância assumida pelas CFRs.

Na história da educação brasileira, trazemos o debate de José Luís Sanfelice (2005, p.165) para “a problemática do público e do privado”, no qual afirma que “(...) grande parte da historiografia produzida na área consagrou a terminologia ‘educação pública’ como sinônimo de educação estatal”. Desse modo, “referimo-nos à educação pública para expressarmos a educação oferecida pela escola pública e, muito raramente, a defesa da escola pública não é outra coisa senão a defesa da escola estatal”. Ao contrário, a CFR-STM, ao ser administrada por uma associação da sociedade civil, é caracterizada como iniciativa privada, portanto não estatal; mas, no entanto, não se enquadra na lógica capitalista, por não possuir finalidade de lucro financeiro. Mas, como ressaltou Sanfelice (2005), a educação, como serviço público pode ser oferecida tanto pelo Estado como pela iniciativa privada.

Apesar disso, a Associação da CFR-STM, como organização pública não estatal, para que possa acessar recursos de políticas educacionais para o campo, junto aos órgãos oficiais de educação municipal e estadual, deveria cumprir exigências legais e normativas. Sendo uma delas, a qualificação de seu corpo profissional, do ponto de vista da certificação legal.

Ainda no aspecto legal, ao ser cadastrada no Conselho Estadual de Educação, a CFR de Santarém, recebeu o Parecer de credenciamento 51/2009 referente ao Processo 1630/2008, com a autorização de funcionamento para o período de julho de 2009 a dezembro de 2012. Cadastro que atualmente está em processo de renovação.

Na esfera municipal, a CFR-STM recebeu em 2009, o título de entidade de utilidade pública da Câmara de Vereadores por meio da aprovação da Lei nº 18268/2009. Mas, esta Lei não necessariamente vincula ou garante diretamente o estabelecimento de convênios ou outro apoio para o funcionamento da Casa.

Identificamos quanto à questão organizacional das CFRs que a estrutura de distribuição de poder da CRF/Santarém se aproxima do marco teórico do modelo francês, “colocando a responsabilidade dos pais na base do processo educativo”. Pois a Assembleia Geral, composta por trabalhadores do campo, é o órgão máximo de poder de decisão. Ao contrário do modelo pioneiro brasileiro do Espírito Santo, no qual o presidente da Junta Diretiva, que concentra o poder, além deste não ser um sujeito do campo. (NOSELLA, 2014).

Outro destaque sobre o aspecto jurídico-administrativo é que somente uma década depois de criada a CFR-STM que foi elaborado seu Projeto Político Pedagógico – PPP-STM (2009), no qual apresenta como missão “atuar de forma integral, na formação profissional de jovens, nas dimensões social, ambiental, étnica, geracional e cultural para atuar no trabalho do

meio rural, promovendo o fortalecimento da agricultura familiar e o desenvolvimento local sustentável”. A interpretação desta missão nos indica que na relação educação-trabalho, há uma intencionalidade de percepção de formação humana total desses sujeitos.

Então, o Projeto Político Pedagógico (PPP) passou a integrar um dos principais instrumentos pedagógicos existentes na CFR-STM, junto com seu Regimento Interno e outros documentos legais de gestão como: Ata de constituição da Associação da CFR, Ata de eleição e posse da diretoria e Estatuto Social.

Na opinião da assessora pedagógica atual da CFR-STM, Maria José Alves, o PPP, necessita de atualização para contemplar as condições atuais da Casa. Mesmo que tenha sido, na época, elaborado de modo participativo por alunos, monitores e coordenação pedagógica, a diretoria, no entanto, até a conclusão desta dissertação, não havia iniciado as discussões para alteração deste Plano. Somente a respeito do Regimento interno, documento que passou por alterações na 11ª alternância (ano 2015), entrando como pauta da semana de formação realizada no período de 31.08 a 05.09.15.

O Estatuto social da Associação da CFR de Santarém é outro documento que permanece o mesmo adotado desde a sua aprovação em assembleia de criação desta CFR em 26 de abril de 1999. Esta necessidade de atualização de documentos que tratam sobre a concepção da CFR de Santarém, foi também apresentada em entrevista pela secretária atual da CFR, Paula Ramos, que até mesmo esta desatualização ou mesmo incoerências quanto a usos de denominações, interfere na relação com o Estado, por meio da Secretaria de educação:

A Seduc nos chamou pra mostrar nossos erros, porque no nosso estatuto está dito que estamos oferecendo educação, assim como em todas as Casas. Mas no nosso CNPJ já fala de associativismo e aí vem o grande “nó”, porque nos questionam: como querem receber recurso da Secretaria de Educação, se o CNPJ de vocês está oferecendo a associativismo? (ENTREVISTA 22/04/2015).

Identificamos a partir do depoimento da secretária da CFR-STM, Paula Ramos e de outros informantes, que na relação com o poder estatal, determinadas nomenclaturas, que são usuais e características do movimento social, especificamente da educação do campo, tais como “associativismo” e “tema gerador”, não são reconhecidos pelos órgãos de educação do Estado, ou ainda do município. Nesse sentido, há o acordo em fazer adequações, que segundo esta informante, na prática nada muda. Por exemplo, a substituição do nome “tema gerador”, para disciplina, não alterou o conteúdo a ser trabalhado no processo de formação durante o

período de internato. No entanto, adiantamos que na fala, tanto de monitores quanto de jovens alunos da Casa, é perceptível o uso da expressão “tema gerador”, quase nenhuma referência à disciplina. Somente quando distinguem disciplina do núcleo comum, daquelas profissionalizantes.

Segundo a assessora pedagógica atual da CFR, Maria José Alves, “a associação foi criada com aquela boa vontade, com aquele entusiasmo das lideranças que apoiavam e acreditavam no projeto”. Mas, segundo ela, faltava o preparo organizativo destas lideranças, além da dificuldade que contavam quase sempre com apoio de voluntários de instituições parceiras tanto para monitoria, quanto para trabalhos de secretaria. Relembra que “os primeiros monitores foram todos voluntários, como ainda ocorre atualmente, depois foram lutando para conseguir projeto”<sup>42</sup>.

### 3.2.3 *Localização e sede: Espaços itinerantes*

Outra peculiaridade da CFR-STM, assim como da maioria das CFRs do BAM é a ausência de espaço próprio com estrutura física permanente para o funcionamento das atividades de formação, durante o internato. Este aspecto lhe atribuiu a condição itinerante, tendo que em determinados períodos, transferir o local do tempo formativo para outro espaço por meio de parcerias. Contou, inicialmente com o uso das instalações do Centro de Formação, primeiro e mais duradouro espaço cedido para a formação dos jovens.

Inúmeras questões tais como: mudanças na administração, uso interno da instituição concedente e/ou necessidade de manutenção e reformas do espaço, causaram inevitáveis e constantes deslocamentos. Foram diversos os locais onde a Casa desenvolveu a formação para em seguida retornar ao ponto de partida:

1. Centro de Formação Francisco Roque de propriedade do STTR, na comunidade de São Braz, km 08 (Eixo Forte),
2. Centro de Formação do CEFTBAM (Bairro Salé, área urbana);
3. Base da então UFPa/ Campus de Santarém (Bairro Salé, área urbana do município de Santarém),
4. Base Experimental da Ulbra (Eixo Forte),
5. Na Associação de Moradores da Comunidade do Cucurunã no Eixo Forte;

---

<sup>42</sup> Maria José está na assessoria desde o ano de 2013, mas que sempre acompanhou as discussões da CFR como movimento social. Sabe-Se que foi membro do CEFTBAM. Entrevistada em 30.04.2015

6. Área da Comunidade de Santa Maria (Eixo Forte);
7. Escola Municipal Irmã Dorothy Stang (na Comunidade Caranazal, no Eixo Forte);
8. Centro de Formação do STTR/STM.

A maioria dos espaços cedidos estão localizados na área conhecida como Eixo Forte. A justificativa desta localização é devido à facilidade de acesso por transporte terrestre, e não à existência de demanda de jovens vindos desta região. Ao contrário, a maior demanda vem de regiões ribeirinhas do Tapajós e Lago Grande.

Identificamos com a descrição desse itinerário da Casa de Santarém, que houve um ciclo de mudanças de local de funcionamento da Casa, que curiosamente se inicia e se fecha com o retorno recente para o Centro de Formação Chico Roque, em agosto de 2015, por ocasião da sua 10ª alternância.

O Centro de Formação, é especialmente lembrado como o primeiro e atual espaço de formação, marcando assim, a histórica presença deste Sindicato, na vida da CFR-STM. Para fins de ilustração, trazemos a seguir imagens atuais, registradas nas últimas visitas de campo.

**Figura 2 - Entrada do Centro de Formação e Treinamento Agrícola Francisco Roque**



**Fonte** Arquivo da autora, setembro de 2015

A CFR-STM está localizada na PA 457 – Rodovia Dr. Everaldo Martins, km 08, na Comunidade São Brás, município de Santarém. Na Figura 2, temos a visão da entrada do Centro que sedia as atividades de formação.

**Figura 3 - Pavilhão 1 e 2 do Centro de Formação e Treinamento Agrícola Francisco Roque**



**Fonte** Arquivo da autora, setembro de 2015

Este espaço tem na sua infraestrutura física: no pavilhão de entrada (Figura 3): uma secretaria e um auditório – que também funciona como sala de aula; no segundo pavilhão: duas salas de aula; no terceiro: três dormitórios (Figura 4) – dois masculinos e um feminino; seguido de um refeitório e a cozinha e; no último pavilhão, ao fundo, localiza espaços com dois banheiros e sanitários, femininos e dois, masculinos; e uma lavanderia.

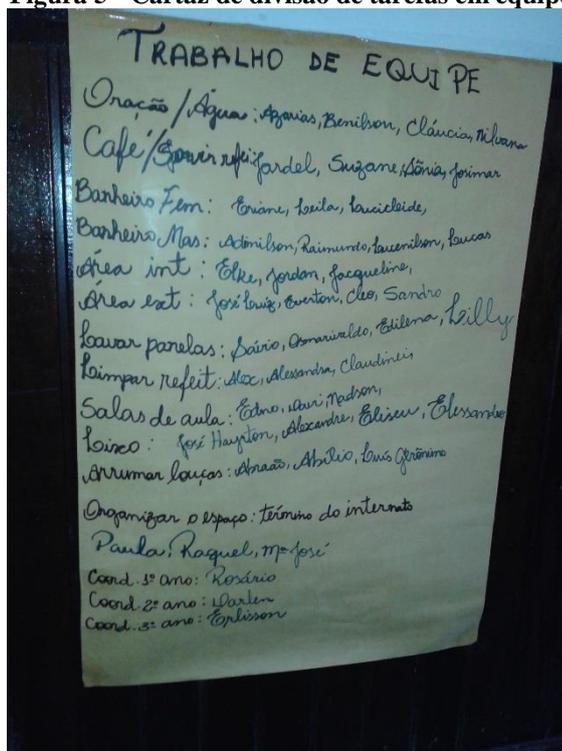
**Figura 4 - Dormitórios masculino e feminino do Centro de Formação e Treinamento Agrícola Francisco Roque**



**Fonte** Arquivo da autora, setembro de 2015

Os dormitórios são também importantes espaços de convivência e de formação disciplinar, nos quais os jovens compartilham experiências e exercem a liderança, haja vista que escolhem, dentre eles, um coordenador por turma, a cada internato, para zelar pela organização e cumprimento de regras, sobretudo neste local. Além da responsabilidade pela realização de tarefas, distribuídas e acordadas (Figura 5).

**Figura 5 - Cartaz de divisão de tarefas em equipe**



Fonte Arquivo da autora, setembro de 2015

O auditório tem capacidade para cinquenta pessoas e estava sendo utilizado como sala de aula, por não possuírem outra sala para acomodar a turma do 1º ano, a qual possui a maior quantidade de alunos.

**Figura 6 - Auditório (Turma 1º. Ano)**



Fonte Arquivo da autora, setembro de 2015

Entre os dois primeiros pavilhões localizam-se ainda, duas malocas utilizadas para estudos em grupo ou conversas informais durante os intervalos (Figura 7).

Figura 7 - Malocas



Fonte Arquivo da autora, setembro de 2015

Chama atenção o fato de não ter havido, no caso da CFR-STM, a mobilização para a construção do prédio escolar. A esse respeito, durante o contexto de criação de sua associação e de sua estruturação para o funcionamento, lembraram Livaldo Sarmento e Jorge Oliveira, lideranças históricas da origem desta CRF:

Então o Sindicato começou a discussão, disponibilizando um espaço que era o Centro Agrícola do Chico Roque e como tudo que começa, com dificuldade e em 1999, era um período em que em Santarém, virou uma febre a vinda dos agricultores da nova fronteira agrícola com relação à produção da soja e em 2000 foi muito impactante aqui pra nós. Mas a gente conseguiu essa política, pois se a gente for ver na história, a gente teve muita conquista e a CFR passou por várias gestões. (ENTREVISTA – Livaldo Sarmento, em 22.04.2015)

No início, nosso foco era funcionar a experiência que tivemos com a Escola Família Agrícola. Aí nós pressionamos o Fórum, pois o Sindicato, estava dando o local, a formação, mas não podia manter essa turma, porque não tinha recurso. Levamos para o Fórum da Produção Familiar a discussão (...) que formou uma equipe que tinha CPT, GDA, Ceapac, pra sair com uma definição da Casa funcionar ou não em Santarém. (ENTREVISTA – Jorge Oliveira, em 21.09.2015)

As falas acima demonstram a presença ativa do STTR como principal protagonista no processo de organização e mobilização da CFR antes e durante a mobilização no Fórum da Produção Familiar Rural de Santarém. Isso nos ajuda a compreender que devido a presença de várias instituições, principalmente do STTR de acolher nas suas infraestruturas, ou na busca de parceiras que pudesse acolher a Casa, possivelmente foi a causa do adiamento da busca pela construção de um espaço próprio de funcionamento. Somada ainda à essa condição, havia a necessidade urgente de prática desta experiência.

Ainda hoje, continua sendo um dos principais entraves ao pleno funcionamento das Casas, a falta de infraestrutura adequada para o desenvolvimento da formação, devido não possuírem instalações adequadas.

A atual presidente da Associação da Casa de Santarém se ressentia de não ter havido a iniciativa pela diretoria anterior para um diálogo com a gestão municipal passada, por esta ser mais próxima ideologicamente ao movimento social, para que a Escola do Campo Irmã Dorothea Stang, que já cedeu o espaço para esta CFR, fosse repassada definitivamente à Casa Familiar Rural. (ENTREVISTA, 07.05.2015)

Como perspectiva futura de espaço próprio, a Casa recebeu um terreno de quatro hectares, localizado na comunidade de Santa Maria nesta região, repassado pela Famceef (Federação das Associações de Moradores e Comunidades Extrativistas do Eixo Forte), organização representativa do Projeto agroextrativista – PAE desta região, já regulamentado pelo Incra, por ser área de assentamento agroextrativista de sua jurisdição. Nesta área já está em funcionamento a instalação de uma estufa, atividade que integra um projeto em parceria com a Ufopa. A seguir imagens que ilustram a área prevista para as futuras instalações da CFR-STM.

**Figura 8 - Área da comunidade de Santa Maria – Projeto Estufa em parceria com Ufopa**



**Fonte:** Cedido do Arquivo da CFR-STM

Constatamos então, que a ausência de uma estrutura física, ou seja, de um prédio escolar próprio e permanente para o funcionamento da Casa, traz dificuldades e/ou implicações psicológicas. A esse respeito, a presidente Marilene Rodrigues, reconhece que “isso contribui para os jovens ficarem desestimulados (...). Eles já sofreram muita humilhação”. Este relato trata das diversas situações em que os jovens da Casa enfrentaram, ao conviver com a insegurança de ter que desocupar a qualquer momento um espaço que não era próprio da Casa.

Outro entrave é a indisponibilidade em ter local da atividade prática para adquirir experiência técnica. A esse respeito o Monitor Edivaldo afirma que essas mudanças de local fazem com que “não se crie essa raiz de ter alguma coisa que é nossa que vamos cuidar. (...) é

diferente se tivéssemos o que é nosso”. Além disso, avaliando que a ausência de sede própria não permite terem um “laboratório vivo”. Ou seja, espaços para experimentos práticos agropecuários, como criação de suíno, galinha caipira, um minhocário, horticultura ou produção de adubo, exemplificou ainda o monitor.

Apesar da falta de um espaço próprio e adequado para a formação dos jovens do campo na CFR, ser grande dificuldade, a proposta da pedagogia da alternância desenvolvida, atende anseios e expectativas de formação, conforme o representante do movimento social do campo. A principal dificuldade enfrentada neste processo de formação da juventude rural no município de Santarém se dá na falta de uma instalação adequada para o desenvolvimento da pedagogia da alternância. Isso contribui para uma certa precariedade na formação dos jovens que ingressam nas turmas todos os anos. Por outro lado, a pedagogia da alternância tem representado uma aposta das famílias na formação dos seus filhos, o que representa uma motivação a mais para a implantação de uma estrutura de apoio que dê suporte ao desenvolvimento da pedagogia da alternância e ao mesmo tempo condições dignas e adequadas para a permanência dos jovens durante os períodos de formação na Casa Familiar Rural - CFR. (BENTES, 2014, snt).

#### 3.2.4 *A Pedagogia da Alternância na CFR-STM: marco de origem, princípios e instrumentos pedagógicos*

A Pedagogia da Alternância origina-se na Europa, no período entre guerras em 1935, na França, como *Maisons Familiales Rurales* ou Casas Familiares Rurais<sup>43</sup>, e no pós-guerra, nos anos de 1960-1962, na Escola Família Agrícola (EFA), na Itália. Nessa origem se encontra a presença forte da Igreja Católica; na França junto às famílias de agricultores que demandavam, por meio de entidades católicas articuladas aos poderes públicos, uma educação para seus filhos, diferenciada daquela oferecida pela escola tradicional, na Itália.

Esta modalidade educativa<sup>44</sup> representa um novo projeto pedagógico, que insere saberes da agricultura, no qual a organização camponesa assume a gestão administrativa e

---

<sup>43</sup>Esta ação corresponde à inquietação de um pai, Jaime Peyrat, sindicalista da Secretaria Central de Iniciativa Rural, em Sérignac-Péboudou, que na década de 1930, insatisfeito com a organização curricular da escola de seu filho ser distanciada da realidade, construiu com outros pais e o padre Grannereau esta experiência inaugural das *Maisons Familiales Rurales*. SILVA, L.H. (2003); ESTEVAM (2003).

<sup>44</sup> O tema da Pedagogia da Alternância aparece, principalmente, em autores franceses (GÉRARD, 1994; CHARTIER, 1997; DEMOL; PILON, 1998; LANDRY, 1998) e em brasileiros cujos interesses de pesquisa estão ou estiveram voltados à educação promovida pelas EFAs (NOSELLA, 1977; PESSOTI, 1978; BEGNAMI, 2004) ou pelas CFRs (ESTEVAM, 2003; SILVA, 2003; RIBEIRO, 2008).

pedagógica constituída na modalidade de Associação de Agricultores, com fins jurídicos, financeiros e administrativos. O entendimento geral concerne à participação dos pais na gestão, mas, com orientação sindical e religiosa, priorizando formação técnica aos jovens e suas famílias, com formação geral e conteúdos técnicos baseado na Agropecuária.

Nosella (2014) em seu trabalho, sobre a origem da Pedagogia da Alternância no Brasil, fala da experiência desenvolvida no Espírito Santo, marco teórico nacional 1969, que serviu de referência para a criação da CFR-STM. Nos Centros Familiares de Formação por Alternância (Ceffa), se incluem 150 Escolas Famílias Agrícolas (EFA) e 120 Casas Familiares Rurais (CFRs), que somam 270 unidades que adotam a Pedagogia da Alternância, abrangendo 21 Estados e 800 municípios do Brasil. As 's estão articuladas entre si através das associações regionais, e à rede de Ceffa, que se organiza em três associações: Unefab, Arcafar-SUL Arcafar-NORTE/NORDESTE.

Afirma ainda Nosella (2014, p.123) que “desde as primeiras Escolas- Família, o objetivo não foi o de melhorar a escola tradicional, mas sim criar outra escola”. Assim como no marco francês dos *Maisons Familiales Rurales*, os trabalhadores do campo perceberam nesta ideia, uma proposta de formação diferenciada, adequada aos seus interesses e à realidade do campo.

Desse modo, a Pedagogia da alternância é atualmente, uma das mais reconhecidas e amplas estratégias da educação do campo, e busca envolver o estudante, a sua família, a instituição de ensino, a comunidade e a realidade do campo nos processos de ensino-aprendizagem. Nesta modalidade, os estudantes intercalam períodos de vivência comunitária e escolar, possibilitando que os saberes e os fazeres do campo se tornem a base do processo formativo. (SILVA, 2003).

Achamos oportuno trazer neste momento as contribuições de Hage (2005) por estabelecer, didaticamente, as características e as distinções entre Educação do Campo e Educação Rural. Por **Educação do Campo**, entende este autor, àquela definida coletivamente pelos próprios sujeitos do campo, enquanto protagonistas de sua educação, se realiza desse modo, com eles, e não para eles, compreendida não como um fim em si mesma, mas como um instrumento de construção da hegemonia de um projeto de sociedade incluyente, pautada na pluralidade de sujeitos que podem viver numa relação dialógica e fraterna.

A Educação do Campo para Hage (2005) contribui ainda com a construção de outra relação entre o campo e a cidade, enfrentando a hierarquia e a desigualdade existentes e que

se realiza no conjunto dos movimentos sociais, das lutas e organizações do povo do campo pela terra e por condições dignas de vida e de afirmação de sua identidade.

O termo **Educação Rural**, por sua vez, expressa uma educação que fortalece a dicotomia campo-cidade, veiculando uma concepção “urbanocêntrica” de vida e desenvolvimento, propagando a ideia de superioridade do urbano em relação ao rural. Sendo a cidade o lócus do desenvolvimento, da tecnologia, do bem estar, e o campo o lócus da pobreza, do atraso, da ignorância. Os defensores dessa concepção afirmam, segundo este autor, que a diferenciação entre o rural e o urbano não faz mais sentido, uma vez que o modo de vida do camponês está em processo de extinção e a única possibilidade de sobrevivência das populações do campo será a sua integração ao modelo de vida da cidade, à agroindústria de grande porte e a sua subordinação às exigências mercadológicas da agricultura capitalista – o Agronegócio.

Ou seja, é uma educação que não leva em consideração os conhecimentos que os alunos trazem de suas experiências e de suas famílias, mas ao contrário, desvaloriza a vida do campo, diminuindo a autoestima dos alunos, descaracterizando suas identidades; alimentando o ciclo vicioso que os sujeitos do campo realizam: “de estudar para sair do campo” ou “de sair do campo para estudar”, fortalecendo o processo de migração campo-cidade. Isto é, uma educação que se constitui enquanto um instrumento de reprodução e expansão da estrutura agrária e de uma sociedade excludente (HAGE, 2005, 1-3).

Begnami (2014), a partir das várias formas de conceituação da Pedagogia da Alternância, vem definindo-a, como um processo contínuo de aprendizagem e formação na descontinuidade de atividades e na sucessão integrada de espaços e tempos. A formação inclui e transcende o espaço escolar, e, portanto, a experiência torna-se um lugar de aprendizagem e produção de saberes em que o sujeito assume seu papel de ator protagonista, apropriando-se individual e coletivamente do seu processo de formação.

Podemos perceber a presença de elementos característicos da Pedagogia da Alternância no depoimento de Alessandra Mara Silva, ex-aluna da primeira turma da CFR (Ano 2000) e atual tesoureira da diretoria da Associação desta Casa, ao falar da sua experiência na Casa:

Tudo era uma novidade, porque era diferente. Tinha as matérias do núcleo comum, mas a gente estudava as técnicas também. Tinha aquele tema gerador de cada semana que a gente passava aqui estudando. Mas (...) mesmo as matérias do núcleo comum eles incluíam o tema gerador. (ENTREVISTA – Ex-aluna Alessandra Silva, em 15.06.2015)

A “novidade” trazida pela CFR de Santarém ocorreu por ter sido a primeira experiência na região do Baixo Amazonas a desenvolver a modalidade da alternância, se tornando referência para os demais municípios deste território. Reafirmando que esta experiência, representa uma estratégia de educação do campo defendida pelos movimentos sociais como uma busca por uma educação que ajude na “construção de homens e mulheres que tenham o direito de problematizar sobre sua realidade, buscando transformações que viabilizem o desenvolvimento sustentável e territorial de nossa região” (PPP/CFR-STM, 2009, p.06).

O relato de Jorge Oliveira, transcrito a seguir, demonstra que tal qual em Olivânia/ES, na CFR de Santarém, desde o início a formação se dava de modo integral, no sentido da formação do jovem não ser descolada da sua prática, para que possa “aplicar na sua vida a sua técnica na propriedade quando for trabalhar”.

Foi meu primeiro contato com a alternância, porque quando inicia na teoria, foi complicado entender, mas não foi complicado vivenciar. No primeiro momento pra entender teoricamente o que era pedagogia da alternância, a gente ainda deu uma estudada, mas quando nós fomos vivenciar a pedagogia de alternância para nós foi muito simples. Porque não diferenciava muito da nossa convivência enquanto propriedade da nossa família e com a comunidade. A diferença é que você está recebendo uma formação mais técnica. (...) as atividades que você faz enquanto no centro de formação, enquanto escola, você vai apenas modificar teu meio que você está lá. (...) tem a parte teórica do ensino que a gente diz que é o núcleo comum; você estuda matemática, português, ciências, geografia, história, química, física, biologia, mas eles todos estão em concordância com a parte técnica, tudo é voltado pra parte técnica. (ENTREVISTA, Jorge Oliveira, ex-aluno da EFA/Olivânia, 21.09.2015)

Portanto, houve uma identificação durante a socialização desta formação diferenciada por meio da Pedagogia da Alternância, confirmado pela vivência daquele jovem enviado pelo STTR para aquela Escola Família Agrícola, ao relatar que se tratava da mesma proposta que se aplica na CFR do Norte e Nordeste. Nota-se a visão associativa e integrativa, presente nesta modalidade de alternância do marco teórico de Olivânia, descrita acima na experiência deste ex-aluno, foi modelo para a constituição da CFR de Santarém. Devido essa proposta da alternância ser tão diferenciada do ensino tradicional, conforme analisado no depoimento de um dos monitores voluntários da Casa, e também professor da rede escolar pública municipal:

A mudança é grande e um tanto complexo pra quem está fora. Nós temos o trato das disciplinas e o trato do conteúdo que deve ser bem selecionado. É uma troca bem mesmo dialética com a teoria e a prática, que se faz necessária, uma vez que nós estamos trabalhando com filhos de agricultores. A ideia da pedagogia da alternância é partindo da experiência indo pra prática e voltando sempre pra trás, pro conteúdo. Aqueles conteúdos nas escolas eles são importantes dentro do processo,

mas eles não prevalecem sobre os outros. Porque também agente não está só formando o técnico agropecuário, nós estamos colaborando pra formação de cidadãos, de pessoas. Então essa parte humana vai tá sempre transversalmente entremeando o processo. Todos os professores tem essas necessidades de utilizar saberes pra dialogar sobre as dificuldades presentes com jovens pra que a gente possa chegar naquele conteúdo mais eleito e propagado pela escola formal do Estado. (ENTREVISTA, Edvaldo Sousa, monitor voluntário da CFR-STM, em 04.09.2015)

Na proposta da educação do campo por alternância, diferente da escola pública tradicional, segundo ainda este monitor, o plano de aula “não vem pronto”, mas ao contrário, a demanda vem da comunidade e é o monitor quem “deve assimilar e se apropriar, a partir da relação entre o conteúdo já construído historicamente com esse que está vindo das comunidades, tornando interessante porque “começa a trabalhar a partir da realidade dele, não é estranho”, e isso estimula os jovens.

A teoria e a prática desenvolvidas na CFR-STM para formação de jovens do campo segue assim o método político-filosófico da Pedagogia da Alternância, possuindo dois tempos formativos distintos e complementares: o tempo escolar e o tempo da comunidade. Um tempo escolar, no qual os jovens passam uma semana em regime de internato na escola ou Centro de Formação, estudando noções básicas teóricas, de disciplinas do núcleo comum, por áreas de conhecimento, e as do núcleo diversificado, a partir de temas geradores do Núcleo técnico em agropecuária. E o tempo da comunidade, que corresponde ao período de duas semanas, ao qual os jovens retornam às suas propriedades para “desenvolver as atividades planejadas durante a alternância de formação” (PPP-STM, 2009, p.17). Deste modo, o calendário letivo da CFR-STM, conforme explicado pela assessora pedagógica, é organizado em dezesseis internatos, sendo dois de recuperação, totalizando duzentos dias letivos. Nessa estrutura especial de formação por alternância, o jovem passa uma semana de formação teórica e duas semanas subsequentes de prática nas localidades onde residem.

Identificamos também, durante as visitas de campo e confirmadas em entrevistas, que o calendário de oferta das disciplinas (ANEXO C – Estrutura Curricular: Disciplinas do núcleo comum e disciplinas do Núcleo Técnico), não é rígido, podendo ser ajustado conforme a disponibilidade de recursos ou de monitores voluntários. Por exemplo, durante o último internato observado para nossa pesquisa, as disciplinas ofertadas eram somente do núcleo técnico, devido maior facilidade em conseguir apoio de técnicos cedidos por instituições parceiras. Já que não havia recursos para pagamento de monitores.

Após as experiências desenvolvidas no campo pelos jovens, os educadores ou monitores organizam as estratégias do currículo, como aulas teóricas e práticas, cursos,

visitas, seminários, palestras etc. Isso para que as experiências do cotidiano possam ser problematizadas, ampliadas pela mediação do conhecimento sistematizado e acumulado.

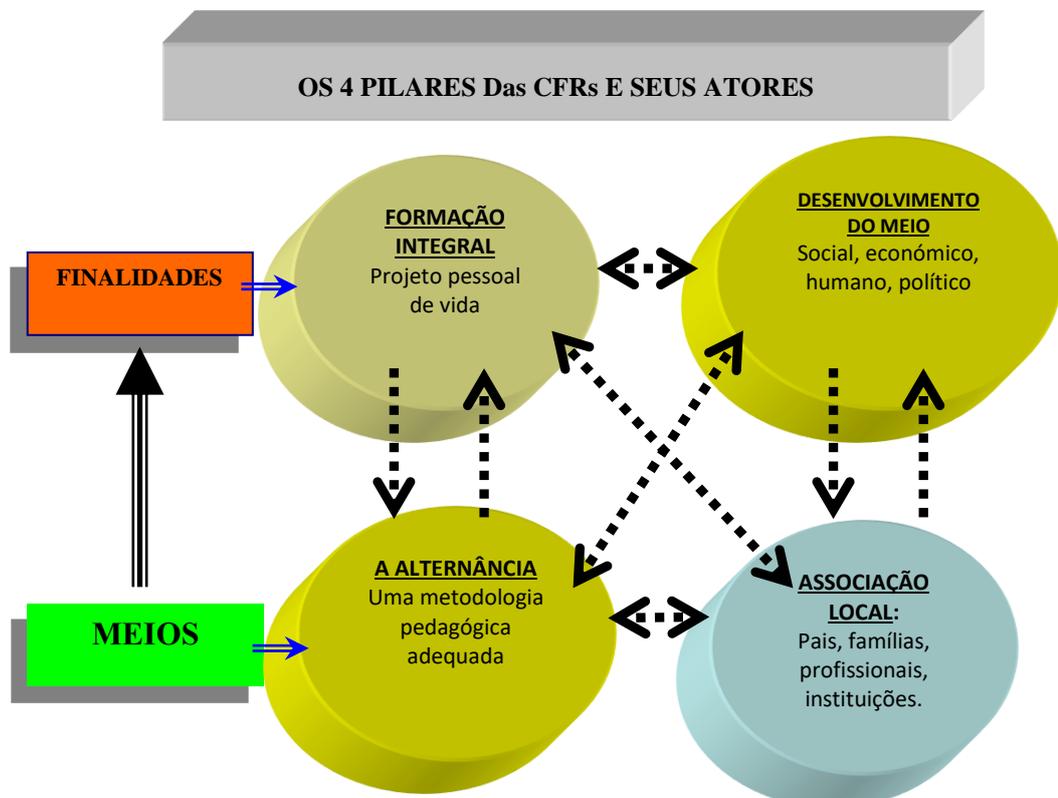
Ou seja, a Pedagogia da Alternância consiste em uma forma de organização do ensino que vai além da oferta intercalada de atividades didático-pedagógicas, dispostas em diferentes tempos e espaços formativos. Fundamenta-se na estruturação de princípios que são próprios do acúmulo dos debates sobre Ceffa e a Educação do Campo pelo movimento social no âmbito nacional e internacional.

### 3.2.4.1 Os princípios formativos

Diversos textos sobre a Pedagogia da Alternância (NOSELLA, 2014; SILVA, 2003; BEGNAMI, 2004; CALDART, 2004; ARROYO, 1999), apresentam como princípios fundamentais: o associativismo, a interdisciplinaridade, o plano de formação, os processos de ensino-aprendizagem, a concepção do conteúdo, a formação integrada e articulada no âmbito social, político, econômico agroecológico, compondo temas geradores, executados por meio de projetos dos jovens. Além de teoria e empirismo na efetivação de uma prática condizente com a realidade.

Com base no Encontro de educação do Campo do Baixo Amazonas, realizado em Santarém em 25.04.2014, visualizamos no organograma exposto por lideranças do movimento regional, os seguintes “pilares” da pedagogia da Alternância que norteia a experiência das CFRs desta região:

**Figura 9 - Organograma sobre os Quatro Pilares da Pedagogia da Alternância nas CEFFAs**



**Fonte:** Extraído da exposição “As CFRs do Baixo Amazonas: Breve histórico e a realidade atual” no Encontro sobre Educação do Campo, em 25.04.2015, Santarém-PA. Baseado em Begnami (2006, p.26)

Notamos que apresentam os “pilares” de sustentação filosófica e política das CFRs do Baixo Amazonas, assentados na visão integrada da formação do jovem, por meio dos princípios da alternância, com a finalidade do desenvolvimento de seu meio, entendido este, no seu aspecto social, econômico, humano e político. Tendo ainda como suporte fundamental a articulação da associação local, composta pela cooperação de esforços das famílias, dos profissionais e das instituições parceiras de cada uma das Casas.

Em conformidade com esta visão interacional, a CFR-STM, traz o anúncio dos seguintes princípios formativos, de acordo com PPP- CFR-STM (2009):

- a) Democracia. Refere-se à participação e garantia da terra, água, floresta, educação, saúde e lazer;
- b) Trabalho. Enquanto espaço educativo de transformações dos sujeitos e de sua condição de classe;
- c) Autonomia. Como condição ontológica para tomada de decisão consciente;
- d) Inclusão social. A partir do entendimento de diversidade ao considerar potencialmente capazes as minorias estigmatizadas como gênero, etnia, condição de classe, etc;
- e) Cultura. Na linha defendida por Caldart (2004), ou seja, no sentido de que toda pessoa humana, na medida em que se relaciona com a natureza, a transforma, produzindo sua existência e sua identidade;
- f) Solidariedade. Como exercício do cuidado com o outro;
- g) Agroecologia. Refere-se à valorização dos sistemas agrícolas diversificados, do saber tradicional mantedor da biodiversidade, da segurança alimentar e da estabilidade familiar, aprimorados técnica e cientificamente pelo conhecimento sistematizado.
- h) Diálogo. Entendido como exercício argumentativo e respeitoso entre sujeitos.

Percebemos que tais princípios articulados, vinculam a formação humana à noção de campo, ou seja, à concepção de um projeto de sociedade que traz a reflexão sobre a Pedagogia da Alternância como modelo de educação para além dos limites do Estado.

Vimos que nesta prática educativa algumas atividades são comuns e próprias das modalidades de educação do campo por alternância, e no caso específico da CFR-STM, também se utiliza de suportes ou instrumentos pedagógicos, que articulam teoria e prática.

### 3.2.4.2 *Os instrumentos pedagógicos da alternância na CFR/Santarém*

A pedagogia da alternância utiliza algumas ferramentas, por meio das quais, jovens e monitores, se apropriam da realidade para que, a partir dela, priorizar as necessidades da formação.

- a) **Pesquisa participativa:** Levantamento prévio, realizado na forma de entrevista às famílias, recentemente seguindo uma ficha previamente elaborada, orientada pela Arcafar para identificação das expectativas, e informações sobre o modo de vida das famílias dos jovens pretendentes à vaga na Casa. (Anexo D). Apesar de não descrito em seu PPP (2009, p.04) como instrumento pedagógico, a pesquisa participativa foi citada como o “primeiro passo para o início das atividades da primeira diretoria eleita no momento de criação desta CFR, visando a constituição da primeira turma no ano de 2000.
- b) **Plano de estudo (PE):** Elaborado pelos jovens juntamente com os monitores, no tempo presencial da formação, para ser aplicado na prática. Conforme o monitor Edivaldo, “quando o jovem volta da sua comunidade, vem trazendo algumas informações, mas também traz dúvidas. E esse material é analisado pelos técnicos e feito uma socialização, que é a “colocação em comum”; em seguida tentamos atender essa demanda”.

Segundo o PPP da CFR-STM, este Plano é um instrumento orientador de descoberta, na forma de um roteiro de questões que orienta a construção do texto coletivo para a definição do tema gerador, proposto para o próximo internato. Permite aos jovens o cruzamento da informação do campo, orientando sua pesquisa junto com a família e a comunidade.

- c) **Caderno da realidade:** É o instrumento no qual o aluno faz anotações sobre suas dúvidas ou sobre o tema que traz para socializar. Funciona como um diário de campo, no qual o jovem “registra os avanços e dificuldades sobre suas experiências produtivas, suas pesquisas ou aprofundamento dos temas geradores” (PPP-STM, 2009, p.21).
- d) **Caderno didático ou da alternância:** É um instrumento de ensino e aprendizagem, também compreendido como ficha pedagógica, elaborada pela equipe pedagógica e monitores, a partir das necessidades manifestadas pelos jovens no decorrer de sua formação. Este caderno integra o plano de formação do jovem e permite que ele participe de sua elaboração.

- e) **Visita às famílias:** Esta ação também é um instrumento de avaliação do desempenho do jovem e do envolvimento da família no processo de formação. Não se trata de uma visita técnica às propriedades, mas “é um momento de coleta de dados para atualização do diagnóstico sobre os aspectos social e humano (...) e engajamento do educando” (PPP-STM, 2009, p.19).
- f) **Acompanhamento das atividades práticas de campo:** Visitas pedagógicas relacionadas ao desenvolvimento do Projeto de vida (profissional) do jovem educando da Casa ou da sua experimentação prática dos temas geradores. Esta atividade envolve o jovem, mas pode envolver também sua família e comunidade e deve ter acompanhamento de monitores ou outro técnico. Atualmente segundo os entrevistados na Casa, monitores e assessores pedagógicos nem sempre tem conseguido realizar essa atividade, por falta de recursos financeiros. Segundo o monitor “o ideal é que haja esse acompanhamento para o jovem tirar dúvida, e também pra gente aprender; porque essa troca de informação é muito boa”.
- g) **Visitas de estudo ou intercâmbio:** são atividades nas quais os jovens saem para conhecer outras experiências ou socializarem conhecimentos com outros grupos ou CFR. Esta atividade não ocorre na frequência que desejam devido dificuldade financeira. Contam algumas vezes com ajuda de instituições parceiras que contribuem com transporte, por exemplo, quando o deslocamento é mais acessível. Sobretudo, as experiências agrícolas existentes no Eixo Forte, onde está localizado o Centro cedido para a formação da Casa. Em 2015 já realizaram intercâmbios regionais, em articulação com a Arcafar/Norte-Nordeste;
- h) **Estágio supervisionado:** Previsto no Plano de Formação, cumpre uma finalidade de aperfeiçoamento técnico dos jovens. É realizado por meio de parcerias ou convênios com empresas de Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER ou entidades que desenvolvem a Assessoria Técnica, Social e Ambiental – ATES na região ou com empresas e/ou produtores que possuem experiências produtivas exitosas. O estágio pode estar ainda direcionado ao Projeto de vida (profissional) do Jovem.
- i) **Projeto profissional:** Também chamado de Projeto de vida, consiste em um plano de trabalho elaborado pelo jovem sobre a experiência produtiva que pretende desenvolver para geração de renda, a partir de sua formação na Casa. Este projeto orienta o estágio e formação técnico-profissional do jovem.

- j) **Avaliação:** É realizada após cada internato, com os alunos, considerando: infraestrutura, participação de monitores, coordenadores, direção da Casa e dos próprios jovens. Outros instrumentos são os registros feitos pelos jovens durante a realização de suas práticas no tempo-comunidade. Outro processo de avaliação existente é o pedagógico, que inclui a ação de planejamento dos monitores e equipe pedagógica.

Considerando o relato dos entrevistados, o texto do PPP e as observações *in loco* nas visitas à CFR-STM é possível afirmar que tais instrumentos são fundamentais para a formação do jovem, mas trazem sobretudo, a contribuição de permitir e facilitar a relação e o envolvimento das famílias. Segundo o monitor Edivaldo “se o tema não tiver interessante pra família, se não tiver relação com a vida deles, a escola vai ser só escola, à parte dele” (...). “a escola deve ser a extensão do lote, não pode ser algo estranho. E a gente precisa da família do jovem que vem para Casa, como uma resposta pra escola”.

Segundo argumentação do monitor Edivaldo, a proposta de escola trazida pela modalidade da alternância vista na CFR-STM, é interessante por tornar o jovem e sua família, parceiros e corresponsáveis pela Casa. Concepção que se contrapõe à cultura educacional tradicional que é alienadora, por fazer acreditar que o conhecimento está somente na escola. Na proposta da alternância, para o monitor, a escola traz conhecimentos, que são articulados também nas experiências de vida das pessoas, através do trabalho e reflexão, para orientar a vida profissional e social do jovem.

Na condução dos conteúdos para a formação dos jovens, por meio da Pedagogia da Alternância, não há dificuldade para integrar as disciplinas do núcleo técnico com aquelas do núcleo comum. Ou seja, em desenvolver interdisciplinarmente os conteúdos na perspectiva de permitir a compreensão elaborada da realidade. Conforme identifica o monitor voluntário Edivaldo Sousa:

(...) é muito fácil fazer o diálogo entre as disciplinas na CFR. Por exemplo, na minha disciplina “agropedologia” vai fazer relação com biologia porque a gente vai trabalhar os micronutrientes. E com a geografia, porque nós vamos tratar do solo; verificar se já foi antropizado; se é um solo jovem. Tem a questão da antropologia, física; a questão do clima: depressões e tudo tem uma relação, dá pra fazer isso. E na pedagogia da alternância isso deve acontecer (ENTREVISTA).

Ao compararmos a literatura a respeito da Pedagogia da Alternância, com a descrita no marco teórico e a vivência de outras Casas, relacionando à experiência de Santarém, não

encontramos dissonâncias quanto à proposta pedagógica filosófica. Apenas, particularidades, em relação ao seu contexto de criação, situações de dificuldades e busca por alternativas de solução.

Desse modo, a proposta pedagógica desenvolvida da CFR-STM, não destoa daquela que se buscava na origem da pedagogia da alternância. Mudando os contextos, mas mantendo a proposta político-filosófica, na perspectiva do modelo pedagógico libertador freiriano, pela qual os sujeitos integram o processo de construção do seu conhecimento, associando teoria e prática.

### *3.2.5 O perfil dos jovens da CFR-STM e a composição das turmas*

A CFR-STM começou a realizar suas ações na região do Eixo Forte no ano de 2000 com a implantação da primeira turma de Ensino Fundamental composta por 29 jovens, do sexo masculino e feminino, filhos de pequeno-agricultores, extrativistas, pescadores, quilombolas, oriundos de comunidades das regiões ribeirinhas do Tapajós, Arapiuns e Lago Grande, do Eixo Forte no Planalto e Arapixuna, na região de Várzea. Este perfil permanece sem grandes alterações, conforme veremos adiante.

Estavam à frente da organização da primeira turma da Casa, os jovens líderes do STTR, que também foram os primeiros coordenadores pedagógicos e monitores, em razão de terem sido formados na Pedagogia da Alternância em Olivânia/Espírito Santo.

A primeira turma concluiu o ensino fundamental em 2003 com dezessete alunos, inseridos no ensino médio em ano posterior, e concluindo sua formação no ano de 2007, conforme registrado no PPP (2009, p.32). Conforme levantamento de outubro de 2014, realizado pela assessora pedagógica, a CFR-STM formou desde sua primeira turma em 2000 até 2014, cinco turmas, sendo duas turmas de ensino fundamental, e três de ensino médio, por onde passaram cento e trinta (130) jovens de regiões diversas: Várzea, Planalto, Tapajós, Arapiuns, Lago Grande e Eixo Forte, contemplando, além do município de Santarém, o município de Mojuí dos Campos e Belterra. Sendo que deste total, apenas trinta e oito (38) jovens concluíram o Ensino Médio.

Nos primeiros anos o nível de desistência era considerado pequeno. No entanto, no período de 2011 a 2014, estava previsto o funcionamento de outras duas turmas de alunos de Ensino Médio, que não se efetivou, devido ausência de recursos para custear deslocamento dos alunos; daí ocorreu a desistência de 64% dos setenta e oito (78) alunos matriculados. Como alternativa, do total de alunos que permaneceram na CFR-STM, foram formadas duas

turmas; uma destas, com onze integrantes; formada por sugestão dos próprios alunos que decidiram “atrasar oito alternâncias, refazendo disciplinas” para que reunido o grupo, pudesse ser viável o funcionamento da turma. (ALVES, p.24, 2013)

A CFR-STM possui atualmente três (03) turmas de Ensino Médio do Curso Técnico em Agropecuária, uma em cada nível, com duração de três anos, cuja formação integrada consiste em Ensino Médio e Formação Profissional.

**Tabela 2 - Quantitativo de alunos da CFR-STM Curso Técnico em Agropecuária - Ensino Médio - Ano 2014.**

<b>Turmas</b>	<b>Nº Alunos</b>	<b>Masc.</b>	<b>Fem.</b>	<b>Origem/Comunidade</b>
1º Ano	19	15	04	Surucuá, Jauarituba, Parauá, Braço Grande, Boim – Tucumatuba (Tapajós), Caranazal (Eixo Forte) Cuiquiranga, São Francisco e Carapanatuba (Várzea) Igarapé Seco (Lago Grande) Boa Esperança (Planalto)
2º Ano	12	09	03	São José, Bom Futuro (Arapiuns) Cabeceira do Amorim e Vista Alegre do Muratuba (Tapajós) Igarapé Seco (Lago Grande) Jatequara, São José da Curuatinga (Várzea) Água Branca (Mojuí dos Campos)
3º Ano	11	09	02	Serra Grande do Ituqui e Saracura (Várzea) Água Branca e Igarapé do Onça (Mojuí dos Campos) Vila Nova, Ponte Alta (Eixo Forte) Água Fria, e Igarapé Seco (Lago Grande).
<b>TOTAL</b>	<b>42</b>	<b>33</b>	<b>09</b>	<b>27</b>

**Fonte:** Elaborado pela autora. A partir de documentos cedidos pela Associação da CFR-STM.

Em 2015 o perfil de alunos, para fins de comparação se configurou da seguinte forma:

**Tabela 3 - Quantitativo de alunos da CFR-STM Curso Técnico em Agropecuária - Ensino Médio - Ano 2015.**

<b>Turmas</b>	<b>Nº Alunos</b>	<b>Masc.</b>	<b>Fem.</b>	<b>Origem/Comunidade</b>
1º Ano	16	13	03	Surucua (04) e Paricatuba (01), Tucumatuba, Bela Vista, Boim, Jauarituba, Parauá, (Rio Tapajós) Braço Grande, São Francisco (02) / (Arapiums) Carapanatuba/Aritapera, São Francisco do Cuipiranga (Várzea) Boa Esperança/Curuá-Una (Planalto))
2º Ano	12	08	04	Bom Futuro (Rio Arapiuns) Igarapé Seco e Vila Curuai (Lago Grande) Boim, Vista Alegre (Muratuba) e Cabeçeirado Amorim (Rio Tapajós) São José (Curuá-Una/Ituqui) Água Branca (Mojuí dos Campos)
3º Ano	11	11	0	Vila Nova e Ponte Alta (Eixo Forte) Miritituba e Serra Grande do Ituqui Saracura (Várzea) Água Branca e Igarapé do Onça (Mojuí dos Campos) Igarapé Seco, Água Fria e Água Fria de Baixo (Lago Grande)
<b>TOTAL</b>	<b>39</b>	<b>32</b>	<b>07</b>	

**Fonte:** Elaborado pela autora. A partir de documentos cedidos pela Associação da CFR-STM.

As informações para a elaboração das Tabela 2 e Tabela 3, foram cedidas pela coordenadora pedagógica Maria José Ferreira Alves, durante a visita de campo no período de 21 a 26 de setembro de 2014 realizada para esta pesquisa. A partir da análise comparativa dos anos de 2014 e 2015, sobre as turmas da Casa, identificamos que o público, nos anos de 2014, totalizava 42 alunos, reduzindo para 39, no ano seguinte.

Predominantemente formado por alunos do sexo masculino, correspondendo a 83% do público da Casa, estes jovens são oriundos principalmente da região do Rio Tapajós (32% em 2014 e 47% em 2015); da várzea, o segundo lugar de origem dos alunos (27% e 26% de um ano para outro), e da região de Várzea (18% e 21%, de 2013 para 2014). O Planalto e o Eixo Forte são regiões praticamente ausentes em 2014, quando surgiram alunos vindos do Arapiuns (16%), e também de Mojuí dos Campos (10%), município recentemente emancipado de Santarém.

Analisando a faixa etária dos alunos da CFR, que formam a turma mais recente, a do 1º. Ano do Ensino Médio; constatamos que a maioria deles (45%) está concentrada na faixa de 19 a 21 anos. Alunos na faixa de 30 a 41 anos, correspondem a 25% da turma. Os demais estão dispostos nas faixas de 24 a 28 anos e de 16 a 18 anos, ambas correspondendo a 15% do total.

Os dados nos revelam que o significado de ser jovem adotado na CFR de Santarém, vai além da idade cronológica, conforme descobrimos nas falas dos entrevistados, reproduzidas a seguir:

(...) a mudança ela é grande e um tanto complexa pra quem tá fora. Começa pela nomenclatura. Deixa de ser aluno, pra ser jovem. Jovem no sentido de estar aberto às informações, às novidades ao diálogo e inovação. (Edivaldo, monitor voluntário da Casa)

(...) aqui na Casa é costume dizer que todos são jovens. No sentido de tudo que vem é novo pra você. Eu me sinto como jovem da Casa, na idade de 46 anos, porque tudo que está vindo pra mim é coisa nova. Mesmo que eu tenha muita dificuldade pra aprender junto com eles, eles captam muito rápido e eu não. Mas assim rindo e brincando consigo ir junto com eles e na idade que estou, eu me sinto jovem junto com eles. Aqui na Casa nós temos várias responsabilidades. Agora nesse segundo período eu sou coordenadora da turma, (...) então às vezes a gente se sente como pai ou mãe quando os outros monitores não estão. (Edilena C.T. de Oliveira, 46 anos, aluna da turma de 2º. Ano)

Notamos que a expressão “jovem”, no âmbito dos Ceffa, é uma categoria bastante recorrente, que representa uma construção histórica, que carrega em si o significado daquele que precisa aprender, que está aberto às construções e reconstruções, disposto a empreender, a socializar, e principalmente, está em contínua transformação.

Foi possível constatar também, a partir das entrevistas e das visitas de campo, o envolvimento dos jovens, a partir da divisão de responsabilidades para o funcionamento das alternâncias. Contribui para tanto, o fato de serem participativos nas organizações sociais de suas comunidades, pois a maioria destes é sindicalizada e inserida em entidades, associações, e na própria administração da CFR de Santarém, constituindo-se em lideranças onde residem.

### 3.2.6 *Estratégias de sustentabilidade, dificuldades e possibilidades.*

A associação da CFR busca manter o funcionamento desta Casa, através de um sistema de parcerias, sobretudo com o apoio de instituições do movimento social. As principais parcerias atuais desta CFR são: STTR, Ufopa, Famceef, Emater/Regional, Emater/local, TAPAJOARA e FEAGLE. Outras parcerias existentes se dão com ONGs como Ipam<sup>45</sup>, Ceapac e PSA<sup>46</sup> que apoiam esporadicamente, cedendo apoio técnico e/ou logístico, que se caracteriza pela cessão de transportes para o deslocamento dos alunos e/ou de técnicos na operacionalização das atividades formativas.

---

<sup>45</sup>Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia

<sup>46</sup>Projeto Saúde e Alegria

A seguir um breve levantamento das principais instituições públicas governamentais e privadas que a CFR-STM se relaciona atualmente, identificando a sua forma de relação e articulações, sistematizadas na Tabela 4.

**Tabela 4 - Instituições Parceiras e articulações da CFR-STM (Eixo Forte)**

<b>NÃO GOVERNAMENTAIS</b>	<b>GOVERNAMENTAIS</b>
Arcafar/PA - Articulação Regional e apoio técnico	Emater - Apoio técnico e logístico
CEFTBAM - Articulação	Seduc - Apoio técnico (regulamentador)
CNS – Articulação	Semab/PMS - Apoio técnico e logístico
Ceapac - Articulação/ Apoio técnico e logístico	Ufopa - Apoio logístico e técnico
FEAGLE – Articulação	
Fetagri - Articulação e Capacitação de lideranças	
Famceef – Articulação	
Ipam - Apoio técnico e logístico	
STTR - Articulação/Apoio técnico e logístico	
TAPAJOARA – Articulação	
PSA - Projeto Saúde e Alegria	
<b>11</b>	<b>04</b>

**Fonte:** Documentos cedidos pela Associação da Casa. Adaptado pela autora

Ainda a respeito da mobilização realizada pela CFR-STM, verificamos que desde o início, a associação da CFR-STM revelava um potencial articulador, influenciada pela sua origem ter ocorrido por dentro do Fórum da Produção Familiar de Santarém. E, sempre manteve uma vinculação com o Sindicato dos Trabalhadores/as Rurais de Santarém, e com a Fetagri, envolvida nos eventos de diversas temáticas de discussão: política agrária, formação de lideranças do campo, questões fundiárias, assistência técnica, etc.

A CFR-STM também foi importante parceira na organização das Feiras da Produção Familiar da região – a Fepam-BAM, se constituindo em espaços fundamentais para divulgar o seu trabalho e a produção agrícola das famílias. Atualmente tem se envolvido nas discussões sobre os “assentamentos verdes”, além de outras formas de articulação, como a participação na Federação dos Assentamentos do Eixo Forte, representação associativa da área na qual está localizada (ENTREVISTA, Danilo Siqueira, colaborador/articulador das CFRs-BAM, 29.06.15).

A participação das famílias dos jovens é outra estratégia essencial para a manutenção das alternâncias, pois cada família contribui com a denominada “feira da chegada”, com a produção de sua propriedade, trazida pelo aluno da Casa, para sua própria alimentação durante a semana de formação na CFR, além de arcar com custos de passagens de deslocamento dos jovens.

Livaldo Sarmiento, líder do STTR, na época de criação desta CFR, informou que desde o início da experiência da CFR/Santarém, havia clareza que era “responsabilidade da

associação, das famílias, daquele grupo, daquele movimento. Mas o nosso sonho era fazer com que o governo assumisse, com (...) orçamento financeiro os professores”.

Outras estratégias de sustentabilidade da Casa são a realização de eventos esporádicos, como bingos, torneios esportivos, serestas nos quais a Associação da CFR-STM, os quais envolvem alunos, famílias, coordenação pedagógica, monitores e instituições parceiras, voluntariamente na organização desses eventos, com a finalidade de arrecadar recursos para iniciar trabalhos na área destinada para a construção das futuras instalações da CFR-STM, localizada na comunidade de Santa Maria no Eixo Forte. Assim, desde 2014, tem parceria com a Universidade Federal do Oeste do Pará – Ufopa, no desenvolvimento de projeto de hortifruticultura, com a instalação de uma estufa. Local onde almejam construir sua sede; além da possibilidade de desenvolver outros projetos.

A presença de apoio da Prefeitura Municipal, por meio das secretarias de educação e de agricultura, se dava de modo informal, quando o governo possuía representantes próximos ao movimento da educação do campo. Houve formalização de convênios com órgãos públicos estaduais. No entanto, os prazos e burocracia existentes na relação com o recurso público nem sempre atendiam à urgência que as ações necessitavam para sua plena execução.

Outro fator limitante na relação com o poder público municipal é a inexistência no orçamento da Prefeitura Municipal de verba para apoio às Escolas do Campo-CFR. A iniciativa de apoiar ou não cabe então à decisão do gestor público, pois não há uma lei municipal que formalize o repasse de recursos.

O apoio governamental do Estado para a manutenção das atividades da CFR-STM tem se efetivado com a formalização de convênios anuais, entre a sua Secretaria de Educação e a Associação da Casa Familiar Rural de Santarém, nos anos de 2013 e 2014. Com base no último convênio assinado de nº 255/2013, Processo nº 683011/2013, a Seduc/PA, repassou a importância de R\$ 224.595, 14 (duzentos e vinte e quatro mil, quinhentos e noventa e cinco reais e quatorze centavos) liberadas em três parcelas, condicionadas à vistoria e parecer técnico.

Conforme o Plano de Trabalho do convênio, a contratação de profissionais era garantida, sendo: quatro educadores de nível superior e dois de nível técnico, dois agentes operacionais (nível fundamental) e um de nível médio. Previa também recursos para a manutenção das alternâncias, como alimentação, material de consumo e transporte, correspondendo a 13% do total. Mas, segundo a tesoureira da CFR-STM, este recurso não era

suficiente para cobrir todas as despesas necessárias ao seu funcionamento, faltando cerca de 30% do total dos custos. O que levou a coordenação da associação da Casa a propor arranjos administrativos, que atendiam às necessidades urgentes, mas traziam também preocupações futuras, conforme também nos mostra a fala da coordenadora pedagógica a seguir:

Nós já tivemos muitos conflitos, pois como também não tinha dinheiro, o recurso do convênio só dava pra contratar quatro pessoas de nível superior. Então eu, por exemplo, me comprometi a passar R\$ 500, 00 (quinhentos reais) pra diretoria para pagar a outro professor. Isso aconteceu comigo e com mais dois monitores de nível superior. Mas pra fazer isso tinha que ter um envolvimento com o movimento, pois a pessoa que era o engenheiro agrônomo, não repassava a parte dele e os outros ficavam com a ameaça de levar a Casa para o Ministério Público. (Maria José Alves, Assessora pedagógica da CFR-STM, em 30. 04.2015).

O depoimento acima revela os riscos levados pela escassez de recursos financeiros, que estes arranjos podem provocar, mas demonstra também, que a Associação da Casa, buscou negociar formas para garantir o funcionamento. Como por exemplo, além de outras medidas, a oferta somente das disciplinas do núcleo técnico, por poder contar com profissionais cedidos por instituições parceiras. Até o momento de elaboração desta dissertação, a Associação da Casa, aguardava pela renovação do convênio para ter acesso a recursos financeiros, sendo que desde maio de 2015, os monitores estavam trabalhando de modo voluntário.

É pertinente observar que a CFR-STM entende que cabe ao Estado, a responsabilidade pelo financiamento da educação, por conta disso, sempre buscou a formalização de convênios e parcerias com esse intento.

Como vimos na realidade tratada ao longo deste trabalho, há ainda muitos desafios e limitações, relatados pelos próprios sujeitos do movimento social do campo, que precisam ser superados, refletindo as dificuldades da maioria das CFRs do Baixo Amazonas, pois estas:

- Não possuem prédios adequados (estrutura e infraestrutura);
  - Tem dificuldades para acessar o seguro de vida aos alunos, sobretudo em fase de estágios;
  - Não tem espaço para experimentação (áreas produtivas, laboratórios, etc.).
  - Tem dificuldades para credenciamento e habilitação dos alunos concluintes para a obtenção das carteiras do Crea;
  - Enfrentam dificuldades de envolvimento das famílias na gestão e manutenção das CFRs.
- (Codeter, Encontro sobre Educação do Campo, em 25.04.2015).

Outras dificuldades enfrentadas pela Associação da Casa, segundo relato da coordenadora pedagógica, dizem respeito à falta de informação, principalmente das primeiras diretorias, por não estarem preparadas tecnicamente; sendo este conhecimento, fundamental à gestão da Casa e à captação de recursos, ao exemplificar que para a “questão de elaboração de projeto sempre dependeu do apoio de assessoria voluntária”. (Maria José Alves, em 30.04.2015).

O apoio de voluntários no início do funcionamento da Casa foi importante porque não havia recursos para contratar monitores. No entanto, a partir da formalização do convenio com o Estado nos anos 2009, 2010 e 2014, “as coisas começaram a se descaracterizar”, segundo a assessora pedagógica da CFR-STM, pois a maioria dos monitores contratados não tinham vínculo ou afinidade com a proposta filosófica dos movimentos sociais.

A questão revela fragilidade existente entre a proposta do movimento social com a estrutura do poder estatal. Desse modo, quando a Casa não paga integralmente o monitor “ele considera a Casa como um bico, que complementava seu trabalho no Município ou no Estado e acabava não tendo tempo para se dedicar a CFR”, afirmou Maria José Alves. Devido a situações desse tipo, não conseguiram preencher o quadro de monitores para atender disciplinas como biologia, informática, artes e matemática por algum tempo; mesmo com remanejamento e o convênio do Estado.

Isso demonstra que quando não há o envolvimento dos profissionais que atuam na CFR, com o movimento social, desconhecendo a filosofia da alternância – como se deu com os professores da rede municipal de ensino – a relação não é tranquila do ponto de vista da execução metodológica. Pois estes professores vinham com uma visão tradicional de ensino, enquadrada por um sistema convencional de horas/aula que não permitia a dedicação para o acompanhamento das atividades dos alunos.

Apesar destas situações desfavoráveis, a partir de 2011 foram retomadas as articulações com a Arcafar-PA, que conduziu a aprovação do Regimento Unificado das CFRs do Estado pelo Conselho Estadual de Educação em dezembro de 2012. Encaminhando para o andamento das ações das CFRs do Pará, o credenciamento das entidades mantenedoras de vinte e quatro (24) CFRs, sendo cinco (05) do Baixo Amazonas: Santarém-Eixo Forte, Santarém-Lago Grande, Belterra, Óbidos e Juruti.

O desenvolvimento das ações de funcionamento obteve também como resultado, a autorização provisória de dezoito (18) meses para funcionamento das CFRs na modalidade de

Educação de Jovens e Adultos (EJA) nos Ensino Fundamental – como 3ª e 4ª etapas – e Médio integrado à formação profissional. Além da aprovação das matrizes curriculares e a autorização na forma de Escolas Comunitárias conveniadas, mesmo que atualmente estejam necessitando da renovação.

A atual condição das CFRs do Baixo Amazonas, apresentada por lideranças em encontro regional, é a de que estas Casas estão cadastradas no Inep, realizando o Censo Escolar anualmente, com seus alunos devidamente cadastrados e resultados informados. Estando estas CFRs aptas a receber recursos do Fundeb por meio de convênios com o Estado. As cinco (05) CFRs do BAM formalizaram convênio com o Governo do Estado, através da Seduc-PA, em processo de aditamento, para: contratação de profissionais (monitores), pagamento de transporte escolar, alimentação e outros custos administrativos, visando à manutenção das próximas alternâncias. (Codeter/Encontro de Educação do Campo, abril-2015).

No que se refere especificamente às perspectivas da CFR-STM no Eixo Forte, ainda neste Encontro, foram apresentadas propostas de ações a serem executadas, tais como: o cadastro no Crea – PA; a homologação de Alvará junto ao Conselho Estadual de Educação; a homologação junto à Setrans; e o EDUCACENSO 2014. A Construção de infraestrutura; o Intercâmbio – Semed /Colégio Agrícola de Rouffach, Alsacia, França 2014 /2015 e o Estágio 3º ano – Emater local, regional, são também ações previstas pela atual diretoria executiva da Associação da CFR de Santarém. A CFR de Santarém mantém uma rede ativa de relações interinstitucionais, articulando diversos segmentos, em todos os níveis: local, regional, nacional e internacional, ainda que não intensamente, conforme identificamos em conversas durante as visitas de campo.

A Associação da CFR-STM vislumbra como possibilidade, o apoio da Igreja Católica; articulação que, apesar de histórica na mobilização e constituição desta Casa, ficou esquecida por um tempo. Muito presente no funcionamento de outras Casas, como por exemplo, na EFA/Espírito Santo e na CFR Gurupá/PA. Revela a presidente da CFR-STM, Marilene Rodrigues em conversa com o Bispo da Prelazia de Santarém.

Estamos articulando com os parceiros, e em conversa com o bispo, disse que gostou muito da nossa ida lá, porque disse ter ouvido muito falar da Casa Familiar Rural, mas nunca ninguém da Casa havia procurado a igreja. Disse que vinha de outros estados, onde as CeffaS fazem muita procuração da Igreja Católica e aqui na região ninguém nunca tinha feito, por isso, ele parabenizou nossa ida e já mandou nós desenharmos algum “projeto” que ele quer buscar apoio no Brasil ou

fora do Brasil pra ajudar a Casa Familiar Rural (ENTREVISTA, Presidente da associação da CFR-STM, em 07.05.2015).

Percebemos que há um esforço por parte da gestão da CFR-STM em não esgotar nenhuma possibilidade de parceria em virtude da manutenção do funcionamento da Casa; demonstrado na flexibilidade das relações que busca estabelecer. Nesse aspecto, vimos que se trata de uma Casa que se movimenta, mesmo que com avanços e recuos, respeitando sua proposta filosófica, consciente das dinâmicas conjunturais que levaram a se transformar e a repensar suas ações e perspectivas. E que, sobretudo, sabe do tênue e ambíguo desafio que é caminhar entre o público e o privado nas questões educacionais do campo.

Constatamos que na história de funcionamento da CFR-STM, ao longo de dezesseis anos, a construção de parcerias com organizações locais do movimento social foi a base para muitas realizações, que se concretizaram no desenvolvimento da Pedagogia da Alternância, como experiência que procura atender às demandas da realidade do jovem do campo.

Este modelo tem apresentado resultados positivos, segundo lideranças, principalmente por contribuir para a disseminação de técnicas sustentáveis para o meio rural, permitindo que os jovens aprendam na escola, e reproduzam esses conhecimentos em suas famílias e respectivas comunidades. Além de atender à demanda de ensino adequado à realidade ao jovem que quer permanecer no seu meio. (BENTES, 2015, snt).

Na opinião de algumas lideranças do movimento social do campo, o papel da CFR-STM, consiste na qualificação profissional, a partir da percepção do investimento no jovem, para que este adquira o conhecimento técnico-científico e possa aplicá-lo na sua propriedade, sendo referência para outros jovens e famílias melhorarem a qualidade dos seus produtos. Pois conforme a liderança sindical, Livaldo Sarmento “aprenderam a fazer como nossos avós de uma forma, (...) mas outra coisa é aprender dentro da técnica, como se fazer uma enxertia, uma adubação”. Para ele, o principal objetivo da Casa Familiar Rural deve ser o de investir no conhecimento técnico-científico para o melhoramento da produção, mas mantendo a originalidade, investindo no adubo orgânico, por exemplo.

Como se percebeu no marco teórico, tanto do Brasil, como na Itália, no processo de discussão e criação da CFR em Santarém também houve a participação de representantes da Igreja católica, como incentivadora na constituição do poder local dos trabalhadores rurais no movimento social do campo. Como se percebe na fala do então presidente do STTR/STM:

Eu vejo que a participação da igreja sempre foi fundamental e é mais histórica, que o próprio sindicalismo, que a luta do movimento social. Eu por exemplo, sou resultado, assim como muitos companheiros, somos resultado de um trabalho que foi feito através das pastorais, da comunidade eclesial de base. Então e claro a participação da Pastoral Social nas discussões foram muito importantes. Então não tenho dúvida de que a igreja foi muito importante na colaboração com o movimento, na cedência também dos espaços físicos que a igreja cedeu por diversas vezes, como o Convento São Pio X, o espaço paroquial da Igreja de São Raimundo, o Centro de Emaús para se discutir as estratégias de desenvolvimento rural do movimento social aqui da nossa região. (Livaldo Sarmento, entrevistado em 22.04.2015).

Constatamos que a CFR-STM, apesar de receber influência de uma experiência nacional, a EFA de Espírito Santo, responde nesse aspecto ao princípio da totalidade; mas adquire uma dinâmica própria face à especificidade da realidade local e regional. Vimos que:

A experiência da Casa Familiar Rural e da Pedagogia da Alternância na formação de jovens rurais no município de Santarém está ligada ao trabalho incansável de organização comunitária e sindical dos trabalhadores rurais e da agricultura familiar na região inquirida, com apoio do sindicato dos trabalhadores rurais de Santarém e a atuação de ONGs de assessoria e Assistência Técnica ao homem do campo. Nesse sentido, este projeto é de fundamental importância como meio de apoio para permitir a continuidade com qualidade da pedagogia da alternância, como educação alternativa na experiência da casa Familiar Rural do Município de Santarém. (BENTES, 2014, snt)

Caldart (2004, p.24) apresenta quatro elementos que considera fundamental para entender o debate sobre a educação do campo. O primeiro se refere à incompatibilidade da educação do campo com o modelo de agricultura capitalista. O segundo, a superação da dicotomia campo-cidade. O terceiro, diz respeito à vinculação da educação do campo com as lutas sociais; e o quarto, refere-se à vinculação a um projeto de desenvolvimento.

A educação, nesse sentido, não pode ser vista como um serviço no campo do mercado, mas como direito, vinculado à saúde, a cooperação, a justiça e a cidadania. Portanto um valor fundamental à vida e a formação humana.

A formação humana se vincula a concepção de campo e da educação do campo, nos possibilitando ver as inúmeras experiências em desenvolvimento no campo, que ao longo do tempo vão se consolidando e construindo novas alternativas educativas. Uma concepção de projeto de sociedade que nos leva a refletir sobre o papel das escolas do campo – como as CFRs, EFAs e demais modalidades que atuam na Pedagogia da Alternância – no conjunto das lutas sociais para o fortalecimento de uma educação que se propõe a formar sujeitos capazes de transformar sua realidade.

Para futuras reflexões questionamos se é real a tendência da CFR-STM se aproximar da proposta da escola tradicional, mesmo contra os objetivos e perspectivas do movimento do

campo? Partindo da preocupação de Nosella (2014) as divergências entre os objetivos do processo de escolarização oficial e os objetivos reais da modalidade da pedagogia da Alternância desenvolvida nas Ceffa impulsionará o movimento para enfrentar a repressão da sociedade capitalista como, por exemplo, o corte de verbas? Ou enfrentar o desinteresse de parte de jovens do campo que possam ver o meio rural menos atraente no contexto da economia global? Risco iminente, pois a opção pelo ensino tradicional, apesar de alienado, pode ser meio de ascensão social e de êxodo rural. Ainda que a perspectiva atual dos jovens da Casa seja, a maioria, de aplicar seus conhecimentos para melhorar sua produção e vida no campo.

Podemos nos arriscar, portanto, em situar a proposta da alternância, presente na educação do campo, como aquela embasada nas teorias da resistência, chamada por Silva (2011), como neomarxista, ou inspirando-se em Gramsci, como “contra hegemônica”. Mas no que diz respeito às lutas no capitalismo do Estado burguês se faz necessário lembrar que é própria da ideologia neoliberal, a habilidade de se apropriar do discurso criado pelo movimento social, para atender aos seus interesses, e tentar extirpar a identidade do projeto do movimento social.

No nosso entendimento, ficou evidente, que a experiência da Casa Familiar de Santarém está além de uma estrutura física, (apesar da ausência de um local próprio ser considerada uma grande dificuldade). Mas esse fato até o momento, não lhe constituiu uma ameaça, pois sua grande sustentação consiste no desafio de se manter e de reinventar enquanto movimento social, compondo no conjunto com outras instituições da sociedade civil, a força para resistir, inclusive às divergências internas e manter sua identidade.



#### **4 A ARTICULAÇÃO NA CFR-STM: LIMITES E/OU CONQUISTAS À EMANCIPAÇÃO DOS SUJEITOS**

Nesta seção serão apresentadas as formas do poder local do movimento social do campo, representado neste trabalho pela articulação feita pela CFR-STM, no contexto atual, a partir da estratégia de organização regional das instituições envolvidas. Neste aspecto será demonstrado como a Casa estabelece suas parceiras e se articula com as demais experiências regionais e nacionais. Outro aspecto a ser destacado é a definição de sujeito do campo na concepção do movimento social no processo de participação para a consolidação da CFR-STM.

Nesta última seção constarão também abordagens a respeito de alguns conceitos desenvolvidos ao longo de nossa dissertação e a correlação destes com as questões educacionais, sobretudo, no âmbito das políticas voltadas para o campo.

Utilizaremos com fins de comparação o trabalho de Benedita Magalhães (2009) sobre a CFR/Gurupá, instituição sede da Arcafar/Pará, por considerarmos importante a discussão proposta por esta autora, ao tratar da relação entre a sociedade civil e o Estado na construção de políticas públicas naquele município, enfoque que tem aproximações com nosso objeto de estudo. Além do Trabalho de Conclusão de Curso dos monitores e ativistas da Educação do campo local, Edivaldo Batista de Sousa e Mário Célio Ferreira Malcher, pesquisa realizada para o curso de Licenciatura em Educação do Campo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará/Campus-Santarém, por trazerem importantes e reveladoras informações acerca das “Contribuições da Escola Comunitária Casa Familiar Rural de Santarém nas práticas educativas dos egressos no município de Santarém – Pará”.

Nesta seção recorreremos novamente ao referencial teórico de autores importantes no debate sobre a educação do campo como Nosella, Arroyo e Caldart e Begnami para embasar a análise dos dados coletados nas entrevistas com os principais atores sociais envolvidos. A leitura de documentos oficiais como o “Plano Municipal de Educação” - PME e convênios públicos, nos níveis estadual e federal, assim como os depoimentos que relatam a vivência destas relações, foram também importantes instrumentos para buscar compreender a relação do objeto da pesquisa com o poder estatal na execução da política educacional do campo. Questão fundamental para o desfecho de nossa análise e busca de respostas sobre a

problemática levantada em nossa pesquisa, diante da conjuntura atual de marchas e contramarchas.

#### **4.1 A pedagogia da alternância na CFR-STM: proposta original e a perspectiva atual**

A fim de tratarmos sobre as relações e articulações construídas pela Casa, é oportuno primeiro observar, se a motivação pela Pedagogia da Alternância, como opção de educação do campo na ocasião da implantação da CFR-STM, mantém-se como proposta atual desenvolvida. Com base nos relatos de algumas lideranças, pudemos evidenciar que apesar de mantida algumas tradições, mudanças foram percebidas entre “o começo e o agora quanto ao objetivo com a formação dos jovens”. Vejamos:

Quando nós nascemos como movimento, dissemos que a educação no campo das Casas Familiares Rurais a partir da pedagogia da alternância, era para capacitar, formar filhos de agricultores rurais para atuarem com suas famílias nas suas propriedades. Não tinha, naquele início a intenção de formar profissionais, técnicos; porque a ideia era a de contrapor ao esvaziamento do campo. Ou seja, aquele jovem que não ficava no campo: que estuda lá e depois vem pra cidade, e não volta. Chega uma ocasião em que a CFR vai induzir um processo de formação dentro de uma estratégia pedagógica formal. Ligada a uma escola que fornece a legalidade de um processo de formação. Mas esse é um processo que se dá depois e não no início. Uma diferenciação importante entre o que foi o início e o que representa o agora da Casa. (Codeter, Seminário de Educação do Campo, fala de Antonio José Bentes, 25.04.2015).

Na proposta original da pedagogia da alternância, está presente a contestação do êxodo rural de jovens, oferecendo uma alternativa para além da formação escolar, de modo a capacitá-los profissionalmente. Então a partir dessa percepção, o projeto político pedagógico da pedagogia da alternância da CFR-STM, na sua essência, permanece a mesma. Haja vista que representava uma conquista para aquelas lideranças, e a busca de superação por meio de uma proposta educacional adequada à realidade e necessidades do jovem do campo.

No entanto, a proposta primeira de formar jovens para trabalhar na propriedade, ainda sem uma relação com a formalização se esvaziou; porque o jovem do campo almejava uma formação que tivesse uma validade legal. Para o movimento social do campo local, este anseio, seria um caminho sem volta, pois ao buscar a formalidade, iriam se deparar com outras questões, inclusive burocráticas, tecidas na relação com o Estado.

Desse modo, o jovem da CFR-STM, procurou nesta formação alternativa do campo, a validade certificada da educação formal, que desse o enquadramento no sistema da política educacional do país. Vislumbrando não só uma formação para continuar trabalhando na sua comunidade rural, permanecendo no campo, mas a possibilidade de uma profissão, uma

formação técnica que lhe permita aplicar na propriedade os seus conhecimentos adquiridos ou de trabalhar onde ele quiser. Assim, a pedagogia da alternância na CFR-STM surgiu como uma proposta pedagógica de disponibilizar ao jovem, uma formação e capacidade técnica para desenvolver a atividade produtiva, a fim de subsidiar a sua família para que esta não fosse mais totalmente dependente de uma assessoria externa. Nasce e se mantém como uma concepção que vai além da formação de técnicos agropecuários, mas de formar sujeitos do campo críticos para intervir na sua realidade. (Seminário Educação do Campo Codeter, 25.04.2015 – Exposição de Antonio José M. Bentes).

#### *4.1.1 Concepção de sujeito do campo*

A fim de refletirmos a respeito da definição de “sujeito do campo”, na compreensão do movimento social do campo, procuramos investigar “quem são os sujeitos do campo?” Esta percepção identifica estes sujeitos como: jovens, adultos, lideranças, e perpassa pela investigação dos valores apreendidos no movimento e dinâmica social do campo, como processos em construção. Ou seja, é o próprio movimento social por meio do conjunto de suas práticas e experiências educativas, que contribui para a elaboração da concepção do sujeito do campo. Pois não é a escola que educa para a cidadania ou que ensina a ser sujeito da história, mas é na sua inserção no movimento social, sendo cidadãos, que os jovens se formarão como sujeitos históricos (ARROYO in ARROYO; FERNANDES, 1999, p.15).

Arroyo (2003) refletindo a respeito das relações entre movimentos sociais e a educação, sobretudo do campo, se fundamenta na história da formação humana e na tradição pedagógica progressista, constatando que “os movimentos sociais colocam a luta pela escola, no campo dos direitos”, vinculando a “educação, com luta, com saúde, com reforma agrária, com cooperação, com participação, com cidadania, com esperança, com opinião, com justiça, com as grandes questões humanas que vive o homem do campo” (p. 41). Assim, o aprendizado dos direitos revela uma dimensão educativa, trazida pela mobilização organizada e coletiva dos sujeitos do campo.

Desta forma, a identificação do sujeito do campo pelo movimento social, enquanto sujeito coletivo, para usar a expressão gramsciana, pode ser caracterizado por pessoas ou instituições, grupos formais ou não formais, que buscam a garantia de seus direitos. O exemplo do extinto Fórum da Produção Familiar, exemplo de um sujeito coletivo informal, mas constituídas por instituições individualizadas. Ou seja, são sujeitos coletivos formais, com personalidade jurídica, como também se apresenta a CFR-STM.

Benedita Magalhães (2009, p.17) em seu trabalho no município de Gurupá encontrou diversas identificações para os sujeitos do campo, “de acordo com suas atividades econômicas e situação geográfica”: roceiros (para os moradores da terra firme, com atividades econômicas predominantes ligadas ao cultivo da terra) e ribeirinhos (para os moradores da Várzea, com atividades econômicas predominantes ligadas a pesca e a extração de frutos e madeira) Além disso, Agricultores, lavradores, agroextrativistas, pescadores, quilombolas, que a autora denomina de “campesinato gurupaense”. Ou seja, é aquele que cultiva a terra, que vive da pesca, da caça, do extrativismo, do uso coletivo e individual da terra, cujo regime de trabalho é de base familiar.

No caso da CFR-STM, para esta conceituação de sujeito do campo, nos embasamos na fala da liderança sindical Livaldo Sarmiento, ao analisar inicialmente a identidade do sujeito a partir da relação deste com a sua atividade produtiva e o seu ambiente, concordando com a ótica de Magalhães (2009). Este informante pondera ainda sobre certa dificuldade para caracterizar o sujeito do campo, enquanto coletivo de uma região, diante da diversidade de realidades que representa e das várias atividades desenvolvidas por pessoas que moram e vivem no e do campo.

São reconhecidos como sujeitos do campo não apenas o produtor familiar, mas também o extrativista, o pescador, o artesão, bem como outros profissionais que residem e trabalham no campo, como professores, agentes de saúde; além de muitos jovens estudantes, que se reconhecem originários do campo.

É alarmante, no entanto, a ameaça à diversidade sociocultural destes sujeitos do campo provocada por pressões exógenas, devido o atrativo que representa o alto potencial de recursos naturais da Amazônia. Além do mais, sem o acesso ao capital, as estratégias sociais de consolidação e valorização da economia oriundas da produção familiar ficam fragilizadas ou desvalorizadas em relação a outras economias locais. De tal forma, que para resistir às diferentes pressões, os produtores familiares por sua vez, sustentam suas estratégias reprodutivas com a utilização dos próprios meios de produção, para poder assim financiar a transformação da base produtiva de sua área (Vilar, 2000). Ou seja, é a terra e o trabalho que garantem a reprodução familiar.

Mas também identificamos o significado de sujeito, agregado ao sentido de participação e mobilização social, percepção que se aproxima à de Arroyo (2003), ao observar que, diante das várias realidades que o município de Santarém tem, “há diversas forças, onde cada um coletivo conquista o espaço tendo em vista o objetivo de suas lutas”. Tais como o

Sindicato, e as instituições de assessoria, percebidos como protagonistas do movimento social do campo local.

### *3.1.2 O Território do Baixo Amazonas<sup>47</sup>*

O Território do Baixo Amazonas é uma região preponderantemente voltada para o rio. Formada por 12 (doze) municípios dos Rios Amazonas e Tapajós, sendo: Alenquer, Almeirim, Belterra, Curuá, Faro, Juruti, Monte Alegre, Óbidos, Oriximiná, Prainha, Santarém, Mojuí dos Campos e Terra Santa (Figura 02). O Baixo Amazonas é um território imenso que abrange uma área de 317.273, 50 Km<sup>2</sup>, pois, formado por um arquipélago de polos urbanos, ribeirinhos aos grandes rios, distantes entre si e, em muitos casos, isolados na vasta floresta amazônica, o que lhe acarreta sérios problemas de infraestrutura e de comunicação. A população total do território é de 678.936 habitantes, dos quais 271.161 vivem na área rural, correspondendo a 39, 94% do total. Possui 23.659 agricultores familiares, 36.787 famílias assentadas, 20 comunidades quilombolas e 20 terras indígenas. (TERRITÓRIO DA CIDADANIA, <http://sit.mda.gov.br>).

Considerado um marco de justaposição com os territórios vizinhos da Transamazônica e Xingu e de inclusão em territórios maiores, da região Oeste do Estado do Pará, como a macrorregião do Norte, etc. (Figura 10). E por ser área de influência da rodovia BR 163, este território integrou o programa Gestão Ambiental Rural - Gestar BAM, criado em 2007.

---

<sup>47</sup>As informações deste tópico foram obtidas a partir do relatório síntese dos resultados de acompanhamento dos espaços e instrumentos de desenvolvimento territorial na região do Baixo Amazonas - PA, junto aos parceiros do Território da Cidadania Baixo Amazonas (Fetagri, STR, STR, CEFTBAM, Mopebam, Colônia Z-20, Ceapac, Sagri, SEIR, Emater, Ipam, Prefeituras Municipais, etc.) em Belém, Santarém, Prainha e Belterra entre 08 e 21 de fevereiro de 2009, realizado pelo Ipam e CIRAD.

**Figura 10 - Mapa das grandes regiões do Estado do Pará**



Fonte: Fase, 2007

O BAM como é mais conhecido, em diferentes contextos políticos, corresponde a uma região de integração da Secretaria de Integração Regional do governo do Pará e a um Território de Cidadania do governo federal. Integrando esta unidade territorial, como objeto de um plano de desenvolvimento sustentável negociado entre o movimento social reunido em Consórcio pelo Desenvolvimento Socioambiental da BR 163 (Condessa) e no Grupo de Trabalho Interministerial do governo federal liderado pela Casa Civil da Presidência da República, no ano de 2008.

O território Baixo Amazonas foi colonizado desde o século XVI com a expedição de Francisco Orellana pela região, em 1542. Possui cidades antigas, como Óbidos e Monte Alegre, que tiveram sua colonização iniciada no começo do século XVIII. O processo de ocupação deste território foi marcado por atividades de extração da borracha, coleta de castanha-do-pará e de produtos vegetais como a andiroba, caça e comércio de peles de animais e extração de madeira; além da região ser rica pelo seu solo e subsolo (FASE/Pará, MDA2005).

Santarém, o município mais importante da região, fundado em 1661, nas margens da confluência do Rio Amazonas com o Rio Tapajós, é também o centro urbano da região mais desenvolvido, com o maior índice de urbanização (71%), sendo responsável por quase 50% da população total do território (262.538 habitantes), seguido pelos municípios de Monte Alegre com 64.747 habitantes e Oriximiná com 51.437 habitantes (idem, ibidem).

No território do BAM, segundo ainda dados da FASE-PA (2005), a economia se mantém fundamentada na tradição do setor extrativista e da agricultura voltada para a exportação (borracha, madeira, pimenta do reino, cacau, carne, soja, etc.), representando 34 % do PIB estadual, apresentando características de uma região inserida no mercado globalizado. Como em outras áreas do Brasil, concomitante ao setor empresarial rural, coexiste a agricultura familiar diversificada que se desenvolve entre autossustentação e mercado local.

A agricultura familiar neste território representa 92, 3% do total de 21.358 estabelecimentos rurais, em uma área de 67, 2% do território (951.461ha). Esses estabelecimentos ocupam 90, 9% do pessoal (91.513 trabalhadores) com um Valor Anual Bruto da Produção (VABP) de 79, 3% do valor total da produção do território. Santarém e Óbidos são os municípios que abrigam o maior nº de estabelecimentos familiares. O potencial agrícola do território, a partir dos agricultores familiares, se concentra em grande parte nas lavouras temporárias, com destaque no cultivo de mandioca, com beneficiamento dos seus derivados, a farinha e o tucupi, na pesca, pecuária e na atividade extrativista.

Os agricultores familiares vivem os mesmos dilemas: como aumentar a produtividade num mundo de concorrência com o setor empresarial que vem comprando terras para extração de madeira, criação de gado e agora produção de soja. Como definir projetos específicos que permitam a agricultura familiar consolidar-se sem se transformar em uma agricultura empresarial? Como sair do antigo papel de "abridor de fronteira" e "amansador de floresta"? Como conciliar produção e lugar de vida decente, ao custo compatível.

O diagnóstico realizado pelo Ipam-CIRAD (2009) no território do BAM considera algumas dinâmicas importantes, frutos de debates com o movimento social desta região:

- Os municípios de modo geral, apresentam dinâmicas econômicas ligadas a atividades agrícolas, que absorvem no que diz respeito à agricultura familiar, um percentual considerável de trabalhadores, mas ainda apresentando, no entanto, baixa eficiência econômica;

- Os indicadores de qualidade de vida (IDH e população em situação de pobreza), revelam uma população que apresenta **baixa escolarização e condições de saneamento e saúde**, o que determina a **necessidade de implantar políticas públicas voltadas não apenas ao aspecto produtivo**;

- É necessário identificar programas de inclusão social, geração de renda e emprego, com mais investimentos públicos na área de saúde, educação, transporte, difusão tecnológica; levando em consideração o baixo IDH de alguns municípios.

- São necessário investimentos em infraestrutura básica que possam assegurar ou proporcionar melhorias no transporte rural para possibilitar o escoamento dos produtos oriundos da produção familiar, além da criação de pontos de comercialização, pois o meio de transporte entre a maior parte dos municípios é via fluvial.

- No aspecto produtivo, a grilagem de terra, a falta de regularização fundiária, a disputa de mercado, a desorganização da produção e a expansão do agronegócio são apontadas como os principais conflitos existentes no território, o que leva a necessidade de ações voltadas à regularização de terras e organização produtiva;

- A baixa renda dos produtores familiares está intimamente ligada ao baixo preço dos produtos, ao fraco comércio local, dificuldades de comercialização e baixo valor agregado, já que grande parte do que é produzido é vendido *in natura*. Assim é fundamental a implantação de agroindústrias e o apoio à comercialização, para agregar mais valor aos produtos e a geração de mais empregos. (Ipam, 2009, p.10-11. [www.ipam.org.br/programas/planejamento](http://www.ipam.org.br/programas/planejamento), Grifos da autora).

Não cabe aqui neste trabalho a análise de tais propostas, mas as trazemos como resultado do breve diagnóstico sócio econômico e populacional do território do BAM, devido sua importância em desvendar elementos para melhor compreensão do contexto em que se configuravam as lutas travadas pela mobilização social; ainda muito presentes no debate atual da articulação regional do movimento social do campo, revelando o aspecto global das suas demandas.

#### **4.2 A CFR-STM e as estratégias de Articulação do Movimento da Educação do campo**

Uma das contribuições do movimento social do campo, segundo Arroyo in (Arroyo e Fernandes, 1999), é a de trazer no seu bojo, o vínculo com o debate da educação básica do campo. Partindo da ideia de que este debate já está sendo construído na medida em que o movimento social acontece, devido a inerente característica de ser educativo. Nesse sentido, as mudanças ou conquistas que ocorrem na educação possuem uma estreita relação, segundo este mesmo autor, com o movimento social que acontece no campo; pois a educação do campo, sempre esteve presente nos espaços de articulação do movimento social.

A Pedagogia da Alternância, como uma metodologia nascida no seio do movimento de educação do campo, permite a inclusão de jovens e adultos do campo nos processos escolares, antes dificultada por sua característica seriada e estanque, sem articulação com a realidade e aos modos de vida destes sujeitos. (CORDEIRO et. al, 2011)

Inserida nos vários programas e projetos educacionais, a Pedagogia da Alternância passa a ser adotada e refletida nas políticas setoriais, como a defendida pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), por meio do Programa Nacional de Educação na Reforma

Agrária (Pronera), por exemplo, quando se refere a ela, com as fases denominadas tempo-escola e tempo-comunidade que:

Não podem ser compreendidos de forma separada, mas sim distintos no que diz respeito ao espaço, tempo, processos e produtos [...]. Estão intrinsecamente ligados à forma de morar, trabalhar e viver no campo. Falam-nos de limites e possibilidades para organização da educação escolar, mas muito mais do que isto, anunciam outra forma de fazer a escola, de avaliar, de relação com os conteúdos, das ferramentas de aprendizagem, da relação entre quem ensina e quem aprende. (BRASIL. MDA, Pronera, 2006, p. 1)

Segundo Arroyo e Caldart (2009) são necessárias políticas públicas que atendam a educação do campo e reforcem a riqueza e a diversidade dos que vivem campo. Políticas específicas que possam romper com o longo processo de exclusão e discriminação, assim como proporcionar a garantia de escolarização nos lugares onde nasceram e vivem.

As dinâmicas territoriais da região do BAM e as principais interações entre as políticas públicas e os movimentos sociais em torno da agricultura familiar, educação do campo e do desenvolvimento rural, vem ganhando forças nos últimos anos, permeando estratégias de articulação e processos de negociação da região com as políticas nacionais, buscando a consolidação de políticas integradas a nível estadual e federal.

Vale lembrar que a organização dos movimentos sociais na região foi se consolidando mediante um processo intenso de mobilizações nos últimos trinta e cinco anos. Primeiramente construída, no fim dos anos de 1970, e início da década de 1980, por meio de um movimento de base política para conquistar as direções dos sindicatos de trabalhadores rurais. Seguido de um esforço de capacitação do Movimento Eclesial de Base (MEB), para subsidiar uma gestão de qualidade por estas entidades.

Numa fase posterior, o movimento social do campo desenvolveu diversos projetos "produtivos" ou "experiências sociais" para dar corpo às ideias de consolidação da agricultura familiar. A partir de temas como agroecologia, sistemas agroflorestais, transformação e valorização dos produtos pela comercialização direta. E como vimos, na implantação dos Ceffa, a Pedagogia da Alternância, como proposta de formação educacional aos jovens do campo, tendo como bojo a criação das experiências das CFRs no BAM. E de maneira concomitante a esta participação, a elaboração por meio do Fórum da produção familiar do BAM de um projeto "consensual", o projeto Tucumã, integrando a diversidade sociocultural regional, pescadores, quilombolas, agricultores do planalto, da várzea, indígenas, etc.

Desenvolvidas com apoio de entidades não governamentais, tais práticas subsidiaram as reivindicações de políticas públicas ligadas à reforma agrária, mas, também à política agrícola (assistência, crédito etc.) e de educação do campo, em parte, foram contempladas com a criação do Pronera. Mas foi nos anos 1990 que se alcançou o desenvolvimento de estruturas de negociação entre o governo e a sociedade civil para a implantação das políticas públicas nos três níveis administrativos do Estado brasileiro: municipal (por exemplo, com os Conselhos municipais de saúde, juventude, de desenvolvimento rural, segurança alimentar), estadual e federal.

Neste sentido, a constatação de que o município, enquanto unidade administrativa, não é a única via de implantação de políticas públicas, propôs o território como lugar privilegiado de ação pública para atingir os objetivos do desenvolvimento sustentável. Assim, o movimento social e o Estado brasileiro vêm optando pelo enfoque territorial como elemento norteador de discussão e implantação de políticas públicas, especialmente aquelas voltadas para o campo e para a agricultura familiar, visando à implantação do desenvolvimento sustentável e a eliminação da pobreza e das desigualdades sociais.

O desenvolvimento territorial está associado à ideia de uma governança onde os cidadãos estariam aptos a controlar a gestão da “coisa pública” local, e avaliar os gestores das ações públicas. Está implícita a referência à democracia participativa e os seus instrumentos: conferência de consensos, fóruns cidadãos, orçamentos participativos (Ipam-CIRAD, 2009).

#### *4.2.1 O Codeter e a Câmara Técnica de Educação do Campo*

O território aparece como o espaço adequado para integrar políticas setoriais, articular dinâmicas locais e políticas públicas com a inserção de vários ministérios, como o Ministério do Desenvolvimento Agrário promovendo os territórios, como por exemplo, o Programa Nacional de apoio aos Territórios Rurais (Pronat), desde 2003. No Baixo Amazonas, a CIAT (Comissão de Implementação de Ações Territoriais) foi transformada em Codeter (Colegiado de Desenvolvimento Territorial) em 2008 e paralelamente, os conselhos municipais de desenvolvimento rural foram implementados a partir do ano 1998.

O Codeter é atualmente percebido como o “único espaço onde a gente se encontra para fazer o debate do desenvolvimento territorial da região”, segundo Antonio José Bentes, liderança do movimento social. E mesmo que existam outros espaços do movimento social, como o CEFTBAM ou Fetagri, nos quais se reúnem e funcionam como redes, este Conselho é o mais voltado às questões da agricultura familiar, “na ideia de juntar todos,

independentemente da filiação institucional governamental e não governamental. E se perdermos isso aqui, nós vamos voltar a ficar sem espaço pra debater”. (Codeter, Encontro de Educação do Campo-BAM – Exposição de Antonio José Bentes, 22.04.2015).

O Codeter, por ter sido criado como política do governo Lula, inicialmente era concebido com ressalvas como mais um espaço do governo, mas atualmente é menos percebido como uma política pública, como afirma a liderança “Preto Maia” que vê o colegiado “como um espaço de formulação de novas alternativas de políticas públicas”. Reconhecendo que em alguns momentos esta articulação foi decisiva na construção de uma política do território, mas segundo a avaliação desta liderança, imagina que houve dentro das instituições integrantes deste Conselho, como o CEFTBAM, a Emater/Regional, o Ceapac etc., houve divergências no ponto de vista dos encaminhamentos das propostas. (ENTREVISTA do coordenador da Câmara técnica de Educação do Campo/Codeter Eracildo Maia ou “Preto Maia”, 30.10.2015).

Concordam estas lideranças que, o espaço deste Colegiado deve coexistir governo e sociedade civil para buscar um diálogo sobre como melhor conduzir a política pública, permanecendo inalterado este objetivo. E tentar caminhar por outras veredas que não a do diálogo, não haveria avanços na condução das propostas deste Colegiado.

Nesse mesmo sentido, Danilo Siqueira, coordenador executivo do Ceapac, vê este colegiado territorial como um importante espaço de articulação entre sociedade civil e Estado, por meio do Codeter. Lembrando que, quando foi constituído, as CFRs tiveram decisiva participação, sobretudo direcionando a discussão para o fortalecimento da educação do campo no território. E mesmo após um período de “esfriamento” com sua desarticulação, com a atual retomada das discussões, a tônica do direcionamento das discussões, conduziu para o fortalecimento das Casas.

A criação de um grupo de trabalho sobre a temática da educação do campo teve o objetivo de traçar estratégias de fortalecimento educacional do campo, quanto à autonomia e melhoramento da infraestrutura e a busca pela certificação e validação do ensino oferecido pelas CFRs. Isso comprova que a CFR-STM tem buscado provocar o debate de educação no campo no município. (ENTREVISTA, “Preto Maia”, 29.06.2015).

Voltando suas ações para questões mais peculiares, O Codeter, tendo a Fetagri-BAM e CEFTBAM como principais parceiros, em 2014, criou então, espaços com temáticas específicas denominadas de Câmaras técnicas, como a de educação do campo, com objetivo

de ampliar a discussão sobre esta temática, inserindo no debate a pedagogia da alternância das Casas Familiares Rurais. Com isso, foi sentida a necessidade de articulação das CFRs no BAM, anteriormente feita por Fóruns até então conduzidos pelo CEFTBAM e pela Fetagri, mas que estavam em processo de estagnação. (Idem, *ibidem*)

Desta forma, este Colegiado assumia posição pelas CFRs e pela Pedagogia da alternância, ao inserir a temática da educação no campo no seu debate, tendo em vista uma articulação regional, voltada à questão da agroecologia, enquanto base de construção de um projeto coletivo para atender as necessidades de formação no ensino médio e para a sustentabilidade das Casas.

A respeito da composição e funcionamento desta Câmara Temática, de acordo com informações de “Preto Maia”, se dá por representatividade, pelo voluntariado, mas sem números fixos de participantes. Tendo atualmente, nesta câmara técnica a representação da Casa Familiar Rural de Óbidos, de Juruti, de Belterra, de Santarém (Eixo Forte e Lago Grande), bem como representantes de governo, como a secretaria de agricultura de Monte Alegre e de Belterra. A dinâmica dos contatos com as CFRs do BAM foi iniciada em março de 2015, em Santarém, e, em 25 de abril deste mesmo ano, foi realizado o primeiro seminário sobre a educação no campo, com foco, na pedagogia da alternância com a participação de sindicatos e entidades governamentais e não governamentais.

Constatamos que a articulação com órgãos públicos, sobretudo quando há a possibilidade de acessar recursos, de certa forma traz a preocupação da dependência pela condução e gestão da política, isto é, de depender de decisão pessoal do gestor público. Ou da falsa compreensão de que a responsabilidade pela ação é de quem financia. Avaliam que esta visão acomoda e não leva o movimento social a ser propositivo. Entendendo que os órgãos governamentais devem receber as demandas e apenas contribuir tecnicamente com a implantação das políticas que desejam as organizações da sociedade civil. Nesse embate, o maior desafio é o de conciliar as visões, nem sempre convergentes de educação do campo, entre o movimento social e as instituições públicas. (ENTREVISTA, “Preto Maia”).

No entanto, confiam que a Câmara técnica de educação no campo, deverá unir sem conflituosas experiências das CFRs, mesmo com as dificuldades de encaminhamentos em construir uma pauta única e um único calendário de discussão entre as instituições da sociedade civil e o poder público no colegiado. (Idem, *Ibidem*).

A perspectiva da coordenação desta Câmara técnica, apresentada em assembleia em outubro (2015), é a de construção de um projeto de fortalecimento das experiências das CFRs com a meta de até 2020 ter uma Casa Familiar Rural em funcionamento nos treze municípios do Colegiado. Todavia, atualmente estão funcionando, somente cinco casas e outras três, estão fechadas.

O planejamento de uma estratégia de educação do campo para o fortalecimento das CFRs foi proposto na retomada das discussões, conforme observamos na fala da liderança Antonio José M. Bentes, por meio da articulação do Colegiado de Desenvolvimento Territorial do Baixo Amazonas – Codeter-BAM:

Quero propor, que a gente saia daqui e vamos além do que estamos conversando aqui, já amarrar o debate aqui e já ir além, e o surgimento das CFRs como a materialização de uma proposta de educação do campo. Nós já fizemos um esforço no colegiado de fortalecer as CFRs no contexto da estratégia da educação do campo que é mais amplo no nosso debate do território. Pois o debate da educação do campo não se restringe ao debate das CFRs; estas são somente um componente da estratégia da educação do campo. E no território que é o espaço pelo Codeter, é encaminhamento desse encontro, o que representa o fortalecimento dessa articulação. (Codeter, Encontro de Educação do Campo-BAM - exposição de Antonio José Bentes em 25.04.2015),

Vimos que, para tratar da política de desenvolvimento regional, foi central a referência da abordagem territorial trazida pelo espaço do Codeter, pois o enfoque territorial contempla uma visão integradora de espaços, atores sociais, mercados e políticas de ação pública (política). A abordagem territorial, com a realização de diagnósticos das potencialidades e limitações do território, em vista da construção conjunta de projetos de desenvolvimento, permite a mobilização para uma visão de futuro e um processo de debates e de aprendizagem entre o poder estatal e os agentes locais,

O Codeter, portanto se consolida como um instrumento de gestão territorial reivindicado, a mais de três décadas, pelos movimentos sociais, em nível estadual e federal, mas ainda é um espaço de negociação em construção. Precisa consolidar os processos de aprendizagem, baseados na experimentação e na produção de conhecimento para comprovar a eficiência e a pertinência das propostas nos debates da sociedade, em particular, com relação ao modelo de desenvolvimento, mas também às políticas de descentralização.

#### *4.2.2 A CFR-STM e articulação regional da Arcafar*

Para conhecermos as diversas articulações dentre as instituições parceiras locais que já integram o Codeter, questionamos a respeito das articulações regionais das Casas, a exemplo

da Arcafar/Norte. Ou seja, se ela existe? Como essa articulação está desenhada? Como acontece? Desde criada a Associação da Casa Familiar Rural de Santarém por meio da articulação do movimento social do Fórum da Produção Familiar do BAM, já nascia vinculada à Associação Regional das Casas Familiares do Pará (Arcafar/Norte).

A Associação das Casas Familiares Rurais é um modelo de representação adotado com a multiplicação de CFR em outras regiões, necessária como representação política mais ampla que atendesse demandas crescentes de novas unidades de CFR, mesmo de outras partes do país. (Revista eletrônica FVPP, Out 2012). A Arcafar/Pará<sup>48</sup> foi criada 2003, em uma Assembleia Geral realizada na cidade de Gurupá/PA, resultado de ampla discussão entre as Casas Familiares Rurais.

Que sentiam a necessidade de uma organização estadual para defender e representar seus interesses, promover o intercâmbio, garantir os princípios filosóficos e metodológicos, evitar o isolamento e acompanhar o processo de expansão. (Arcafar: PA, s/d)".

Deste modo, percebemos a perspectiva de expansão por meio da criação de redes sociais pela qual, a Arcafar “visa o fortalecimento e expansão da formação em alternância no Brasil”. Para o coordenador do Ceapac, Danilo Siqueira, como liderança que tem acompanhado a articulação das CFRs no BAM, esta associação regional tem como principal papel, o de garantir a articulação entre as Casas. No entanto, sua atuação no âmbito do Pará, está voltada para a busca da certificação e validação desta formação. Analisa que na região o apoio recebido desta articulação, tem se dado, sobretudo para a formação dos professores e para o âmbito jurídico da legalidade das associações, no sentido da organização destas entidades mantenedoras conveniadas com o Estado. (ENTREVISTA, Danilo Siqueira, 29.06.2015).

Recentemente, as lideranças locais do movimento social do campo têm avaliado que a Arcafar tem feito uma orientação mais técnica, quando prioriza o aspecto jurídico-administrativo financeiro para efeito da prestação de contas dos convênios. Ressentem que poderia ter mais investimentos da Arcafar na assessoria político-pedagógica nas CFRs da região, a exemplo do que faz na Região Transamazônica, por acreditarem que esta é uma carência relevante. (Idem, ibidem)

Conforme o coordenador “Preto Maia”, a Câmara Técnica do Codeter tem dificuldades na articulação com a Arcafar. Lembrando que há cerca de cinco anos atrás, havia

---

<sup>48</sup>ARCAFAR/PA - Associação Regional das Casas Familiares Rurais do Estado do Pará

uma ligação mais presente desta representação das Casas na região, quando era representado pelo CEFTBAM na relação com a CFR-STM; mas segundo ainda o entrevistado, atualmente esta relação está distante. Quando ocorre contato se dá diretamente com algumas CFRs, principalmente a de Óbidos e a de Juruti, sendo que na Casa de Santarém o contato está mais voltado à orientação jurídica-administrativa e não de articulação política. (ENTREVISTA Preto Maia, 30.10. 2015).

Na avaliação desta câmara técnica da educação do campo, a dificuldade de contato com a representação regional das CFRs, apesar de ser preocupante, pode ser superada com a busca de outras possibilidades de articulação para o fortalecimento de uma política de integração; aproximando o debate e o diálogo com outras organizações, que além da Arcafar, também vem discutindo a educação no campo, a exemplo do Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS), a Fetagri, assim como o Ministério da Educação, o qual possui uma representação local para essa questão. Esse esforço foi incrementado com a realização do evento denominado “Chamado da Floresta”<sup>49</sup>, no qual estavam presentes representações de diversas esferas, facilitando o contato sobretudo com instituições federais e estaduais, como Secretarias e Ministério da Educação, no qual o Codeter, por meio de sua Câmara Temática da Educação do Campo, tratou a respeito da sua proposta de integração (Idem, Ibidem).

O distanciamento na relação entre Codeter e Arcafar merece uma reflexão pela qual buscamos entender que a desconexão entre estes importantes espaços de articulação de desenvolvimento territorial regional e de educação do campo, se deve ao não funcionamento da representação local que promova a integração entre ambos. Fato desta constatação, reconhecidamente assumida nos fóruns do Codeter, resultou em alguns projetos encaminhados às CFRs do BAM, no ano de 2008-2009, reconhecidamente desconectados da sua estratégia de fortalecimento, conforme declara Antonio José Bentes, gerente de Sagri/regional, naquele período.

“A respeito desses projetos, me arriscaria dizer que as CFRs que receberam esses equipamentos ainda não estão utilizando fielmente, dentro da proposta para o qual foi pensado. Falo isso porque se pensa em fazer um projeto

---

<sup>49</sup>O “Chamado da Floresta” foi um evento nacional realizado na comunidade de São Pedro, Reserva Extrativista Tapajós Arapiuns no período de 28 e 29 de outubro de 2015, organizado pelo Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS) com a participação de diversas instituições que compõem o movimento social articuladas com o poder público, no qual participaram pessoas e instituições de diversos segmentos sociais do campo: indígenas, quilombolas, pescadores, reunindo cinco ministérios e representantes de 400 associações de 16 Estados da Amazônia e do Centro Oeste, na Reserva Extrativista Tapajós Arapiuns (Resex) com intento de dar voz a estes sujeitos na composição de propostas a serem integradas às políticas públicas voltadas para a Amazônia Brasileira. (<http://www.mma.gov.br/>).

dentro de uma necessidade do dia a dia, mas ele sai flutuando fora de uma estratégia que não ajuda a fortalecer”. (Codeter, Exposição de A. J. M. Bentes em Seminário de 25.04.2015).

Conforme identificamos nas entrevistas, a CFR-STM participa das articulações nacionais e regionais do movimento de educação do campo, conforme relato que identifica a existência da articulação política pedagógica da CFR-STM com a rede dos Centros Familiares de Formação por Alternância (Ceffa)<sup>50</sup> percebida sobretudo para a formação dos monitores, ainda que esporádica, conforme observamos na fala do primeiro monitor da Casa, Jorge Oliveira e do atual, Edivaldo Sousa:

“É a Arcafar que promove essa capacitação, porém a escola mais organizada acaba puxando primeiro. Eu tive sorte que eu fiz dois módulos, na verdade foram quatro módulos dentro desse curso em São Luiz do Maranhão. Mas eu não tive como concluir o curso da Arcafar Norte/Nordeste de formação para monitores, porque é uma pena que praticamente só eu fui daqui. Os outros não tiveram condições de ir porque a passagem era por conta da pessoa, e a associação não tinha dinheiro pra bancar as viagens de dois monitores. Lembro que fizemos uma coleta para ajudar com a viagem. Na segunda vez, fui por conta própria e na terceira, fui avisado muito em cima da hora, não deu para eu ir.” (ENTREVISTA Edivaldo – Monitor).

A CFR-STM recebe também, além do apoio de fundação, o apoio com a disponibilização de material didático, mas como identificado nas várias falas dos sujeitos da Associação da Casa, é uma presença pouco efetiva. O contato da Casa com Associação Internacional das EFA, no entanto, apesar de demonstrar a importância da articulação, ao deixar aquém, a necessidade de uma formação político-pedagógica contínua, e dando destaque para os aspectos burocráticos, como as questões administrativas e jurídicas, relega a um segundo plano, a representação política.

Assim, é sentido um distanciamento pelo movimento do campo local em relação à atuação da Arcafar no Baixo Amazonas, causado talvez pela estagnação do Colegiado Territorial do Codeter, mas que reflete também uma deficiência atual de articulação regional das CFRs no Baixo Amazonas. Até admitem que sejam desafios a serem superados, mas a retomada do debate, por este Colegiado, não desfaz a ausência de articulação regional entre as CFRs com a Arcafar/Norte, na abrangência do BAM, conforme apresenta o relato:

---

<sup>50</sup> Segundo Begnami In Nosella (p.263-264, 2012) o termo CEFFA é um “nome genérico, até então de caráter político, formulado no Brasil, em 2001, que busca articular e unir Escolas Famílias Agrícolas, Casas Familiares Rurais e Escolas Comunitárias Rurais, para lutarem juntamente, no âmbito nacional, pelo reconhecimento da Pedagogia da Alternância e pelo financiamento público, em marcos legais, que assegurem, todavia, os seus princípios constitutivos”.

“Nós não resolvemos alguns problemas, (...) e temos alguns desafios grandes por demorarmos muito pra fazer o debate. Espero que a partir desse debate a gente não demore pra fazer essa retomada, mas a responsabilidade de estar puxando é da Arcafar regional. Nessa região do Baixo Amazonas, a gente não tem conseguindo fazer um funcionamento orgânico dessa articulação regional”. (Codeter, Exposição de Antonio José M. Bentes, 25.04.2015).

O reconhecimento da responsabilidade da Arcafar, para a regionalização e consolidação da pedagogia da alternância na região do BAM, depende muito de sua articulação, do que propriamente de questões administrativas e burocráticas, percebida pelas lideranças. Neste sentido, o movimento social do campo da região, chama atenção para o fato de se estar caminhando para a formalização técnica, com o risco de se distanciar da sua proposta original da pedagogia da alternância. Isto é, de contraditoriamente, ao se aproximar da política pública em busca do reconhecimento legal e do acesso aos recursos, se desviar do caminho do fortalecimento da sua proposta original. Ao se voltar para a relação com o Estado, existe o receio da perda ou desvirtuação de seus princípios e valores defendidos e conquistados no seu histórico processo de lutas.

#### **4.3A política de educação do campo em Santarém: o Órgão Gestor Municipal e a CFR-STM**

Como se dá a participação e a influência da proposta defendida pela prática da CFR-STM, no âmbito da gestão municipal, no que tange às políticas de educação do campo em Santarém, é o que nos detivemos a investigar neste tópico. Para tal, analisamos documentos e entrevistamos coordenadores/servidores do poder público municipal da secretaria de educação<sup>51</sup>, além de lideranças do movimento social; tendo em vista observar como está presente a política de educação do campo no município. Considerando as dificuldades e distância que representa a leitura fria de documentos e a fala dos sujeitos, focamos na relação desta Casa com o poder público, sobretudo o órgão municipal; com vista a perceber processos democratizantes de garantia de acesso à direitos, especialmente, os educacionais no campo.

Para identificar as políticas educacionais do município de maior relevância ao funcionamento das CFRs em Santarém, buscamos os dados da Secretaria Municipal de Educação de Santarém – Semed, por meio do novo Plano de Educação<sup>52</sup>, além de entrevistar

---

<sup>51</sup> Foram entrevistados a Profa. Marluce de Pinho, assessora da SEMED e João Sousa, responsáveis pela coordenação especial de educação do campo no município, respectivamente das regiões de planalto e ribeirinha no dia 11.11 de 2015.

<sup>52</sup> Sancionado pela Lei nº 19.829/2015, de 14 de julho de 2015.

os coordenadores do setor de educação do campo nas regiões de rios e planalto e em sites oficiais do MEC.

#### 4.2.3 *O Novo Plano Municipal de Educação e a Política de educação do campo*

O Plano Municipal de Educação – PME/2015-2025<sup>53</sup>, apresenta a realidade educacional do município de Santarém, contendo 35 (trinta e cinco) escolas estaduais, das quais, 34 (trinta e quatro) estão na área urbana e apenas 01 (uma) no campo, localizada na região do planalto santareno (Escola São José). Na jurisdição municipal, há 397 (trezentos e noventa sete) escolas, sendo 320 (trezentos e vinte) localizadas no campo, sendo 231 (duzentos e trinta e uma) escolas na região de rios e 90 (noventa) na região de planalto, e 77 (setenta e sete) fixadas no limite urbano.

Analisando os dados anteriores, percebemos que no campo, está muito mais disponibilizado o ensino fundamental do que o ensino médio. Deste modo, o órgão municipal de ensino está muito mais presente no campo, com 76% das suas unidades de ensino, do que o governo estadual, que disponibiliza somente 3% das suas unidades escolares. Deste modo, para dar continuidade aos estudos no sistema educacional público, os jovens do campo precisam sair de suas localidades para estudar nas unidades escolares estaduais urbanas, já que o município possui apenas uma única escola pública localizada na zona rural que oferta o ensino médio. Deste modo, o Estado não tem garantido a oferta do ensino médio demandado pelo campo, além de induzir o jovem estudante ao êxodo rural.

Em Santarém a população residente na faixa etária a partir de 15 anos é de 200.001 habitantes. Deste total, 16, 78% (33.558) estão matriculadas nas escolas de todas as redes de ensino do município. E especificamente no Ensino Médio a presença de matrículas corresponde a 9, 07% (18.142) e na Educação de Jovens e Adultos – EJA, de 4, 60% (9.194). Isso significa que conforme este levantamento, 83, 22% (166.443) estão fora da escola. (PME-STM, 2015-2025, p.79)

Neste propósito, é proposta do PME de Santarém:

3.6-Desenvolver, em regime de colaboração entre os entes federados, a oferta de Ensino Médio para as populações do campo, indígenas e quilombolas nos turnos diurno e noturno, bem como a distribuição territorial das escolas de Ensino Médio, de forma a atender a toda a demanda de acordo com as necessidades específicas dos alunos; (PME/PMS- 2015-2025).

---

<sup>53</sup>O Município de Santarém aprovou o seu primeiro Plano Municipal de Educação no dia 03 de novembro de 2004 sob a Lei Nº 17.867/2004. O primeiro PME de Santarém estabeleceu Metas e Estratégias para o Decênio 2004/2013

7.16-Assegurar transporte gratuito para todos os estudantes da educação do campo de todos os níveis de ensino da Educação Básica, mediante renovação e padronização integral da frota de veículos, de acordo com especificações definidas pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - INMETRO, e financiamento compartilhado, com participação da União (p.47).

7.17-Desenvolver pesquisas de modelos alternativos de atendimento escolar para a população do campo que considerem as especificidades locais; (p.48).

7.22-Consolidar a educação escolar no campo de populações tradicionais, de populações itinerantes e de comunidades indígenas e quilombolas, respeitando a articulação entre os ambientes escolares e comunitários, garantindo: o desenvolvimento sustentável e preservação da identidade cultural, a participação da comunidade na definição do modelo de organização pedagógica e de gestão das instituições, considerada as práticas socioculturais e as formas particulares de organização do tempo (p.48).

As propostas elencadas indicam que o órgão gestor municipal reconhece a carência de oferta do ensino médio público aos jovens do campo, além da falta de apoio logístico, bem como de suas especificidades, nos dando pistas que possui de certo modo, a preocupação com a educação no campo. Mas nos interessava saber se havia políticas que envolvessem direta ou indiretamente, a proposta da pedagogia da alternância desenvolvida na CFR do município, especificamente a experiência do Eixo Forte.

Desse modo, ao passarmos a vista no atual PME, percebemos uma lacuna no referido Plano, pois não encontramos na sua estrutura, nenhum tópico intitulado com a temática da educação do campo, apesar de possuir para o Ensino Médio (item 3), para a Educação em tempo integral (item 4), e para a modalidade Educação de Jovens e Adultos- EJA (item 6), nos quais definia metas e estratégias.

No entanto, quando aproximamos a leitura, identificamos propostas que sugerem uma atenção às demandas de educação do campo, envolvendo a proposta pedagógica das CFRs, distribuídas ao longo da redação do Plano, curiosamente, com destaque em negrito, indicando que foram propostas inseridas posteriormente.

A esse respeito, lideranças da CFR-STM, nos esclareceram que a Prefeitura através da Semed fez um debate do Plano Municipal de Educação, mas que as instituições do movimento social do campo não foram convidadas a participar do processo de construção

integrando o Fórum Municipal de Educação - FME, ou em outro Fórum denunciando falha na mobilização.<sup>54</sup>

Segundo os registros e falas dos entrevistados, não percebemos desde o período de criação da CFR-STM, até o ano de 2015, ano de realização desta pesquisa, a existência de um processo de debate e proposição pública mais intenso coordenado pela Prefeitura no sentido de atender demandas da educação em Santarém, em especial à do campo, que tenha envolvido efetivamente as CFRs. Não queremos aqui dizer que não houve algum tipo de consulta popular, mas sim, que o processo de planejamento ficou muito restrito aos órgãos de gestão pública; não envolvendo por exemplo, a associação das 's diretamente na sua organização. O que julgamos teria enriquecido ainda mais o direcionamento e a qualidade das propostas para a educação do campo em Santarém; além de aproximar o ensino das escolas rurais com a proposta da pedagogia da alternância nos Ceffa.

Apesar de não ter havido uma abertura de participação nos espaços de elaboração das políticas públicas do município pelo órgão municipal de Educação, nos seus espaços internos de planejamento, ou mesmo na discussão de elaboração do Plano Municipal de Educação atual. Ainda assim, o movimento social do campo, representado pela Associação da CFR-STM se fez presente na audiência pública para aprovação na Câmara de Vereadores, impondo pressão com sua presença ativa para a inclusão de propostas que atendessem às suas demandas. Concluindo que a CFR-STM, tem influência na política educacional no município, e é capaz de provocar o debate da educação do campo no município, visando na construção desta política.

A esse respeito, com base nas inferências de Norberto Bobbio (1988, p.51), podemos resgatar o debate a respeito da compreensão de “Socialização do Estado” ou de “estatização da sociedade”, quando se refere à política educacional surgida a partir da demanda e pressão social. Baseado neste autor, entendemos que a proposta das Ceffa, e no caso específico as CFRs, pode representar o fenômeno da “socialização do Estado”. Pois, por meio das várias formas de participação nas proposições de políticas públicas e da expansão da capacidade de articulação, as organizações populares interferem e criam demandas por uma educação do campo, que atenda suas peculiaridades como sujeitos históricos. Posturas que criticam “a

---

<sup>54</sup>O município possui Conselho Municipal de Educação (CME) desde 1997 nos termos da Lei Municipal de nº 15.957, com atribuições somente consultivas em virtude da não criação do Sistema Municipal de Ensino. Esta Lei foi alterada pela Lei municipal de nº 17.998/2006, a qual em seu art.1º reconhecendo este Conselho como “órgão normativo, consultivo, deliberativo, mobilizador, fiscalizador e propositivo” (PME-STM/2015-2025, p.23).

reapropriação da sociedade por parte do Estado” e a construção de um processo contínuo e coletivo de “estatização da sociedade” como forma de controle reforça a ideia do contraponto entre sociedade civil e Estado.

Assim, identificamos no referido PME, o esforço do movimento social que resultou na inserção da proposta de educação do campo desenvolvida nas CFRs, como política pública municipal, representadas nas seguintes proposições aprovadas:

2.4.1 – Adequar a infraestrutura das escolas do campo, para atender os alunos, filhos de agricultores familiares, nas áreas polo, com construção de quadras e áreas de lazer, em parceria com os Governos Estadual e Federal; (p.35).

2.12.1 – Formação continuada de professores de todas as áreas de conhecimento, incluindo a área de extensão voltada a agroecologia, com pedagogia da alternância, com suas especificidades, de acordo com a Lei 12.695/2012; (p.36).

2.14-Garantir a oferta do Ensino Fundamental, para as populações do campo, indígenas e quilombolas, nas próprias comunidades, através de parcerias e termos de cooperação técnica e/ou convênios com órgãos governamentais e não governamentais às Casas Familiares Rurais – CFRs nas áreas polo, assegurando aos seus alunos o transporte escolar. (p. 37)

5.9 – Ampliar o número das Casas Familiares Rurais – CFRs, no prazo de dez (10) anos, para atender toda área rural do Município de Santarém, beneficiando os assentamentos e outras áreas, com escola padrão contendo transporte, professores e técnicos, quadra esportiva, área de extensão e alojamento, em parceria com entes federativos (p.52);

5.10 – Oportunizar a participação dos professores das Casas Familiares Rurais – CFRs no processo seletivo do PARFOR (p.53);

5.15 – Atender com profissionais da educação as Casas Familiares Rurais – CFRs, em parceria com entes federativos e organizações não governamentais. (p.53)

Tais indicações de ações sugerem uma aproximação oficial da Prefeitura com as Casas prevista para o próximo decênio. Pois conforme entrevistas com gestores da Secretária de Educação - Semed e algumas lideranças, coordenadores de educação do campo desta Secretaria, confirmamos que a colaboração de órgãos públicos municipais, sobretudo o de educação com as ações da CFR-STM ou não existe atualmente, e quando havia, se dava extra oficialmente, não apoiado na formalização de convênios ou acordos de cooperação, que pudessem repercutir como política pública local na Casa.

Assim, registramos a presença da gestão pública municipal atual no apoio à CFR (Eixo Forte), segundo a coordenação de educação do campo da Semed até meados do ano 2014,

quando cedeu parte do espaço da Escola Municipal Irmã Doroth Stang, localizada na região do Eixo Forte para a CFR-STM realizar suas ações de formação.

Mas houve neste período, a preocupação do gestor com o sistema de internato, em ter que assumir responsabilidades, diante da iminência de fiscalização dos órgãos de proteção à infância e adolescência. Pois para ele, o acompanhamento às turmas mistas que ficam alojadas no mesmo local deveria ser mais efetivo por parte da coordenação desta Casa.

Não foi revelada a real motivação do fim deste apoio, mas após esta experiência com a Secretaria de Educação do município, a CFR-STM (Eixo Forte), retornou suas atividades formativas ao Centro do STTR, e atualmente não recebe nenhum apoio da Prefeitura Municipal. A aproximação da Semed se dá ainda com a CFR-Região do Lago Grande, por estar localizada em área priorizada para as ações de educação do campo desta Secretaria. Ou seja, na região de rios, justificando uma demanda maior, segundo esta instituição, devido maior dificuldade de acesso pela distância e isolamento geográfico destas comunidades, em relação à área de Planalto. No entanto, este argumento não se sustenta, pois como já vimos, os jovens que frequentam ambas as Casas, transitam de diversos locais de origem, de rios à terra firme, não caracterizando a Casa pela região na qual está fixada.

Resgatamos também com lideranças da CFR, que na primeira gestão pública municipal desde a criação da CFR-STM, por volta do ano 2000, em um governo mais próximo aos trabalhadores, houve uma articulação mais expressiva com o órgão municipal de educação que assumiu parceria, ainda que sem respaldo legal, com a cedência de professores da rede municipal, parte de alimentação da merenda escolar e também com auxílio para transporte de alunos. Neste período a Casa também só funcionava com turmas de ensino médio; ou seja, não incidia especificamente recurso do município. Apesar disso, o governo assumiu tais despesas por um determinado tempo que foram minguando aos poucos, na medida em que pesava a transferência de uma rubrica não justificada para a manutenção desta Casa (ENTREVISTA, Danilo Siqueira, assessor pedagógico Ceapac e articulador das CFRs no Baixo Amazonas).

Sabemos que foi um avanço, o governo municipal atual, mesmo que motivado pela pressão do movimento social, tenha incluído propostas de educação do campo contemplando a CFR-STM. No entanto, nos chamou atenção a proposta no PME a respeito da oferta do Ensino Médio, ainda que acene para possível formalização de parcerias com entes federativos e outros órgãos governamentais e não governamentais para esse intento. Pelo posicionamento dos gestores durante a entrevista, percebemos que condicionam esta proposta, clamando para

uma responsabilidade compartilhada com o órgão estatal de ensino, a Seduc. Além disso, identificamos ainda no conjunto destas falas, certa dificuldade na integração das ações, sobretudo entre o município e o governo estadual, emperrando um avanço na implantação de políticas de apoio à CFR de Santarém. Conforme depoimentos.

Na (Região de Lago Grande), no ano de 2014 pagamos a carga horária dos professores do fundamental e do médio em sentido de colaboração (...). A prefeitura assumiu a merenda escolar e o transporte escolar. Conversamos com a coordenadora e assumimos uma turma do fundamental vinculada a Escola Frei Gilberto, incluindo o ensino médio e o fundamental (João Sousa, coordenador de educação do campo, Região de rios da Semed-STM).

(...) é uma experiência muito boa, o que está faltando é mais apoio do governo federal, do governo estadual para que a gente possa assumir melhor a parceria como município, porque a gente percebe que é um pouco esquecido pelo Estado (João Sousa, coordenador de educação do campo, Região de rios da Semed-STM).

A percepção da ausência de integração entre setores governamentais, principalmente nas esferas estadual e municipal, agrava-se devido à compreensão destacada pela coordenadora geral de educação do campo da Semed, de que o ensino médio, por ser competência do governo estadual, “a Casa Familiar Rural, portanto é responsabilidade do estado e não do município” (ENTREVISTA, Marluce de Pinho, 11.11.2015).

Para o movimento social do campo, no entanto, não existe implicação legal que proíba o município de investir nas CFRs. Pois depende muito mais de uma decisão política do gestor de inserir a experiência das Casas como demanda em seu Plano Municipal. Acreditam que para tanto, dependeria do poder de persuasão e convencimento da sociedade civil e movimento organizado para exigir o investimento do recurso público, segundo afirmou, o colaborador na articulação das CFRs Baixo Amazonas, Danilo Siqueira (ENTREVISTA, 29.06.15).

(...) toda ação de apoio do município ou do Estado para a valorização das Casas Familiares Rurais deve ser inserida nos planos municipal ou estadual de educação como demandas de ação articuladas. Tanto o Estado quanto o município tem que inserir sistema no MEC para qualquer apoio, seja contratação de professores ou para construção de prédio por exemplo.

E ainda quando a CFR-STM era assistida com os convênios do Estado “não tirava autonomia das Casas em buscar suas articulações para a sua manutenção, mesmo porque o recurso era mínimo e mal dava para garantir o funcionamento das alternâncias”, segundo Danilo Siqueira.

Os depoimentos das lideranças do movimento social, em especial do Codeter-BAM indicam que a dificuldade de aproximação do poder público, sobretudo o municipal, pode vir da implicação da não obrigatoriedade legal do município, já que a CFR-STM (Eixo Forte) atende somente o ensino médio. Constatamos que o apoio da Prefeitura, é eventual se não há ações que integram um plano institucional. Consistindo uma política de governo e não de Estado, no sentido da instabilidade e do não comprometimento formal-legal. Assim, se o governo municipal define como política pública, pode priorizar o apoio à Casa e projetar recurso e encargos. Caso contrário, não teria como justificar o investimento, limitando assim, o seu envolvimento. (ENTREVISTA, Danilo Siqueira).

Informaram ainda as lideranças da Casa que as parcerias com órgãos públicos mais efetivas ocorrem com órgãos de assistência técnica, até mesmo no âmbito municipal. Sendo que “com a secretaria de educação, câmara de vereadores não temos muita afinidade. Não conseguimos trazer eles para um debate de aprofundamento”. Ou ainda quando participam de palestras, elogiam a experiência, mas “não se inserem nesse debate”, informa a liderança do Codeter, Eracildo Maia. Existe a informação de que a Prefeitura de Óbidos possui boa proximidade com a CFR desta Casa, apesar de ser uma articulação isolada, sem influência na sua Câmara de Vereadores. Reafirmando que no município de Santarém há “dificuldades de trabalhar com o governo, mesmo que tenha uma ou outra parceria, mas não tem aquela liberdade de discutir a fundo a educação” (ENTREVISTA, Eracildo - “Preto Maia”).

Acreditam as lideranças que a questão central que alimenta esse distanciamento deve-se a inexistência de política pública que respalde as ações entre governo e movimento social do campo, em especial à CFR. Já que na “pedagogia da alternância, são os professores, alunos e os pais, quem dirigem”. Entendem que essa modalidade “traz dificuldade para o diálogo com o governo, sendo que não tem o controle como política de educação, mas tem no máximo uma parceria”. (Preto Maia, 30.10.15).

No entanto, a existência de uma coordenação da escola do campo na Secretaria Municipal de Educação, bem como a criação de especialização com abertura de processo seletivo pela Ufopa, tendo como público específico, os monitores das escolas das Casas Familiares Rurais, pode refletir positivamente em ações públicas locais e nacionais que se voltam para o debate da temática da educação do campo de acordo com a secretária da CFR-STM, Paula Ramos. (ENTREVISTA, 22.09.15).

Ainda assim, avaliamos ser necessária, ao poder público no âmbito municipal, uma ampliação de concepção sobre educação *do* campo não, *para* o campo, no que se refere à

CFR. Pois mesmo que na sua fala, destaquem a importância da pedagogia da alternância “porque não tira a vivência do aluno do dia a dia”, fazendo uma distinção com a “escola do campo”, sendo as escolas atendidas pelo sistema educacional formal do município localizadas na área rural; as quais, segundo o coordenador de Rios da Secretaria, “estão quase funcionando hoje como as escolas normais”, principalmente “nas grande vilas onde já tem uma urbanização”. (ENTREVISTA, João Sousa, coordenador de rios, Educação do campo - Semed-STM). Desse modo, percebemos certa distorção conceitual que distancia o escrito (oficial) e o real (fala).

E conforme já vimos nas falas anteriores, as lideranças da CFR não admitem a interferência do governo na gestão da CFR. Isso nos leva a perceber que, mesmo chamando o poder público à responsabilidade pela educação do campo, há uma relação paradoxal de distanciamento e aproximação entre movimento social da CFR e o poder estatal, (sobretudo na esfera municipal). Tal contradição se dá em termos de divergências político-ideológicas, ou seja, diferentes visões de compreensão de educação do campo, que se espraiam para questões de ordem econômica e organizativa. Com a retração do movimento para evitar conflitos na gestão de um lado, e o chamamento governo para a manutenção dos serviços desta Casa, de outro; e ainda assim garantir os princípios filosóficos e metodológicos próprio dos Ceffa.

Outras perguntas surgem: em que medida os conselhos e outros espaços de negociação do movimento social na sua diversidade, com os governos e, em certos casos envolvendo outros atores, como o empresariado, permitiram a afirmação do projeto do movimento social? No fim deste processo, qual é a legitimação deste projeto tanto por parte do movimento social do campo, como da sociedade como um todo? Por traz destas perguntas, existe uma relação de forças entre os atores, que levantam o problema da organização e da relação entre a sociedade civil e o governo. Esta opção está ligada à entrada nos espaços sociais de negociação das demandas. O setor empresarial (sojicultores, fazendeiros e madeireiros) pouco participa destes espaços, pelo menos no Baixo Amazonas, embora já tenha participado da Câmara Técnica (durante o Governo Federal de Fernando Henrique Cardoso e Estadual de Almir Gabriel) e ainda na CIAT-BAM até 2007, mediante o Sindicato dos Produtores Rurais Patronais (Ipam-CIAT- Relatório, 2009).

Vale ressaltar que a estratégia de negociação dos projetos do setor empresarial segue outros meios. São realizadas diretamente com os ministérios e as secretarias de Estado do

Pará, promovendo os seus projetos mediante as bancadas de deputados, assegurando uma negociação direta com os governos federal, estadual ou municipal para garantir os investimentos em infraestrutura, políticas de financiamento e tributação que favorecem seus empreendimentos. (Idem, *ibidem*)

A literatura, bem como a leitura da realidade, tem apontado para a existência de inovações no sentido da gestão, de mecanismos de construção de novas relações, distribuição e participação da população no processo de formulação, implantação e controle social das políticas públicas municipais. A participação ativa da sociedade civil como protagonista da sua realidade, constitui um poder local existente, e também no caso específico da CFR-STM, capaz de modificar o seu contexto, criando espaços democratizantes e influenciando na elaboração e na execução das políticas públicas (DOWBOR, 1999; 2006).

Os grandes embates ideológicos e concretos sobre financiamento e legalização existentes com os órgãos públicos, como secretarias estaduais de educação, a partir do reconhecimento legal da Pedagogia da Alternância, foi resultado das grandes discussões nacionais do movimento social da educação no campo, que levaram a acumular conquistas, a exemplo de o Estado ter que repensar sua estrutura de gestão para questões específicas, criando diretorias de coordenação de estudos diferenciados, como os estudos indígenas, quilombola e a educação do campo. Mas ao mesmo tempo, que isso demonstra um reconhecimento, revela também uma necessidade de controle pelo sistema.

Essa forma de gestão que se potencializa no espaço local, tem se consolidado a partir de um modelo de parcerias, que ora pode ser entendido numa lógica privatista do serviço público, na transferência de recursos para a sociedade civil e na consolidação da ação de organizações públicas não estatais (PEREIRA, 1997, 1999, 2001). Ora, pode ser ressignificada como instrumento da sociedade civil para garantir o acesso a direitos essenciais, ampliando a participação social, o controle da sociedade sobre o Estado e maior democratização da sociedade (MUNARIM, 2005; DAGNINO, 2002, 2004).

Deste modo, percebemos por meio da articulação e posicionamentos das lideranças, que a CFR-STM se constituiem uma estratégia do movimento social do campo que se contrapõe ao modelo hegemônico opressor. Tendo na sua história de resistência percorrida ao longo de sua existência, o reflexo que acompanha e integra a luta de resistência dos movimentos sociais do campo: superando adversidades, entre avanços e recuos, retrocessos e refluxos. Mas sempre, mantendo e reafirmando sua proposta político-ideológica, na busca do empoderamento dos sujeitos do campo e na defesa de seu projeto emancipatório.

### **4.3 A perspectiva de desenvolvimento regional e a educação do campo: visão de futuro na CFR-STM**

A fim de compreendermos se, e de que maneira, a proposta metodológica da CFR-STM contribui para o desenvolvimento local nas comunidades, utilizamos como fonte de dados, entrevistas com a coordenação do Codeter, além de buscar em relatório do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Baixo Amazonas/ Pará – PTDRS-BAM (2011, p.08) que se trata de um documento.

Resultado do esforço coletivo na construção de um novo modelo de desenvolvimento nesta região. É um plano estratégico estruturado sob orientações gerais da Secretaria de Desenvolvimento Territorial - SDT do Ministério do Desenvolvimento Agrário/MDA, no âmbito do Programa de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais – Pronat, coerente com a dinâmica, demandas sociais e as oportunidades efetivas das políticas públicas no território da cidadania do Baixo Amazonas.

Este Plano teve como responsável técnico o Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia – Ipam, juntamente com o Colegiado de Desenvolvimento Territorial – Codeter BAM e a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Pará/Regional Baixo Amazonas – Fetagri-BAM. Dentre as etapas do seu processo de elaboração, contou com a realização de 13 (treze) consultas públicas para a análise da situação atual, identificar a visão de futuro da população local e levantar as principais demandas; além de uma plenária extraordinária do Colegiado Territorial para analisar e aprovar as planilhas das ações territoriais, legitimando socialmente as ações propostas ao plano”, destacando a sua abordagem participativa. Este Plano teve por finalidade, “construir as propostas de ações estratégicas visando a sustentabilidade do desenvolvimento rural sob a ótica das dimensões socioeconômica, socioambiental, sociocultural e educacional e político-institucional e de gestão do desenvolvimento territorial rural” (PTDRS BAM, 2011, p.09).

No sentido do debate promovido por este Plano, foi apontada no contexto regional do Baixo Amazonas, a necessidade de rever as bases do desenvolvimento rural, que exige um processo de planejamento diferenciado e contemple a participação social, legitimando a importância da produção familiar no desenvolvimento territorial.

**Tabela 5 - Propostas do PTDRS (2011) Eixo - Programa de Promoção da Educação do Campo**

<b>Eixo</b>	<b>Propostas</b>	<b>Esfera Municipal</b>	<b>Peso de Indicação (escala 1 a 10)</b>	<b>Local de Execução</b>
<b>4. PROGRAMA DE PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO</b>	Implantar Escola Tecnológica para atendimento da formação de produtores rurais e urbanos (aquicultura, agricultura, manejo florestal/não madeireiros, horticultura, citricultura, criação de pequenos animais).	PREFEITURAS	6	Óbidos
	Instalar núcleo do IFPa para formação técnica/profissional nos municípios da região	PREFEITURAS	6	Todos os municípios
	Adequar o cardápio da merenda escolar para absorver produtos da agricultura familiar.	PREFEITURAS/ Semed	5	Todos os municípios
	Implementar escolas estruturadas de ensino médio e fundamental no padrão MEC: auditório, internet, quadra esportiva, bibliotecas (Adequar, reformar, construir e equipá-las).	PREFEITURAS/ Semed	10	Todos os municípios

**Fonte:** PTDRS (2011), adaptado pela autora.

Vimos com base na análise da referida Tabela 5, que o Programa de promoção da Educação do Campo foi pensado a partir da visão de uma educação tradicional e técnica, já que as propostas dão prioridade ao modelo de escolas tecnológicas e ao padrão MEC. Reproduzindo desse modo, uma visão institucionalizada que se distancia da proposta do movimento pela pedagogia da alternância.

Tal percepção esteve presente na crítica feita pela liderança atual do Codeter-BAM, Eracildo Maia – o “Preto Maia”, quando fala sobre as diferentes visões de educação no campo entre o movimento social e as instituições de ensino superior, que por serem representantes do Estado, veem a Casa Familiar Rural, com os padrões e a oficialidade exigidos de uma escola técnica normal. Segundo este entrevistado, na visão do movimento social, na CFR é indispensável a documentação para assegurar a certificação e ter o reconhecimento pelo MEC, como órgão regulador. No entanto, não concordam com as regras da perfeição técnica e do padronização, que nem sempre considera as questões regionais, e que levam a um desencontro na discussão da grade curricular. Pois

Não levam em conta as particularidades como área de reserva indígena ou de temas como o manejo de floresta nativa a partir do olhar totalmente diferenciado do que querem os universitários da cidade. Seria muito mais rico aproveitar a biodiversidade e as experiências locais de manejo, a partir da habilidade de trazer a questão técnica da universidade para facilitar o aprendizado. (Liderança do Codeter, Preto Maia).

Entendemos que esse debate, presente na fala da liderança e na análise das propostas do Plano Regional de Desenvolvimento para a Educação do campo, demonstra que no processo do diálogo, as tentativas de conciliação entre as diferentes visões entre o oficial e o particular, o público e o privado nem sempre se apresentam claramente.

No entanto, são fundamentais e importantes os espaços de proposição conquistados, os quais permitem o desenho de propostas de acesso a políticas sociais diferenciadas como “implementar a Casa Familiar Rural com pedagogia da alternância para indígenas e Quilombolas para ser executado pelas Prefeituras/Semed nos municípios de Alenquer, Almeirim, Belterra, Oriximiná e Santarém” (PDTR, 2011).

Destacamos das propostas que a criação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará– IFPa, no qual dois antigos monitores da Casa buscaram a formação no curso de Licenciatura em Educação do Campo, foi resultado do debate e pressão do movimento social articulado no Codeter, conforme relatado em seu trabalho final de curso.

E é neste contexto que o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará - IFPa surge em nossas vidas. Fruto da pressão dos movimentos sociais este instituto foi descentralizado de Belém, e em 2010 se inaugura o campus de Santarém, assumindo o compromisso de formar cidadãos na sua integralidade, rompendo a dicotomia que perdurou por anos entre Educação e Trabalho, este foi um dos compromissos assumidos pelo representante do IFPa na assembleia do Codeter (SOUSA; MALCHER, 2014, p.21).

O curso, para estes autores/alunos, apesar de não atender aos anseios dos movimentos sociais, ou de acadêmicos, entusiasmo por ser na região o único curso voltado para a formação específica de educadores do campo. Confirmando que o que tem sido anunciado pelo governo em termos de educação do campo faz parte da pauta reivindicatória dos movimentos sociais. No entanto, é necessário que as escolas do campo sejam construídas *com*, para ser, *dos* sujeitos do campo. (CALDART, 2002). E que, apesar da Constituição Federal (1988) prescrever que Educação é direito de todos e dever do Estado e da família e que deve haver “(...) igualdade de condições para o acesso e permanência na escola” (Artigos 205 e 206), e da LDB 9394/96 recomendar a destinação de recursos públicos as escolas comunitárias, caso específico dos Ceffa, a falta de financiamento às escolas do campo tem negligenciado o acesso à educação a esses jovens, bem como aos seus professores/monitores.

#### *4.3.1 Motivação e visão de futuro dos alunos da CFR-STM*

Diante do modelo econômico atual e da relação com o Estado, nos interessamos em descobrir se as CFRs e em particular, a CFR-STM, apresenta alternativas à população do campo para “driblar” esse modelo. Com esse objetivo, buscamos adentrar nesta temática, ouvindo a Associação da CFR-STM, a sua coordenação pedagógica, monitores e lideranças do movimento social do campo.

Embasamo-nos ainda no trabalho acadêmico de Edivaldo Sousa e Mário Célio Malcher<sup>55</sup>: “As Contribuições da Escola Comunitária Casa Familiar Rural de Santarém nas Práticas Educativas dos Egressos no Município de Santarém – Pará”, exigência acadêmica do curso de Licenciatura em Educação do Campo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará/Campus Santarém, a fim de alcançar o aprofundamento a respeito dos jovens egressos da CFR-STM, buscando identificar a colaboração que esta CFR deu à ação destes jovens; relacionando suas práticas educativas aos objetivos desta CFR.

A fim de captar a percepção dos atuais alunos da CFR-STM a respeito de sua motivação para a escolha da CFR e sobre a sua visão de futuro, entregamos aleatoriamente, duas fichas, as quais deveriam, por escrito, responder as questões: 1. O que motivou você a estudar na CFR-STM? 2. O que você pretende fazer depois que concluir a sua formação na CFR? Destas, 17% destes alunos, devolveram as fichas. Por considerarmos aceitável esta amostragem, apresentamos as respostas organizadas no quadro a seguir.

**Tabela 6 - Motivação e Pretensão dos alunos da CFR-STM**

<b>MOTIVAÇÃO PARA ESTUDAR NA CFR</b>	<b>PRETENSÃO PÓS-FORMAÇÃO</b>
O que me motivou foi a dificuldade na minha comunidade, em combater ou controlar pragas e doenças nos cultivos. Vim por essa necessidade.	Depois de me formar, pretendo levar o conhecimento para minha comunidade.
O que me motivou a estudar na CFR de Santarém foi buscar mais conhecimento sobre agropecuária e um dia me formar técnico e aplicar esse conhecimento na nossa propriedade.	Eu pretendo aplicar o conhecimento que eu vou deter na minha propriedade.
O que motivou foi que na CFR seriam mais barato os ensinamentos e custo. E aqui na Casa é muito melhor, porque eu como aluno, vou sair formado em técnico e o ensino médio completo.	Depois da minha formação pretendo fazer e repassar tudo o que eu aprendi na Casa e fazer um bom trabalho como técnico.
O motivo que me levou foi que sempre eu sonhei em estudar em uma Escola Agrícola e me formar em técnico.	Pretendo implantar as técnicas em minha propriedade e região para melhorar a produção dentro da agricultura familiar, esperando retornos financeiros.
O que me motivou foi a forma de ensino que a CFR oferece. Pelo fato de morar na área rural, foi um meio que achei de conhecer as formas técnicas, tanto de criações, manejos, combates às doenças, etc., para assim ter uma vida dos sonhos.	Pretendo ajudar as pessoas da minha comunidade e da minha família, fazendo acompanhamento técnico e ensinando como plantar com técnica.
Vim para CFR por vontade própria, porque gosto do que faço.	Depois que concluir, pretendo investir no sítio do meu pai. E fazer uma faculdade. E se der certo, trabalhar na carreira de técnico agropecuário.
Vim buscar conhecimento para aplicar na minha comunidade e no meu trabalho.	Depois de me formar, pretendo levar o conhecimento para minha comunidade.

**Fonte:** Fichas com questões aplicadas aos alunos no dia 22. 09.2015, na 10ª alternância. Elaborado pela autora.

A partir das respostas dos alunos, ficou evidenciado, no que diz respeito à motivação, que há um expressivo interesse pelos conhecimentos técnicos da área agropecuária e da necessidade de aperfeiçoamento do trabalho que já fazem no campo. Ou seja, está muito

<sup>55</sup>Lideranças militantes das CEFFAs e atuantes monitores que colaboram atualmente voluntariamente na CFR-STM.

presente a conexão entre teoria e prática e a CFR-STM com sua proposta metodológica, proporciona a esses jovens o acesso aos seus anseios, demonstrando que as práticas vivenciadas no contexto da alternância se mostram coerentes com as necessidades formativas destes sujeitos.

O mesmo sentimento colaborativo de aplicação prática dos conhecimentos ao trabalho no campo foi percebido na análise sobre a pretensão para o futuro destes alunos, ao concluir a sua formação. Ainda que existam anseios pessoais, tais como a continuidade da formação, ou ter um bom emprego como técnico, pretensões que revelam um objetivo pela mudança social pelas classes agricultoras envolvidas na CFR-STM.

Expectativas semelhantes foram percebidas também nos jovens egressos, pois ao optar pela formação na CFR-STM, anunciaram expectativas de qualificação profissional para o campo da agroecologia; o interesse em uma inserção no mundo do trabalho seguindo sua profissão; além do desejo de melhorar sua qualidade de vida e ter sua independência financeira (SOUSA; MALCHER, 2014).

Percebemos também que, assim como identificado na perspectiva dos jovens egressos, para os jovens em formação na CFR-STM, o desenvolvimento, não está ligado somente ao acúmulo de bens materiais, mas também à qualidade de vida, ao acesso aos bens culturais e serviços necessários para a satisfação da vida humana - tanto econômica como sociocultural. “Para estes jovens, a vida no campo pode proporcionar aprendizagem, formação de novos conhecimentos, construção de novas tecnologias e, sobretudo, de vida digna”. (Idem, ibidem, p.78).

Os referidos autores Sousa e Malcher (2014, p.31) concluíram ainda que:

Os jovens egressos são ativos em sua vida sócio profissional e estão envolvidos no processo formativo da CFR-STM, ainda que invisibilizados pela cultura estatal, seguem empenhados em modificar a realidade do seu meio, quer seja através da organização associativa (política) ou pela produção agroecológica (econômica).

Deste modo, é destacado nos sujeitos do campo, a resistência e a capacidade criativa de superação dos obstáculos por meio da prática. Mas é igualmente sentida a carência da formação teórica para melhorar a produção, a qualidade de vida e colaborar ao desenvolvimento local, visando saírem da marginalidade social e econômica à qual se encontram.

O princípio da formação integral está presente na proposta pedagógica por alternância, vivenciada pelos alunos da Casa, reconhecido pelos egressos como extremamente importante no trabalho que desenvolvem atualmente nas comunidades onde moram.

A esse respeito, o trabalho de Sousa e Malcher (2014) identificou que há uma diversidade de atividades relacionadas às práticas educativas de 85% dos jovens egressos da CFR-STM que estão na comunidade, desenvolvidas com suas famílias, a partir da concepção educativa construída na práxis da Casa. Por ordem crescente de indicação: o cultivo da cultura da mandioca, manutenção e ampliação da horta, os tratos culturais nas frutíferas e plantas ornamentais, o manejo do meliponário e o manejo e manutenção da produção de galinha caipira e o de animais silvestres. E acrescentam Sousa e Malcher (2014, p.78) que:

os outros 14% estão fora das comunidades de origem desenvolvendo atividades na iniciativa privada, ONG e em órgãos público, mas carregam em si as marcas da CFR-STM, e afirmam que a formação recebida tem muita importância nas suas vidas profissionais e relações sociais.

Segundo estes autores, esta dinâmica revela que “as famílias dos jovens egressos diferenciam-se das demais (...) pelo planejamento, aplicação e difusão dos conhecimentos produzidos no contexto da formação escolar e sócio profissional” (2014, p.74).

Percebemos também na nossa investigação, que os jovens da CFR-STM, com a aplicação dos seus Planos de Estudo (PE) e Projeto de Vida (PV), promovem no município a sucessão na unidade produtiva familiar no campo, na medida em que dão continuidade aos trabalhos agrícolas nas suas comunidades, aperfeiçoando com princípios da agroecologia desenvolvidos durante a sua formação na Casa. Conforme também concorda a liderança sindical Livaldo Sarmiento (ENTREVISTA, 25.04.2015) quando diz:

que são muitos os jovens e lideranças que se destacam no campo (...). Está muito vivo esse sonho de ter uma produção melhor com variedade, utilizando não só a produção agrícola, mas o potencial que tem o agroextrativismo, o artesanato, o ecoturismo, as frutíferas e os sistemas agroflorestais. Além da criação de peixe, de hortaliças, de galinha caipira dentro das técnicas. Pessoas que vão influenciar um novo processo de desenvolvimento que a gente sonha pra área rural, no contexto da Resex Tapajós-Arapiuns, do ribeirão, da várzea e terra-firme, do planalto.

Na observação das atividades da CFR-STM, identificamos que os projetos de vida dos alunos são muito mais que atividades pedagógicas, pois além de serem colocados em prática, influenciam a família e sua comunidade por meio do conhecimento disponibilizado ofertado pela Casa e apropriado pela coletividade.

Para fins de ilustração, trazemos o depoimento de Edilena C. Teixeira de Oliveira, aluna da CFR-STM, descrevendo as atividades que já desenvolvia e outras que passou a realizar ou aperfeiçoar por influência da formação na Casa.

Antes eu fazia a meliponicultura que eu trabalho já há muito tempo e na Casa estou só melhorando. Mas algumas coisas que eu já tinha, e a agricultura, a criação de galinha caipira, e depois de eu vim pra casa com o conhecimento que eu aprendi vi que a minha estrutura estava toda errada e também na criação de peixe. Tivemos oficinas como tema gerador, e já estamos desenvolvendo algumas coisas que agente aprendeu aqui na Casa Familiar Rural. O cultivo da mandioca que agente já vem desenvolvendo há muito tempo, que me fez crescer nesse assunto sobrea estrutura, a qualidade, aumento da produção e também sobre o mercado (...). Além de tudo isso nós temos o cultivo da banana e o cultivo do maracujá que foram temas geradores, que estamos tentando colocar em prática. Com os temas transversais vamos aprendendo no decorrer da vida. (Aluna da CFR-STM, entrevistada em 22.09.2015).

Esta aluna entrevistada é também mãe de aluno da mesma CFR, e tem participação ativa na organização social do campo, sendo que já foi delegada sindical e no STTR atualmente, coordena o movimento de mulheres. Na comunidade, integra o movimento de mulheres e participa da associação de moradores.

Destacamos que a CFR-STM é uma experiência que, além de permitir uma formação integral para o trabalho organizativo, leva a uma definição de princípios agroecológicos em suas atividades. Ou seja, não há “uma expansão com tendência à diversificação das profissões para o mercado”, conforme descrevem Begnami e Burghgrave In Nosella (2012, p.263), classificando as Fases da Pedagogia da Alternância no Brasil, como “5ª fase: Alternância na educação profissional de nível médio”.

O Ensino Médio e Profissional superou, em número de cursos, em menos de uma década, o ensino fundamental. Hoje, são 81 EFA com Ensino Médio e Profissional, representando 54% do conjunto das unidades educativas em alternância. Existe a tendência de esse número aumentar, devido às demandas de um contexto social, político e econômico em plena expansão no Brasil rural, onde apenas 18% dos jovens rurais têm acesso ao ensino médio, enquanto o ensino fundamental já atinge 91% de atendimento no campo.

No entanto, a Associação da CFR-STM também lida com o anúncio da mudança social e no que diz respeito à autonomia filosófica e dependência financeira, aproxima-se do pensamento de Nosella (2014) nas suas conclusões ao afirmar que:

(...) as escolas do MEPES querem uma mudança da sociedade em que elas operam, mas justamente essa mudança é rejeitada pelas forças dominantes dessa sociedade. Portanto, ou as escolas optam única e exclusivamente pelos objetivos técnicos de crescimento econômico (preparação de mão de obra, tecnicismo, currículo oficial, escola como ginásio etc.) renunciando assim aos objetivos de

mudança social (conscientização, reflexão e Plano de Estudo, escola como verdadeira Escola-Família, Estudos Sociais e Comunicação e Expressão como posse da palavra crítica pelo agricultor etc.) ou, caso contrário, sua sobrevivência e expansão serão objetivamente obstaculizadas. Apesar de se apontar para tantas ambiguidades, considera-se positiva a experiência; em parte pelo trabalho educacional corajoso e bem intencionado já realizado e, em parte, por certos resultados obtidos, não obstante as pressões do sistema e as contradições internas ao próprio movimento. Nenhum sistema econômico e político é tão rígido e poderoso que possa abafar totalmente a criatividade do homem. (NOSELLA, 2014, p.147-148)

Nesta perspectiva da visão global e de futuro sobre a CFR-STM, o monitor Edivaldo Sousa reflete que, “vivemos numa sociedade na qual, o sistema econômico do capital, coloca certas prioridades e a gente utiliza a questão filosófica na Casa como crucial para o campo”. Continua analisando que, diante do modelo econômico atual e da relação que se tem com o governo, a Casa Familiar Rural se apresenta como uma alternativa criativa para população do campo. Pois os jovens podem evitar serem influenciados para outros caminhos que não seja o de desenvolver uma estratégia no campo. Assim é relevante o trabalho que tal escola comunitária desenvolve, ao conjugar educação e trabalho, conhecimentos técnicos e saberes tradicionais, numa ação dialógica e dialética.

E ao fazer a opção pela área técnica de formação agropecuária, agrícola, florestal, mineração, os jovens ao concluir o ensino médio na Casa, tem formação que o habilitam também a ingressar no mercado de trabalho. E futuramente, as associações com os alunos já formados e habilitados poderão acessar programas de incentivo à produção familiar ou ainda participar de projetos de assistência técnica a fim de colaborar com o funcionamento e a manutenção das CFRs. (ENTREVISTA, Danilo Siqueira).

Percebemos essa perspectiva de futuro na fala da aluna Edilena Teixeira de Oliveira diz:

A Casa hoje está muito próxima do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, que está sendo um parceiro muito forte na Associação da Casa Familiar Rural. E com isso nós temos oportunidades de participar de vários encontros e de se sentir motivada a participar do programa que orienta os produtores a se escrever no PAA (Programa de Aquisição de Alimento), que é um programa muito positivo do governo federal para ajudar o produtor e produtora (...). Daí me inscrevi em 2014 e já comecei a entregar mel de abelha e farinha de mandioca. E com que eu aprendi na Casa sobre a estrutura da casa de farinha como tem que ser, pego o recurso do produto que foi entregue em 2014 e já foi investido na casa de farinha e na casa de criação de galinha. O caminho está aí, mas você tem que organizar e qualificar a sua produção para poder ter o mercado (ENTREVISTA, 22.09.2015).

No entanto, não percebemos esta oportunidade de comercialização dos produtos da agricultura familiar vigorando de modo coletivo como estratégia de autonomia e

sustentabilidade dos alunos em prol da CFR-STM, mas localizada em algumas iniciativas individualizadas. Indicando que esta alternativa está ainda em processo de discussão e planejamento.

Complementa a liderança Danilo Siqueira que a carência de recursos para sua manutenção, tem levado as CFRs, a “apostarem mais no engajamento das famílias, membros da associação da Casa e da articulação das associações”. Com a possibilidade de criação de cooperativas, que facilitem a comercialização da produção. Além de os projetos de vida dos jovens serem uma oportunidade para uma reestruturação das propriedades rurais (lotes familiares), e com ações produtivas de geração de renda, acessar o mercado, na perspectiva de contribuir para o auto sustento das Casas Familiares Rurais.

No entanto, acentuamos como possibilidade mais marcante, o protagonismo dos jovens, que ao concluírem sua formação na Casa, revelaram-se sujeitos envolvidos com as questões no âmbito local e global de seu meio, do seu lote, da sua comunidade e do país. Conforme destacam os monitores em sua pesquisa:

Os egressos apresentam-se preocupados não somente com suas famílias e lotes, suas preocupações são coletivas e com temas atuais, como o avanço das áreas de soja e pasto sobre os lotes familiares e as pequenas comunidades, diminuindo sensivelmente a produção familiar já enfraquecida; o desmatamento e conservação do solo, fortalecimento da organização comunitária também são temas que ganham notoriedade, uma vez que o solo e a floresta representam possibilidade de sobrevivência, uso indiscriminado de agrotóxico e de fogo para limpeza de roca representam ameaças ao meio ambiente que afetara o homem, o assoreamento dos igarapés dentre outras fazem parte das atuais preocupações dos nossos dias. (SOUSA; MALCHER, 2014, p.74-75)

Neste mesmo sentido, analisando os egressos da CFR-STM, Sousa e Malcher (2014), constataram que a pedagogia da alternância permite aos alunos da CFR a posição de sujeitos históricos que, no desempenho de múltiplos papéis, resistem ao sistema econômico, enfrentando as adversidades que lhes é peculiar. E ao conceber a realidade como dinâmica, em busca do aprimoramento produtivo, econômico, social, cultural e humano, desenvolvem o exercício da práxis educativa.

#### **4.4 Marchas e contramarchas da Educação do campo em Santarém**

Percebemos a importância dos espaços de articulação do movimento social, ainda que permeada por suas contradições internas e por diferentes concepções identificadas no processo de negociação. A partir das expectativas, visualizamos alternativas da CFR-STM

que, longe de perder de vista os riscos, tem clareza sobre os desafios à expansão, outro serviço que esta escola comunitária oferece com sua proposta filosófica.

A garantia da certificação e a validação dos cursos oferecidos aos jovens da CFR-STM continua sendo um entrave, para quem busca a continuidade de sua formação ou deseja ingressar no mercado de trabalho. Veem na participação das famílias e na articulação com os movimentos sociais, o apoio que a Casa precisa para continuar pressionando o Estado para seu pleno funcionamento e reconhecimento junto aos órgãos de credenciamento. Existe a compreensão e se preocupam em “não transformar a Casa Familiar Rural numa escola comum”, segundo a presidente Marilene Rodrigues, “abrindo turmas novas porque não temos como atender demanda muito grande”. Entendem a CFR como estratégia de desenvolvimento regional de cada área onde estão instaladas, para “atender demanda dos jovens que estão interessados em permanecer no campo contribuindo para o desenvolvimento sustentável ou que tenham aptidão na formação técnica”, segundo assessor do Ceapac, Danilo Siqueira, colaborador/articulador das CFRs.

Acreditam as lideranças, que a CFR necessita alcançar o reconhecimento do governo e da sociedade, como um modelo de educação para o desenvolvimento local, regional e nacional. Mas assegurar recursos públicos para a manutenção da CFR-STM, não inviabiliza a articulação com sindicatos, cooperativas, associações de produtores e organizações não governamentais (ONGs) ou entidades de apoio.

Concordam que a ideia da Casa Familiar Rural é muito nova, e diante dos riscos que representa a sedução do capitalismo, não tem outro suporte, que não o do próprio movimento social, que nem sempre está imune às ilusões de seus encantos. Portanto, existe o receio que a aproximação do governo dilua a proposta do movimento da educação do campo.

No entanto, o que surpreendentemente se revelou a nós como algo extremamente prejudicial, foi o fato do “próprio movimento social tentar se apropriar de outros movimentos”, externou Edivaldo Sousa, monitor e liderança da Casa, ao afirmar que quando surgiu a CFR-STM, havia a participação de uma diversidade de organizações do movimento social, sindicais, associativas e ONGs<sup>56</sup>, que contribuíram bastante na sua efetivação. Mas depois de um certo tempo, por “ciúmes” ou sentimento de apropriação, afastou e desarticulou o que existia inicialmente.

---

<sup>56</sup> Organização Não Governamental

A revigoração da proposta da Alternância crescer no sentimento de parceria, na percepção das instituições que compõem o movimento da CFR, somente ganhará forças se “recomeçarmos a nos ver como parceiros”, reafirma Edivaldo Sousa. Destacando ainda que “a CFR não é um objeto em disputa, em torno do qual rivalizam/concorrem como inimigos”. Neste sentido, a Associação da Casa, deverá deixar como “legado para o movimento social” não (...) aquisições materiais, mas sobretudo a “consciência ativa” das pessoas. (ENTREVISTA, Edivaldo Sousa).

Sobressai neste relato, o significado de parceria, para o qual consideramos a importância de abrir um parêntese. Sendo que, segundo Munarim (2005), a palavra *parceria* passou a ocupar um lugar de destaque no discurso dos mais diversos atores sociais e agentes governamentais, sendo incorporada ao vocabulário do campo educativo, a partir da década de 1990. Deste modo, a noção de parceria passou a ser utilizada, tanto para definir a relação contratual estabelecida entre governos estaduais e instituições privadas, quanto para designar convênios mantidos por governos municipais ou estaduais com instituições públicas ou privadas não governamentais. Então, para entendermos como os sujeitos da CFR-STM, definem e caracterizam a sua relação com o poder público, e a sua compreensão de parceria, nos apoiamos na definição deste autor que traz a seguinte definição “parceria significa sistemas de alianças relativamente estáveis entre dois ou mais atores que decidem operar em sinergia para atingir um ou mais objetivos que não podem atingir por seus próprios meios (MUNARIM, 2005, p.33).

No entanto, as lideranças desta Casa, entendem e não se iludem que quando entra em cena, a visão capitalista de propriedade, trazendo a percepção do valor econômico como o bem maior, se faz presente também, a preocupação de que as instituições do movimento social, possam não sair imaculadas desse processo. Permitindo, por deslize, ao conduzir as questões da vida prática, que suas ações estejam desacompanhadas de sua proposta teórico-filosófica.

Deste modo, a CFR-STM busca alternativas para responder aos desafios da questão econômica, no que diz respeito à sobrevivência do trabalhador no campo, entendendo que o panorama que se apresenta é complexo, e que por dentro da dinâmica desse cenário de relações, o seu futuro caminha tênue entre a sociedade civil e o Estado, neste movimento dialético que, ora afasta e se retrai, e ora aproxima e se articula, para novamente se transformar.

A CFR-STM, portanto, se constrói nas incertezas do futuro, mas também na perspectiva que vislumbra o jovem sobre as experiências que almeja ter com a formação na Casa, oportunizadas pela própria região onde mora, por meio dos projetos alternativos ou de manejo que desenvolve. Ou ainda pelas possibilidades apresentadas pelas instituições no processo de articulação social que se insere. Por essas razões, conforme depoimento de Preto Maia, mesmo com todos os percalços, acreditam que a Casa de Santarém “tem uma luz no fim do túnel”. Pois as potencialidades ambientais e econômicas concordam e valorizam os princípios agroecológicas da proposta desta CFR. Nos levando a concluir que esta Casa contribui com práticas para o desenvolvimento local e a melhoria da vida no campo. Por possuir na proposta da pedagogia da alternância, uma filosofia própria de sustentabilidade.

Deste modo, acreditam as lideranças da CFR-STM, que a sua proposta pode ser uma estratégia por dentro do sistema capitalista e a sua resistência revela-se na sua continuidade e na sustentabilidade desse modelo. Pois segundo Eracildo Maia, o “Preto Maia”, “vê o capitalismo como duas possibilidades de viver nele”, tendo apenas duas visões, sendo a primeira, a da concentração de renda e do individualismo, e a segunda, o da proposta coletiva. Explica esta liderança que, quando fala em “distribuição de renda coletiva”, significa “estudar na Casa e fazer o auto sustento dela, fazer o manejo comunitário, criar as cooperativas de créditos e de serviços pelos ex alunos, para financiar novos alunos”.

Há portanto, possibilidades da visão de viver própria no capitalismo, que é a concentração de renda e do individualismo, “na qual o aluno que entra na Casa Familiar Rural e pensa em estar empregado numa agroindústria privada, vai sair da sua comunidade e não vai pôr em prática o manejo comunitário, porque ele pensa no capitalismo individualizado”, analisa “Preto Maia”.

Mas para se chegar a uma nova alternativa dentro do capitalismo e “distribuir renda, (...) de forma coletiva, há possibilidades de organização de cooperativas de venda de produtos explica a liderança. “É necessário ter conhecimento, para lidar com essa economia, e enfrentar as barreiras da burocracia”, pois mesmo sendo uma política do governo federal de fortalecimento da agricultura familiar para organizar os agricultores, tem na legislação um ponto de estrangulamento. Já que dispensa o mesmo tratamento entre cooperativas de agricultores familiares e uma grande empresa, na medida em que o Estado cobra a mesma taxa tributária a ambos. E de outro modo, uma política federal criada para tirar da informalidade o trabalhador do campo, pode também incentivar a individualidade, em

detrimento do coletivo. Ou seja, existem políticas que são divergentes e que não dialogam para um mesmo objetivo.

Assim, o Estado, ao apresentar distorções nas suas políticas com diversidade de discursos e regras, faz predominar a supremacia do capital. Mesmo acreditando no esforço dos colegiados propostos pelo governo federal, o movimento social do campo se vê impelido a manter-se vigilante, pois como afirma “Preto Maia”, a “legislação que hoje atua no país pede muitas vezes para se fazer essa discussão” (ENTREVISTA, 2015).

No entanto, o que pode ser considerado um entrave à expansão e democratização dos serviços da CFR de Santarém, também representa uma oportunidade, sendo que a Casa surgiu para atender uma demanda de comunidades tradicionais do campo e o funcionamento das CFRs na região, seria um caminho alternativo e viável. E ainda que as CFRs necessitem em parte do apoio financeiro dos convênios com o Estado para o seu funcionamento, as Associações das famílias tem mantido uma postura estratégica de não permitir que esse apoio interfira na gestão ou consolidação dos seus princípios.

E para não prejudicar essa relação, entendem que uma saída seria lutar não apenas pelo reconhecimento da pedagogia da alternância de fato, mas também de direito, para o reconhecimento e valorização das Casas enquanto instituição de ensino, pelo poder governamental (Estado). Pois as CFRs são autorizadas como Escolas Comunitárias, como uma concessão do governo e do próprio conselho estadual de educação, em busca de certificação e funcionamento. Mas quando são constituídas, tornam-se instituições privadas de ensino, podendo ter uma autorização específica para trabalhar com ensino e não necessariamente depender apenas dos convênios com o Estado. (ENTREVISTA, Danilo Siqueira, colaborador/articulador das CFRs-BAM, em 29.06.15).

O convênio atualmente permite que o governo federal repasse recursos para o Estado e este repasse para as Casas como forma de gerar o auxílio financeiro destinado para a sua manutenção e funcionamento. Entendem que para isso, é importante garantir a inclusão dos alunos no censo escolar, assim como, não perder de vista a certificação, isto é a sua autorização no âmbito do conselho estadual. No âmbito municipal, o estabelecimento de parcerias com as prefeituras garante o acesso às políticas, mas também conduz ao risco da imposição da gestão pública interferindo no funcionamento das Casas. Ressaltando que a pedagogia da alternância, sendo uma experiência exitosa própria dos Ceffa, não foi ainda transferida para as escolas públicas regulares rurais, municipais ou estaduais.

O movimento da educação do campo que acompanha a CFR-STM, reluta nessa aproximação com o Estado, por negarem a apropriação desta proposta pelo poder público, entendendo que este último, ao assumir a gestão, a Associação da CFR-STM perderia a autonomia e a articulação com as famílias. Destacando que é característica própria da proposta educacional da pedagogia da alternância, promover' a estratégia de desenvolvimento de base sustentável agroecológica e sobretudo com a participação efetiva da comunidade, ou seja dos sujeitos do campo. (ENTREVISTA, Danilo Siqueira, colaborador na articulação das CFRs-BAM).

Tais arguições nos levaram a compreensão de quão complexo é o debate sobre a educação do campo, que assim como a nossa sociedade atual (capitalista) é complexa e de múltiplas determinações. Considerando que a educação do campo, não traz um debate isolado *na e pela* educação, mas implica na sua articulação com os diferentes aspectos sociais, econômicos, políticos e culturais.

Do mesmo modo que para pensar a emancipação dos sujeitos do campo, é fundamental o acesso à educação construída historicamente nos saberes, mas a partir de uma visão de formação integral humana, e não o da escola para os "pobres do campo". Destacamos neste aspecto, Freire (1978 quando ressalta que não há uma escola que ensine tudo e para toda a vida e que a educação escolar consiste em parte de um processo educacional. É preciso que o jovem na sua experiência formadora, se assuma como sujeito também da produção de saber, para se convencer de que ensinar não é transferir conhecimentos, mas criar possibilidades de sua construção. Com base nesta concepção freiriana, a educação escolar constitui em apenas parte de um processo que integra a formação humana, sendo extremamente importante que o aluno se veja como sujeito histórico e proativo do seu saber.

A partir do exposto, vimos que na constituição dos diversos espaços de organização social, a educação do campo, e especificamente a política de implantação e/ou fortalecimento das CFRs esteve sempre inserida. E concomitantemente a esta participação, o resultado mais visível, ao qual se empenharam as organizações da sociedade civil por meio do Fórum da Produção Familiar do BAM culminando na elaboração "consensual" do projeto Tucumã e depois por meio do Codeter, como PTDRS, buscou a integração da diversidade sociocultural regional dos sujeitos do campo: pescadores, quilombolas, produtores familiares do planalto, da várzea, indígenas, etc., E ainda que, o reconhecimento e financiamento destas iniciativas tenham sido parciais, trouxeram como questão central, a relação entre sociedade civil e o

Estado delineando processos de construção e apropriação das políticas públicas nas últimas décadas.



## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao concluirmos, retomamos os objetivos pretendidos para tecermos considerações a respeito dos seus resultados, os quais teve como objeto de investigação a Casa Familiar Rural de Santarém – CFR-STM.

Este estudo buscou analisar a experiência da Escola Comunitária Casa Familiar Rural de Santarém, sua atuação integrando o movimento social do campo e deste, com o poder estatal, suas contribuições na construção de políticas públicas, na constituição do poder local e para a emancipação dos seus sujeitos. Nesta perspectiva teve como eixo de análise as seguintes questões: O que é a CFR-STM e como se organiza e se articula com o movimento de educação do campo para a construção de um projeto novo de sociedade? Quais seus principais desafios? A CFR-STM atua de acordo com os princípios formativos da pedagogia da alternância e se articula com o Movimento Nacional de Educação do Campo? Como se dá o envolvimento com as instituições governamentais na gestão da CFR de Santarém? A implantação da política educacional representa limites ou conquistas para a emancipação destes sujeitos?

Assim, objetivamos analisar a educação do campo como alternativa pedagógica-filosófica do movimento social, tendo em vista a consolidação de uma política educacional do campo e não para o campo. Proposta que tem se destacado nos últimos anos como nova modalidade educacional presente na realidade brasileira, permitindo impactos e potencialidades frente à construção de uma sociedade justa e democrática.

Analisamos a experiência da CFR-STM, percebendo sua consolidação, identificando como ocorrem as relações de interesses e contradições entre Estado e movimento social, diante das lutas de resistência para a emancipação dos seus sujeitos na constituição do poder local.

Acreditamos ter alcançado o objetivo de compreender o processo histórico de mobilização social para a criação da CFR-STM, ao reconstituirmos os antecedentes da criação desta Casa, enfocando o desenvolvimento histórico de estruturação do movimento social em Santarém. Deste modo, concluímos que as primeiras discussões por dentro das organizações das pastorais na década de 1980, ligadas à Igreja Católica, passando pela mobilização de Fóruns ligados à produtores familiares, representaram espaços fundamentais nos quais

germinaram iniciativas do movimento social para a educação do campo na região, no caso específico das CFRs do Baixo Amazonas Paraense.

Assim, compreendemos desde o início, que o viés histórico e as condições sociais e econômicas de existência dos sujeitos, seriam elementos marcantes em nossa pesquisa, desde a fase de construção do suporte teórico inicial, devido a opção do caminho teórico da abordagem escolhida. Mas foi no contato com o nosso objeto, ao nos depararmos com a realidade empírica, que foram surgindo categorias, até então obscuras ou sequer vislumbradas. A exemplo o conceito de território, como estratégia de articulação/mobilização social entre sociedade civil (movimento social) e Estado (poder político governamental) na constituição de suas políticas. Deste modo, foi bastante educativo e esclarecedor, enquanto pesquisadora, termos tido o acesso à memória e fala contextualizada dos sujeitos do campo, a respeito de sua realidade local e regional (socioeconômica e produtiva), com efeito de situarmos nosso objeto historicamente no tempo e no espaço.

Nesta perspectiva, considerando o processo de mobilização das organizações sociais e de sua relação com o poder estatal, analisando as primeiras iniciativas de articulação interinstitucional, podemos concluir que a proposta da CFR, integrou uma estratégia de articulação territorial e constituição do poder local e regional do movimento social do campo.

De modo que, a história da CFR-STM, integra e se confunde com a história do movimento social do campo em Santarém e Região Oeste Paraense. E que, por meio da sua capacidade criativa, este movimento, ainda que no risco iminente de desestruturação, se apropria de uma política federal (Territórios da Cidadania) e gradativamente, ressurge como um espaço de articulação da sociedade civil, em uma estratégia conceitual de territorialidade e de resistência.

Como já destacamos, a história do movimento social e das CFRs, se amplia regionalmente para o Baixo Amazonas Paraense, mas não deixa de ser marcada por contradições próprias de um movimento dialético que alterna momentos de articulação-desarticulação-rearticulação. Associando elementos que transformaram o debate e a relação entre a sociedade civil e o Estado, em uma situação paradoxal, na qual ao mesmo tempo em que defendem a Pedagogia da Alternância como política pública, criam um distanciamento com o Estado ao esquivar-se da gestão estatal.

Ao apresentarmos e discutirmos as formas de poder local, identificamos que a CFR-STM integra e se articula no contexto das discussões do movimento social do campo, a partir

de uma estratégia de articulação regional na relação entre a sociedade civil (movimento social) e o Estado (poder governamental) na construção de políticas públicas, contribuindo para a luta de resistência e emancipação dos sujeitos do campo demandada pelo Movimento social desde a sua criação.

Entendemos que as Ceffa, nas quais as CFRs se integram, representam uma alternativa de resistência dos movimentos do campo ao projeto de educação urbanocêntrico hegemônico. Estimula sua inserção como política educacional, através das várias formas de participação organizativa, na mobilização das organizações populares, que demandam uma educação alternativa para o campo.

E a partir dos resultados desta pesquisa, entendemos que a CFR-STM não busca uma apropriação do Estado, pois estes sujeitos do campo exigem e reconhecem bem o papel dos órgãos gestores como executor das políticas estatais. Todavia, quando o Estado se aproximava da experiência da Pedagogia da Alternância, acenando com sua estrutura de controle burocrático, o movimento social do campo, do qual a CFR-STM se soma, se retraía em busca de outras alternativas de sustentabilidade; reforçando a ideia do contraponto entre movimento social (sociedade civil) e Estado (poder governamental).

Identificamos também nos sujeitos que constroem diretamente a experiência da CFR-STM, que estes possuem uma concepção de Casa Família Rural como um “misto de movimento social com política”, na medida em que, além de desenvolver esta proposta pedagógica-filosófica, também a maioria destes sujeitos coletivos (monitores, direção e alunos) se envolvem em outros movimentos sociais: sindical, comunitário, ambiental, carregando a essência da agroecologia em suas ações práticas e a defesa dos direitos sociais, no aspecto da participação cidadã.

Assim, a experiência da pedagogia da alternância da CFR-STM, pode ser caracterizada como sendo potencialmente transformadora da realidade social e produtiva, ainda que carente dos investimentos governamentais em relação as políticas públicas (saúde, educação, transporte, etc.) e de suporte, indispensáveis nas atividades de produção da agricultura familiar. Contudo, esta CFR possui uma atuação na política de desenvolvimento rural no município, quando se envolve efetivamente no processo participativo do município, contribuindo em fóruns com esta temática, intervindo na configuração do poder no cenário municipal, nas discussões para o desenvolvimento econômico e social local e regional.

Ao observarmos as dinâmicas territoriais da região do BAM e as principais interações entre as políticas públicas e os movimentos sociais em torno da agricultura familiar e do desenvolvimento do campo, reconhecemos o Codeter como espaço público de mobilização da sociedade, capaz de pressionar o Estado para o atendimento às necessidades do campo, em especial, à educação do e no campo. Relembrando que o Codeter se constitui atualmente no único espaço colegiado de governança territorial que busca mobilizar as representações dos diferentes entes federativos e da sociedade para a discussão do desenvolvimento territorial sustentável; funcionando também como espaço de controle social e proposição de políticas públicas.

Nesse colegiado a educação do campo representa uma bandeira de luta dos movimentos sociais que compõe os eixos de desenvolvimento rural sustentável e se fundamenta na ideia de construção da nova pedagogia que possa, além de contemplar a realidade do campo na estratégia de educação, contribuir também para fortalecer a agricultura familiar através do engajamento crítico dos jovens e de sua atuação qualitativa na unidade de produção familiar.

Desse modo, a alternância representa ainda o desafio de ruptura com o modelo educativo de intervenção tecnicista. De educar não *para* trabalhadores, mas *com* estes, por meio de uma ação crítica de percepção da realidade e da interdisciplinaridade e da sintonia entre escola e meio rural (teoria e prática) por meio de uma aprendizagem para e sobre a vida.

No entanto, vale destacarmos que, por mais próximo que esteja o objeto do pesquisador, todo trabalho acadêmico apresenta limitações, que resultam em desafios de pesquisa. Assim, para não cairmos na armadilha da defesa *a priori* da experiência da CFR sem a devida fundamentação, (preocupação que nos acompanhou durante a realização de nosso trabalho), procuramos manter um distanciamento necessário de nosso objeto. Termos participado do movimento social e acompanhado algumas discussões dessa proposta, ao mesmo tempo que nos ajudou a estabelecer contatos em uma relação de confiança entre pesquisador e pesquisado, também poderia, de algum modo, interferir na análise isenta e mais aprofundada sobre o contexto que envolve esta Casa.

Destacamos ainda, a preocupação de reconhecer os sujeitos do movimento do campo e de órgãos governamentais, que influenciaram na constituição desta experiência em diferentes tempos e contextos. Ainda assim a pesquisa junto aos órgãos governamentais, ficou restrita, principalmente, ao órgão municipal de educação. Seja por não existir um setor de educação do

campo junto ao governo do Estado no município, seja por nossa dificuldade de deslocamento até a sede, em Belém (PA).

Ainda assim acreditamos que a nossa pesquisa traz como contribuição, de modo particular, à CFR-STM, bem como as demais CFRs do Baixo Amazonas Paraense, o acesso a um estudo sistematizado que permitirá avanços na compreensão crítica da constituição de sua experiência, da organização de seus princípios formativos, de suas limitações, bem como de seu potencial de mobilização. E de modo mais geral, ao movimento social do campo regional, ao disponibilizar o resgate histórico de suas motivações iniciais de mobilização. Deste modo, acreditamos nossa pesquisa possui uma aplicabilidade prática, educativa e crítica.

Afirmamos que a grande sustentação desta experiência consiste no desafio de se manter e de reinventar enquanto movimento social, compondo no conjunto com outras instituições da sociedade civil, a força para resistir, inclusive às divergências internas, mantendo sua identidade na sociedade globalizada.

De tal modo que almejam o cumprimento de seus princípios formativos, os quais compõem a sua proposta política pedagógica: i) formação integral; ii) alternância; iii) desenvolvimento do meio e; iv) associação local; combinados em uma proposta inter-relacional de uma educação emancipatória destes jovens do campo. E se não conseguem a realização de todas as atividades para este fim, deve-se muito mais às limitações financeiras de sustentabilidade desta Casa, (agravadas pela ausência de um espaço físico definitivo para suas atividades formativas e experimentos agroecológicos); do que propriamente pelo não reconhecimento da importância das mesmas.

Por fim, acreditamos ser uma potencialidade à educação do campo, a existência de espaços, que permitam a construção do diálogo entre as organizações sociais, da qual a CFR-STM se soma, ao poder público estatal. Pois isso traduz a vontade de promover a participação na decisão pública. Acreditamos também que as retrações e recuos do movimento, diante do embate do contato, antes de representarem somente barreiras construídas pelas regras impostas pelo sistema, do qual o Estado reproduz e sustenta, são também, condições inerentes ao processo de construção da política pública (estatal) e do poder local destes sujeitos, os quais contraditoriamente, se fortalecem com suas fragilidades.

Deste modo, a proposta/projeto da alternância reflete a constante tensão entre Estado e Sociedade, no qual os interesses são conflitantes e a resistência manifesta-se frente às circunstâncias concretas de existência: permanecer no campo em condições dignas, com

oportunidades de acesso à educação – superando a visão de “escola pobre para pobre”– e de sobrevivência, conciliando o irreconciliável: nem Estado totalitário, nem sociedade sem Estado, mas reformulando/reconduzindo a política pública frente às necessidades reais socioeconômicas, com o duplo papel de cidadão participante e de cidadão protegido. E ao ser ativo, exige maior proteção, reforçando a importância do Estado, longe de aceitar sua redução face aos interesses privados.

No entanto, faz-se necessário investigar e realizar novos estudos a fim de sugerir novos caminhos e possíveis proposições de instrumentos dos quais o movimento social do campo possa se apoderar, na sua capacidade de mobilização e articulação, para fortalecer as experiências comunitárias de educação do campo. A fim de que continuem desenvolvendo a sua proposta pedagógico - filosófica da alternância, na presença e relação com o Estado, sem desvirtuar-se.

E como indagação, a fim de projetarmos futuras pesquisas, sugerimos como questionamento, se seria real a tendência dos modelos dos Ceffa se aproximarem da proposta da escola convencional, mesmo que isso contrarie os objetivos e perspectivas defendidos pelo movimento do campo? Pensamos ainda que complementarmente seja necessária também uma reflexão a respeito das transformações sofridas pelo campo e sua suposta tese de urbanização.

Por fim, chegamos à compreensão de que a CFR-STM, mesmo que tenha que superar desafios internos e externos para o confronto e processos de negociação com o Estado. Esta experiência contribui, nas suas limitações internas e externas, com o desenho do desenvolvimento social, econômico, político e educacional na região, ao delinear processos de constituição de jovens críticos e conscientes. Contribui deste modo, para que possam intervir na realidade, a partir da transformação de sua prática, buscando a emancipação humana coletiva enquanto sujeitos que a constituem.

## REFERÊNCIAS

ALVES, M. J. F. **Casa Familiar Rural de Santarém, perspectivas e desafios: um estudo de caso no Município de Santarém, Para.** Monografia (Especialização) - Universidade Federal do Oeste do Para, Santarém. 2013.

ALENTEJANO. P. R. R. A política de assentamentos rurais do governo FHC e os desafios da reforma agrária no Brasil do século XXI. **Revista Agrária**, n. 1, pp. 2-15. Universidade Estadual do Rio de Janeiro, RJ, 2004.

ARRUDA, Marcos. A articulação trabalho-educação visando uma democracia integral. In: **Trabalho e conhecimento: dilemas na educação do trabalhador.** Carlos Minayo Gomez; Gaudêncio Frigotto et all (orgs.). São Paulo: Cortez, 2004.

ARCARFAR/PARÁ. CASA FAMILIAR RURAL DE SANTARÉM. **Projeto Político Pedagógico: Uma construção coletiva da CFR-STM.** Santarém, PA, 2009. Digitado.  
 ———. CASA FAMILIAR RURAL DE SANTARÉM. **Relatório de Atividades Anual da Casa Familiar Rural de Santarém.** Santarém, PA, 2014. Digitado.  
 Arcafar/PA. Acesso em 12.01. 2016 [arcafarpapa.blogspot.com.br](http://arcafarpapa.blogspot.com.br)

ARROYO, Miguel Gonzalez. In: ARROYO, Miguel Gonzalez. A educação básica e o movimento social do campo. Brasília/DF: Articulação Por uma Educação do Campo, 1999. (Coleção Por uma Educação do Campo, v. 2).

———. Pedagogias em Movimento – o que temos a aprender dos Movimentos Sociais? **Revista Currículo sem Fronteiras**, v.3, n.1, pp. 28-49, Jan/Jun 2003. Revista (*online*) [www.curriculosemfronteiras.org](http://www.curriculosemfronteiras.org) (28-49) Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Brasil.

ATA DE CONSTITUIÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DA CASA FAMILIAR RURAL DE SANTARÉM. Sede da Colônia de Pescadores Z-20, Santarém (PA) em 26 de abril de 1999.

AZEVEDO, Sérgio de. Políticas públicas: discutindo modelos e alguns problemas de implantação. In: SANTOS JÚNIOR, Orlando A. dos (et. al.). **Políticas públicas e gestão local: programa interdisciplinar de capacitação de conselheiros municipais.** Rio de Janeiro: FASE, 2003.

BEGNAMI e BURGHGRAVE In NOSELLA, P. Origens da Pedagogia da Alternância. (2014, p.266)

BOBBIO, Norberto. **Estado, Governo, Sociedade: para uma teoria geral da política.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação (CNE). Resolução CNE/CEB n. 1, de 3 de abril de 2002. Institui as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. **Diário oficial da União**, Brasília, 9 abr. 2002.

———. Inep site Disponível em

<http://www.dataescolabrasil.inep.gov.br/dataEscolaBrasil/home.seam;jsessionid=99220795C58551D464BF837F81184A41> Acesso em 24/06/2015.

———. Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010 (CNE). Dispõe sobre a Política Nacional de Educação do Campo e sobre o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária. **Diário Oficial da União**, Brasília, 5 nov. 2010.

BENTES. Antonio José Mota. **Pedagogia da Alternância em Santarém**. Santarém, 2015, Sem notas tipográficas (snt).

BEGNAMI E BURGHGRAVE In: NOSELLA, Paolo. **Origens da pedagogia da Alternância**. Coleção Educação do Campo: Edufes, Vitória, 2014.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A educação como cultura**. Campinas/ São Paulo: Mercado de Letras, 2002.

BUFFA, E. O público e o privado na educação brasileira do século XX. In: STEPHANOU, M.; BASTOS, M.H. C. (orgs.). *Histórias e memórias da educação no Brasil, vol. III: século XX*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005, p.60. 13 BUFFA, op. cit., p. 62

CADERNO DE ANOTAÇÕES. BENTES, Antonio José. Mota (org). Registro das reuniões da Área Pastoral n.04. Diocese de Santarém, na sede do Grupo de Defesa da Amazônia (GDA), Santarém, PA, em 12 de Dezembro de 1994, snt.

CALDART, Roseli Salete (Org.) **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

———. Elementos para a construção de um projeto político pedagógico da Educação do Campo. In: MOLINA, M.C; JESUS, S.M.S.A de. **Por uma Educação do Campo: contribuições para a construção de um Projeto de Educação do Campo**. Brasília-DF: Articulação Nacional “Por uma Educação Básica do Campo”, 2004. Coleção por uma Educação do Campo, nº. 5.

COLEGIADO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL DO BAIXO AMAZONAS (Codeter/BAM). Relatório do Seminário de Educação do Campo realizado na sede do CEFTBAM, em 25 de abril de 2015.

———. Regimento interno revisado em 18.08.2014.

———. Relatório da Plenária. Santarém em 12 de março de 2015.

———. SIQUEIRA, Danilo. As CFRs no Baixo Amazonas: Breve histórico e a realidade atual (Exposição) In: Seminário de Educação do Campo realizado na sede do CEFTBAM em 25 de abril de 2015.

COLETI, Claudinei. **Neoliberalismo e burguesia agrária no Brasil**. *Revista Lutas & Resistências*, Londrina, v.1, p.131-145, set. 2006.

CORDEIRO, G. N.K; REIS, N.S; HAGE, S. M. Pedagogia da Alternância e seus desafios para assegurar a formação humana dos sujeitos e a sustentabilidade do campo. **Revista em Aberto**. Brasília: Inep, Ministério da Educação, v. 24, n. 85, p. 115-125, abr. 2011.

COSTA, Horácio Martins de; CARVALHO, Francisco de Assis. Agricultura Camponesa In. CALDART, Roseli Salete (Org.) **Dicionário da Educação do Campo**, Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

COSTA, M. B.; ABIB, P.R.I. Teoria do conhecimento, Pesquisa em educação e perspectiva de currículo: uma revisão de literatura. In. **Revista Metáfora Educacional** (ISSN 1809) – 2705 versão on-line, n.15 (jul-dez 2013 p.03-26), Feira de Santana, Bahia. Acesso: maio 2014.

COSTA, Rogério Haesbaert da. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. 2ªed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

DAGNINO, Evelina. **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra/UNICAMP, 2002.

DOWBOR, Ladislau. **O que é Poder local**. São Paulo: Brasiliense, 1999. (Coleção Primeiros Passos).

—————. Educação e Desenvolvimento Local. In: Ministério da Educação. **Programa Nacional de Capacitação de Conselheiros Municipais da Educação/ Pró-Conselho**. Caderno de Referência 2. Brasília, 2006.

ESTEVAM, Dimas de Oliveira. **Casa Familiar Rural**. A formação com base na Pedagogia da Alternância. Florianópolis, SC: Insular, 2003

FASE Pará, MDA 2005. Estudo da dinamização econômica do Território do Baixo Amazonas- PA, Belém, MDA, SDT, FASE Amazônia, 74p

FERNANDES, Bernardes Mançano. Por uma Educação do Campo. In: ARROYO, Miguel Gonzalez. A educação básica e o movimento social do campo. Brasília/DF: Articulação Por uma Educação do Campo,1999. (Coleção Por uma Educação do Campo, v. 2).

FÓRUM DA PRODUÇÃO FAMILIAR DE SANTARÉM (FPFRS). Relatório do II Seminário da Produção Familiar de Santarém, Centro de Treinamento Emaús, Santarém, PA, 24 a 26 de agosto de 1998.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

FRIGOTTO, Gaudêncio. In: MST. Boletim da Educação. **Educação no MST. Balanço 20anos**, nº. 9 de dezembro de 2004. (Entrevista) (p. 65-68)

GOMES, Marco Antônio de Oliveira. A questão da educação pública: sinônimo de educação estatal? **Revista Espaço Acadêmico**, nº 90, novembro de 2008  
<http://www.espacoacademico.com.br/090/90gomes.pdf>. Acesso em maio de 2015

—————. Fundamentos Científicos e Técnicos da relação Trabalho e Educação no Brasil de Hoje. In: LIMA, J. C.F.; NEVES, L. M.W. (Orgs.) **Fundamentos da educação escolar no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: editora Fiocruz/ EPSJV, 2006.

HAGE, Salomão M. **A importância da articulação na construção da identidade e pela luta da educação do campo**. Bragança/PA, 2005. Disponível em [www.pa.gov.br/.../procampo/](http://www.pa.gov.br/.../procampo/). Acessado no dia 1 de julho de 2009. Educação Básica do Campo”, 2004. Coleção por uma Educação do Campo, nº. 5.

HÖFLING, E. M. **Estado e políticas (públicas) sociais**. Cadernos Cedes, ano XXI, nº 55, novembro/2001 [p. 30-41].

INSTITUTO DE PESQUISA AMBIENTAL DA AMAZÔNIA (Ipam)- CIAT. Espaços e instrumentos de desenvolvimento territorial no Território Baixo Amazonas – PA, Santarém. **Relatório de missão - 8 a 21 de fevereiro de 2009**. (Versão preliminar não publicado) ———. Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável – PTDRS do Baixo Amazonas, Estado do Pará - Santarém, 2011. 66 p, snt.

KOLLING, Edgar Jorge; CERIOLI, Paulo Ricardo; CALDART, Roseli Saete (Org.). Educação do Campo: identidade e políticas públicas. Brasília: Articulação Nacional Por Uma Educação do Campo, 2002. Coleção por uma educação do campo, VOL. 4.

LOMBARDI, José Claudinei. **Educação e Ensino na obra de Marx e Engels**. Campinas: Alínea, 2011.

LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval (Orgs). **Marxismo e educação: debates contemporâneos**. Campinas: Autores Associados, 2005.

LUCENA, et.al. Pistrak e Marx: Os fundamentos da Educação Russa. In: **Revista Histedbr** On-line. Campinas, número especial, p.271-282, ISSN: 1676-2584, abril 2011.

MAGALHÃES, Benedita Acidelma Coelho dos Santos. **Educação do Campo, Poder local e Políticas Públicas**: a Casa Familiar Rural de Gurupá-Pará, uma construção permanente. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Pará (UFPA), 2009.

MARX, K.; ENGELS, F. **A Ideologia Alemã** – Vol 1 e 2. Lisboa: Editorial Presença; Brasil; Brasil: Livraria Martins Fontes, s/d.

MARX, K. Crítica ao Programa de Gotha. In: MARX, K. e ENGELS, F. *Obras Escolhidas*. São Paulo: Alpha – Omega, 1985, p. 223.

MDA.TERRITÓRIO DA CIDADANIA **Fonte**: Sistema de Informações Territoriais (<http://sit.mda.gov.br>). <http://www.territoriosdacidadania.gov.br/> Acesso em Agosto de 2015.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. São Paulo: Bomtempo Editorial, 2005.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: Hucitec, 2010.

MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (MDA). Programa “Território da Cidadania” acesso em [www.territoriosdacidadania.gov.br](http://www.territoriosdacidadania.gov.br)), Brasília, 2008.

MOLINA, Mônica Castanga e JESUS, Sônia Meire Azevedo de. **Contribuições para a construção de um projeto de educação do campo**. Brasília, DF: Articulação Nacional Por uma Educação do Campo, 2004.

MOLINA, M.C; FREITAS, H.C.A. (Orgs.) Avanços e desafios na construção da Educação do Campo. In: **Revista em Aberto**, Brasília. V.24, n.85, p. 17-31, abril 2011.

MUNARIM, Antonio. Parceria uma faca de muitos gumes In: **Construção coletiva: Contribuições à educação de jovens e adultos**. — Brasília: UNESCO, MEC, RAAAB, 2005.362p. – (Coleção educação para todos; 3).

———. In: M.C; FREITAS, H.C.A. (Orgs.) Educação do Campo no cenário das políticas públicas. In: **Revista em Aberto**, Brasília. V.24, n.85, p. 17-31, abril 2011.

NASCIMENTO, Maria Isabel Moura(orgs.) **A escola pública no Brasil: história e historiografia**. Campinas: Autores Associados, 2005.

NOSELLA, Paolo. **Origens da pedagogia da Alternância**. Coleção Educação do Campo: Edufes, Vitória, 2014.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser, 1934 - **A Reforma do Estado dos anos 90: lógica e mecanismos de controle**. Brasília: Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, 1997.58 p. (Cadernos MARE da reforma do estado; v. 1)

———. GRAU, Nuria Cunill. Entre o Estado e o Mercado: o Público Não-estatal. In Bresser-Pereira, L.C. e Nuria Cunill Grau, orgs., **O Público Não-Estatal na Reforma do Estado**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999: 15-48.

PISTRAK, M. **Fundamentos da escola do trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, 2000.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM (PMS/STM). **Plano Municipal de Educação**. Lei nº 19.829/2015, de 14 de julho de 2015, Santarém, Pará, Decênio 2015-2025.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

SANFELICE, José Luis. **Da escola pública estatal burguesa à escola democrática e burguesa: considerações historiográficas**. In: LOMBARDI, José Claudinei; Saviani, Dermeval; NASCIMENTO, M.I.M. (Orgs.). **A escola pública no Brasil: história e historiografia**. Campinas/SP: Autores Associados: HISTEDBR, 2005.

Sagri. Projeto 1334 – Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (Pronat) Apoio a Projetos de Infraestrutura e Serviços de Infraestrutura, Santarém/Regional-BAM, Agosto a Dezembro de 2007.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções sobre o território**. 1ª. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SAVIANI, Demerval. **Escola e Democracia**. Coleção Polemica dos nossos Tempos, Campinas, 1982.

———. Política educacional brasileira: limites e perspectivas. **Revista de Educação** PUC-Campinas, n. 24, p. 7-16, Campinas, junho 2008.

———. História da escola pública no Brasil: questões para pesquisa. In: LOMBARDI, J. C.; SAVIANI, D.; NASCIMENTO, M. I. M. (orgs.) **A escola pública no Brasil: história e historiografia**. Campinas, SP: Autores Associados: HISTEDBR, 2005, p. 2.

———. O público e o privado na história da educação brasileira. In: LOMBARDI, J. C.; JACOMELI, M. R. M.; SILVA, T. M. T. (orgs.) **O público e privado na história da educação brasileira: concepções e práticas educativas**. Campinas, SP: Autores Associados; HISTEDBR, Unisal, 2005, p. 168.

SILVA, Lourdes Helena da. **As experiências de formação de jovens do campo: alternância ou alternâncias?** Viçosa, Minas Gerais: EFV, 2003

SILVA, P.B. V. A pedagogia da alternância frente às Pedagogias Modernas. In: **I Encontro de Pesquisas e Práticas em Educação do campo da Paraíba**, João Pessoa – PB, 2011.

SINDICATO DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS RURAIS DE SANTARÉM (STTR/STM). Cartilha “Nossa história, nós é que fazemos”, Santarém, 2000.

SOUSA, Edivaldo Batista de; MALCHER, Mario Celio Ferreira. **As Contribuições da Escola Comunitária Casa Familiar Rural de Santarém nas Práticas Educativas dos Egressos no Município de Santarém**. TAC (Graduação) – Instituto Federal do Para. Campus Santarém. Programa de Apoio a Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo. Procampo – Curso de Licenciatura em Educação no Campo com a Habilitação em Ciências Humanas e Sociais, Santarém, 2014.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; Correa, Roberto Lobato (Orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003, p.77-116.

## APÊNDICES

### APÊNDICE A – Roteiro de entrevista – Lideranças do Movimento Social do Campo



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ- Ufopa**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**  
**MESTRADO ACADÊMICO EM EDUCAÇÃO**

**Mestranda: Glez Rodrigues Freitas**  
**Orientador: Anselmo Alencar Colares**

**Tema: MOVIMENTO SOCIAL E POLÍTICA DE EDUCAÇÃO DO CAMPO:  
 A PRÁTICA DA CASA FAMILIAR RURAL DE SANTARÉM - PARÁ**

**Objetivo:** Analisar a experiência da CFR de Santarém, enquanto política educacional do campo, identificando como ocorre as relações de interesses e contradições entre Estado e movimento social diante das lutas de resistência e emancipação dos sujeitos na constituição do poder local no campo.

**ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA LIDERANÇAS DO MOVIMENTO SOCIAL DO  
 CAMPO**

**Objetivo:**

Descrever e analisar o contexto histórico (internacional e nacional) de origem das CFR seu marco teórico (francês e brasileiro) e do movimento social do campo em Santarém.

**1 Origem e Contexto histórico e teórico das CFR nas (Ceffa) e o surgimento da experiência de Santarém.**

- Qual o contexto socioeconômico e político nacional e local no período da criação da CFR de Santarém, e de modo geral no Oeste do Pará?
- No processo de discussão e criação da CFR em Santarém houve participação de representantes da Igreja católica? Se sim, qual foi o papel da igreja católica na constituição do poder local dos trabalhadores rurais no movimento social do campo?
- Atualmente ainda está presente a atuação da igreja junto à CFR? Se sim, de que forma?
- No processo de implantação da CFR em Santarém, como se deu a relação entre os intelectuais orgânicos do movimento social e os intelectuais tradicionais da igreja?

- Qual é o modelo que dá origem/influencia o surgimento da experiência da CFR em Santarém?
- Qual foi o papel do STTR na defesa da terra e educação em Santarém? Qual é a relação deste Sindicato com a CFR-STM?
- O movimento social em Santarém teve alguma participação político-partidária institucional? Se sim, qual e como se deu?
- Como aconteceu o processo de expansão para a criação de outras CFR no Baixo Amazonas? Quem fez parte (atores sociais) desse processo de expansão?
- A iniciativa de criação da CFR-STM teve alguma influência do processo de expansão das EFA no Brasil dos anos de 1990?

## **2 Realidade agrícola e socioeconômica atual**

- Quais as principais atividades rurais desenvolvidas em Santarém, os tipos de ocupação agrícola, existência ou não de um processo de modernização técnica)?
- Quais seriam as condições locais ideais para garantir a reprodução do modelo de cultivo familiar em Santarém?

## **3. O Movimento Social do Campo em Santarém e o Fórum da Produção Familiar Rural de Santarém:**

- Quando e como foi criado o Fórum da Produção Familiar Rural de Santarém e com qual objetivo?
- Quem foram as primeiras lideranças do Fórum da Produção Familiar em Santarém? E quais instituições representavam?
- Qual foi a primeira instituição que iniciou o debate sobre a educação no campo em Santarém, isto é que viu a necessidade de uma formação para o jovem do campo e como isso ocorreu?
- Este Fórum teve alguma articulação regional e/nacional com o movimento do campo?
- Este Fórum possuía personalidade jurídica, regido por algum regimento ou estatuto? Onde se reunia?
- Quais eram as principais bandeiras de luta deste movimento?
- Como surgiu dentro deste Fórum, a demanda pela criação de uma CFR em Santarém?
- Quais foram os objetivos originais para a criação da experiência da CFR em Santarém?

- Na opinião das lideranças do movimento social do campo, qual é o papel da CRF/STM?
- Qual foi a composição e formação do grupo de criação da CRF/STM a partir da mobilização no Fórum da Produção familiar Rural de Santarém?
- Ainda funciona? Se, sim, de que maneira? Se não, o que houve?

#### **4. Caracterização atual do Movimento Social do Campo em Santarém**

- Qual seria a definição de “sujeito do campo”, na opinião das lideranças do movimento social do campo? Quem são os sujeitos do campo em Santarém?
- Qual o contexto socioeconômico e político nacional e local atual do funcionamento da CFR de Santarém?
- Quais são as instituições que atualmente compõem o movimento social do campo em STM? E quais as principais demandas que mobilizam a articulação deste movimento?

#### **5 Articulação interinstitucional e Estratégia de Organização Regional no Pará**

- A CFR-STM participa das articulações nacionais e regionais do movimento de educação do campo? (Ceffa, Unefab, Arcafar/Norte, Arcafar/Oeste do Pará etc). Se sim, quais e como? E com outras CFR no Brasil?
- A CFR-STM recebe algum contato/apoio de fundação ou didático da Associação Internacional das EFA ou outra?
- Quando foi criada a Associação Regional do Pará (Arcafar/Norte), quais seus objetivos e finalidades?
- A CFR-STM tem alguma articulação políticas pedagógicas com a rede informal dos Centros Familiares de Formação por Alternância (Ceffa)

##### *5.1. Relação da CFR-STM com o STTR/STM*

- Como começou a relação do Sindicato com a CFR-STM?
- E como esta relação da Casa como o Sindicato pode ser caracterizada hoje?
- Como o presidente do STTR atual avalia a CFR-STM, quanto à sua expansão e abrangência?

#### **6 Relação Sociedade civil e Estado (Associação da CFR e governo)**

- Quais foram as políticas educacionais do município, estado ou esfera federal de maior relevância ao funcionamento da CFR em Santarém desde sua criação em 1999?

- Durante as três gestões municipais passadas em Santarém até a atual, houve algum tipo de parceria entre a Secretaria Municipal de ensino e o movimento social? Se sim, qual e se há algum documento que registra essa parceria
- Já houve participação da CFR na política educacional do município? Quando e como?
- A CFR-STM provoca de alguma maneira o debate da educação do campo no município?
- A CFR-STM possui alguma atuação na política de desenvolvimento rural no município? Tem alguma participação na configuração do poder local no cenário municipal
- Quais e como se dão as parcerias da CFR com os órgãos públicos de educação? Como ocorreu o processo de discussão para o estabelecimento dos convênios com a Seduc e Semed e quais as repercussões na política pública local e na escola?
- Houve ao longo desse período de funcionamento da Casa (1999), algum tipo de consulta popular ou outro processo de debate e proposição pública sobre as demandas da educação em Santarém, em especial a do campo? Se sim, há registros? Quais as propostas para a educação do campo?
- No atual Plano Municipal de educação do município, há objetivos e/ou metas sobre a educação do campo?
- O Estado tem garantido a oferta do ensino médio no campo? Tem atendido à demanda?
- Quais as instituições públicas governamentais que a Casa se relaciona? Como descrevem ou caracterizam essa relação? A parceria estabelecida entre a Casa e estas instituições (Secretarias Municipal e estadual de educação) ocorre de forma clara e definida? Justifique.
- Qual o significado de parceria para a Associação da CFR-STM?

## **7 Relação Sociedade civil e Estado (Associação da CFR e governo)**

- Quais foram as políticas educacionais do município, estado ou esfera federal de maior relevância ao funcionamento da CFR em Santarém desde sua criação em 1999?
- Durante as três gestões municipais passadas em Santarém até a atual, houve algum tipo de parceria entre a Secretaria Municipal de ensino e o movimento social? Se sim, qual e se há algum documento que registra essa parceria?
- Já houve participação da CFR na política educacional do município? Quando e como?

- A CFR-STM provoca de alguma maneira o debate da educação do campo no município?
- A CFR-STM possui alguma atuação na política de desenvolvimento rural no município? Tem alguma participação na configuração do poder local no cenário municipal
- Quais e como se dão as parcerias da CFR com os órgãos públicos de educação? Como ocorreu o processo de discussão para o estabelecimento dos convênios com a Seduc e Semed e quais as repercussões na política pública local e na escola?
- Houve ao longo desse período de funcionamento da Casa (1999), algum processo de debate e proposição pública sobre as demandas da educação em Santarém, em especial a do campo? Se sim, há registros? Quais as propostas para a educação do campo?
- No atual Plano Municipal de educação do município, há objetivos e/ou metas sobre a educação do campo?
- O Estado tem garantido a oferta do ensino médio no campo? Tem atendido à demanda?
- Quais as instituições públicas governamentais que a Casa se relaciona? Como descrevem ou caracterizam essa relação? A parceria entre a Casa e estas instituições ocorre de forma clara e definida? Justifique.
- Qual o significado de parceria para a Associação da CFR-STM?

## **8 Perspectiva de Mudança social ou ascensão social**

- Como a associação da CFR lida com o objetivo da mudança social no que diz respeito à sua autonomia filosófica e dependência financeira?
- Diante do modelo econômico atual e na relação com o Estado, a CFR/ STM apresenta alternativas criativas à população do campo para “driblar” esse modelo?
- Como a CFR-STM busca responder aos desafios da questão econômica, no que diz respeito à sobrevivência do trabalhador no campo?
- A Casa contribui de algum modo com práticas para o desenvolvimento local e a melhoria da vida no campo?
- Tem algum projeto de vida do aluno que esteja colocado em prática, influenciando a comunidade? Os serviços ofertados pela Casa são apropriados pela coletividade?
- A CFR-STM possui alguma atuação na política de desenvolvimento rural no município? Participa de algum Fórum com este objetivo?

- Ocorre a sucessão na unidade produtiva familiar pelos filhos dos agricultores? Os filhos dos agricultores familiares dão continuidade aos trabalhos agrícola na comunidade? O que pode ser considerado um entrave à expansão e democratização dos serviços da CFR de Santarém?

## APÊNDICE B – Roteiro- de entrevistas – Sujeitos da CFR-STM



### UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ- Ufopa PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO MESTRADO ACADÊMICO EM EDUCAÇÃO

**Mestranda: Glez Rodrigues Freitas Bentes**  
**Orientador: Anselmo Alencar Colares**

#### **Tema: MOVIMENTO SOCIAL E POLÍTICA DE EDUCAÇÃO DO CAMPO: A PRÁTICA DA CASA FAMILIAR RURAL DE SANTARÉM - PARÁ**

**Objetivo:** Analisar a experiência da CFR de Santarém, enquanto política educacional do campo, identificando como ocorrem as relações de interesses e contradições entre Estado e movimento social diante das lutas de resistência e emancipação dos sujeitos na constituição do poder local no campo.

#### ROTEIRO – BASE DA PESQUISA PARA SUJEITOS DO CAMPO

##### **1 Caracterização da CFR-STM, Funcionamento e Sustentabilidade**

- Qual a situação jurídica da CFR-STM em relação aos órgãos oficiais de educação municipal e estadual?
- Há regulamentação de aprovação da CFR-STM?
- Qual dessas categorias se enquadra a Associação da CFR-STM? ( ) Terceiro setor ( ) setor não governamental ( ) setor sem fins lucrativos ( ) organização pública não estatal ( ) outro \_\_\_\_\_
- Como ocorre a certificação dos alunos da Casa? Os alunos têm a necessidade da certificação, desde quando?
- Quanto à estrutura organizacional (ou estrutura de poder), a CFR/ STM se aproxima mais do MEPES (modelo pioneiro brasileiro do Espírito Santo desde 1969) ou do marco teórico francês?
- Quais os documentos legais existentes na CFR-STM? (Regimento, currículo, estatuto, etc) Quem redigiu estes documentos?
- O que diz o Estatuto sobre a composição e organização da Associação? E quais os objetivos da Associação segundo este documento?

- Qual é o papel e como funciona cada estrutura organizativa institucional da CFR-STM?
- Quem são os dirigentes da CFR-STM? Houve alguma mudança de perfil ao longo dos anos?
- Tem algum tipo de participação de representantes do governo na gestão da CFR-STM?
- Há algum tipo de conflito na relação da direção/gestão e manutenção da Casa com o governo nas várias esferas para garantir os seus princípios filosóficos e metodológicos?
- Porque no caso de Santarém não houve a mobilização para a construção do prédio escolar?
- Quais os locais cedidos para a Casa fazer sua formação? Onde fica e quais características?
- Existe alguma dificuldade ou implicações físicas ou psicológicas da ausência de uma estrutura física (prédio escolar próprio e permanente) para o funcionamento da Casa?
- Como é a infraestrutura das escolas da zona rural pertencentes à rede municipal e estadual?

## **2 Metodologia da alternância, orientação pedagógica, currículo e avaliação**

- O que é uma CFR e qual o seu projeto educativo e seus pilares de sustentação? Qual é a filosofia da CFR/ STM?
- Qual é a orientação pedagógica que orienta o processo de formação da CFR-STM? Construtivista ou Contra hegemônica (pedagogia libertadora de Freire ou histórico - crítica de Saviani)?
- Quais as principais características (elementos ou princípios norteadores) da alternância da CFR-STM desenvolvidas por meio do seu Plano Pedagógico? Quais os temas geradores desenvolvidos na proposta político-pedagógica desta CFR?
- Como é a estrutura formativa dos alunos da CFR-STM? (tempo, duração, número de alternâncias no ano, tipos de disciplina)
- Quais os instrumentos didático-pedagógicos próprios da alternância, utilizados na CFR-STM? E qual é a finalidade de cada um destes?
- Durante o tempo que retornam às suas comunidades, os alunos desenvolvem atividades? Se sim, quais?
- Como é elaborado o currículo e programas de trabalho na CFR-STM? Quem participa da elaboração? E do Plano Pedagógico? Houve alguma dificuldade nesses processos?
- A Casa de Santarém segue o currículo oficial do Estado ou um currículo próprio da alternância? Ou ainda tenta uma conciliação?

- Como é o processo de avaliação na CFR-STM? Importância? Quem participa? Quem avalia? Elementos, o que é avaliado? Tem um roteiro específico?
- Quais as principais dificuldades percebidas na experiência da CFR para desenvolver a alternância? E as potencialidades dessa proposta metodológica?

### **3 Sujeitos da CFR-STM**

#### *3.1. Equipe de criação, Monitoria e Operadores*

- Como era a composição profissional da primeira equipe técnica para a implantação das turmas da CFR de STM? E a composição da equipe atual?
- Quem são os monitores da CFR de Santarém?
- Atualmente os monitores da CFR-STM atuam em tempo integral? Há um quadro permanente e fixo de monitores?
- Como ocorre a seleção de monitores para o trabalho pedagógico da CFR? Existem critérios quanto à formação destes? Qual o perfil exigido?
- Os educadores/ monitores da CFR recebem alguma formação diferenciada específica sobre a alternância? Se sim, Quem fornece? Quanto tempo?
- Existe um plano de formação para estes monitores? Como este é elaborado?
- A CFR de STM recebe apoio para qualificar as equipes educativas por alguma organização do movimento (Arcafar ou outra)?
- O que se espera do monitor/educador social e o agente de desenvolvimento local?
- Qual é a responsabilidade dos educadores/ monitores junto às famílias na CFR de STM?
- Há alguma dificuldade quanto à seleção de monitores para a Casa? Se sim, quais?
- Os monitores e alunos convivem durante o período de formação? Se sim, de que forma?
- Quais os principais desafios e/ou dificuldades encontradas durante a função exercida por um monitor/educador na CFR de STM para realizar a pedagogia da alternância?
- Existe alguma (s) dificuldade (s) em relação à atuação dos educadores/monitores da CFR de STM? Se sim, qual (is)?

#### *3.2. Alunos*

- Qual o perfil da clientela atual da CFR-STM? (Faixa etária, origem, escolarização, sexo, quantidade)
- Quantos alunos foram formados pela CFR-STM e em qual área de formação?

- Na opinião de alunos, o que os motiva para estudar na CFR-STM?
- Quais os critérios de admissão de alunos? Há um limite máximo ou mínimo de número de alunos?
- Há alguma dificuldade para se recrutar alunos?
- Quanto ao número de alunos por turma, qual é o quadro de expansão por ano ao longo do funcionamento da CFR-STM?
- Qual a expectativa dos jovens em relação ao ensino médio da CFR-STM?
- Qual o nível de interesse por parte dos alunos (jovens agricultores ou não) quanto à formação técnico-agrícola, diante do contexto econômico global de produção?
- Quando começou a experiência das turmas mistas por sexo na CFR-STM?
- Ocorre a participação dos jovens, alunos da CFR nas organizações sociais locais? Se sim, como?

### *3.3. Pais dos alunos*

- De que forma ocorre a participação das famílias (pais dos alunos) da CFR-STM?
- A CFR-STM possui uma base associativa e envolvimento das famílias interessadas?
- O que diz o Plano Pedagógico a respeito do envolvimento dos pais do alunos? Quais as estratégias e o âmbito da participação?
- Qual e a cota de participação dos pais dos alunos na manutenção da CFR?
- Qual é o papel das famílias de agricultores na criação e manutenção da CFR-STM?

## **4 Sustentabilidade financeira /Financiamento interno e público da escola**

- Como ocorre a manutenção interna da CFR de Santarém? Existe alguma dificuldade neste aspecto financeiro? Quais?
- Qual foi o primeiro financiamento recebido pela CFR de Santarém?
- Como e quando começou a parceria ou apoio financiamento do poder público nas diferentes esferas de poder com a CFR de Santarém?
- Quais foram as fontes de financiamento ao longo do funcionamento da CFR até as fontes atuais?
- Como estão definidos e distribuídos os recursos atuais da CFR de STM?. Há outros convênios? Quanto em percentual representa a manutenção desta Casa?
- Os recursos recebidos atualmente são constantes e suficientes para a manutenção da Casa, ou são convênios pontuais?

- Os recursos recebidos vem de uma base legal, Lei estadual/política de Estado do Pará?
- A CFR de STM acessa recursos do Fundeb? Quanto?
- Como é feito o repasse dos recursos públicos à CFR de Santarém? Quais os instrumentos?
- Existe alguma estrutura organizativa para a construção e manutenção da Casa?
- A relação com o governo, no que tange à sustentabilidade financeira traz algum tipo de implicação ao funcionamento e opção filosófica-metodológica da CFR?

## **5 Articulação interinstitucional e Estratégia de Organização Regional no Pará**

- A CFR-STM participa das articulações nacionais e regionais do movimento de educação do campo? (Ceffa, Unefab, Arcafar/Norte, Arcafar/Oeste do Pará etc). Se sim, quais e como? E com outras CFRs no Brasil?
- A CFR-STM recebe algum contato/apoio de fundação ou didático da Associação Internacional das EFA ou outra?
- Quando foi criada a Associação Regional do Pará (Arcafar/Norte), quais seus objetivos e finalidades?
- A CFR-STM tem alguma articulação políticas pedagógicas com a rede informal dos Centros Familiares de Formação por Alternância (Ceffa)

### *5.1. Relação da CFR-STM com o STTR/STM*

- Como começou a relação do Sindicato com a CFR-STM?
- E como esta relação da Casa como o Sindicato pode ser caracterizada hoje?
- Como o presidente do STTR atual avalia a CFR-STM, quanto à sua expansão e abrangência?

## **6 Perspectiva de Mudança social ou ascensão social**

- Como a associação da CFR lida com o objetivo da mudança social no que diz respeito à sua autonomia filosófica e dependência financeira?
- Diante do modelo econômico atual e na relação com o Estado, a CFR/ STM apresenta alternativas criativas à população do campo para “driblar” esse modelo?
- Como a CFR-STM busca responder aos desafios da questão econômica, no que diz respeito à sobrevivência do trabalhador no campo?
- A Casa contribui de algum modo com práticas para o desenvolvimento local e a melhoria da vida no campo?

- Tem algum projeto de vida do aluno que esteja colocado em prática, influenciando a comunidade? Os serviços ofertados pela Casa são apropriados pela coletividade?
- A CFR-STM possui alguma atuação na política de desenvolvimento rural no município? Participa de algum Fórum com este objetivo?
- Ocorre a sucessão na unidade produtiva familiar pelos filhos dos agricultores? Os filhos dos agricultores familiares dão continuidade aos trabalhos agrícola na comunidade?
- O que pode ser considerado um entrave à expansão e democratização dos serviços da CFR de Santarém?

**APÊNDICE C – Roteiro de Entrevista – Poder Público Estatal (Secretaria Municipal de Educação – Semed/Coordenação de Educação do Campo)**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ- Ufopa  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO  
MESTRADO ACADÊMICO EM EDUCAÇÃO**

**Mestranda: Glez Rodrigues Freitas Bentes  
Orientador: Anselmo Alencar Colares**

**Tema:**

**MOVIMENTO SOCIAL E POLÍTICA DE EDUCAÇÃO DO CAMPO:  
A PRÁTICA DA CASA FAMILIAR RURAL DE SANTARÉM - PARÁ**

**Objetivo:** Analisar a experiência da CFR de Santarém, enquanto política educacional do campo, identificando como ocorre as relações entre Estado e movimento social na constituição do poder local no campo.

**ROTEIRO – BASE**

**I. A política de educação do campo na visão do poder público no município de Santarém**

1. Como a secretaria municipal de educação, através dessa coordenação entende a proposta da pedagogia da alternância da CFR-STM?
2. O atual Plano Municipal de educação possui alguma proposta a respeito da educação do campo desenvolvida pela CFR? Se sim, qual? E como pretende ser aplicada? há objetivos e/ou metas sobre a educação do campo?
3. A Secretaria Municipal de Educação já promoveu ou possui algum espaço de debate sobre a educação do campo?
4. Já houve participação da CFR na política educacional do município? Quando e como? (*Oficina de planejamento estratégico da Semed, Conferências municipais ou jornadas pedagógicas etc.*)
5. Como se deu a parceria da Semed com a CFR para estabelecer os convênios e quais as repercussões dessa política pública nas escolas da zona rural?
6. Do número total da população de Santarém, quantos estão no campo?
7. Qual é o número total de matrículas no campo e na cidade?
8. Quantas escolas municipais em Santarém estão localizadas no campo? Qual o número total de alunos atualmente matriculados?
9. Como a Secretaria percebe a proposta da CFR no futuro?
10. A Casa contribui de algum modo com práticas para o desenvolvimento local e a melhoria da vida no campo?

**APÊNDICE D – Modelo de Termo de Consentimento do Responsável pela Instituição**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ- Ufopa**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO/Ufopa**

**Mestranda:** Glez Rodrigues Freitas Bentes

**Orientador:** Prof. Dr. Anselmo Alencar Colares

**TERMO DE CONSENTIMENTO DO RESPONSÁVEL PELA INSTITUIÇÃO**

Declaro estar ciente do inteiro teor deste Termo de Compromisso e estou de acordo em fornecer os dados e registros institucionais para o estudo proposto e, ainda, se necessário, permitir acesso da pesquisadora à instituição, sempre previamente agendados, sabendo que dele poderei desistir a qualquer momento, sem sofrer qualquer punição ou constrangimento.

Estou ciente de que, caso tenha dúvida ou haja prejuízo para a instituição, poderei contatar o (a) pesquisador (a) responsável.

Assinatura do (a) presidente (a) / gestor (a): \_\_\_\_\_

Assinatura do (a) pesquisador (a): \_\_\_\_\_

Santarém (PA), \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

## APÊNDICE E – Modelo de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido



### UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ- Ufopa

**Programa de Pós-Graduação em Educação/Ufopa**

**Mestranda:** Glez Rodrigues Freitas Bentes

**Orientador:** Anselmo Alencar Colares

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Declaro, por meio deste termo, que concordei em ser entrevistado(a) para colaborar com a pesquisa intitulada: **“MOVIMENTO SOCIAL E POLÍTICA DE EDUCAÇÃO DO CAMPO: A PRÁTICA DA CASA FAMILIAR RURAL DE SANTARÉM – PARÁ ”**.. O trabalho docente na Ufopa, desenvolvido por Glez Rodrigues Freitas e orientado pelo prof. Dr. Anselmo Alencar Colares a quem poderei contatar/consultar a qualquer momento que julgar necessário através do e-mail: [anselmo.colares@hotmail.com](mailto:anselmo.colares@hotmail.com) ou celular (93) 99115 - 9501 ou nos contatos da pesquisadora: email [glezfreitas@yahoo.com.br](mailto:glezfreitas@yahoo.com.br) ou celular (93) 99125-1387.

A pesquisa tem como objetivo: **Analisar a experiência da CFR de Santarém, enquanto consolidação da política educacional do campo, identificando como ocorre as relações entre Estado e os sujeitos do campo.**

Fui informado (a) dos objetivos estritamente acadêmicos do estudo e estou ciente que os usos das informações por mim oferecidas estão submetidos a ética e rigor acadêmico.

Afirmo que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou ter qualquer ônus e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa.

Minha colaboração se fará por meio de entrevista a ser gravada a partir da assinatura desta autorização. Estou ciente de que, caso eu tenha dúvida ou me sinta prejudicado (a), poderei contatar a pesquisadora responsável ou seu orientador. E que os resultados poderão ser divulgados em eventos e/ou revistas científicas.

Santarém- PA, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

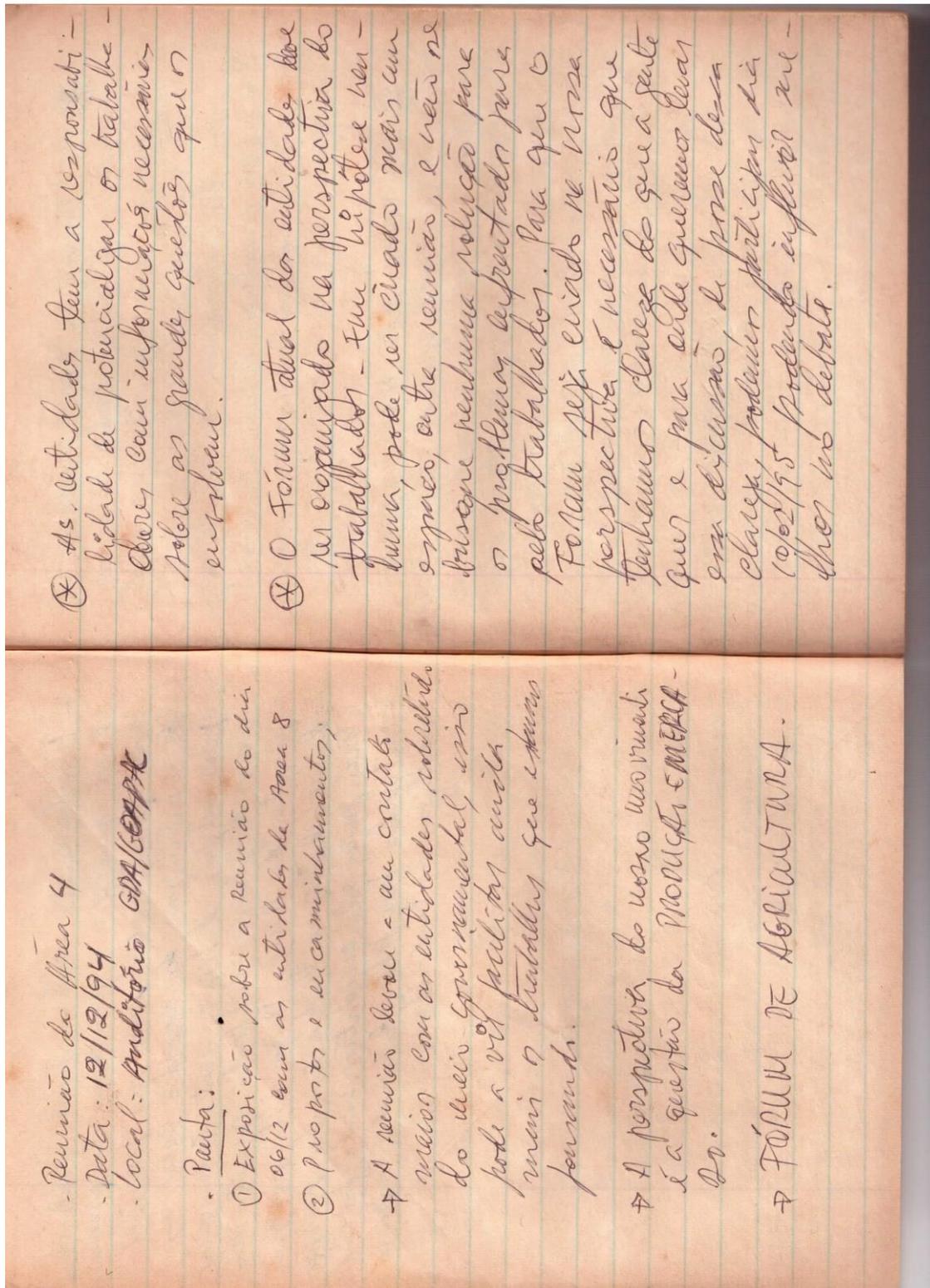
Entrevistado (a): \_\_\_\_\_

Pesquisadora: \_\_\_\_\_



## ANEXOS

## ANEXO A - CADERNO 1. BENTES, Antonio José M. Notas de reuniões da Área Pastoral n.04, 12 de Dezembro de 1994, snt.



Os trabalhos não podem  
 mais a relação com o  
 governo a nível estadual.  
 É preciso articular as ações  
 do trabalhador visando orga-  
 nizar o relacionamento com  
 as instituições governamen-  
 tais.

O trabalhador deve superar  
 a, um código de telepesta-  
 dos e passar a condição de  
 INTERLOCUTOR. Não dá  
 mais para ir para para o  
 espaço de diálogo apenas  
 para ver o bordo mesmo, é  
 preciso entrar nessa reali-  
 dade. Formata-se a partir  
 de dois ~~dois~~ sistemas,  
 na perspectiva do pequeno  
 agricultor.

Como estabelecer uma relação  
 com o poder público de maneira  
 que a gente não seja simplesmente  
 queror, repulido <sup>de cima</sup> ~~de cima~~ <sup>de cima</sup> ~~de cima~~  
 o papel de proponente das ações <sup>por</sup>  
 movimentos, da educação dos proble-  
 mas enfrentados pelos trabalhadores,  
 na formulação de políticas públicas,  
 voltadas para o interesse do pe-  
 queno agricultor. Sem perder a  
 autonomia, devemos ir buscar:

1. Maior articulação entre as  
 entidades de apoio e entidades do  
 trabalhador;
2. Ampliar a fase de apoio  
 que respalde a ação reivindicá-  
 tória do movimento do trabalha-  
 dor;
3. Manter o trabalhador envol-  
 vido sobre os grandes questões  
 relacionadas aos problemas agrí-  
 culta no cotidiano: (TEAAS; ASH-  
 180 minutos; projeto, etc).

⊗ Que projeto de trabalho nos temos? Como pretendemos realizá-las? A quem dirigir?

① Seminário Regional de debate sobre a produção e comercialização. Papel dos ONG's e do Estado nesse processo;

⊗ Sistematizando:

ACÇÕES MAIS AMPLAS

1- Seminário sobre Produção e Comercialização;

⊗ CONGRESSO DE PEQUENOS AGRICULTORES DO BAIXO AMAZONAS SOBRE PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO - 940 -

ATA PRONAVEL 6 27 a 30 de Abril de 1995.

ACÇÕES IMEDIATAS:

1. Melhoria das Raízes;
2. Legalização das terras;
3. Assessoria técnica;
4. Popos de fortalecimento da água (organizações comunitárias);
5. levantamento sócio-econômico;

⊗ Para os problemas imediatos, devemos buscar parceiros para discutir o(s) problema(s) e ver de que forma podemos ser solucionados: A UFPA pode ser uma parceira na discussão dos problemas da área em área de agricultura e A EMBRAPA, SAPIRI e EMATER na área de agricultura;

⊗ ENCAMINHAMENTOS:

→ Encaminhamos ao INCEA requerimento solicitando esclarecimento sobre o processo de titulação das terras; Contatamos para a próxima reunião: O STR deve ser informado a participação e informar sobre a situação das terras legalizadas e as que estão faltando;

DATA: 21/12/94 - Quarta-feira;

HORÁRIO: 08:00 horas

LOCAL: Auditório GDA/CEASA

Responsável pelo convite ao JUCAL: Jore + Aníbal + Pedro.

→ SEMINÁRIO SOBRE PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO.

DATA: 27 a 30 de Abril/95  
LOCAL: EMAT'S; SEMINÁRIO.

Objetivo: ter presente todos o representantes de organizações, produtores, falarem com a agricultura, representantes de comunidades em busca para discussões da produção visando a busca de mercados para o crescimento de produtores;

→ Seriam convidadas as entidades de produtores locais nos municípios de Araxós e do meio termo - mental, sem como órgãos produtores.

→ NOITE

CONGRESSO DOS PEQUENOS AGRICULTORES DO DAÍTO ANAZONAS SOBRE PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO.

⊗ Perspectives:

① Discutir a realidade da agricultura na região buscando conhecer o funcionamento de mercados consumidores, organizar de produtores, promover o comércio e venda por meio de feiras livres;

② Conhecer a tendência de mercados consumidores, apontando alternativas de venda por meio de preços de produtores regional de pequenos agricultores;

③ Discutir a pequena produção no relacionamento com o grande produtor, visando a busca de melhores preços, qualificando a produção familiar e o estímulo ao homem do campo.

③ Discutir mercados e produtores na perspectiva de pequenos agricultores, levando em consideração a realidade de

REUNIÃO DA COMISSÃO DO FÓRUM DE AGRICULTURA.

Data: 12/12/1957

Local: Casa do Sr. Norberto

PRESENTES: Norberto; Pedro Soares; Antonio José;

⊗ Será que não é o órgão vão ter condições de controlar o custo an base? Ou um var Administrar o recurso

⊗ EMCAMINHAMENTOS:

1. Encaminhamos uma carta às entidades solicitando o planejamento de unuma para 1958 e encaminhando a sobre o resultado das últimas discussões.

qualidade vida do Trabalhador rural;

⊗ 4 Práticas ações empreendidas, de processo, planejamento da produção, tendo em vista o melhoramento da produção, abertura de mercados e busca de melhor preço;

⊗ 5 visanti projeto alternativo na perspectiva da produção familiar, aumento da produção, aumento técnico e da abertura de mercados consumidores e valorização da produção;

⊗ ASDAC: Associações Intercomunais de produtores rurais da região de Itaipava, produtores rurais da STM/Itaipava.

**ANEXO B – CADERNO 2. BENTES, Antonio José M. Notas de Encontro de Lideranças Comunitárias do Centro de Apoio aos Projetos de Ação Comunitária (Ceapac) , 03 A 06 de Janeiro de 1995, snt.**

Folha.01

1) ENCONTRO DE COORDENADORES

DATA: 03 a 06 de Janeiro de 1995

Local: Auditório EDA/CEAPAC

PAUTA: - ANÁLISE DE CONJUNTURA

- ESTUDO SOBRE PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO (Como Avançar a luta dos Projetos)
- AVALIAÇÃO DA CAMINHADA;
- PLANEJAMENTO DOS ENCONTROS;

2) Boas vindas: Conceição Castro/Auricélio

É um momento de troca de experiências e muito oportuno para o crescimento e dedicação ao trabalho. O encontro depende da participação de cada um; como ele gere é através da reflexão que todos terão oportunidade de amadurecer em conhecimento e perspectiva de vida na experiência de trabalho que vem sendo desenvolvido na sua comunidade. A motivação é que vai determinar o futuro da caminhada.

⊛ EXPLICAÇÃO SOBRE O CEAPAC; (Edilberto)

É uma organização da sociedade civil, filantrópica e não-governamental, formada por **11** sócios e possui uma equipe pedagógica de assessoria aos projetos comunitários. A estrutura por tanto da entidade pode ser entendida da seguinte maneira: os sócios + agentes pedagógicos.

OS sócios atualmente são:

- 1. Leiza + Pe. João Norst Everaldo +
- 2. Fco. Toon + Eloy + Conceição Castro +
- 3. Anicélio + Graça Pedrosa + Edilberto + Leonice + ANTONIO JOSE.

⊛ APRESENTAÇÃO:

1. Nelson - Projeto de ANA
2. Francisco Cardoso - 16 anos - Projeto de ANA
3. Eraldo Godinho - 18 anos - Projeto de ANA
4. Ivamã - 19 anos - Bonin
5. Fernando Melo (41 anos) - Projeto Paraná
6. Elson - (17 anos) - Projeto Piquiatuba

7. Albino Miranda - (50 anos) - (Agricultura)
7. Cláudio Soares ( ) - Eixo Forti.
8. M<sup>te</sup> da Conceição Pedrosa ( ) - AMEI FOR
9. João Ferreira Batista ( ) - ASPROMEL
10. Máio Augusto dos Santos - AISMOC
11. Pedro Antônia - ASS. DE XAVIER
12. MARCOS - Muratuba
13. Antônio Jui - CEAPAC
14. Edegar Vasconcelos (50 anos) - Paraná
15. José Evandir Costa - Maripá
16. FJAC - Maripá
17. Maria Conceição Riquiera - CEAPAC
18. Leonice - CEAPAC
19. Benedito Castro - ANEIFOR
20. Risonaldo Pereira ( ) - ANA
21. Anicélio Paulino - CEAPAC
22. Graça Pedrosa - CEAPAC
23. Edilberto Jera - CEAPAC
24. César - CEAPAC

- 25. Bernardo (Kamú) - Anacardi
- 26. Larissa (Kamú) - Anacardi

TARDE:

- 07:30 - início
- 09:30 - Merenda
- 09:45 - Trabalho
- 12:00 - Almoço
- 13:30 - Juvia
- 15:30 - Merenda
- 15:45 - Trabalho
- 17:00 - Terminio

## ⊕ ANÁLISE DE CONJUNTURA:

Por que se faz análise de conjuntura?  
 Por que as crises que acontecem na comunidade vão <sup>se</sup> fazer respeito no momento e estes vão <sup>se</sup> fazer ligados a toda uma interação Regional, nacional e até internacional. O mundo está todo interligado através de acontecimentos que tem tudo a ver com a vida de gente em geral - quer ligam que seja.

A análise de conjuntura é imposta tanto para nós irão por que o mundo está interligado, mas porque decisões que são tomadas longe da gente atingem diretamente a vida de todos; conhecer o efeito dessas decisões é de grande importância para que possamos nos defender e poder pelo menos por que está acontecendo, bem como, conhecer que são o

responsáveis pelo efeito que é causado pelos acontecimentos.

Quem faz análise de conjuntura deve ter os instrumentos necessários para a apropriação de informações que subsidiarão o aprofundamento da realidade.

Como é que se faz uma análise de conjuntura?

- 1- Conhecer os instrumentos, com que se faz;
2. Conhecer os acontecimentos, a realidade analisada;
3. Conhecer a história, dominar o passado;
4. Entender o por que dos acontecimentos; identificar as causas do fato. (Conhecer a estrutura, a forma como a sociedade está organizada). A estrutura se presta como as leis da constituição e com as leis da sociedade. A estrutura justifica a responsabilidade de quem tem decisão a tomar, de acordo com a estrutura po

demora pouco e o resultado será bom ou ruim.

1- ANÁLISE NACIONAL (de) as consequências do acontecimento na realidade das comunidades). - A análise centraliza-se na situação na situação política e económica.

1.1. Política Nacional.

a) O governo Itamar Franco: 1992-1994

Para entender o governo Itamar é preciso compreender a pessoa. O Itamar é uma figura que é muito de, honesto e sério. Por outro lado, o Itamar é um homem desprezível para os presidentes da República. Uma outra característica dele, era o seu estilo temperamental. Então, sendo quem é a pessoa vai se possível entender porque ele trocou 5 vezes o ministro de justiça em apenas 27 meses.

b) Período do ministro FHC: criou o plano Real - de reduzir a inflação foi alcançada.

FHC, foi a escolha desperdiçada e mais feliz realizada pelo governo Itamar Franco. FHC é professor de sociologia, já havia escrito mais de 5 livros; enquanto ministro os labores exteriores se tornaram respeitáveis internacionalmente, dando inúmeras aulas nos bairros com chefes de estado do mundo inteiro. FHC fez a falta de colocações de Itamar, por isso impôs algumas condições, uma delas a condição de permitir a nomeação e condução do ministério.

FHC em 1992 não foi economista, mas ele foi inteligente ao fazer de ex-libris a sua equipe económica. Esta equipe económica conseguiu fazer o plano Real para o Brasil. Em troca de seu cargo, FHC hipotecou a candidatura à presidência da República.

c) CONGRESSO NACIONAL: (Câmara + Senado)  
Este Congresso resolveu-se fazer o plano Real. Fizeram todo aquele trabalho em

Tomou dos CPTs, mas a base de sustentação de justificações estava pobre, a prova disso foi a cassação do Plumbeste (leima invadindo as atilgacões) da Máquina do Estado a Benefício próprio. Com 507 deputados, proclamamos apenas 100 prole. e deger pessoas idôneas e sem nenhuma possibilidade de um tratado de Corrupto.

1) O Judiciário: As leis estão velhas, o exemplo disso foi a declaração de inocência de Fernando Collor, um homem grande todos os fatos mostram que roubou o país. Isto mata o quanto a estrutura do país está pobre, levando a uma situação de descrença de probep, incertezas e injuste. Diante disso, o Jk - não Franco terminou seu governo como herói, por que ninguém queri provar que roubou e nem deixou roubar; que baixou a

inflação caiu de 47% no mês para 3%, e que fez a população levantar a cabeça após ter passado por momentos de decadência de boi da vida e das instituições nacionais. Em boa hora não seji um grande líder, simplesmente, do período, mesmo assim ele foi como herói.

### E) O PLANO REAL: 1994

- O que foi esse plano? foi uma tentativa mais desesperada, Inteligente, de salvar o país de situações que se encostava. A situação de inflação de 47% no mês levou o povo a uma situação de desespero e pânico; a situação é um sintoma de um povo desesperado. O breu preço em paron a população e economia informal (vendedores ambulantes, camelô, etc.).

- O Plano Real teve um início correto por que atacou a inflação. Foi baseado em etapas, e a primeira foi

demora pouco e o resultado será bom ou ruim.

1- ANÁLISE NACIONAL (de) as consequências do acontecimento na realidade das comunidades). - A análise centraliza-se na situação na situação política e económica.

1.1. Política Nacional.

a) O governo Itamar Franco: 1992-1994

Para entender o governo Itamar é preciso compreender a pessoa. O Itamar é uma figura que é muito de, honesto e sério. Por outro lado, o Itamar é um homem desprezível para os presidentes da República. Uma outra característica dele, era o seu estilo temperamental. Então, sendo quem é a pessoa vai se possível entender porque ele trocou 5 vezes o ministro de fogueira em apenas 27 meses.

b) Período do ministro FHC: criou o plano Real - de repente a inflação foi atenuada.

FHC, foi a escolha desperdiçada e mais feliz realizada pelo governo Itamar Franco. FHC é professor de sociologia, já havia escrito mais de 5 livros; enquanto ministro os labores exteriores se tornaram respeitáveis internacionalmente, dando inúmeras aulas nos bairros com chefes de estado do mundo inteiro. FHC fez a troca de colocações de Itamar, por isso impôs algumas condições, uma delas a condição de permitir a nomeação e condução do ministério.

FHC em 1992 não foi economista, mas ele foi inteligente ao fazer de ex-libris a sua equipe económica. Esta equipe económica conseguiu fazer o plano Real para o Brasil. Em troca desse sucesso, FHC hipotecou a candidatura à presidência da República.

c) CONGRESSO NACIONAL: (Câmara + Senado)  
Esse Congresso resolveu-se fazer o plano Real. Fizeram todo aquele trabalho em

demora pouco e o resultado serão bons ou ruins.

1- ANÁLISE NACIONAL (re) as consequências dos acontecimentos na realidade das comunidades - a análise centraliza-se na situação na situação política e Económica.

1.1. Política Nacional.

a) O governo Itamar Franco: 1992-1994

Para entender o governo Itamar é preciso compreender a pessoa. O Itamar é uma figura que é muito de honesto e sério. Por outro lado, o Itamar é um homem despreparado para ser presidente da República. Uma outra característica dele, era o seu estilo temperamental. Então sendo quem é a pessoa vai se precisar entender porque ele trocou 5 vezes o ministro de justiça em apenas 27 meses.

b) Período do ministro FHC: criou o plano Real - de repente a inflação foi estancada.

FHC, foi a escolha desesperada e mais feliz realizada pelo governo Itamar Franco. FHC é professor de sociologia, já trava o crédito mais de 5 bilhões; enquanto os ministros faz trabalhos exteriores e tornam-se respeitado internacionalmente, dando importantes contribuições com chefes de estado do mundo inteiro. FHC fez a tabua de salvação de Itamar, por isso impôs algumas condições, uma delas a condições de permitir a comissão ex condutas do ministério.

- FHC em 1992 não fosse economista, mas ele foi inteligente de não de escolher a sua equipe econômica. Essa equipe econômica conseguiu fazer o plano Real para o Brasil. Em troca desse sucesso, FHC hipotecou a candidatura à presidente da República.

c) CONGRESSO NACIONAL: (Câmara + Senado)

Esse congresso resolveu-se fazer o plano Real. Fizeram todos aquele trabalho em

seu pensamento é analisado de dentro  
 esquerda porque mas conclusões próximas  
 pela existência de camadas exploradas  
 na sociedade. A diferença está em  
 o Lula, e que ele é um ~~trabalhador~~  
 pensador da realidade social, o Lula  
 fez uma opção de lutar a favor do  
 pobres. Com o andar de Laceration,  
 FHC passou a ser um político de  
 Centro de direita, demonstrando isso quando  
 do assumir a pasta de Ministro da Fazenda  
 no governo Itamar Franco, o corte  
 do recurso à saúde foi um exemplo  
 concreto do novo perfil de FHC, o corte  
 os recursos da saúde pública atingiu direta-  
 mente a classe pobre, a mesma coisa  
 aconteceu com a educação pública.  
 Essas atos demonstram as posturas, que  
 as atitudes de FHC, também está mais  
 destruidor para a classe média/baixa.

Um outro elemento da nova postura  
 de FHC, foi a aliança do PSDB com o  
 PFL para a eleições presidencial. O

Antônio Carlos Magalhães é o homem for-  
 te do PFL; Corrupto e fez seu mesmo  
 em cima da sua habilidade em fazer  
 política.

FHC, é um homem que aceita as  
 doutrinas ditados pelo FMI. A privati-  
 zação de empresas estatais é uma exigên-  
 cia do Fundo monetário; e o FHC tem  
 revelado uma postura de acatamento dos  
 regras do FMI; uma atitude de quem admi-  
 ti a dívida do Brasil com todos os deuses,  
 com que este pode representar a população  
 brasileira. Contra o aumento do salário  
 mínimo é dito a política de previdência,  
 isso é mentira! O Fato de FHC ser amante,  
 não quer dizer que ele esteja de lado do  
 trabalhador; todas as vezes que tiver que  
 tomar decisões, esta vai ser sempre do  
 da classe dominante.

⊗ Qual é os MINISTROS DE FHC ?

- Um grupo de amigos, tirados da  
 relação pessoal. É chamado o grupo de Confiança  
 de FHC.

1.1. Vão analisar a Conjuntura política e econômica.

⊗ Metodologia para discussão das questões levantadas: A turma foi dividida em grupo por área do projeto (Tapijós +

⊗ EXPOSIÇÃO DOS GRUPOS;

1) ARAPIUNS/LAGO GRANDE;

- a) FATOS: (Relato em forma de pedido aos alunos)
- O aquecimento de processos em termos de projetos, reuniões alternativos;
  - No Arapiuns em algumas comunidades já foram plantados o 1.º grau de ensino;
  - Implantação de pontos de saúde, embora isso seja em princípio um fato de não que promova parte funcional;
  - A delegação Sindical ocorreu imediatamente da presença do STR;
  - Entrada (Chegada) do Plano Real, surpreendeu muita gente e trouxe com-

preensão sobre que é o plano de Fato;

- Discussão em torno do processo de legalização das terras as regiões de Arapiuns;
- Levantamento das cartilhas: comentários elaborados e entregues ao prefeito;
- Expedição de documentos como CPF e carteira de identidade;
- Notas em torno do FATO;
- Assembleia de Integração Comunitária promovida pela Prefeitura;
- Encontro pela luta a favor de valorizar, no preço da farinha;
- Ação Receita dos trabalhadores Realiz. da em Arapiuns;

⊗ TAPIJÓS  
FATOS:

- Qual o significado dos Transportes Comunitários na vida das Comunidades hoje?

- Os seus pontos Comunitários, agora das def. catedr. nos ebs tem repa-  
recedido a construção de finalidades  
e vida no campo (SINAC).
- Os Transportes Comunitários serviram  
como a Investigadora, no preço de  
paragem, sobretudo em relação aos  
bancos comerciais.
- Os Transportes Comunitários, possibilita-  
ram a libertação, mas os Comuni-  
dades, ainda demonstram imatura-  
dade na condução do processo.
- Os Transportes Comunitários ainda  
não possibilitaram uma visão  
muito ampla do processo.
- Aparecimento de pessoas de outros  
Estados interessados na explora-  
ção mineral, em hora o discurso  
peço diferente (INTESESE EXTERNO AS  
RIQUEZAS DA REGIÃO DO TAPAJÓS).
- Destacaria em Boim para discussão  
do problema das terras na Região  
do Tapajós;

- A Fúria SANTA IZABEL quer  
entrar na Região de Boim para abrir  
uma estrada;
- O Sique de madeira na Região  
e as Comunidades não estão reagin-  
do.
- As eleições 94 - Fracasso para as ar-  
ganizações populares;

## ⊗ EIXO FORTE / MOJU:

### ① EIXO Forte:

#### FATOS:

- Invasão de ~~latifundiários~~ <sup>Barões da cidade</sup> para a  
apropriação das margens de Igará-  
peí para balnearios.
- Os Movimentos organizados da área,  
hoje em tempo de crises, hoje sem  
tempo até muito pouco <sup>(Pescadoiro das  
Mou. no pulcra)</sup>
- O SIN está muito fraco;
- O Movimento Jovem acabou; mesmo  
anida existindo pequenos grupos isolados  
na área;

- Se é que vai haver esperança de que liberdade de vida, essas experiências não venha do lado das instituições, mas de próprias populações;

- A sociedade brasileira vive 500 anos de doutrinas e escarificações. É a doutrina que se baseia em valores que colocam o caboclo e índio na condição de: Preguiçosos; maldosos, burros e conformado. Esta doutrina - que fez do caboclo um dependente, sem ambições; alfabeto e esperto. Com o colega.

- No contrário do valores reporedo por doutrina capitalista; o campo, para um doutrina pautada no ideal de melhorar a vida do caboclo. O cabo - do para o capitalista é burro, para o campo quer dizer camponês. A doutrina do campo se baseia nos seguintes valores: dignidade, coragem; melhorar a vida; camponês;

- O Eixo Forte era conhecido como área do PT; durante o tempo em que Socorro Pena andava na região e buscava o PT era forte, hoje não se vê mais a presença do partido; o PT basicamente desapareceu, com isso outros políticos entraram e tomaram conta do eletor. (Queda da esquerda);

- A direita passou a ter muita influência na área. Tanto na área do Eixo Forte quanto na área do Rio Negro.

- A família é muito desvalorizada e não há transporte limpo para trazer a produção até os centros de venda nem (negócio);

- No Rio Negro, e Curupira; surgiram duas associações. No Xavies foi adquirida um transporte que tem facilidades a vida da região. A Associação interessou-se em trazer a comunidade, as duas representantes a possibilidade de um trabalho novo na região;

→ FUNO: A constituição destina recursos para funcionamento da pequena produção. O BASA deixou de funcionar e ninguém está dizendo nada, as organizações estão ~~em~~ atrasadas;

→ SEMINÁRIO DE INTEGRAÇÃO COMUNITÁRIA: Foi um espetáculo da Administração Municipal utilizando ~~como~~ isso Grupo Marketing da sem jovem. Foi uma manifestação épica para estrangeiros etc. O juízo hário pode não ser ruim, mas a forma como foi feito não resolveu o problema dos trabalhadores. Agora resta-nos a pressão para encorajalar o prefeito, ~~se~~ não conseguir a solução do problema, hámos denúncias e tapagens do prefeito;

→ ASSOCIAÇÃO DE PECUÁRIOS MOCIMUDEI. Foi um belo projeto em 1994. Se estes organizados não foram todos hándes hándes em torno da FAP, não experiência positivas; se ao contrário foi; não reunir uma experiência ruim junto aos trabalhadores;

→ MOVIMENTO DELO PREGO DA FAZINHA: Foi uma coisa boa que aconteceu em 1994 em vários países: Lago Grande, Vigorça, Maguini e Planalto. Se não foi hándes em perspectiva do que foi criado, carreira o hándes de cair no buraco;

→ ENCONTRO DO SAÚDE ALEXIA EM ACHAPURUS: Foi um grande encontro - ci hándes que hándes em no hándes que hándes informações hándes gente até de hándes. A grande hándes e hándes de hándes hándes

## II. ALTERNATIVA PARA MELHORAR A QUALIDADE DE VIDAS DAS COMUNIDADES DES: (Assessoria: Geonice + Edilberto)

→ O que é o Alternativo?

- São os benefícios que se trabalha a favor dos trabalhadores, (IVANIA)
- São formas de como fazer. (Allain)
- Outros maneiras de se trabalhar a qualidade de vida (Conceição).
- Alternativo: é o outro jeito de chamar a vida de populações:

→ A partir do último encontro de coordenadores se discutiu muito a questão da produção e da comercialização. Para estimular a discussão de temas, foi levantando o seguinte questionamento:

① Como sua comunidade está vendo o futuro do seu projeto?

vão ajudando o povo e se liberar. O evento foi feito em função do estímulo ao trabalhador no campo de produção agrícola; A metodologia de apoio é no estilo de financiamentos, um pouco parecido com o estilo do Ceapac. Por outro lado é importante desenvolver o motivo pelo qualis determinadas entidades de entram nas comunidades;

- STB: Não podemos <sup>deixar</sup> a iniciativa se tornar um endosso ambulante. Reduzir o papel do sindicato apenas no momento de declarações de apoio - a maioria é pouco para o projeto e mudanças de verdade.

## ANEXO C – Estrutura Curricular: Disciplinas do núcleo comum e disciplinas do Núcleo Técnico

**Tabela 7 - Estrutura Curricular: Disciplinas do Núcleo Comum**

DISCIPLINAS		1º. Ano/Ciclo (C. Horária)	2º. Ano/Ciclo (C. Horária)	3º. Ano/Ciclo (C. Horária)	
ÁREA DO CONHECIMENTO	<b>Linguagens</b>	Língua Portuguesa			
		Matemática			
		Língua Estrangeira	168	168	168
		Artes			
	<b>Ciências Sociais</b>	Educação Física			
		História			
		Filosofia			
		Sociologia	196	196	196
		Geografia			
	<b>Ciências</b>	Metodologia Científica			
Ensino Religioso					
Biologia					
Química		56	56	56	
	Física				
<b>C. Horária Total</b>		<b>420</b>	<b>420</b>	<b>420</b>	

Fonte: PPP-CFR-STM(2009) – Quadro elaborado pela autora.

**Tabela 8 - Estrutura Curricular: Disciplinas do Núcleo Técnico**

	1º. ANO/CICLO	2º. ANO/CICLO	3º. ANO/CICLO
DISCIPLINAS/ TEMAS GERADORES	Gestão da Propriedade Agroecológica	Gestão da Propriedade Agroecológica II	Gestão da Propriedade Agroecológica III
	Fundamentos da Agroecologia	Sistema Alternativo de Produção Vegetal	Assistência Técnica e Extensão Rural
	Ecologia Agrícola e Agricultura de Base Ecológica	Sistema Alternativo de Produção Animal	Agroindústria Familiar
	Manejo Sustentável do Solo	Planejamento de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) - Projeto de Vida	Organizações Sociais e Meio Rural
	Agrobiologia	Manejo Ecológico de Agrossistema	Mecanização Racional na Agricultura
	Linguagem, Trabalho e Tecnologia	Levantamento e Representação Topográfica	Políticas Públicas e Desenvolvimento Rural Sustentável
	Aplicativos informatizados	Projetos e Instalações Agroecológicas	Desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso
	Manejo Sustentável de Animais o		
	<b>500 CH</b>	<b>500 CH</b>	<b>500 CH</b>

Fonte: PPP-CFR-STM(2009) – Quadro elaborado pela autora.

## ANEXO D – Levantamento prévio, formulário de entrevista às famílias



## Pesquisa participativa

Nome do aluno (a): _____	
Data de nascimento. __/__/____	Idade: _____
Naturalidade: _____	
Nome da Mãe: _____	
Nome do Pai: _____	

1. Cor e descendência étnica: Respostas do entrevistado:  Observação do entrevistador (se houver):	2. Religião:
	3. Religião da família:

4. Possui alguma necessidade especial ou problema de saúde? (em caso de resposta afirmativa, descrever a situação e como está sendo tratada)
--

5. Mora em Projeto de Assentamento? ( ) Sim – nome da Comunidade/PA: ( ) Não – onde mora?
6. Mora com os pais: ( ) Sim ( ) Não. Por quê? Nº de pessoas: _____
7. Responsável (família de referencia se não residir com a família biológica): a) Nome: b) Nome:  c) Tipo de relação (pais adotivos, parentesco, amigo etc.):  d) Telefone de contato:  e) Pessoa de referencia para recados:
8. Tamanho da propriedade: _____ ha
9. Tipos de atividades desenvolvidas na propriedade: _____ _____

## Verso – ANEXO D



10. Quais as atividades que o jovem tem mais afinidade?
_____
_____
11. Quais são as maiores dificuldades da família referente a agricultura?
_____
_____
12. Quais os temas a família gostaria de ser abordado com maior ênfase dentro da CFR?
_____
13. Com relação a regularização da propriedade, que tipo de documentação existe?
_____
14. A família preocupa-se com a preservação do meio ambiente? Comente
_____
15. Relação com os vizinhos: Boa ( ) regular ( ) ruim ( )
16. Tomada de decisão: Pai ( ) mãe ( ) todos ( )
17. Qual a expectativa da família com ensino da CFR?
_____
18. A família costuma ouvir a opinião do(a) jovem nas tomadas de decisão?
_____
_____

## ANEXO E – Relação de entrevistas

Tabela 9 - Relação de entrevistas

DATA DA ENTREVISTA	LIDERANÇAS DO MOV. SOCIAL DO CAMPO/ FUNÇÃO		INTEGRANTES DA CFR-STM/ FUNÇÃO		GESTORES MUNICIPAIS (Semed)/ FUNÇÃO	
22.04.15	Livaldo Sarmiento da Silva	<i>Ex- presidente STTR, liderança sindical</i>				
28.05.15	Antonio José Mota Bentes	<i>Ex- gerente Sagri e atual diretor Técnico do Ipam-STM</i>				
30.04.15			Maria José Ferreira Alves	<i>Pedagoga da Associação CFR-STM</i>		
07.05.15			Marilene Rodrigues Rocha	<i>Presidente da Associação CFR-STM</i>		
15.06.15			Alessandra Mara de Sousa Pedroso	<i>Tesoureira da Associação CFR-STM</i>		
04.09.15			Edivaldo Batista de Sousa	<i>Monitor da CFR-STM</i>		
21.09.15	Manoel Jorge dos Santos Oliveira	<i>Ex-aluno EFA, Ex- monitor e Assessor do STTR-STM</i>				
22.09.15			Edilena Cristina Teixeira de Oliveira	<i>Aluna da CFR-STM, mãe de aluno e liderança sindical</i>		
22.09.15			Paula Nívea Araújo Ramos	<i>Secretária CFR- STM</i>		
29.06.15	Manoel Danilo Vasconcelos de Siqueira	<i>Diretor do Ceapac, Colaborador articulador das CFRs-BAM</i>				
30.10.15	Eracildo Oliveira Maia "Preto Maia"	<i>Coordenador da Câmara Técnica Educação do Campo - Codeter-BAM</i>				
11.11.15					Marluce de Pinho	<i>Coordenadora do Setor de Educ.do campo – Região de Planalto -</i>
11.11.15					João Sousa	<i>Coordenador da Educação do Campo – Região de Rios</i>

**ANEXO F – CEBs. Área Pastoral n. 04. Diocese de Santarém. Comissão de Agricultura.****“Carta às entidades de Santarém”<sup>57</sup>**

Santarém, em 12.12.1994

De acordo com as discussões e encaminhamentos tirados nas Assembleias de Arapiuns, Arapixuna, Lago Grande e região 04 do planalto, realizadas em setembro de 1994, e o outro no ano em curso; nestas assembleias foi tirada uma comissão composta por representantes de organizações dos trabalhadores, das entidades de apoio e assessoria, passando-se a reunir periodicamente dando sequência aos encaminhamentos.

A partir das discussões realizadas no encontro de 06/12/1994, com a participação de entidades e representantes das áreas pastorais, chegamos às seguintes propostas:

1. Necessidade de uma ação a favor dos trabalhadores rurais de maneira mais articulada, onde entidades de apoio e os trabalhadores pudessem se juntar para trabalhos conjuntos respondendo concretamente aos problemas vivenciados no cotidiano;

2. Assessoria técnica de apoio ao homem do campo que possibilite a diversificação da produção;

3. Organização dos trabalhadores em associação de produção, visando o planejamento da comercialização da produção e busca de melhorias;

4. Buscar parceiras para o desenvolvimento de projetos econômicos alternativos.

5. Criação de um fórum de debates sobre a produção familiar na região.

Diante das resoluções acima, enviamos relatório do último encontro, e solicitamos desta entidade que nos envie até 30/01/1995, seu plano de trabalho, o qual deve ser entregue na secretaria da paróquia de São Raimundo Nonato, localizado na Av. Tapajós, 1259.

Informamos que no dia 02/02/1995 realizar-se-á um encontro de planejamento, para o qual esta entidade está convidada. Outras informações poderão ser efetuadas pelos seguintes telefones de contato: 522 2705 (CPT); 522 4201 (Ceapac) e 522 2406 (casa do Sr, Norberto Pinto).

Na certeza de contarmos com sua participação, desde já renovamos os votos de estima e elevada consideração.

Atenciosamente,

A coordenação

---

<sup>57</sup> Vale destacar que o conteúdo desta carta aqui descrito foi conseguido com base nas anotações feitas por um dos participantes, conforme foi pensada durante reunião da referida comissão. Pois não tivemos acesso à carta final enviada às instituições.

## ANEXO G – Ata de Constituição da Associação da Casa Familiar Rural de Santarém

### ATA DE CONSTITUIÇÃO, APROVAÇÃO DO ESTATUTO, ELEIÇÃO E POSSE DA DIRETORIA, DA ASSOCIAÇÃO DA CASA FAMILIAR RURAL DE SANTARÉM – PARÁ.

Aos vinte e seis dias do mês de abril de mil novecentos e noventa e nove, às oito horas e trinta minutos, na sede da Colônia de Pescadores Z -20, em Santarém, Estado do Pará, estiveram reunidas setenta e três pessoas, representado treze Associações de Pequenos produtores, nove Entidades não governamentais de assessoria, um órgão do governo e três comunidades, em Assembléia Geral, tendo como pauta principal a fundação, aprovação do estatuto, eleição e posse da diretoria, da Associação da Casa Familiar Rural de Santarém. O presidente da Assembléia, senhor Livaldo Sarmento da Silva do STR Santarém, coordenou os trabalhos da mesa, explicando inicialmente sobre a importância de ser criada uma casa familiar rural em Santarém, no sentido de vir beneficiar as famílias rurais e incetiva-las a permanecerem no campo. Para maiores esclarecimentos acerca do que é uma casa familiar rural, o presidente da mesa convidou o representante da Associação das Casas Familiares Rurais (ARCAFAR), senhor Luiz Gonzaga P. da Silva, para fazer uma exposição da experiência das Casas Familiares; em seguida foi explicado para os presentes todo o processo que já havia sido feito em Santarém, para a criação da Associação. Após Ter sido tiradas as dúvidas do processo de criação da Associação, procedeu-se a discussão do estatuto da Associação da Casa Familiar Rural de Santarém, que depois de feitas as devidas considerações pelos presentes, foi aprovado por todos. Dando continuidade ao processo de fundação da Associação, houve a eleição para escolha da primeira Diretoria da Casa Familiar rural, que após discussão e votação, ficou composta com as seguintes pessoas **COORDENAÇÃO EXECUTIVA**, Presidente: **MARIA DO ROSÁRIO SOUSA**; Vice-presidente : **ELIZETH PIMENTEL CAMPOS**; Primeira Secretária: **IDEISES PEREIRA**, Segunda Secretária: **MARIA EVERALDA P. PEREIRA**; Primeiro tesoureiro: **JOSÉ DOS ANJOS**; Segundo tesoureiro: **AURELIANO BRANCHES DE SOUSA**. **CONSELHO FISCAL**: **JOÃO PEREIRA BRASIL NETO**; **GUILHERME PEREIRA COLARES** e **ADOLFO PEREIRA DOS SANTOS**, em seguida os membros eleitos foram empossados. Logo após houve a definição de um cronograma de atividades para ser encaminhado pelo conselho a partir de maio/99. Às dezessete horas e trinta minutos, não havendo nada mais a ser tratado o presidente pediu que fosse lavrada a presente ata, que após ser lida e aprovada fica assinada pela presidenta , Sra. Maria do Rosário Sousa.

Santarém, 26 de abril de 1999.

*Maria do Rosário Sousa*  
 Maria do Rosário Sousa  
 Presidente

CARTORIO SOUZA ALHO  
 3º OFÍCIO DE NOTAS  
 João de Mendonça Alho  
 TABELIÃO  
 Déa de Mendonça Alho  
 Maria Clara de M.A. Imbiriba  
 Emeraldina C. Sussuarana  
 Laila de Cassia Mendonça Alho  
 SUBSTITUTOS

Reconheço por ter conferido com:  
 outra (s) existente (s) nesta (s)  
 nota (s) assinalada (s) com esta  
 seta \_\_\_\_\_  
 SANTARÉM, 23 ABR 1999  
 Oficial da vedade  
*Chamaranga*



**ANEXO H – Artigo A Pedagogia da Alternância em Santarém****A PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA EM SANTARÉM****Antonio José Mota Bentes<sup>(\*)</sup>**

A experiência da Casa Familiar Rural e da Pedagogia da Alternância na formação de jovens rurais no município de Santarém está ligada ao trabalho incansável de organização comunitária e sindical dos trabalhadores rurais e da agricultura familiar na região inquirida, com apoio do sindicato dos trabalhadores rurais de Santarém e a atuação de ONGs de assessoria e Assistência Técnica ao homem do campo. Nesse sentido, este projeto é de fundamental importância como meio de apoio para permitir a continuidade com qualidade da pedagogia da alternância, como educação alternativa na experiência da casa Familiar Rural do Município de Santarém.

As primeiras ideias do que hoje é chamado de pedagogia da alternância, desenvolvido através da Casa Familiar Rural em Santarém, surgiu na primeira metade da década de noventa, por volta de 1994/95. A pedagogia da alternância faz parte da estratégia da educação do campo preconizado pelos movimentos sociais na região do Baixo Amazonas, mas especificamente no município de Santarém. A CFR/Santarém, criada em 1999, foi a primeira experiência na região do Baixo Amazonas com esse enfoque da pedagogia da alternância, mais tarde sendo implementado por outros municípios da região.

As primeiras discussões sobre o enfoque da pedagogia da alternância em Santarém surgiram no contexto das organizações dos produtores familiares na região dos Tapajós e Arapiuns, por volta de 1994, estimulado pelo trabalho do sindicato dos trabalhadores rurais, das pastorais sociais da Diocese de Santarém e atuação de Organizações não Governamentais, com destaque para o Grupo de Defesa da Amazônia (GDA) e o Centro de Apoio aos Projetos de Ação Comunitária (Ceapac). O trabalho que deu origem a CFR-STM se localizou inicialmente nas discussões pela melhoria do preço da farinha nas regiões do lago grande, Arapixuna, Arapiuns e Tapajós puxadas pelas chamadas comunidades eclesiais de base (CEB's) através das regiões pastorais da Diocese de Santarém.

Entre 1994 e 1998, as discussões sobre educação do campo em Santarém se deram no contexto dos debates sobre o fortalecimento da agricultura familiar, primeiramente nas organizações comunitárias, sobretudo as Associações de Minis e Pequenos Produtores Rurais,

com apoio do sindicato dos trabalhadores rurais e depois através das comunidades eclesiais de base (CEBs) com apoio das paróquias da Diocese de Santarém. No Município de Santarém, mais especificamente, este processo de discussão sobre educação do campo ocorreu inicialmente com maior magnitude nas Assembleias das áreas pastorais da Prelazia de Santarém (Arapuins, Arapixuna, Tapajós, Lago Grande e Planalto) e mais tarde pelo Fórum da Produção Familiar de Santarém, criado a partir dessas discussões, para dar seguimento aos encaminhamentos que além da educação do campo, tinha também, a busca de apoio para o fortalecimento da agricultura familiar, com ênfase nos processos de comercialização para valorização da produção, Assistência Técnica e Organização dos produtores familiares.

O Fórum da Produção Familiar de Santarém (FPFRS) foi o primeiro espaço de discussão onde os ideais da pedagogia da alternância se formaram e deram origem mais tarde, em 1999, na criação da Associação da casa Familiar Rural de Santarém (ACAFAR) e a primeira experiência de formação rural nos princípios da pedagogia da alternância (PPA).

No Território do Baixo Amazonas, a educação de jovens rurais através da pedagogia da alternância tem sua origem nos trabalhos de organização comunitária desenvolvido pelo Fórum da Produção Familiar Rural, como resultado da busca de alternativas para ajudar na fixação do homem do campo, mais especificamente da juventude rural, contrapondo-se ao êxodo rural latente na região. A pedagogia da alternância como alternativa de formação do jovem rural no município de Santarém surgiu como prioridade na estratégia da produção familiar face à precariedade da formação escolar no campo e da falta de alternativa para o jovem permanecer na propriedade da família, com qualidade de vida e dignidade.

A formação de jovens rurais através da pedagogia da alternância em Santarém vem sendo desenvolvida buscando resolver o problema da falta de alternativa para estimular a permanência da juventude no campo. Na região do Baixo Amazonas, esse trabalho vem sendo desenvolvido em alguns municípios, tendo a pedagogia da alternância como método de formação, processo em que os jovens passam um período (1 semana em regime de internato) na escola aprendendo noções básicas da teoria e posteriormente passam dois períodos (2 semanas) em suas propriedades aplicando o que aprenderam na teoria, e elaborando alguma atividade que possa servir como projeto de vida para gerar renda depois de concluir seus estudos.

Este modelo tem apresentado resultados positivos, principalmente no que diz respeito a diminuição do êxodo rural pois evita que o jovem saia do seu meio em busca de oportunidades de ensino, como também na disseminação de técnicas sustentáveis para o meio

rural, pois assim como esses jovens aprendem na escola, assim também vão reproduzir esses conhecimentos em suas famílias e respectivas comunidades. Este processo de educação alternativa já vem ocorrendo no município de Santarém desde a primeira metade da década de noventa, assim como em outros municípios que compõem o território do Baixo Amazonas, fruto da luta dos sindicatos e associações de base.

A principal dificuldade enfrentada neste processo de formação da juventude rural no município de Santarém, se dá na falta de uma instalação adequada para o desenvolvimento da pedagogia da alternância, que contribui para uma certa precariedade na formação dos jovens que ingressam nas turmas todos os anos. Por outro lado, a pedagogia da alternância tem representado uma aposta das famílias na formação dos seus filhos, o que representa uma motivação a mais para a implantação de uma estrutura de apoio que dê suporte ao desenvolvimento da pedagogia da alternância e ao mesmo tempo condições dignas e adequadas para a permanência dos jovens durante os períodos de formação na Casa Familiar Rural (CFR).

## ANEXO I – Trajetória dos movimentos sociais do campo na Região do Baixo Amazonas

(Entrevista com Venilson Taveira da Silva, Presidente do CEFTBAM, 16-02-09)

1970: STRs estão em baixa com a intervenção do Ministério do Trabalho na ditadura militar

1980: movimento de retomada dos STR: STR de Monte Alegre autônomo em 1980

- Atuação da Pastoral da Terra (CPT) e do Movimento de Educação de Base (MEB)

- Fetagri Para ganha a sua autonomia entre 1980 e 1985

- Dificuldades das lideranças para passar da roça ao escritório (apoio de capacitação política e sindical da Igreja popular e logo da CUT Rural

-1988: Movimento de reivindicação do crédito via fundos constitucionais (FNO)

-1992: Grito do campo 1 e 2

-1992 : Criação do CEFT-Bam, Centro Educação, Pesquisa e Formação Baixo Amazonas

-1994 : primeiro financiamento do FNO para trabalhadores rurais organizados em 24 associações de pequenos produtores no Oeste do Amazonas

- 1996: Rádio comunitária e aliança com a Colônia de Pescadores Z 20

- 1996: Primeiro ano do Pronaf

- 1997: lutas para evitar extinção da Emater-PA e do Banco Amazônico

- 1997-2000: Cursos de sistemas agroflorestais

**- 1997 Criação do Fórum da Produção Familiar de Santarém**

- 1998: Grito do Bemtevi, 3000 manifestantes em Santarém

- 2001: Criação da Fepam: Feira da Produção Agrícola da Amazônia

- 2001: Criação da Comissão Técnica da Agricultura familiar com entidades do governo e MDA

- 2001: Formulação do projeto Tucumã com 22 subprojetos temáticos, entre outros o projeto da UPEBAM Universidade Popular do Baixo Amazonas

- 2002: Construção da plataforma de demandas e propostas ao plano de desenvolvimento da BR 163, processo iniciado pelo movimento socioambiental – encontro regional de consolidação

**- 2004: Criação do Território Baixo Amazonas pelo MDA e da CIAT (Comissão de implantação de Ações territoriais) do BAM**

- 2005: Fepam contempla o conjunto do Oeste do Estado do Pará.

- Definição do território Gestar BAM com o Ministério do Meio Ambiente

- 2007: Eleição da candidata do PT ao governo do Estado do Para

**- 2008 : Criação do Territórios da Cidadania no Baixo Amazonas e transformação da CIAT em Codeter (Colégio de Desenvolvimento Territorial)**

- 2008: Eleição de 04 prefeitos do PT e 03 da aliança com PMDB e PSB no território do BAM.
- 2009: Crise com a anulação da eleição municipal em Santarém e convocação de novas eleições.
- 2009: Os movimentos sociais do BAM participam do Fórum Social Mundial em Belém do Para

**Fonte:** Ipam/Relatório (2009)